

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**Instituto de Ciências Humanas e Sociais**  
**Departamento de História**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

**Eder Liz Novaes**

**Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historio-  
gráfica (1860-1871)**

**Mariana**  
**2014**

**Eder Liz Novaes**

**Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historio-  
gráfica (1860-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Estado, Região e Sociedade

Linha de pesquisa: Poder, Espaço e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade

**Membros da Banca:**

Prof. Dr. Wlamir Silva

Prof. Dr. Jefferson Queller

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP  
2014



**Eder Liz Novaes**

**Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historio-  
gráfica (1860-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade**

Departamento de História, UFOP

**Prof. Dr. Wlamir Silva**

Departamento de História, UFSJ

**Prof. Dr. Jefferson Queller**

Departamento de História, UFOP

N935j

Novaes, Eder Liz.

Joaquim Felício dos Santos [manuscrito]: republicanismo e cultura historiográfica (1869-1871) / Eder Liz Novaes. - 2014. 196f.:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade.  
Coorientador: Prof. Dr. Novaes Eder.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. História.  
Área de Concentração: Estado, Região e Sociedade.

1. Liberalismo. 2. Republicanismo. 3. Memória. 4. Santos, Joaquim Felício dos, 1828-1895. 5. Diamantina (MG). I. Andrade, Francisco Eduardo de. II. Eder, Novaes. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 94:342.38



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Ata da reunião da banca examinadora da dissertação de mestrado “*Memórias do distrito diamantino e Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871).*”

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de 2014, na Sala 30 (Prédio REUNI), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), teve início a defesa pública da dissertação acima referida pelo candidato ao grau de mestre Eder Liz Novaes. Após a apresentação do trabalho, passou-se à arguição realizada pelos membros da banca examinadora abaixo relacionados, durante a qual o candidato demonstrou domínio do tema e nível de conhecimento compatível com a titulação pretendida.

**Considerações adicionais (opcional):**

*Destaca-se a originalidade do objeto e a qualidade do trabalho empírico. Indica-se a publicação do trabalho após a reformulação do texto, conforme as sugestões propostas pela banca*

De acordo com o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), o candidato, para o recebimento do grau de mestre, deverá apresentar ao orientador, num prazo de trinta dias, os volumes finais da dissertação com os ajustes sugeridos pelos membros da banca examinadora, bem como a versão digital em formato PDF.

**Banca examinadora**

Prof. Dr. Francisco Eduardo Andrade (orientador) - UFOP

Prof. Dr. Jefferson José Queler (membro) - UFOP

Prof. Dr. Wlamir José da Silva (membro) - UFOP

*Francisco Eduardo Andrade*  
*Jefferson José Queler*  
*Wlamir José da Silva*  
Prof. Dr. Marco Antonio Silveira  
Coordenador do PPGHIS

Confere com o Original

*[Assinatura]*  
Assinatura

*À Sandra, que devido aos percalços da vida não pode ver seu filho vencer etapas inimagináveis.*

## **Agradecimentos**

Impossível começar estes agradecimentos sem antes reverenciar meus pais João Carlos e minha mãe Sandra por tudo que representam em minha vida. À minha querida avó Dona Penha fica aqui dedicado toda a consideração do mundo pelo amor e carinho que desempenhou diante das adversidades da vida, e ao meu irmão Everton por tudo que passamos juntos e pelas batalhas que ainda vamos enfrentar.

Ao meu orientador Francisco Eduardo de Andrade pelo apoio e confiança desde o princípio do nosso projeto, e principalmente pelas infindáveis discussões que contribuíram não somente para meu crescimento enquanto profissional, mas também como ser humano. Aos membros da banca, professores Wlamir Silva e Jeferson Queller pela leitura atenciosa e preciosas contribuições para a versão final deste trabalho. Aos queridos professores do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Marco Antonio Silveira, Álvaro Antunes, Andréa Lisly, Cláudia Chaves e Adriano Cerqueira, dos colegas pesquisadores Tércio Veloso, André Ramos e Weder Silva, muito obrigado pela amizade, compreensão e contribuições para o trabalho que ora aqui se apresenta. Agradeço especialmente a Maria Esther pelo companheirismo e lealdade durante os momentos mais difíceis deste processo, este trabalho não teria se concretizado sem a sua presença. A todos os irmãos Kaxeteiros que literalmente me aguentaram durante toda a graduação e mestrado, sem dúvida os melhores anos da minha vida foram passados ao lado de vocês: bom lugar pra se viver!

Aos companheiros de mestrado Riler, Gabi, Felipe (China), Lucas Souza, Lucas Andrade e especialmente a Camila Kézia por toda a choradeira e conforto mútuo que tivemos ao longo destes quase 3 anos.

Um agradecimento mais do que especial aos companheiros de Poços, que me ajudaram infinitamente durante a fase final de escrita do trabalho, a Juliana Takata pelos rangos e conselhos e ao Dalmo Roumie por toda ajuda prestada durante a fase de revisão. Aos meus queridos amigos (quase irmãos) Rodrigo, Magrelo, Nox, Lipe e Renan, faço também menção especial a minha Tia Ângela, Tio Tião Gato e meu primo Alailton que sempre me acompanharam e me incentivaram em todos os momentos de minha vida, não posso deixar de mencionar os amigos Horta, Mayara, Bart, Bina, Gira, Caputo, Matheus e Fred.

Minhas sinceras desculpas caso me esqueci de alguém, corre-se sempre o risco de ser injusto quando se é tomado pela emoção, mas o que posso afiançar é que esta conquista é de todos vocês. Obrigado de coração!

## Resumo

Novaes, Eder Liz. *Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871)*. Eder Liz Novaes. – 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História.

Esta dissertação tem como objetivo oferecer uma nova perspectiva sobre os projetos políticos do bacharel, professor, político e jornalista Joaquim Felício dos Santos (1828-1895). Trata-se de esmiuçar as bases narrativas que configuram seu liberalismo e posteriormente republicanismo político nas páginas do *Jequitinhonha*, jornal que fundou em 1860 na cidade de Diamantina. Esta é a primeira abordagem no sentido de compreender como o autor constrói discursivamente seu projeto de oposição ao Segundo Reinado de D. Pedro II.

A pesquisa visa compreender como Santos constrói seu posicionamento político com base em sua produção histórica e ficcional. Buscamos demonstrar como o autor paulatinamente edifica seu projeto político no sentido do liberalismo constitucional para um republicanismo revolucionário. Pretendemos entender quem é o autor Joaquim Felício dos Santos no momento em que as *Memórias do Distrito Diamantino* foram gestadas, quais são as bases que compõe seu ideário político liberal, para em seguida apresentarmos o processo de confecção de sua tese histórica diretamente relacionada com sua visão política do presente, o que em termos informativos é fundamental para definirmos sua comunidade discursiva de Santos e a forma como opera historiograficamente. Também pretendemos mapear suas principais ideias e autores com os quais dialoga e que ajudaram a compor a tese das *Memórias do Distrito Diamantino*. Por fim tratamos do processo de radicalização de seu liberalismo a favor do republicanismo revolucionário, o que é feito de forma velada na primeira fase do jornal (1860-1864) e realizada de forma aberta na segunda, principalmente com obras ficcionais, e que podemos identificar com o exercício literário das *Páginas da História do Brasil* nos anos 2000 (1868-1871).

Palavras-chave: liberalismo, republicanismo, memória histórica.

## Abstract

Novaes, Eder Liz. *Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871)*. Eder Liz Novaes. – 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História.

This dissertation aims to offer a new perspective on the political projects of the bachelor, teacher, politician and journalist Joaquim Felício dos Santos (1828-1895). It is scrutinize the narratives that shape bases his later political liberalism and republicanism in the pages of *Jequitinhonha*, newspaper founded in 1860 in the city of Diamantina. This is the first approach to understand how the author discursively build your project in opposition to the Second Empire of Dom Pedro II.

The research aims to understand how Santos builds his political position based on its historical and fictional production. We demonstrate how the author gradually builds his political project towards constitutional liberalism to revolutionary republicanism. We intend to demonstrate who is the author Joaquim Felício dos Santos at the time *Memórias do Distrito Diamantino* were gestated, which bases that make up his liberal political ideology, to then introduce the process of making his historical thesis are directly related to your vision of this policy, which in informational terms is critical to define the discursive community of Santos and the way it operates historiographically. We also intend to map their main ideas and authors with whom dialogue and helped to compose the thesis of the *Memórias do Distrito Diamantino*. Finally we treat the radicalization of his liberalism in favor of revolutionary republicanism process, which is done covertly in the first phase of the newspaper (1860-1864) and held the second openly, especially with fictional works, and we can identify with the literary exercise of *Páginas da História do Brasil nos anos 2000*(1868-1871).

Key words: liberalism, republicanism, historical memory.

## **Lista de Abreviaturas**

APM – Arquivo Público Mineiro

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
Fontes .....	16
Composição dos capítulos. ....	17
<b>Capítulo 1: O mundo político de Joaquim Felício dos Santos e a fundação d'<i>O Jequitinhonha</i>. 1860-1864</b> .....	20
1.1. Joaquim Felício dos Santos: definição do elemento regional. ....	20
1.2. Aspectos da política Imperial: a "política de Conciliação", configuração partidária no final da década de 1850, as eleições de 1860 e o nascimento do <i>Jequitinhonha</i> .....	25
1.3 O papel da "Revolução Constitucional" na <i>performance discursiva</i> de Joaquim Felício dos Santos. ....	29
1.3.1- O papel do " <i>regimen constitucional</i> " para a construção do liberalismo de Joaquim Felício dos Santos. ....	34
1.4- As eleições de 1860 nas páginas d' <i>O Jequitinhonha</i> .....	39
1.4.1- O primeiro texto editorial: o programa político do <i>Jequitinhonha</i> . ....	40
1.4.2- " <i>Infeliz Província de Minas</i> ".....	53
1.4.3- " <i>Dezembro 30</i> " .....	58
1.5- A repercussão das eleições de 1860 nas páginas d' <i>O Jequitinhonha</i> .....	63
<b>Capítulo 2. A operação historiográfica de Joaquim Felício dos Santos nas <i>Memórias do Distrito Diamantino</i>: história e literatura sob a perspectiva liberal</b> .....	67
2.1- O descoberto de São João - Os primórdios do trabalho de Santos como historiador.....	67
2.2- Coluna distrito diamantino: projeto político e historiográfico. ....	71
2.3 - A construção da tese da “Colônia dentro da colônia”: comunidade discursiva e tese política.....	79

2.3.1 - José Vieira Couto e a criação narrativa do isolamento da região diamantina.....	87
2.3.2. - O distrito diamantino na <i>História do Brazil</i> de Robert Southey.....	100
2.3.3 -Saint-Hilaire: narrativa de viagem e autoridade discursiva.....	109
2.4- Joaquim Felício dos Santos e Francisco Adolfo de Varnhagen: projetos historiográficos e políticos. ....	118
<b>Capítulo 3- Fundamentos do projeto republicano: narrativa ficcional e memória.....</b>	<b>134</b>
3.1- Inconfidência e Tiradentes: identidade e memória republicana. ....	134
3.1.2- O resgate da Memória da Inconfidência no <i>Jequitinhonha</i> .....	134
3.2- <i>A toda opressão uma reacção e a história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias</i> : apologia de uma Revolução republicana:.....	146
3.2.1- <i>A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862</i> como rompimento do projeto reformista do Império. ....	151
3.3- <i>Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000</i> como concretização da projeto republicano de Joaquim Felício dos Santos. ....	164
<b>4 - Considerações finais.....</b>	<b>175</b>
<b>5- Referências bibliográficas.....</b>	<b>178</b>

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo oferecer uma nova perspectiva sobre os projetos políticos do bacharel, professor, político e jornalista Joaquim Felício dos Santos (1828-1895). Trata-se de esmiuçar as bases narrativas que configuram seu liberalismo e posteriormente republicanismo político nas páginas d' *O Jequitinhonha*, jornal fundado em 1860 na cidade de Diamantina. Esta é a primeira abordagem no sentido de compreender como o autor constrói discursivamente seu projeto de oposição ao Segundo Reinado de D. Pedro II.

Ao fundar o jornal Santos pretendia, sobretudo criar um espaço de oposição ao regime monárquico em uma região que nos tempos coloniais havia sido importante espaço econômico para o Império português e que no momento estava relegada à segundo plano nas configurações do Império Brasileiro. *O Jequitinhonha* pretendia ser porta voz do Partido Liberal local neste período conturbado da política imperial brasileira às vésperas das eleições de 31 de Dezembro de 1860.

Passada as eleições e definidas as diretrizes políticas do jornal era necessário dar continuidade a este projeto liberal de oposição para além das notícias relacionadas com o pleito passado. *O Jequitinhonha* passou então a debater em seus editoriais as principais polêmicas do mundo político. Porém, era necessário complementar os demais espaços do jornal com outros assuntos, abriu-se então lugares para publicações literárias e noticiosas, entretanto sem perder de vista o projeto liberal que era a razão de existir do jornal.

Seu principal redator, Joaquim Felício dos Santos, passou então a tratar de assuntos relacionados a mineração, questão fundamental para a identidade da região e ainda, mesmo que retratada do ponto de vista da decadência, principal atividade econômica. Sua intenção era orientar os mineiros que trabalhavam na região sobre as localidades que outrora foram exploradas para que estes não perdessem tempo e capital em serviços já explorados. Começava então a ser gestado um projeto historiográfico n' *O Jequitinhonha*, pois para amparar suas orientações sobre os terrenos diamantinos o autor, que também era professor de história na principal instituição educacional de Diamantina, o Ateneu São Vicente de Paula, empreendia amplo esforço narrativo para apresentar ao seu leitor como se procedeu a exploração daquelas terras ao longo do tempo.

O experimento inicial de Santos se chamava *Descoberto de São João* e oferecia aos mineiros informações sobre as antigas explorações no referido distrito de São João. Para além das informações práticas se principia a articulação entre narrativa histórica e projeto político liberal, pois começava a ser gestada ali uma leitura peculiar do passado colonial por parte do autor, onde este passado é visto pela ótica da exploração, do despotismo. A peculiaridade da região é ressaltada, toda aquela situação de decadência e miséria que os infligiam no presente era ali retratada como fruto de uma terrível experiência colonial proporcionada por um Estado centralizador faminto pelas riquezas que se encontravam no interior daquelas terras abençoadas pela providência divina.

Findado este texto inicial era necessário prosseguir e ocupar os espaços d'*O Jequitinhonha*. Seguindo as diretrizes apontadas na narrativa sobre *O Descoberto de São João*, o redator inicia em meados de Janeiro de 1861 uma nova coluna chamada *Districto Diamantino*, com intenções iniciais muito similares de orientar os mineiros em suas empreitadas, porém com uma enorme diferença de escala, o autor pretendia neste espaço narrar toda a história da região diamantina, dos tempos coloniais ao presente. Esta publicação ocupou regularmente as páginas do jornal por quase dois anos, se encerrando somente em setembro de 1862, quando o autor finalmente concluiu a coluna tratando dos fins do trabalho da Real Extração e apresentando as condições da mineração do presente.

Concomitante a esta coluna de cunho histórico *O Jequitinhonha* continuava a atuar como órgão do Partido Liberal e a intensificar no espaço editorial seus ataques as políticas praticada pelo governo chefiado pelo Imperador D. Pedro II, porém sempre pregando o respeito pela ordem constitucional. Para além dos textos políticos e históricos, o redator Joaquim Felício dos Santos corriqueiramente praticava alguns exercícios literários, escrevendo peças teatrais e pequenas farsas, reforçando sempre o aspecto político liberal, independente do gênero.

Aliado a atividade de redator, Santos começava também a aspirar carreira política e passava a fazer parte da vida pública da região, concorreu seguidamente entre os anos de 1861, 1862 e 1863 à uma cadeira de deputado geral, sofrendo sucessivas derrotas até que no ano de 1864 consegue votação suficiente para ocupar o cargo requerido pelo Partido Liberal.

O que parecia ser o início de uma promissora carreira política típica das elites imperiais rapidamente se esvai. Santos participa de somente uma sessão na

câmara, tal atitude é tomada por perceber que todos os seus projetos eram “demasiado progressistas” então teriam ali espaço para discussão.<sup>1</sup>*O Jequitinhonha* que havia encerrado suas atividades no mesmo período em que Santos havia conseguido o êxito eleitoral fica parado por quatro anos, retornando somente em 1868, porém com uma nova e significativa transformação: se declarava abertamente “órgão republicano”.

Em conjunto com seu retorno à frente da redação d’*O Jequitinhonha* foi lançado no Rio de Janeiro pela Typographia Americana, em forma de livro, os textos, com algumas modificações, que haviam composto a coluna *Districto Diamantino* seis anos atrás.

Santos continua então atuando no *Jequitinhonha* até o seu definitivo encerramento no ano de 1871, agora a frente de um projeto abertamente declarado a favor da revolução republicana.

Findada as atividades do jornal passou a se dedicar a função de empresário do ramo têxtil, em conjunto com seu proeminente irmão o Bispo Antônio Felício dos Santos, e à confecção de um Código Civil pensado para servir a república que um dia se instauraria no Brasil.

Com o advento da república em 1889 é eleito senador, sendo inclusive o primeiro presidente da casa, entretanto sua atuação como parlamentar no Rio de Janeiro não é extensa, pois com problemas de saúde se viu obrigado a retornar à Diamantina, aonde faleceu no distrito do Biribiri no ano de 1895.

Apesar desta movimentada e complexa trajetória de vida, Joaquim Felício dos Santos é um autor pouco estudado pela historiografia brasileira. As breves biografias e estudos críticos não discutem as condições de produção do conjunto da sua obra, apenas sugerem algumas ideias vagas sobre as suas influências e diretrizes de pensamento sem necessariamente analisar como que o autor constrói seu discurso em consonância com seu tempo.

O reconhecimento que Santos recebe no campo historiográfico se deve, sobretudo às *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), o autor é retratado como memorialista, historiador, às vezes cronista, esta é sua obra mais referenciada pela historiografia do século XX, quase sempre na relação com sua atividade política ligada ao republicanismo.

---

<sup>1</sup> MENEZES. In: SANTOS, 1924, p.XII

Entretanto ainda no século XIX, o primeiro autor a dedicar uma breve análise sobre a vida e obra de Joaquim Felício dos Santos foi Sílvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira* de 1888. Sendo destacado na seção denominada “Historiadores”, Santos aparece neste capítulo ao lado de nomes como Francisco Adolfo de Varnhagem, João Manuel Pereira da Silva, Alexandre José de Melo Moraes, Norberto de Sousa e Silva, João Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva e Cândido Mendes de Almeida. Certamente Romero é o primeiro a exaltar o talento de Santos como historiador ao ponto de dedicar algumas linhas sobre as *Memórias do distrito diamantino* e sua biografia.

Para Romero as *Memórias* "é uma das obras de história nacional mais bem feitas que possuímos" e ainda destaca que como Varnhagen, Lisboa e Joaquim Caetano, Santos fez pesquisas, consultou os documentos e o compara em estilo ao historiador francês Augustin Thierry devido ao "dom da evocação pinturesca dos fatos e personagens históricas" e conclui: "o livro é delicioso de naturalidade, de singeleza, de tom realístico. [...] Vê-se que é obra de legista, mas legista que educou a fantasia do romance." <sup>2</sup>

O segundo comentário sobre vida e obra de Joaquim Felício dos Santos ocorreu nas *Ephemerides Mineiras* em 1898, publicada em Ouro Preto. Trata-se de um necrológio pois a data destacada é o dia 21 de outubro de 1895, data do falecimento de Santos. Há nesta breve nota as circunstâncias da morte, assim como as especificações dos cargos que ocupou, como uma breve trajetória política e literária. Neste texto não há a preocupação em diferenciar especificamente as fases da vida do autor, tanto políticas quanto literárias, Santos é visto como o Senador bacharelado em direito pela Academia de S. Paulo e redator da folha republicana *O Jequitinhonha*. Há elogios sobre sua carreira como juriconsulto sendo somente mencionada suas principais obras literárias. É interessante destacar que não há referência direta ao trabalho histórico das *Memórias do districto diamantino*, aqui a menção a obra aparece com outro nome: "no genero historico escreveu as excellentes 'Memorias sobre os Terrenos Diamantinos da comarca do Serro Frio'". <sup>3</sup>

A seguinte referência a Joaquim Felício dos Santos é do ano de 1905, é realizada pelo mesmo autor da anterior das *Ephemerides*, Nelson Coelho de Senna, na

---

<sup>2</sup>ROMERO, 1980, p.1586.

<sup>3</sup> SENNA, 1898, p.603

publicação chamada *Traços biographicos de serranos illustres, já falecidos precedidos de um bosquejo historico sobre a fundação da cidade do Serro (Minas Geraes)* também publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro em edição da Imprensa Oficial de Minas Gerais.<sup>4</sup>

Nesta publicação, Santos é inicialmente chamado de "notável jurisconsulto", com destaque para a relação com seu irmão Dom João Antonio dos Santos, primeiro bispo de Diamantina. Santos é visto como o "primeiro chronista da era colonial mineira" devido as *Memórias do Districto Diamantino*. Sua biografia política é em certa medida negligenciada, sendo brevemente destacado o cargo de senador que ocupou na República e a breve participação como deputado geral nos idos de 1864, entretanto sem entrar nos detalhes a respeito dos projetos políticos dos respectivos períodos em que atuou na vida pública. Após breve descrição das obras literárias, este relato conclui de maneira muito semelhante à das *Ephemerides*, utilizando inclusive termos semelhantes, dando indícios que esta foi baseada na pioneira de 1898.

Percebemos neste momento da virada do século XIX para o século XX, a preocupação, principalmente após a morte de Santos, em resgatar sua memória. O Arquivo Público Mineiro toma a dianteira deste processo com a publicação das notas biográficas citadas acima, porém seu principal esforço neste sentido ocorre com a publicação das *Memórias do Distrito Diamantino* nas páginas da Revista nos anos de 1909-10.<sup>5</sup> Não há nenhuma introdução, prefácio, explicação por parte dos editores do porquê da publicação da obra, ela é simplesmente aparece subitamente nas páginas da Revista.

Em 1924 é publicada pela Livraria Castilho no Rio de Janeiro a considerada segunda edição em livro único das *Memórias do districto diamantino*.<sup>6</sup> Não há por parte dos editores explicações sobre o porquê desta republicação em livro após longo intervalo de 56 anos da primeira edição. Podemos inferir, devido a um catálogo em anexo no final desta edição, que a Livraria Castilho se dedicava a títulos,

---

<sup>4</sup> SENNA, 1905.

<sup>5</sup> Oficialmente é considerada "segunda edição" a publicação de 1924 da Livraria Castilho. Mas como fica evidente a publicação do APM é uma nova edição da obra original de 1868, sendo a única diferença que é dividida em duas partes para se adequar as condições de publicação da Revista.

<sup>6</sup> SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio: Provincia de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924.

digamos de "autores menores", ou que podemos chamar de "regionais". Neste catálogo são oferecidas obras, por exemplo, do diamantinense Antonio Torres, do maranhense Viriato Correa, de Catullo Cearense, para ficarmos em apenas alguns nomes.<sup>7</sup>

Esta edição é a primeira a conter um estudo mais detalhado, em duas partes, como uma espécie de apresentação da obra, sendo responsável pelo texto o literato diamantinense Nazareth Menezes. Na apresentação denominada “Joaquim Felício dos Santos e sua obra” temos a primeira biografia um pouco mais detalhada do autor, sem citar especificamente suas fontes, o autor narra detalhes de episódios da vida do autor, como o nascimento, filiação, formação jurídica na Academia de S. Paulo, casamento, filhos e episódios de situações familiares.

Texto de excessivo caráter elogioso onde é destacado o aspecto moral de Santos onde o mais interessante é o pioneirismo em discutir o contexto político em que Joaquim Felício dos Santos estava inserido. Visto por Menezes como um "liberal dos mais adeantados",<sup>8</sup> a partir da citação de partes do jornal *O Jequitinhonha*, o autor realiza uma breve biografia política com ênfase nas principais ideias que defendia. Menezes também enumera e elogia a vasta produção jurídica e literária do autor, concluindo com a narrativa santificada de sua morte no distrito do Biri-biry: “Vargnhagem e Pereira da Silva não atingiram nunca, em seus trabalhos, a serenidade de Joaquim Felício.”<sup>9</sup>

A década de 1930 marca o início da divulgação da obra de Joaquim Felício dos Santos no meio acadêmico, Sérgio Buarque de Holanda utiliza a obra de Santos como fonte em seu *Raízes do Brasil* de 1936. No capítulo “O semeador e o ladri-lhador” Holanda cita a segunda edição das *Memórias* de 1924 para dar sustentação a argumentação do caráter despótico e repressor de Portugal no tocante a construção e manutenção do espaço colonial. Holanda vai de encontro a tese da “colônia dentro da colônia” defendida por Santos, de que a região diamantina seria um espaço de exceção dentro da colônia, onde a Coroa exerceu o poder de maneira mais despótica, e a população vivenciou com mais intensidade o medo das punições arbitrárias do , Holanda quando cita Santos se refere a ele somente como "um historiador".<sup>10</sup>A

---

<sup>7</sup> SANTOS, 1924, p. 409-416

<sup>8</sup> *Ibidem*, 1924, p.XI.

<sup>9</sup> *Ibidem*, 1924, p.XXXI.

<sup>10</sup> HOLANDA, 1995, p.103.

referência a Santos só acontece na nota, percebe-se que Holanda praticamente re-reenha a argumentação de Santos nas *Memórias*, não há preocupação alguma em problematizar a obra, saber de que lugar Santos está falando, quais posicionamentos políticos está defendendo.

Percebemos que a utilização da obra de Santos como fonte foi a marca constante dos grandes ensaios a partir da década de 1930, e este emprego ocorreu no mesmo sentido da obra de Holanda, ou seja, para demonstrar o caráter despótico da Coroa Portuguesa, a obra é utilizada por Raimundo Faoro, Caio Prado Jr., Oliveira Torres, Charles Boxer, Fernando Novais.

Nesta mesma linha de diálogo com a obra de Santos, Augusto de Lima Júnior foi o primeiro a discutir historicamente as considerações contidas na *Memórias* sobre o período colonial em sua *História dos Diamantes nas Minas Gerais* de 1945. Lima Júnior é pioneiro em buscar na documentação oficial dos arquivos portugueses documentação inédita sobre o período colonial do distrito dos diamantes. O autor trata a obra de Santos como se fosse uma “pré-história” da historiografia dos diamantes, sendo que a partir desta documentação que Lima Júnior construirá a história “verdadeira” dos diamantes. O esforço de Santos nas *Memórias* é considerado, porém as *Memórias* são vistas como “história local”, cabendo a ele, Lima Júnior, escrever, sobre o “aspecto econômico” da exploração dos diamantes.<sup>11</sup>

Neste mesmo período Santos é brevemente estudado em três manuais de historiográficos. O primeiro é o de José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, cuja primeira edição é de 1949. Rodrigues dedica uma breve referência a Joaquim Felício dos Santos e as *Memórias*, inserido no capítulo dedicado aos “diversos gêneros da história” Santos e sua obra aparecem enquadrados dentro do gênero “história local”, que para Rodrigues “é uma das mais efetivas contribuições à historiografia e à ciência social [...] Embora não se possa sustentar que a história geral ou estadual sejam a soma das histórias locais, é certo que as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais.”<sup>12</sup>

Joaquim Felício dos Santos é para Rodrigues um dos “melhores e mais autênticos representantes” da “história provincial ou estadual”, e apesar do destaque

---

<sup>11</sup>LIMA JUNIOR, 1945.p.14.

<sup>12</sup>RODRIGUES, 1978, p.151.

aos efeitos positivos da realização destes trabalhos de “história local”, Rodrigues tece uma série de ressalvas que podem servir para a crítica às *Memórias* de Santos:

A história local corre sempre o perigo de ser fragmentária ou difusa. Ela deve recorrer aos arquivos privados, nem sempre integralmente preservados, e ao conhecimento pessoal dos velhos habitantes, seja por inquéritos, seja por conversas. A tradição oral é uma das mais ricas fontes da história local, quase sempre muito preocupada com detalhes e minúcias. A história local pode alargar sua especialização da mais ínfima localidade à mais importante província ou Estado.<sup>13</sup>

Portanto, apesar da apreciação e menção à obra de Santos há na perspectiva de Rodrigues certa desconfiança do que ele chama de gênero de "história local" frente à "história geral".

Se referindo diretamente a obra histórica de Felício dos Santos há os demais manuais de historiografia, o primeiro é o texto de Oíliam José: *Historiografia Mineira* de 1959 e o segundo de Jean Glénisson: *Iniciação aos estudos históricos* de 1979 onde consta um estudo de Pedro Moacyr Campos denominado *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*.

No primeiro estudo José destaca a obra de Santos por esta se tratar especialmente do descobrimento e exploração dos diamantes, e executa algumas ressalvas sobre as qualidades da obra ao afirmar que esta se dá: “não pelas galas de erudição, que não possui, mas sim pelo modo simples com que evoca e narra os episódios e os envolve em agradáveis lendas literárias.”<sup>14</sup>

Já Campos tenta compreender as possibilidades da escrita histórica de Santos para o período em que viveu, trazendo elementos como a oposição regional entre o Rio de Janeiro e as províncias, o republicanismo nascente no Brasil, a possibilidade das *Memórias* serem uma releitura liberal da história do Distrito Diamantino, porém sem aprofundar nesta assertiva. Destaca também as qualidades de Santos como pesquisador, com ênfase na contenda entre este e Varnhagen no tocante a primazia da fundação da indústria de ferro no Brasil.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup>*Ibidem*, 1978, p.151.

<sup>14</sup>JOSÉ, 1959, p. 68.

<sup>15</sup>CAMPOS, In:GLÉNISSON, 1979.

Em meio a esta resgate da obra de Santos entre os anos 30 e 50 a editora “O Cruzeiro” lançou a 3ª edição em livro no ano de 1956. Inserida na “Coleção Brasileira”, pois, de acordo com o editor Herberto Sales, a obra se tornou raridade bibliográfica fazendo com que Joaquim Felício dos Santos “se tornasse praticamente desconhecido das novas gerações, com seu livro máximo convertido em fonte de consulta de privilegiados”, o que em certa medida justificou a sua publicação.<sup>16</sup>

Esta terceira edição é a primeira a dedicar um estudo mais detalhado com especialistas acadêmicos para o prefácio, estudo biográfico e nota literária. O prefácio é de autoria de Joaquim Ribeiro e nele encontramos a primeira reflexão sobre as influências e método histórico de Santos. Ribeiro tenta historicizar a obra de Felício dos Santos com a forma como era feita a história no período das *Memórias*, principalmente a partir das influências francesas que Santos, de acordo com sua visão deixa transparecer em sua obra. Ribeiro chega a compará-lo com A. Thierry devido as influência românticas na forma como constrói o passado.

Já o estudo biográfico é de autoria de José Teixeira Neves, neste breve texto o autor dialoga diretamente com o estudo de Nazareth Menezes para a 2ª edição, aprofundando em questões como os detalhes da magistratura como deputado e o envolvimento com o Partido Republicano Mineiro nas décadas de 1870 e 1880. Trata-se sem dúvida do estudo biográfico mais completo sobre Joaquim Felício dos Santos, entretanto se restringe a somente pensar a biografia sem relacioná-la diretamente com sua produção política.

Para finalizar a longa introdução ao texto das *Memórias* há um estudo literário realizado pelo crítico literário Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha denominado: *A obra menor de Joaquim Felício dos Santos: notícia literária*. Neste Eulálio aborda obras literárias que ficaram restritas ao jornal *O Jequitinhonha*.

As quarta e quinta edições de 1976<sup>17</sup> e 1978<sup>18</sup> respectivamente, trazem os mesmos autores da edição de 1956 nas apresentações. Na quarta só há a introdução de Eulálio onde brevemente une considerações do texto de José Teixeira Neves com seu estudo literário. Já na quinta edição consta somente a reprodução do estudo biográfico de Neves e de Eulálio idênticos a da terceira edição seguido de levantamento bibliográfico das obras e sobre Joaquim Felício dos Santos.

---

<sup>16</sup> SALES, In: SANTOS, 1956.p.7

<sup>17</sup> SANTOS, 1976.

<sup>18</sup> *Ibidem*, 1978.

A obra de Santos volta a ser foco quando a questão da imagem do distrito diamantino colonial, regida por leis exclusivas, foi discutida por Júnia Ferreira Furtado em o "*Livro da Capa Verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*" de 1996.<sup>19</sup>

Um dos principais objetivos de Furtado é desmontar a imagem inaugurada por Santos, e repercutida principalmente pela historiografia acadêmica, que a região diamantina teria sido uma "colônia dentro da colônia" no espaço colonial do Império português. A autora contesta esta diferenciação da sociedade diamantina dentro do espaço colonial e constata que esta fora, sobretudo uma criação discursiva motivada pelas relações que a elite estabelecia com o poder naquelas circunstâncias. Furtado concluiu que a sociedade diamantina não era tão peculiar aos olhos da Coroa portuguesa, apesar de alguns traços específicos no tocante a organização administrativa.

O Distrito Diamantino não foi este espaço das devassas constantemente abertas, das expulsões e degredos ocasionados sob a menor das suspeitas, em suma, a tese de Furtado visou romper com a imagem sobre o distrito diamantino, divulgada sobretudo por Santos. É importante ressaltar que a discussão se dá somente em termos históricos, em nenhum momento é problematizada a figura de Santos enquanto autor e consequentemente as formas como sua obra foi construída.

Por fim temos o trabalho mais recente sobre Santos que se encontra no livro organizado por Marco Antonio Lopes, denominado *Grandes nomes da história intelectual* do ano de 2003. O texto em questão é de Marcos Lobato Martins denominado: *Um arauto da modernização republicana em Minas Gerais: o pensamento político de Joaquim Felício dos Santos*.<sup>20</sup>

Martins utiliza as *Memórias* e alguns números da fase republicana do *Jequitinhonha* (1868-1871) para afirmar decididamente que as *Memórias* são uma leitura republicana da história de Diamantina, o que se mostra problemático e buscamos com esse trabalho questionar essa definição taxativa sobre o posicionamento político de Santos.

Como destacamos na apresentação, os textos que vieram a compor a primeira edição de 1868 foram publicados inicialmente no *Jequitinhonha* entre os anos

---

<sup>19</sup>FURTADO, 1996.

<sup>20</sup>MARTINS, In: LOPES, 2003. p. 465-480.

de 1861-1862, é complicado afirmar que se trata necessariamente de uma leitura republicana da história da região diamantina. É imperativo, sobretudo, construir as bases liberais que compõe o pensamento político de Santos e a sua consequente ação e emprego discursivo ao longo do tempo de publicação nas páginas d' *O Jequitinhonha*. Para tal se faz necessário cruzar os textos políticos e literários com o de cunho histórico atentando para as implicações que o contexto trazem para estes textos.

A pesquisa em questão visa, compreender como Santos constrói seu posicionamento político com base em sua produção histórica e ficcional. Buscamos demonstrar como o autor paulatinamente edifica seu projeto político no sentido do liberalismo constitucional para um republicanismo revolucionário. Pretendemos compreender quem é o autor Joaquim Felício dos Santos no momento em que as *Memórias* foram gestadas, quais são as bases que compõe seu ideário político liberal, para em seguida apresentarmos o processo de confecção de sua tese histórica diretamente relacionada com sua visão política do presente, o que em termos informativos é fundamental para definirmos sua comunidade discursiva e a forma como opera historiograficamente. Também pretendemos mapear suas principais ideias e os autores com os quais dialoga e que ajudam a compor a tese das *Memórias do Distrito Diamantino*. Por fim tratamos do processo de radicalização de seu liberalismo a favor do republicanismo revolucionário, o que é feito de forma velada na primeira fase do jornal (1860-1864) e realizada de forma aberta na segunda fase, principalmente com obras ficcionais, o que podemos identificar com o exercício literário das *Páginas da História do Brasil nos anos 2000* (1868-1871).

Espera-se com esta pesquisa ampliar o leque de referências para se pensar o autor Joaquim Felício dos Santos para além de certo republicanismo e das *Memórias do Distrito Diamantino*. Reconhecendo a importância da ampliação das perspectivas sobre Santos e sua obra, se torna imperante analisar os detalhes que compõe seu ideário político liberal para além de sua obra considerada maior, somente com esse procedimento pode-se compreender a complexidade de sua trajetória e oferecer a pesquisadores futuros elementos para ir além das visões comuns acerca de um autor tão complexo e fundamental para a historiografia brasileira.

Para realizarmos tal análise partilhamos da perspectiva teórica da análise discursiva a partir das linguagens políticas, tais quais praticadas pela *Escola de Cambridge*:

I still feel that there is something unhistorical about the lists of meanings and alleged changes of meaning that make up most entries. This approach is insensitive to the fact that some concepts (or rather, some terms used to express them) have gone in and out of use, and have been more or less widely used at different times. Koselleck's approach is not well attune to capturing such gaps and alterations of emphasis. More important, it is hard to gain any sense from these dictionary entries of why these concepts mattered at particular periods, why they were discussed at all. This is perhaps a roundabout way of saying, once again, that the properly historical task seems to me that of studying not the histories of words but the history of the uses to which these words were put at different times in argument.<sup>21</sup>

O texto em destaque é referente a uma entrevista de Quentin Skinner concedida a Javier Fernández Sebastián para um conjunto de obras que visava, como o próprio nome dos volumes se refere, buscar contribuições para a história dos conceitos. Na pergunta que proporcionou tal resposta de Skinner, Sebastián articulou a possibilidade de uma espécie de fusão das perspectivas teóricas e metodológicas da “Escola de Cambridge” com a de Reinhart Koselleck, a famosa *Begriffsgeschichte*, a “história dos conceitos”.

Como fica evidente na resposta de Skinner esta fusão ou junção de paradigmas não o agradou, o que explica uma crítica tão ácida a perspectiva de Koselleck. Primeiramente Skinner se refere ao dicionário de Koselleck como sendo uma lista de significados e de supostas mudanças de verbetes o que para ele parece ser algo anistórico. Na sua visão este mapeamento das palavras e de seus significados seriam insensíveis para o fato de que alguns conceitos, e Skinner se refere a este termo com certa ironia como fica evidente em seu parênteses, tiveram seu uso adotado e abandonado, suas resignificações se alternaram em diferentes tempos. Concluindo este primeiro ponto, Skinner afirma que a abordagem de Koselleck não é bem ajustada para capturar as lacunas e alternância de ênfases do conceito ao longo do tempo.

Em um segundo ponto da argumentação, Skinner contesta a escolha de sentido dos verbetes contidos no dicionário, sobre o porquê de tais conceitos serem importantes em períodos específicos, ou simplesmente porque foram discutidos. Fica evidente o desconforto de Skinner com a descontextualização dos usos dos conceitos em determinados tempos e espaços. Na perspectiva de Skinner não se

---

<sup>21</sup> SKINNER,2007, p.115.

trata somente de elencar os significados, permanências e rupturas de determinados conceitos, e sim perceber os usos, a inserção, a articulação de tais temas em um certo debate estabelecido, com autores situados e principalmente como estes conceitos vão ser articulados na *performance* argumentativa destes sujeitos em certo tempo e espaço.

A conclusão desta fala de Skinner é significativa para percebermos a plausibilidade desta crítica: ao afirmar que o trabalho apropriado do historiador seria não o de estudar as histórias das palavras mas sim a história dos usos que foram feitos com essas palavras em diferentes tempos, Skinner refuta definitivamente a possibilidade de aproximação entre as perspectivas e deixa bem claro o que é fazer história política, que é a partir das linguagens.

É a partir desta crítica de Skinner a Koselleck que tentaremos definir nossa perspectiva de análise dos textos de Joaquim Felício dos Santos, que visará compreender a construção discursiva deste importante personagem da historiografia do século XIX.

A princípio é interessante pensar contra qual perspectiva a "escola de Cambridge" está reagindo e Pocock deixa isto claro quando apresenta a proposta de superar o termo "história das ideias" para utilizar a terminologia "história do discurso". O que significa necessariamente esta mudança de perspectiva que claramente critica a forma como a história política vinha sendo feita? O que significa partir da ideia para o discurso? A grosso modo é o estudo das ideias políticas a partir da utilização de uma metodologia contextualista com o pressuposto de um contexto linguístico irreduzível ao contexto social.

Para elucidar tal questão Pocock utiliza o exemplo dos debates políticos do século XVII inglês, onde para ele, neste contexto começa "a nascer uma história de atores expressando-se e respondendo uns aos outros em um contexto linguístico comum, embora diverso."<sup>22</sup> Ou seja há nesta assertiva a proposta de estudo não das ideias em seu caráter generalizante, uma crítica direta a história das ideias políticas que busca temas considerados universais no pensamento de certos autores vistos como clássicos, não há a preocupação em historicizar o pensamento destes autores, de perceber como a fala destes sujeitos são articuladas dentro do contexto, como

---

<sup>22</sup>POCOCK, 2003, p.26.

determinados temas são pronunciados de acordo com a comunidade linguística. Pocock defende uma redefinição da historiografia do pensamento político, para ele a *práxis* deste campo deve se definir em termos rigorosamente históricos.

Quentin Skinner caminha nesta mesma direção destacando ainda mais a importância da contextualização para a análise do discurso político. Um pressuposto fundamental de Skinner é o rompimento com o conceito de verdade, pois para ele o apego a verdade é irrelevante na tentativa de explicação das crenças. É interessante destacar que esta perspectiva de análise não está em busca da verdade sobre determinado período ou da totalidade do pensamento de determinado autor, o fundamental é perceber como estes autores do passado estão formulando sua teoria dos sentidos, como estes sujeitos articulam sua fala de acordo com sua realidade de forma a dotar sua fala de coerência e ser autoridade sobre determinado assunto.

Neste aspecto a questão da coerência é fundamental para entendermos essas premissas, para Skinner a coerência não está relacionada com a noção de verdade, e sim com a racionalidade do sujeito naquele contexto, temos que tomar cuidado ao analisar, por exemplo, temas que são condenados moralmente em nossa realidade como a escravidão. Ao analisarmos discursos de sujeitos defendendo tal prática em outro contexto, não devemos cair no erro de julgá-los por nossas premissas morais do presente, e sim compreender como este sujeito constrói a racionalidade de seu discurso, com qual realidade está dialogando, quais adversários está respondendo. A interpretação de autores antigos não devem necessariamente fazer sentido para o presente: “uma crença racional será assim uma crença a quem um agente chegou por um processo de raciocínio que ele acreditava.”<sup>23</sup>

Outro aspecto fundamental desta perspectiva é a questão dos motivos e intenções. Pocock abre caminho para pensarmos que a linguagem também se enquadra no escopo das ações possíveis dentro de um determinado contexto histórico:

O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuar-las.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> SKINNER, 2002, p.45.

<sup>24</sup> POCOCK, 2003, p. 27-28

De acordo com Skinner os que vão contra a utilização da intenção argumentam, primeiro: que não se deve levar em consideração informações biográficas do autor, o texto tem que falar por si só, pois os motivos e intenções se encontram no próprio texto, o que o autor quer dizer está no texto, no ato da escrita este pretende ser claro.<sup>25</sup> Segundo: os motivos e intenções não fazem parte da obra, então não devemos dar importância, são elementos íntimos subjetivos, não é padrão para medir o valor de uma obra. Terceiro: a intenção não contribui para encontrar o significado de um texto.

Após expor esta perspectiva contrária, Skinner articula a defesa da utilização dos motivos e intenções em sua metodologia:

Conhecer os motivos e intenções é conhecer a relação que um autor estabelece com o que ele ou ela escreveram. Conhecer as intenções é perceber se o autor estava a gozar, se estava a falar a sério ou se estava a ser irônico ou, de uma forma geral, saber que atos discursivos estaria a levar a cabo quando escreveu o texto em questão. Conhecer os motivos significa tentar saber quais as razões que levaram o seu autor a realizar estes atos discursivos, isso para além do seu carácter e do seu estatuto de verdade enquanto proposições.<sup>26</sup>

Portanto, a intenção é algo que pode ser identificado socialmente, o sujeito ao pronunciar determinado discurso pretende algo com ele, fazer a junção entre a intenção interna, referente ao texto, e a externa, ligada ao contexto, é fundamental para perceber aspectos como a ironia, ou falas necessariamente retóricas ou persuasivas. Para este aspecto devemos ter em mente a distinção entre intenção e motivo.

Intenção é o plano ou desígnio para criar um certo tipo de obra, a tese a ser defendida, já o motivo é falar de uma condição que antecedeu o nascimento das obras. A intenção não é o crucial ao trabalho, ela é utilizada como uma ferramenta de análise textual. É interessante levar em consideração que o autor nem sempre está consciente de sua intenção, para compreender este jogo entre os motivos e intenções é fundamental saber com quem estes textos estão dialogando, quais discursos estão sendo utilizados e o talvez o mais importante, a forma como estão sendo utilizados em determinado debate.

---

<sup>25</sup> Neste aspecto Skinner dialoga com autores do que chama de ceticismo pós-moderno quanto ao sentido e intenção, são estes: Wimsatt, Beardsley, Barthes, Foucault e Derrida.

<sup>26</sup> SKINNER, 2002, p.136.

Um último aspecto a destacar é a respeito da linguagem comum à época em que os sujeitos estão envolvidos. A linguagem que determinado autor emprega já está em uso, ele é tanto um expropriador que utiliza a linguagem corrente resignificando para seus próprios fins, quanto inovador, utilizando está linguagem tanto para manter a “tradição” linguística, quanto para inovar, porém é importante ressaltar que mesmo a inovação não se procede de maneira totalmente original, ela está em consonância com os padrões da época, mesmo que o sujeito queira revolucionar em algum aspecto social, a linguagem que ele utilizará para atingir seu público é a corrente, ele terá que adaptar sua argumentação ao nível da linguagem padrão da época.

Ao mesmo tempo em que o discurso está atendendo a necessidades presentes, está respondendo as possibilidades de determinado contexto, ele também está lutando contra estas convenções, o maior desafio do autor é usar as palavras na criação de um novo sentido para este discurso. Portanto, para Pocock:

Uma grande parte de nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura linguística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto propor ou "dizer"<sup>27</sup>

É a partir desta perspectiva teórica que pretendemos analisar as fontes selecionadas.

### **Fontes**

A principal fonte é o jornal de Diamantina *O Jequitinhonha* (1860-1871). O seu destaque é devido este ser o primeiro trabalho que utiliza dos números de primeira fase que se estende entre os anos de 1860-1864. Joaquim Felício dos Santos funda o jornal no dia 20 de dezembro de 1860, e inicia a publicação da coluna *Districto Diamantino* no dia 20 de janeiro de 1861 concluindo no dia 20 de setembro de 1862. Além da principal obra histórica de Santos, com este amplo acervo do jornal é possível ter acesso a variedade de sua produção, dos editoriais políticos, às produções literárias, o que nos possibilita cruzar estas variadas produções de forma a reconstruir de forma mais precisa o universo discursivo do autor. Esta fonte é

---

<sup>27</sup>POCOCK, 2003. p.33.

fundamental para investigar as condições de produção original dos textos da coluna *Distrito diamantino*. Perguntas como foi produzido, em qual contexto, quais as influências de outros textos presentes no periódico no texto definitivo das *Memórias*, as possíveis transformações editoriais ao longo do tempo, dentre outras questões, são fundamentais para pensar o texto na relação com seu tempo e materialidade inicial.

Uma segunda fonte importante, principalmente pelo cruzamento realizado com os textos do *Jequitinhonha*, são as edições das *Memórias do Distrito Diamantino*. A primeira edição das *Memórias* é publicada em 1868, momento em que o republicanismo de Santos se torna explícito. Os textos da principal obra histórica de Santos serão tratados na relação com as demais publicações de Santos do *Jequitinhonha*.

### **Composição dos capítulos.**

O objetivo principal do primeiro capítulo é refletir sobre as nuances políticas que contextualizam o surgimento da coluna *Distrito Diamantino* no jornal *O Jequitinhonha* de Diamantina, no final de 1860 e início de 1861. Nesta coluna foram publicados originalmente os textos que vieram a compor o volume único das *Memórias do distrito diamantino* em 1868

Em um primeiro momento trata-se de pensarmos quem é o autor destes textos, no caso Joaquim Felício dos Santos. Busca-se apresentar sua biografia intelectual e política, de forma bem sintética, com o intuito de compreender a inserção do autor no mundo político.

No segundo tópico, pretende-se a pensar a relação de Joaquim Felício dos Santos com o espaço, no caso a região diamantífera, para assim refletir acerca das implicações de autoridade em sua obra, e assim discutirmos possíveis implicações afetivas em sua construção narrativa.

Já o terceiro tópico se prestará a discutir o papel do constitucionalismo para a construção do liberalismo político de Joaquim Felício dos Santos. A partir do cruzamento entre os editoriais políticos d'*O Jequitinhonha* com o texto histórico das *Memórias* busca-se compreender a configuração do liberalismo de Joaquim Felício para a construção de seu aparato crítico de oposição ao Império no ano de 1860.

*O Jequitinhonha* tem o seu primeiro número publicado no dia 20 de Dezembro de 1860, às vésperas das eleições primárias que aconteceram no dia 30 de Dezembro. O último tópico do capítulo tem o propósito de apresentar *O Jequitinhonha* ao leitor, de forma a identificar os elementos que estão direcionando a visão de mundo, e ideias compartilhadas com o interlocutor, por Joaquim Felício dos Santos.

*O Jequitinhonha* estava em plena sintonia com os desdobramentos políticos que ocorriam em âmbito nacional. Através da análise dos seus editoriais políticos, busca-se entender o espaço em que a coluna *Distrito Diamantino* será publicada.

Temos no texto inaugural do jornal, a apresentação minuciosa do programa político d'*O Jequitinhonha*. Assim, através da análise do texto inaugural, bem como dos demais textos de caráter político que antecedem a primeira publicação da coluna *Distrito Diamantino*, procura-se perquirir as possíveis implicações políticas determinantes, e que irão influenciar na forma com que Joaquim Felício dos Santos arquitetou seu texto histórico.

Trata-se de perceber a gênese das *Memórias do distrito diamantino*: quem é seu autor, em qual contexto e plataforma foram criadas, e principalmente, as implicações políticas que corroboraram para a construção narrativa do autor.

No segundo capítulo tencionamos apresentar o processo de construção histórica do texto das *Memórias do distrito diamantino* realizado por Joaquim Felício dos Santos. Com base no cruzamento entre a coluna *Distrito Diamantino* no *Jequitinhonha* (1860-1862) e o livro *Memórias do distrito diamantino* (1868), pretende-se esmiuçar os principais elementos que constituem a escrita histórica do autor.

Levando em consideração as implicações políticas levantadas no primeiro capítulo, a discussão inicial deste segundo analisará os possíveis motivos e intenções de Joaquim Felício dos Santos ao publicar os textos históricos, valendo-se de um espaço específico no jornal, no qual é dedicado a narrar à história da região diamantífera.

O primeiro texto a ser analisado é uma espécie de prefácio, publicado n'*O Jequitinhonha*, no qual Santos justifica a publicação dos textos históricos.

Almeja-se a partir da análise das fontes, buscar os elementos principais da escrita histórica de Joaquim Felício dos Santos, tais como: sua relação com a tradição das memórias ilustradas, com a forma de fazer história no período na contraposição com a maneira como era constituída a narrativa histórica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Por fim tratamos da construção de determinado

passado relacionada com sua opção ideológica no presente, que em certa medida antecipa a presença de certo projeto político republicano nas páginas das *Memórias*.

Por fim, o terceiro capítulo trata especificamente da virada republicana em Joaquim Felício dos Santos. O objetivo é demonstrar como se procede a radicalização a favor de um republicanismo ao longo dos anos finais da década de 1860. A introdução será feita com a discussão em torno da Inconfidência e das configurações do *Republicanismo* mineiro, na comparação com a postura política do ícone liberal Teófilo Ottoni, em seguida confrontaremos esta posição com alguns textos que demonstram esta radicalização, são eles: “A toda opressão uma reação” de 1861, “A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias” de 1862 e por último as *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000* de 1868. Acreditamos que assim esclarecemos um ponto primordial do nosso trabalho que é delinear como se procede a transição do liberalismo ao republicanismo em Joaquim Felício dos Santos.

A conclusão tanto da nossa ideia quanto da consolidação política de Joaquim Felício são as *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000*, ela é a representação máxima da consolidação do projeto republicano em Felício dos Santos, que conflui cronologicamente com o lançamento em livro da 1ª edição das *Memórias* no ano de 1868, ou seja, duas obras que representam dois períodos distintos da obra de Felício dos Santos, sendo as *Memórias* como fruto de determinado liberalismo constitucional com aspirações federalistas enquanto que as *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000* representa o ápice de seu republicanismo.

## **Capítulo 1: O mundo político de Joaquim Felício dos Santos e a fundação d'*O Jequitinhonha*. 1860-1864**

### **1.1. Joaquim Felício dos Santos: definição do elemento regional.**

Joaquim Felício dos Santos (1828-1895) é conhecido pela historiografia em razão de sua obra clássica *Memórias do Districto Diamantino*, publicada em volume único pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1868<sup>28</sup>. Neste famoso texto o autor narra a história dos territórios diamantíferos desde o começo da povoação do Arraial do Tejuco no século XVIII, terminando com conclusões a respeito da mineração na referida região na década de 1850. Trata-se de um recorte amplo e de um texto rico, sendo o autor bastante respeitado por ser o primeiro a produzir uma narrativa de tamanha magnitude acerca da região dos diamantes.

Sua formação básica ocorreu em Congonhas do Campo, no colégio dos Lazaristas. Em seguida cursou a Escola de Direito de São Paulo, onde se formou bacharel em 1850, então com 22 anos de idade. Retornou para Diamantina no ano de 1850 onde passou a atuar como advogado e professor no Ateneu São Vicente de Paula e no Seminário Episcopal até o ano de 1863, lecionando História, Geografia, Francês e Matemática, trabalhou também como jornalista.

Santos fazia parte da elite da Comarca do Serro do Frio, seu pai, Antonio José dos Santos, foi funcionário da Real Fundição de Ouro e seu irmão, Antônio Felício dos Santos, o primeiro bispo de Diamantina.<sup>29</sup> De formação política liberal, Joaquim Felício passou a fazer parte definitivamente da vida pública no ano de 1860, quando em conjunto com Giraldo Pacheco de Mello fundou o jornal *O Jequitinhonha*, espaço onde passou a publicar textos dos mais variados temas políticos,

---

<sup>28</sup>SANTOS, 1868.

<sup>29</sup>Para a definição do termo *elite* partilhamos da denominada "Teoria das Elites" como apresentada por Norberto Bobbio: "Definição de Elite. - Por teoria das Elites ou elitista - de onde também o nome de elitismo - se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância." In: BOBBIO, 1998, p.385. Para a historiografia mineira podemos destacar a definição de Wlamir Silva: "a elite política mineira constituiu-se de proprietários, ou de indivíduos com eles identificados, que se destacaram pela sua capacidade intelectual e organizativa." SILVA, Wlamir. 2009, p.87.

históricos e literários.<sup>30</sup> É nesta plataforma, com o nome de *Districto Diamantino* que são publicados, entre os anos de 1861 e 1862, os textos que vieram a compor o clássico volume das *Memórias do Districto Diamantino*.

No tocante sua trajetória política foi eleito deputado geral pelo 6º distrito de Minas Gerais em 1864. No ano de 1883 tentou a vaga na cadeira senatorial na representação geral de Minas na qual não obteve êxito. Já no limiar do regime monárquico - em 1889 – conseguiu 5610 votos conseguindo assim ser indicado para a lista tríplice para Senador, porém disse pela imprensa que mesmo se fosse escolhido pelo Imperador não tomaria assento em uma câmara monárquica.<sup>31</sup> Em 1890 foi eleito senador da República onde se tornou membro da Comissão de Constituição e Poderes do Senado entre 1891 e 1892.<sup>32</sup> Faleceu no dia 21 de outubro de 1895 no distrito de Biribiri aos 67 anos.

Primeiramente devemos conceituar o que chamamos de “região”. O que significa pensarmos sobre os efeitos de certa regionalização para determinada escrita histórica de certo autor, em determinado tempo e espaço?

Michel Foucault aponta algumas premissas que são importantes para definirmos a escrita política e histórica de Joaquim Felício dos Santos. A primeira delas é a diferenciação entre território e região. Para Foucault, território, para além da noção geográfica, é antes de tudo noção jurídico-política, sendo algo que é controlado por certo tipo de poder. Por outro lado a região é uma noção fiscal, administrativa, militar. A questão fundamental é percebemos que estas definições, hierarquizações do espaço perpassam pela questão do poder, das relações entre o direito e a política, e que as disputas em torno das narrativas sobre aquele espaço, a *performance* discursiva se dá em torno das questões do poder e economia.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Miriam Dolhnikoff aponta sobre a complexidade de definir o termo liberal e sobre a heterogeneidade presente dentro deste grupo: "O fato de se autodenominarem liberais não significa que se alinhassem de forma coesa em torno de uma das várias vertentes do liberalismo europeu, pelo menos não de forma integral. O termo liberal nomeava grupos heterogêneos, e entre vários temas que os dividia estava à proposta de modelos diversos em termos de organização do aparato político-institucional." In: DOLHNIKOFF, 2005, p.26. É no interior desta diversidade de modelos de organização do Estado que analisamos a especificidade do liberalismo de Joaquim Felício dos Santos.

<sup>31</sup> MENEZES. In: SANTOS, 1924. P. XIV.

<sup>32</sup> NEVES. Estudo Biográfico. In: Santos. 3ª edição.

<sup>33</sup> De acordo com Foucault em um diálogo em defesa da importância de pensar a geografia em termos históricos contra os que pensam o espaço em oposição ao tempo: "Eles não compreendem que, na demarcação das implementações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados." In: FOUCAULT, 1979, p.159.

Pierre Bourdieu nos apresenta uma importante definição segundo a qual: “a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, que aspiram ao monopólio da definição legítima.”<sup>34</sup> Ou seja, é um conceito que está envolvido em torno de determinada disputa de poder entre os saberes, sendo que a forma como cada área defende sua definição tem claramente implicação política. A relação que Bourdieu estabelece entre a *auctoritas* e o *auctoré* muito rica para discutirmos a autoridade do discurso regional. O sujeito que se propõe a definir determinado espaço se coloca como o criador do estigma deste espaço que, ao mesmo tempo dá autoridade, e se apresenta como autoridade deste espaço. Por ser o primeiro a escrever uma história sistematizada, dotada de determinado sentido, com bandeiras regionais políticas a defender, Santos se torna *auctoritas* deste espaço:

O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-se ao arbitrário, sanciona-se, santifica-se, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”.<sup>35</sup>

Uma das implicações das construções do *auctoritas* do discurso regional é a criação do estigma, de forma que esta criação é desejada, intencional, é o elemento que vai determinar a representação mental daquele espaço, estabelecendo aquilo que é pertencente ou não àquele espaço. Concomitante a este processo, há a naturalização deste estigma, estas características vão ser vistas como inerentes desde sempre àquela comunidade, o que ocorre devido a importância das propriedades simbólicas e da consequente utilização destas construções em questões estratégicas relacionadas aos interesses políticos e materiais.

Para a questão do discurso regionalista Bourdieu faz uma importante constatação: “O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora.”<sup>36</sup> O autor opera em sua *performancediscursiva* e no debate linguístico do contexto visando fundar uma nova

---

<sup>34</sup> BOURDIEU, 2011, p.108.

<sup>35</sup> *Ibidem.* p. 114.

<sup>36</sup> *Ibidem.* p.116.

perspectiva da região, a partir do diálogo com as classificações existentes neste momento. Pretende-se, sobretudo, a afirmação frente aos discursos dominantes. O momento posterior é marcado pela afirmação desta nova perspectiva frente à inicial, isto, por óbvio, se a *performance* desta nova definição for vitoriosa. Acontece, portanto, a naturalização desta perspectiva, tendendo a enxergar estas linhas definidoras como naturais e não como produto das ações do tempo e da história.

Enfim, para concluirmos as contribuições que Bourdieu pode oferecer à análise dos textos de Joaquim Felício dos Santos temos a definição de “regionalismo”:

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objectivas ou intencionais) de identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.<sup>37</sup>

No primeiro momento temos o paralelo entre regionalismo e nacionalismo, ou seja, como algo artificial, imaginada. Segundo, a questão do envolvimento destes sujeitos com alguma questão que interfere diretamente na configuração deste nacionalismo, ou se almeja se inserir na lógica nacional, seja por meio de movimento contestatório, ou do desejo de conservar as hierarquias espaciais, o interessante é traçar quem são os envolvidos e respectivamente os interesses nestas disputas simbólicas. O empenho destes sujeitos colide com a construção das identidades, Bourdieu sugere que as identidades são a força vital do empenho nestas empreitadas, o que está em jogo é o valor social do indivíduo envolvido nesta causa simbólica.

Aprofundando nesta questão inerente à fundação do espaço regional como elemento de construção de identidades em disputa, Ilmar Rohloff de Mattos destaca como estas relações são construídas de acordo com determinadas escolhas temporais que não são necessariamente cronológicas. Os elementos que demarcam este

---

<sup>37</sup>*Ibidem.* p.124.

espaço podem ser afetivos, terem fundamentação pela relação do *autorictas* com aquele espaço:

Se a região possui uma localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por se um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial. Deste modo, a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais.<sup>38</sup>

Para Joaquim Felício dos Santos, a definição dos territórios que compõem o "distrito diamantino" é deliberada pela relação colonial, como destacou Mattos na passagem mencionada. O que define a demarcação do território é a ação perpetrada pela Coroa portuguesa no ano de 1739, na ocasião do primeiro contrato dos diamantes arrematado pela sociedade de João Fernandes de Oliveira com Francisco Ferreira da Silva, segundo o qual:

Para assistir e regular a arrematação deste contrato que teve lugar a 10 de junho de 1739, veio a Tijuco Gomes Freire de Andrada, e nessa ocasião mandou proceder a nova demarcação do distrito diamantino, [...] Foi a seguinte: - Do arraial do S. Gonçalo em linha reta às cabeceiras do córrego das Três-Barras, e daí ao rio do Paraúna; todo o rio abaixo até o onde entra o ribeirão da Arêa, de cuja barra segue em linha reta à barra que rio Pardo Pequeno faz no rio Pardo Grande em linha reta a do rio Inhahy, e por este abaixo até o Jequitinhonha do Campo e deste ao Jequitinhonha do Mato, continuando pela cabeceira do rio Capivari até S. Gonçalo da onde tinha começado a demarcação.<sup>39</sup>

A utilização da perspectiva oficial para a delimitação do que seria este espaço conhecido como "distrito diamantino" por parte de Santos, coaduna com a sua tese a respeito da história do distrito, onde a região desde a descoberta dos diamantes estaria sujeita aos desmandos da Coroa Portuguesa. Esta delimitação espacial

---

<sup>38</sup>MATTOS, 1987, p.24.

<sup>39</sup> SANTOS, 1924, p.45-46.

arbitrária seria uma das amostras deste despotismo<sup>40</sup> que caracterizava o distrito como uma "colônia dentro de outra colônia".<sup>41</sup>

## **1.2. Aspectos da política Imperial: a "política de Conciliação", configuração partidária no final da década de 1850, as eleições de 1860 e o nascimento do Jequitinhonha**

É comum, entre autores importantes da historiografia brasileira, tratar o final da década de 1850 e o início da década de 1860, como princípio da crise política do Império brasileiro que, entre tantas questões, se revelou crucial para a definição de um movimento republicano organizado no final da referida década. De acordo com esta historiografia, o período acima demarcado é visto como a quebra da chamada "Política de Conciliação", que foi posta em prática pelo gabinete do Marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) a partir do ano de 1853.<sup>42</sup>

Na prática, esta conciliação visava romper com predomínio dos conservadores nos quadros governamentais, já que, desde 1848, a exclusão dos liberais havia sido feita por completo. Romper com a monopólio do poder pelo Partido Conservador significava afirmar a legitimidade do governo e do próprio regime, posto que a exclusão permanente do partido Liberal poderia alimentar a possibilidade de contestação da ordem imperial.<sup>43</sup>

De acordo com José Murilo de Carvalho, a conciliação teve início na composição do Ministério, pois incluía "jovens conservadores recém-saídos dos arraiais liberais", e também um liberal histórico, Limpo Abreu. A principal questão debatida

---

<sup>40</sup> Todas as vezes que utilizarmos o termo despotismo, ou tópica do despotismo estamos partindo da premissa conceitual cunhada por Norberto Bobbio ao analisar as premissas do liberalismo e da democracia. A contraposição narrativa entre liberdade e despotismo é importante para a argumentação liberal contra o excessivo poder do Estado, Bobbio destaca que a partir desta contraposição entre liberdade e poder "o Estado liberal converte-se, mais que numa categoria política geral, também num critério de interpretação histórica." Cf. BOBBIO, 2000, p. 29-30

<sup>41</sup> Júnia Furtado oferece outra visão do que seriam às causas da delimitação da demarcação diamantina, que vai além dos desmandos dos contratos, como é enfatizada por Santos. Para Furtado: "em 1745, na tentativa de controlar o fluxo de população que para ali se dirigia, constituído de indivíduos sem ocupação definida, que muitas vezes se dedicavam à garimpagem. Fechado o Distrito, a entrada passou a ser feita apenas nos registros então determinados (Caeté-Mirim, Rabell, Palheiros, Pé do Morro, Inhachica e Paraúna), onde eram passados bilhetes e também cobrados os direitos de entradas sobre o comércio diversos gêneros, inclusive escravos." In: FURTADO, 1996, p.26.

<sup>42</sup> CARVALHO, 2011. BARBOSA, CARVALHO, In: CARVALHO, NEVES, 2009. COSTA, 2007. IGLESIAS, In: HOLANDA, 1976

<sup>43</sup> CARVALHO, 2009, p.22.

no início da gestão do novo gabinete foi a proposta de reforma eleitoral que possibilitaria reinserir os liberais nos quadros políticos<sup>44</sup>

Dois pontos importantes, que significavam o atendimento de demandas históricas dos liberais nessa reforma, eram, respectivamente, a questão das incompatibilidades eleitorais e da introdução do voto distrital. A primeira era uma tentativa de reduzir a influência do executivo nas eleições, de modo a evitar que principalmente a Câmara fosse dominada por funcionários públicos, o que está no cerne da crítica liberal aos conservadores. Os primeiros acusavam os segundos de manterem o seu domínio político a partir de apadrinhamentos, através do clientelismo, da patronagem.<sup>45</sup> A introdução do voto distrital tinha, de acordo com Carvalho: "o propósito claro de quebrar o monolitismo das grandes bancadas provinciais e permitir a representação das facções locais."<sup>46</sup> Em tese a adoção do voto distrital seria uma forma de dar mais poder aos chefes regionais em detrimento das lideranças nacionais dos partidos, visando ampliar a diversidade e a autenticidade tanto da representação, quanto dos representantes.

Esta reforma foi aprovada em margem de votação apertada, 54 votos a favor e 36 contra, e demonstrava o grau de divisão da Câmara naquele momento, mesmo essa sendo majoritariamente conservadora. Criticava-se sobretudo a possibilidade dos chefes locais participarem do governo sem a necessidade de mediação dos políticos nacionais, o que de acordo com os político já instalados na Câmara seria um desastre, pois estes seriam incapazes de lidar com os grandes temas nacionais, admitia-se a possibilidade da representação se tornar mais autêntica, porém desastrosa para a política nacional. E como aponta Carvalho: "Esta não era a representação de minorias que interessava às elites; ela era ameaça a sua posição de elites."<sup>47</sup>

Como aponta Carvalho, foram eleitos 23 liberais, houve acentuada queda de funcionários públicos e o aumento de profissionais liberais, outro dado interessante

---

<sup>44</sup>CARVALHO, 2011, p.398

<sup>45</sup>Emília Viotti da Costa aponta que esta questão da patronagem não estava restrita somente na crítica dos liberais aos conservadores. A autora afirma que está era uma prática comum entre os dois grupos, aonde a filiação partidária era geralmente uma questão de família ou parentesco, não necessariamente ideológica. Costa cita um ditado popular da época que é bem alusivo a esta situação: "Quem não tem padrinho, morre pagão". A autora aponta que ambos os partidos recorriam as fraudes e manobras políticas para permanecerem no poder, citando o exemplo de gabinetes que demitiam seus funcionários à época das eleições, assim como presidentes de província que estivessem aliados à oposição. Há casos de mobilização da própria Guarda Nacional para intimidar a oposição, utilizando inclusive de atos violentos. COSTA, 2007, p.163-169.

<sup>46</sup> CARVALHO. Op. cit. 399.

<sup>47</sup>*Ibidem*, p.399

é o crescimento das lideranças locais, assim como padres e médicos entre os novos deputados, demonstrando que a intenção do Marquês de Paraná em transformar o sistema representativo fora efetivo.<sup>48</sup>

O impacto da lei foi decisivo para o resultado das eleições de 1860, tanto que logo foi ela alterada. Dentre os principais tópicos de crítica estavam a reforma do sistema eleitoral de círculos (ou distrital) que, além de redefinir as localidades que compunham cada círculo nas províncias - o que obviamente foi acusado pelo Partido Liberal como uma tentativa de golpe dos conservadores, com o intuito de delimitar os espaços de acordo com a influência de seus principais membros - ainda impunha que, ao invés de apenas um indicado à Câmara dos Deputados, passava-se a três por círculo.

A primeira lei eleitoral do país foi elaborada apenas em 1846, antes os procedimentos eram regulamentados por dois decretos do poder Executivo. O primeiro de 26 de março de 1824 para organizar a primeira eleição para a Câmara dos Deputados, que foi postergada arbitrariamente por D. Pedro I até 1826, esse decreto foi a base legal para as eleições do Primeiro Reinado e Regências. A segunda é de 1842, decreto do Poder Executivo nº 157, de 04 de maio, que detalhava melhor os procedimentos das eleições de primeiro grau sendo os eleitores de selecionados previamente por uma junta de qualificação.

Em 1846, as eleições foram regulamentadas por um lei específica elaborada e aprovada pelo Poder Legislativo, Lei nº 387 de 19 de agosto. Esta nova lei detalhou pela primeira vez o processo eleitoral de maneira global, tentou abranger e regulamentar as eleições em todos os espaços do vasto Império, e está foi a base para as leis subsequentes que são as referidas, *Lei de Círculos* de 1855 (adoção do voto distrital) a de 1860 (expansão do número de deputados eleitos por distrito de um para três), que causou o descontentamento dos liberais que a entenderam como um golpe conservador. Esta lei só foi alterada em 1875 com a *Lei do Terço*, que acabou com o voto distrital, e garantia um terço das cadeiras para o partido da minoria.<sup>49</sup>

Apesar das críticas liberais a esta transformação na *Lei de Círculos* entre 1855 e 1860, que diziam ser uma clara tentativa dos conservadores de ampliar seus domínios políticos, e assim, a partir desta influência, eleger seus apadrinhados nas

---

<sup>48</sup>CARVALHO, In: CARVALHO, NEVES, 2009, p.22

<sup>49</sup> PIMENTA, 2012, p, 10-12.

localidades, este aumento da representação poderia significar a inserção de muitos quadros novos na política imperial, principalmente em localidades com grandes chefes conservadores, o que incitava o temor por parte da minoria liberal. Esta reforma (portaria de 22 de outubro de 1860) foi vista como uma espécie de golpe por parte dos liberais devido, sobretudo, aos resultados alcançados pelo partido nas últimas eleições.

Para compreendermos o universo em que Joaquim Felício dos Santos estava inserido é fundamental pensarmos a papel das eleições de dezembro de 1860. O primeiro número do *Jequitinhonha* foi publicado dez dias antes desta eleição com a intenção clara de incentivar os eleitores do 6º círculo eleitoral de Minas Gerais, a votarem nos candidatos do Partido Liberal.<sup>50</sup>

As eleições de 1860 prometiam ser barulhentas devido à disputa causada pela redefinição da configuração política iniciada pelas eleições de 1856. Nesta última eleição os Liberais conseguiram voltar a cena do jogo político e, para as eleições de 1860, buscavam ampliar a presença do partido com o intuito de voltar a influenciar nos rumos da política nacional. Os liberais criticavam violentamente os conservadores, principalmente após a nomeação do Senador Angelo Muniz da Silva Ferraz para a chefia do gabinete ministerial.

Uma das questões que predominava na crítica aos conservadores era o fator econômico, elemento que foi decisivo para a configuração partidária para as eleições de 1860. As ações do gabinete Ferraz no tocante a economia foram basicamente restritivas às questões da liberdade de empresa e crédito, rompendo com um período de maior pluralidade e liberdade econômica praticada pelo seu antecessor Souza Franco. As ações econômicas do ministério Ferraz culminaram na criação da Lei nº 1.083 de 22/8/1860, conhecida como a *Lei dos Entraves*, que teve como principal consequência o restabelecimento do monopólio das emissões para o Banco do Brasil. A lei desagradou sobretudo aos Liberais, pois estes consideravam que tal centralização, principalmente do crédito, somente incentivaria a formação de monopólios para as principais atividades econômicas do Império. Como veremos no decorrer do trabalho, as críticas por parte de Santos ao ministério Ferraz advém da

---

<sup>50</sup>O 6º distrito era composto pelos colégios eleitorais do Serro, Diamantina, Minas Novas e Rio Pardo. *O Jequitinhonha*, Diamantina: 16/02/1861.

excessiva tentativa de centralizar as atividades econômicas em torno do governo central, asfixiando assim as atividades regionais.<sup>51</sup>

O *Jequitinhonha* aparece neste momento crítico da política Imperial, com a sua publicação inaugural a 10 dias da eleição para o 6º círculo, indicando claramente que o jornal pretendia se instalar no espaço público como alternativa ao domínio político que os Conservadores exerciam na cena política, e que tinham no Norte de Minas um nome representativo e importante da política mineira, o ex-presidente da província de Minas Gerais e atual Deputado Geral Antônio Cândido da Cruz Machado (Visconde do Serro Frio). Pelo lado dos Liberais, os grandes ícones da política do Norte de Minas do período, eram os irmãos Cristiano e Teófilo Ottoni. Este último, poucos meses antes da fundação do *Jequitinhonha*, publicou a *Circular aos eleitores mineiros*, com a clara intenção de defender sua candidatura e angariar votos para as eleições do dia 30 de dezembro. O *Jequitinhonha* estava repercutindo em âmbito regional às disputas políticas que se armavam naquele ano a nível nacional.<sup>52</sup>

O primeiro número d'O *Jequitinhonha* ganhou às ruas de Diamantina no dia 20 de dezembro de 1860. O *Jornal Político, Litterário, Commercial e noticioso* era editado por Giraldo Pacheco de Mello e tinha como principal redator Joaquim Felício dos Santos<sup>53</sup>.

### **1.3 O papel da "Revolução Constitucional" na *performance discursiva* de Joaquim Felício dos Santos.**

No cabeçalho do jornal constam as informações referentes à produção d'O *Jequitinhonha*, que relatam que a folha seria publicada uma vez por semana na tipografia d'O *Jequitinhonha*, a princípio situada em Diamantina na Rua Direita n.º 2 e que quaisquer correspondências, anúncios ou reclamações deveriam ser dirigidas

---

<sup>51</sup> BARBOSA, p.296.

<sup>52</sup> OTTONI, 1915, parte 2.

<sup>53</sup>Fato interessante é que Joaquim Felício só passou a assinar como redator do jornal a partir do número 14 do dia 6 de Maio de 1861. O porquê deste anonimato é uma questão em aberto, talvez por sua função ou posição de "jurista" ou com cargo público, podemos inferir que certamente os leitores da localidade (provavelmente brancos e letrados, (podemos destacar também a importância da oralidade para a circulação da informação, às leituras em praça pública), sabiam quem era o principal redator, e devido a circulação inicialmente restrita do jornal, não haja preocupação em se identificar claramente. Em outras fontes, como no prefácio à primeira edição das *Memórias* Santos afirma que os textos do *Jequitinhonha* são de sua autoria.

ao editor. O preço da assinatura anual era de 8\$000 (oito mil réis), cujo pagamento deveria ser adiantado, assim como a informação de que as publicações e correspondências de interesse público seriam impressas gratuitamente, já as demais publicações seriam impressas com o preço a ser tratado.<sup>54</sup>

Encontra-se também neste cabeçalho, em destaque, a seguinte frase em francês: “*A laloisonempire, auxhommes leurdignité*”<sup>55</sup>. Em artigo de Souza Marinho, Juiz do Distrito Federal, chamado “O Sentido das Constituições” existe um comentário sobre a frase em questão no qual o autor explica que a referida frase: “significa que a Constituição, como instrumento de governo, só será uma obra fictícia se seus executores tergiversarem em torná-la realidade proveitosa”.<sup>56</sup> Esta explicação tem todo sentido se pensarmos o papel que *O Jequitinhonha* irá desempenhar no decorrer de seus números, na cobrança pela execução fiel da Constituição do Império.

Trabalhos recentes trouxeram importantes reflexões sobre o papel das constituições para mudanças significativas nas organizações políticas dos reinos da América Ibérica no início do século XIX. Antônio Manuel Hespanha em “Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português” discute os fundamentos do liberalismo português deste período e as possíveis transformações que este empreendeu no âmbito da organização do Estado.

Hespanha destaca que o liberalismo europeu partilhou neste princípio de um mesmo paradoxo, que era questão da exigência de um governo mínimo de natureza individual, que ao mesmo tempo necessitava do elemento educacional para efetivamente ser posto em prática, ou seja, pregava-se a capacidade individual dos sujeitos saberem se governar em sociedade, entretanto, admitia-se que boa parte desta sociedade não tinha educação para se autogovernar, o que em suma exigia dos Estados pretendidos mínimos governarem ao máximo para no futuro governar menos, o que tornava este governo maior do que era aspirado inicialmente na teoria.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Não há n’*O Jequitinhonha* uma definição exata do que diferenciaria os dois tipos de publicação, mas no decorrer da leitura do jornal é possível estabelecer certa diferenciação. As publicações de interesse público são relacionadas à utilidade da população em geral, como avisos sobre arrematações públicas, resgate de crédito, correspondências, portarias governamentais e afins. Já as “demais publicações” seriam destinadas à causas particulares, como anúncios comerciais, prestação de serviços e similares.

<sup>55</sup> Em tradução livre: “A lei sobre o império, é a lei da dignidade humana.”

<sup>56</sup> MARINHO, 1947.

<sup>57</sup> HESPANHA, 2004.

A sociedade, a partir deste momento, para ser política precisava ser polida, moldada a partir de uma técnica de práticas racionalizadoras, o que dotaria a natureza de certa ordem racional, acabando, portanto, com as paixões, os interesses particulares, que até então as ditas monarquias absolutas não tinham condições de garantir de acordo com essa crítica liberal.

Hespanha aponta para o caráter centralizador que o Estado adquiriu neste momento histórico. A partir da racionalização das práticas administrativas despontou-se a necessidade de reformas que partem do Estado, esvaziando-se, em consequência, os elementos municipais. Hespanha cita o exemplo do aumento substancial das petições às cortes exigindo ações que antes eram tratadas em âmbito local, como a construção de uma estrada, ordem de pensão. Temos, portanto, o papel do Estado moderno como centralizador das ações, este Estado como o Leviatã.

Com a transformação destas concepções acerca da forma de pensar a organização da sociedade, podemos inferir que, por parte destes sujeitos envolvidos na organização do Estado, há uma sublevação da crença nos poderes da lei/direito:

Também aqui não se tratava apenas de uma mera questão de distorçõespráticas dos princípios. Tratava-se mesmo de que, no rigor dos princípios, os direitos eram, agora, subordinados ao direito. E este, muito claramente identificado com a vontade do poder, corporizada, nomeadamente, na lei. Não tanto pelo facto de a lei ter uma origem parlamentar; mas essencialmente porque ela era a expressão de uma vontade de comando, que punha ordem, que ultrapassava os egoísmos particulares e que curava o interesse público.<sup>58</sup>

Complementando esta visão de Hespanha e trazendo a discussão para a América portuguesa, Andrea Slemian aponta que a crise do Antigo Regime transformou profundamente o modo de vida das sociedades ocidentais e "a imagem da Constituição aparecia como de verdadeira pedra de toque, ao fornecer materialidade a anseios de normalização do futuro a partir das experiências vividas de ruptura/continuidade com o passado."<sup>59</sup>

Devido a este novo horizonte advindo da valorização do “pacto constitucional” que seria a garantia do controle das ações dos governos por parte da população, e principalmente a afirmação dos direitos individuais, levando a possibilidade

---

<sup>58</sup>*Ibidem*, p.9.

<sup>59</sup> SLEMIAN, 2006.

de romper com o que era caracterizado como "absolutismo", coloca-se em jogo neste momento a consolidação de um dos elementos mais importantes da modernidade política do século XIX: o Parlamento. Este representava a capacidade de equilíbrio entre os poderes da nação com a possibilidade de concorrer com os antigos monarcas, principalmente na elaboração das leis que normatizariam as sociedades. O Parlamento seria, portanto, o espaço de consolidação das práticas políticas liberais como aponta a autora:

O papel do Parlamento como lugar dos 'representantes da nação', que hoje tenta a ser desprezado em consequência da crise vivida pelos Estados nacionais e seu paradigma de democracia, era, à época, um dos pilares de uma verdadeira crença liberal de que a racionalização das formas de funcionamento dos governos poderia atender aos interesses dos indivíduos na composição de uma sociedade que igualasse os homens perante a lei.<sup>60</sup>

A partir desta perspectiva podemos compreender as reformulações propostas como movimento do Porto de 1820. Slemian aponta que entre as transformações ocorridas neste processo de construção de uma nova ordem constitucional moderna, estava à questão da racionalização e transparência das instituições e ações governamentais - retomando questões discutidas no trabalho de Hespanha - há também neste rearranjo liberal à valorização dos direitos inalienáveis do homem. As Cortes Gerais Constituintes de 1821 representam, portanto, devido ao grande número de projetos e leis apresentados, uma grande transformação na organização imperial, principalmente por tirar do rei a autonomia do legislativo, agora desempenhado em concorrência com as Cortes.

Portanto, para Slemian, o constitucionalismo representa a modernidade que tange a Razão de Estado, no caso do Brasil, de responder a principal questão de como se organizar um Estado sem um centro político-administrativo bem definido para romper como a herança administrativa do Antigo Regime.

Ao longo dos eventos que sucedem a outorga da constituição das cortes em 1820, do movimento de Independência em 1822 e principalmente da primeira Constituição do Estado brasileiro em 1824 os grupos envolvidos nesta questão se enfrentaram para definir o que seria este Estado constitucional brasileiro sob o comando de D. Pedro I. Como aponta Slemian:

---

<sup>60</sup>*Ibidem*, p.14

a outorga da Carta brasileira de 1824 fez que o vocábulo e seus derivados fossem também utilizados, a partir do círculo dos poderes constituídos, como instrumento central de garantia de estabilidade (e constitucionalidade) do regime. Logo se transformou em adjetivo poderoso para simbolizar os atributos de uma monarquia cuja legitimidade era construída, senão pela participação direta do "povo", pela sua "aceitação", o que servia de justificativa para o "pacto legalista".<sup>61</sup>

A construção de um regime monárquico constitucional no Brasil significou a consolidação do Parlamento como via de representação dos cidadãos frente ao poder do Imperador que era visto como tradicional defensor de seus súditos.

Um dos aspectos mais polêmicos da nova Constituição era o quarto poder, mais conhecido como Poder Moderador. Como aponta Christian Lynch houve acalorado debate entre liberais e conservadores sobre a natureza e os limites do dito poder. Os primeiros argumentavam que o Poder Moderador representava a permanência do despotismo nas ações do Imperador, sendo que o poder de veto do Imperador representaria uma forma de limitar as ações do legislativo, que na visão dos liberais deveria funcionar em prol do bem comum. Já na visão dos conservadores, o Poder Moderador seria a defesa dos povos contra os interesses das elites presentes nas câmaras, ou seja, uma forma de garantir que os interesses da elite parlamentar não se tornassem hegemônicos.<sup>62</sup> Esta questão se estende também ao longo do Segundo Reinado, o que trataremos mais adiante quando discutirmos especificamente a escrita de Joaquim Felício dos Santos.

Para concluirmos esta discussão sobre a transformação constitucional das primeiras décadas do século XIX, Slemian chama a atenção que, com a deposição de D. Pedro I em 1831, houve ampla pressão social para a mudança de bases políticas do regime, a Carta Constitucional foi limitadora dos horizontes de transformação. O elemento constitucional passou a ser ainda mais utilizado discursivamente pelos mais diversos projetos políticos “o que reforçou sua centralidade e inseriu definitivamente o Império do Brasil no rol de problemas enunciados na formação dos novos Estados liberais.”<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.22

<sup>62</sup> LYNCH, 2008, p.87.

<sup>63</sup> SLEMIAN, 2006, p.24

### 1.3.1- O papel do "regimen constitucional" para a construção do liberalismo de Joaquim Felício dos Santos.

Em 10 de Março de 1820 os espanhóis, proclamando o regimen constitucional, obrigarão a Fernando VII a jurar a constituição de 1812. Em 21 de Agosto rompeu no Porto uma revolução semelhante: aceita por Lisboa em 15 de Setembro, propagou-se logo por todo o reino. Assim Portugal revolucionava-se, mas não tanto por amor da liberdade, como por se ver pungido de inveja pela prosperidade do Brasil, que deixava de ser colônia depois da vinda da corte, e cujo comércio se engrandecia com o franqueio de seus portos estrangeiros, em prejuízo da indústria portuguesa, que não mais nos tinha por consumidores forçados dos seus mausprodutos. Pedia-se o regresso do rei para Lisboa: era o principal, quaseúnico fim da revolução.<sup>64</sup>

O parágrafo destacado das *Memórias do distrito diamantino* é o primeiro do capítulo XXXVIII e trata do tema da "Revolução constitucional do Porto". Inicialmente trata-se de uma descrição factual do fato de Fernando VII ter sido obrigado a aceitar a constituição de Cádiz e em seguida trata da semelhança do evento em Portugal, onde o Rei também se viu obrigado a aceitar a constituição das cortes. Na segunda parte deste parágrafo podemos perceber diretamente o discurso de Joaquim Felício dos Santos e vemos sua opinião e posicionamento político de maneira mais direta.

A primeira questão é da "liberdade". Santos, neste caso, está utilizando o termo como sinônimo de Liberalismo, visto que a referida constituição é construída a partir de bases liberais, como se evidencia no preâmbulo à Constituição de 1820, que afirma "assegurar os direitos individuais dos cidadãos, e estabelecer a organização e limites dos poderes políticos do Estado."<sup>65</sup> Antônio Manuel Hespanha destaca, realizando uma retrospectiva dos usos do termo anteriormente a este período em Portugal, que esta é uma inovação de sentido, já que a partir de 1820 o termo constituição vai ser associado diretamente com pressupostos liberais.

Santos, a partir desta premissa política liberal, critica duramente a forma como o movimento constitucional foi aceito em Portugal. Em um primeiro momento, atribui a tentativa de negação a determinado revanchismo, ou seja, há o sentimento de inveja pela inversão de condições entre Portugal e Brasil, que a partir de

---

<sup>64</sup>SANTOS, 1924, p.320

<sup>65</sup>A citação aos detalhes da Constituição de 1820 são todas retiradas de HESPANHA, 2004, p.69.

1808 deixava de ser colônia para ser cabeça do Reino, e que a aceitação da constituição seria somente a forma encontrada de fazer com que D. João VI retornasse à Portugal. Outra questão a ser destacada é a utilização do termo "revolução". Neste caso, fica evidente que para Portugal o que se visa é o retorno a uma antiga ordem, de restabelecimento da sua condição de metrópole frente a antiga colônia. Aspectos como a inveja e a intimação de retorno à D. João VI são significativos para compreendermos o emprego deste termo.

Em um segundo momento é possível compreender outra crítica direta de Santos sobre a questão do estatuto colonial a partir de certo sentimento antilusitano. O uso do "nos" é significativo para entendermos o sentimento de pertença a determinada identidade, no caso a brasileira, e por outro lado marca oposição aos portugueses, que além da inveja perante as condições do momento da antiga colônia, a partir de então não têm mais a capacidade de "forçar" os naturais do Brasil a consumirem seus "mausprodutos", indicando a condição de dependência de Portugal frente ao Brasil, temos, portanto, elementos de ironia. Há na fala de Santos a inversão das condições de dependência.

No parágrafo seguinte Santos continua suas reflexões:

O grito revolucionário rápido atravessou o Atlântico, e foi repercutindo nos últimos sertões do Brasil, que aceitou com entusiasmo a ideia do sistema constitucional. O espírito público já estava preparado para isso, e talvez mais... Os brasileiros, em geral toda a América, consideravam o regime dos anglo-americanos como o protótipo dos governos: provam as manifestações de Minas em 1789, de Pernambuco em 1817. Se houvesse partido do Brasil a iniciativa d'este grande movimento, é fora de dúvida que teríamos seguido o exemplo de nossos irmãos do novo-mundo. Então que seria o Brasil?<sup>66</sup>

Há inicialmente a ideia de povo, "espírito público" o que, em efeito discursivo, passa a ideia de unanimidade, aceitação imediata do sistema constitucional no Brasil, e sugere que os brasileiros estariam preparados para mais: a adoção do sistema republicano de inspiração norte-americana. É fato que, assim como Ottoni, Santos é admirador da organização política dos Estados Unidos.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup>SANTOS, 1924, p.320-321

<sup>67</sup> Para os detalhes sobre o liberalismo de Ottoni ver: SILVA, 2006, p.214-227. No tocante à questão do admirador ao modelo norte-americano destacamos o seguinte trecho das *Memórias*: "Por esse tempo a América Inglesa dava começo às guerras de sua independência; o espírito de liberdade, como um eflúvio elétrico, fazia estremecer todos os povos americanos. Já se falava em despotismos,

Para concluir, Santos associa os eventos da Inconfidência Mineira e da Revolução de Pernambuco ao ideal republicano e sugere que se houvesse uma organização nacionalista talvez, já em 1820, o Brasil teria adotado o sistema republicano, questionando o que seria o Brasil se esta escolha republicana tivesse sido feita neste contexto.

Santos no decorrer do capítulo exalta o "espírito público" que a população do antigo arraial do Tejuco recebeu em decorrência "dos gloriosos acontecimentos do Porto e de Lisboa."<sup>68</sup> É nítida a tentativa de caracterizar o distrito diamantino como espaço predominantemente liberal, onde a população sempre lutou contra os desmandos do despotismo colonial e sempre aprovou e esteve aberta às mudanças que condizem com a matriz ideológica do autor. Percebe-se a utilização da "população", "povos" como elemento passivo, que se move reagindo as grandes ações vindas do governo, dos intendentos, ou seja, de personagens que teriam força maior dentro das relações de poder no jogo político dos períodos retratados, como afirma nesta passagem: "o povo sempre foi bom em todos os tempos e lugares; os encarregados de dirigi-lo são quase sempre quem os levam a desvairar."<sup>69</sup>

Uma das formas que Santos encontra de valorizar a virada constitucional é associando estas transformações com os desejos da população:

A notícia d'estes acontecimentos chegou a Tijuco no dia 19 de Março. Muitas pessoas receberão cartas volumosas da corte, em que eles eram relatados minuciosamente, e na gazeta ministerial vinha o decreto de 24 de Fevereiro. Não é possível descrever a alegria que imediatamente se apoderou de *toda a população*. Câmara ainda se achava no morro do Pilar, e os fiscal Luiz José Fernandes de Oliveira n'esse dia estava em Caldeirões. Eram as duas únicas autoridades que poderiam proibir qualquer demonstração de público regojiso; e assim o *povo* via-se livre para se deixar conduzir pela nobre paixão que o dominava.<sup>70</sup>

A leitura que Santos realiza do que chama de "revolução constitucional" se torna elemento operacional para que ele julgue tanto fatos do passado como de seu

---

tiranía , independência, liberdade, direitos do povo, - palavras antes desconhecidas. Alguns escritos dos filósofos e livres pensadores da França, como objeto de contrabando, tinham-se introduzido entre nós, e começávamos a sentir o peso do jugo metropolitano: a isto a corte denominava contágio revolucionário, e a inquisição, em sua linguagem mística, lepra hebraica." In: SANTOS, 1924, p.132.

<sup>68</sup> *Ibidem*, 1924, p.322.

<sup>69</sup> *Ibidem*, 1924, p.361.

<sup>70</sup> *Ibidem*, 1924, p.324. Itálico e grifos nossos.

presente político. O mesmo regime constitucional que não permite que o "regimento diamantino" se mantivesse na década de 1820, também dita as premissas para a crítica à forma como a constituição vinha sendo interpretada no período em que escreve os textos, ou seja, entre os anos de 1860-1862. Portanto, é um elemento fundamental para compreendermos a forma como Santos constrói sua narrativa. Podemos comprovar este argumento a partir das *Memórias*:

A liberdade política, consistente na faculdade de praticar tudo o que por lei não for proibido; a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de classes privilegiadas; a inviolabilidade do direito de propriedade, e de segurança pessoal, não se podendo decretar apenas arbitrárias, que não estejam por lei anteriormente designadas; [...] o direito de petição; os recursos dados às partes contra decisões injustas, iníquas, arbitrárias: - estes e outros princípios eternos fundados na lei natural, iam ser reconhecidos e proclamados na constituição que as cortes de Lisboa tinham de impor à realeza do direito divino. O regimento diamantino, que criara uma colônia dentro de outra colônia, governada despoticamente de uma maneira excepcional, não podia mais ficar subsistindo com o regimen constitucional já proclamado e jurado na capital do Brasil por aqueles mesmo, que tinham interesse na conservação da antiga ordem das cousas.<sup>71</sup>

E do *Jequitinhonha*, no primeiro número do jornal, onde o texto de abertura é uma espécie de manifesto sobre o papel que tal folha pretendia com suas publicações:

No meio de todos esses males, que apenas deixamos esboçar, o partido liberal desta cidade não podendo assistir [...] e indiferente o desmoronamento de nossa constituição política em suas mais sólidas bases, a postergação das mais sagradas direitos do cidadão, tomou a resolução de recordar à imprensa, e de promover, por meio d'ela, a realização do seguinte programa: execução fiel da constituição política do Império [...]; divisão de poderes efetivos [...]; Reforma da lei de 3 de dezembro de 1841 [...]; Pleno exercício do direito eleitoral: liberdade de voto [...]; As nossas armas serão as da ação: o nosso escudo – a constituição do império.<sup>72</sup>

A partir da comparação entre dois textos de Santos de natureza distinta, as *Memórias* como histórica, e o editorial de caráter político, podemos traçar os aspectos em que eles se cruzam. Compreender em uma via de mão dupla onde o po-

---

<sup>71</sup>*Ibidem*, 1924, p.325.

<sup>72</sup>O *Jequitinhonha*, Diamantina: 20/12/1860.

sicionamento político serve para amparar sua leitura histórica, assim como sua perspectiva histórica, interfere em sua postura política, não a partir de uma relação direta de determinação de um campo no outro, e sim a partir de suas relações, cruzamentos. Devemos pensar que estes sujeitos estão construindo suas estruturas de pensamento de acordo com suas vivências, experiências, particularidades enquanto homens de seu tempo, e estão sujeito a incoerências, a nem sempre serem racionais, a serem dúbios em suas intenções. A tentativa de explicar como estes atores do passado pensam e sistematizam a história é sempre um trabalho difícil, no qual sempre teremos uma visão parcial e limitada.

No decorrer do texto das *Memórias*, Santos narra o fim paulatino da Real Extração, a explicação que encontra para tal fenômeno e que esta seria incompatível com os novos tempos constitucionais, sendo que a saída proposta para a exploração dos diamantes seria através do livre mercado. Como apontado acima, apesar das transformações ocasionadas pela revolução constitucional, em sua visão, ainda havia a necessidade de reformas na execução da constituição do Brasil, principalmente na questão representativa. Na seguinte passagem, Santos ironiza a capacidade do governo em cumprir seus compromissos que, em tese, estariam garantidos pela Constituição:

Quase todos os senhores já haviam retirados seus escravos dos serviços da Extração, por falta de pagamento dos alugueis: só um ou outro proprietário mais crédulo ainda alugava os seus. O tesouro nacional em um govêrno-monarchico-constitucional-representativo não pode deixar de pagar o que deve, diziam esses *bons homens*: e acumulavam dividas sobre dividas, esperanças sobre esperanças. Felizes os que esperam!<sup>73</sup>

Portanto, podemos concluir que, para Santos, a "Revolução constitucional" é um evento interpretado em ampla sintonia com os princípios liberais, que matizam seu posicionamento político e histórico. Tendo como objeto a história do distrito dos diamantes, Santos reconstrói os fatos, personagens, curiosidades, lendas, a partir de sua perspectiva liberal e busca responder questões latentes de seu presente. Sem dúvidas é uma obra que visa buscar explicações sobre a situação presente de Diamantina pela via histórica.

---

<sup>73</sup>SANTOS, 1924, p.398.

Entretanto, apesar de Santos demonstrar predileção pelo sistema republicano de inspiração norte americana, podemos afirmar que, nesta primeira fase do jornal (1860-1864), ele não visa uma virada republicana do sistema político brasileiro. Os textos políticos contidos no periódico em sua maioria se dedicam a cobrar reformas dentro do âmbito legal, ou seja, mostra-se acentuado o aspecto legalista das aspirações políticas do *Jequitinhonha*. Acobrança em relação ao respeito à constituição é significativa para demonstrarmos este ponto de vista, já que, neste princípio, Santos não acredita que a população esteja preparada para o novo regime, assim como Ottoni. Ao analisarmos o programa do *Jequitinhonha* mais detalhadamente esta questão ficará bem evidente.

#### **1.4- As eleições de 1860 nas páginas d'*O Jequitinhonha*.**

O primeiro número do jornal ganhou às ruas no dia 20 de dezembro de 1860 e trazia como primeiro texto uma espécie de editorial dedicado a comentar de maneira crítica os principais assuntos do momento político, sempre reafirmando o posicionamento político do *Jequitinhonha*. Ganha relevo o fato de que alguns destes editoriais possuam títulos, outros não. Basicamente, estes textos são de caráter opinativo, ou seja, expressam abertamente a opinião do jornal acerca dos assuntos políticos destacados.

*O Jequitinhonha* não hesita em definir seu posicionamento, se assumindo como alinhado ao Partido Liberal desde o seu primeiro número.

No decorrer de determinada coluna, por exemplo, encontramos o balanço sobre as eleições do dia 30 de Dezembro de 1860, que traz análise diretas e contundentes das ações do ministério Ferraz, a visão sobre o Partido Conservador e etc., em questões que sempre são tratadas pelo viés oposicionista desempenhado pelos Liberais naquele momento em relação ao Governo Imperial.

A análise destes textos, portanto, é fundamental para o nosso trabalho, já que a coluna *Districto diamantino* foi durante seus dois anos de duração, 1861-1862, publicada na seção seguinte ao editorial. Acreditamos que, através da apresentação e análise destes editoriais, podemos buscar elementos para compreender melhor a construção dos textos da coluna *Districto Diamantino*, seção esta que posteriormente fará parte das *Memórias do districto diamantino* de 1868.

A partir do confronto entre o editorial e o texto histórico também é possível percebermos que, na *performance* discursiva de Joaquim Felício dos Santos, existe uma clara diferença na forma de escrita utilizada na coluna editorial com relação à empregada no *Districto Diamantino*. No primeiro, fica explícito o lado partidarista de Santos, onde ele se assume como membro do Partido Liberal e que suas críticas são guiadas pelo programa proposto no primeiro número.

De outro lado, nos textos da coluna intitulada *Districto Diamantino*, - que a partir do número do dia 6 de Maio de 1861 passa a aparecer acompanhada do título *História* - nota-se uma consciência sobre o gênero histórico por parte do autor, com a crescente preocupação de Santos com a veracidade dos fatos e com as fontes citadas, mesmo que ele faça uso de fontes orais e tenha características de narrador viajante, em consonância com as formas de se fazer história à época.<sup>74</sup> Podemos citar a discussão presente nas *Memórias* em que Santos contesta Varnhagen sobre quem seria o primeiro a estabelecer uma indústria de fundição de ferro no Brasil: o intendente Câmara ou o próprio pai de Varnhagen? Santos neste caso defende a primazia de Câmara e acusa Varnhagen de ser um historiador apaixonado, parcial ao dar os créditos ao próprio pai.

Primeiramente vamos tentar compreender o posicionamento político de Joaquim Felício dos Santos e observar se esta dimensão política tem interferência em suas formulações históricas. Para oferecer este panorama iremos analisar os editoriais e os demais textos dos números que antecederam a coluna *Districto Diamantino*, espaço que passará a fazer parte do jornal a partir do nº3, do dia 20 de Janeiro de 1861.

#### **1.4.1- O primeiro texto editorial: o programa político do *Jequitinhonha*.**

---

<sup>74</sup> “Ou, ainda, que em *Memórias do distrito diamantino...*, a todo momento o narrador interrompa um percurso que poderia ser linear – a história de Diamantina, de sua fundação no século XVII aos anos 50 do século XIX, período–limite das memórias -, para contar casos, descrever festas, tipos e curiosidades. Pois é com os olhos insaciáveis de colecionador que se descrevem e demarcam as províncias e costumes. *Olhos de colecionador e paixão classificatória e descritiva de viajante, de quem se sabe meio fora do quadro, não de todo ali e que, por isso mesmo, com recursos histórico-paisagísticos tenta aproximar cenas, personagens e vistas*: essa a marca do narrador dessas ‘viagens provinciais’ da segunda metade do século XIX.”SUSSEKIND, 1990, p.210.

O texto editorial, que abre o primeiro número do jornal no dia 20 de dezembro de 1860, traz um balanço sobre a situação do país na ótica do liberal Joaquim Felício dos Santos. Apesar de não haver divisões ou tópicos ao longo da escrita, há claramente uma distinção entre as partes do texto: uma primeira, basicamente, levanta os pontos de crítica à política imperial e uma segunda descreve possíveis propostas para as questões destacadas na primeira parte.

A argumentação inicial de Santos remete a questão do patriotismo que, em caráter dramático, exclama: "Que brasileiro, em cujo coração palpita o sagrado amor da pátria pode deixar de sentir-se profundamente magoado ao encarar o quadro que apresenta atualmente nosso país!"<sup>75</sup> Destacamos primeiro sua concepção ambígua de pátria, que transita entre as causas gerais de toda a nação brasileira e o sentimento com relação a sua pátria, como região de nascimento, ou seja, o distrito diamantino.

Também podemos perceber que o cidadão profundamente magoado é o patriota consciente e acima de tudo o sujeito que professa a doutrina liberal, onde a chave de leitura dos eventos será realizada através desta ótica liberal. Estes são os únicos capazes de guiar o país no sentido do progresso, em oposição clara aos conservadores, que vinham dominando a política imperial dos últimos vinte anos.

Na construção textual de Santos há tópicos da narrativa romântica, há o enaltecimento da riqueza da natureza brasileira e a relação direta desta abundância com o desenvolvimento do país.<sup>76</sup> Para Santos como é possível que:

esse gigante da America pela extensão vastíssima de seu território, pela prodigiosa fecundidade de seu solo em cuja superfície serpeiam tantos rios navegáveis pelas abundantes fontes de riqueza que em seu seio [encerra] de todos os reinos da natureza; provido de magníficas baías em uma costa banhada pelo oceano atlântico na extensão de mais de mil léguas; o Brasil, digamos, parecia predestinado pelo Criador do Universo a um crescimento rápido, e a ocupar, entre as demais nações, um lugar distinto, si não a predominar sobre elas. Entretanto o que vemos?<sup>77</sup>

O papel da providência divina e a constatação de que o Brasil é um lugar privilegiado por Deus encontra espaço no exercício narrativo romântico de Santos. Se para ele o território brasileiro é vasto, terra rica tanto para agricultura quanto

---

<sup>75</sup> *O Jequitinhonha*, Diamantina: 20/12/1860.

<sup>76</sup> Para detalhes sobre aspectos da narrativa romântica em Joaquim Felício dos Santos ver: SUSSEKIND, 1990, p. 211-215.

<sup>77</sup> *O Jequitinhonha*, Diamantina: 20/12/1860.

para mineração, se há uma imensidão de rios navegáveis e uma costa oceânica continental, por que o brasileiro teria motivos para se magoar perante a situação do país?

Santos passa em seguida a elencar os problemas do Brasil e suas possíveis causas. A primeira crítica é direcionada à agricultura, esta como "base principal de nossa riqueza particular e pública" não pode ficar submetida a "uma rotina totalmente anacrônica com os progressos da indústria moderna", para ele é inadmissível um país com as vantagens naturais venha definir "por falta de braços, [...] e de um sistema regular de vias de comunicação."<sup>78</sup>

Examinando a visão econômica do autor, destaca-se o papel da agricultura, que para Santos era um dos elementos imprescindíveis para o "progresso da indústria moderna". Santos está preocupado em diminuir a dependência do diamante para a produção econômica da região, como sinaliza nas *Memórias*.<sup>79</sup> Santos realiza a defesa do sistema de máquinas em substituição ao trabalho escravo e também uma maior diversificação das atividades econômicas, lembrando que, no final da década de 1860, Santos funda uma indústria têxtil em sociedade com seu irmão Antônio Felício dos Santos.

Particularmente este texto tem uma peculiaridade interessante, a principal preocupação daquele dia 20 de dezembro de 1860 são as eleições convocadas para a Assembleia Geral do Império do próximo dia 30. Podemos apontar que *O Jequitinhonha*, que se assume alinhado ao Partido Liberal, tenha surgido especificamente nesta data, para orientar os eleitores para a votação da semana seguinte, este balanço da situação do país, portanto tem como uma de suas intenções oferecer ao eleitor liberal do sexto círculo de Minas Gerais um panorama pelo viés oposicionista.

Santos adentra em dois tópicos que vão ser frequentes em sua argumentação, que são o problema de comunicação devido ao sistema de estradas e a questão da mão de obra, ponto polêmico e marcante em sua *performancediscursiva*.

Como órgão do partido liberal, *O Jequitinhonha* com o texto de Santos, discute a questão dos trabalhadores apontando o desperdício de "milhares de contos de reis" com "uma colonização estrangeira", para ele é inadmissível se optar pela

---

<sup>78</sup>*Ibidem*. 20/12/1860

<sup>79</sup> O termo indústria utilizado no sentido amplo destacado por Douglas Libby: "indústria essa entendida na sua acepção mais ampla, isto é, como um conjunto de atividades produtivas visando à transformação de matérias-primas em artigos acabados." In: LIBBY, 1988. p.14

imigração enquanto "milhares de cidadãos brasileiros, jazem na ociosidade e na miséria". Santos ao criticar a escolha da importação de mão de obra, adota uma postura, digamos "nacionalista", e com finalidade acima de tudo social. A solução para o problema da escassez de trabalhadores estava nos próprios brasileiros, livres e pobres, que ao se tornarem miseráveis e ociosos são a "origem fecunda de todos os vícios e crimes que tão frequentemente se reproduzem". E que o pauperismo, apontado como "lavra terrível por todos os ângulos do Império", com ênfase na situação de fome que a Bahia vinha passando no período, poderia ser solucionado utilizando justamente esta mão de obra livre e ociosa "por meio de leis sábias e prudentes, ser utilizados em proveito próprio e em benefício comum da sociedade."<sup>80</sup>

Neste texto, Santos não manifesta opinião sobre os trabalhadores cativos, mas no texto *O descoberto de S. João* ele deixa de forma velada o repúdio ao sistema escravista, o que discutiremos quando tratarmos de tal texto.

Santos aponta para a situação da "nossa indústria", que para ele se encontra enfraquecida diante dos vários obstáculos para seu desenvolvimento.<sup>81</sup> Além dos problemas estruturais, como a questão das estradas, Santos destaca os encaços da "concorrência ilimitada da indústria estrangeira", certamente se referindo a livre circulação do capital inglês nas atividades mineradoras e têxteis. Vale a pena destacar que a família Felício dos Santos, principalmente pelas mãos do Bispo Antônio Felício dos Santos, irmão de Joaquim Felício dos Santos, no final dos anos 1860 se inserem no competitivo mercado têxtil com a fundação da fábrica do Biribiri.

O próximo tópico adentra na questão da constituição dos poderes. *O Jequitinhonha* reproduz uma questão tradicional dentro das reivindicações liberais na oposição ao Império, que é a questão da excessiva centralização do Estado, o que prejudicaria as iniciativas provinciais e conseqüentemente os municípios. Para Santos: "o sistema de centralização adotado, absorvendo os recursos das províncias, e tolhendo-lhes a liberdade de ação, tira-lhes toda a possibilidade de progresso. [...] As câmaras municipais, dentro dos estreitos limites de suas atribuições não podem atingir o fim de sua instituição."<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> *O Jequitinhonha*, Diamantina: 20/12/1860.

<sup>81</sup> *Ibidem*. 20/12/1860.

<sup>82</sup> *Ibidem*. 20/12/1860.

Também podemos visualizar o esboço da forma como deveria funcionar o sistema representativo do país: o progresso do país deveria começar da "terra em que nasceu" para assim, o desenvolvimento da localidade poder somar com o todo. O destaque que o município/província tem nesta argumentação pode ser compreendido por meio desta simplificação, a acusação por parte dos liberais de que o Estado brasileiro é excessivamente centralizador passa pela importância do local para o desenvolvimento do todo e da defesa da autonomia provincial. No ponto destacado do programa político proposto pelo *Jequitinhonha*, esta argumentação é exposta de maneira clara e objetiva: "Descentralização administrativa, quanto seja necessário ao desenvolvimento e prosperidade das províncias, sem prejuízo da unidade do supremo governo do país."<sup>83</sup>

Esta reivindicação presente no *Jequitinhonha* pela "descentralização administrativa" era um tópico importante do debate político desde o movimento de Independência do Brasil e foi elemento decisivo para a configuração política do Império brasileiro.

Dentre os formuladores desta nova nação haviam os que entendiam que o modelo de Estado a ser adotado pelo novo Império deveria ser parte de um processo civilizador, nos moldes da ilustração portuguesa, o que exigiria a necessidade de um Estado forte e centralizado composto por uma elite capaz de irradiar para os mais diversos cantos do imenso território imperial esta cultura civilizada de molde europeu. Neste projeto civilizador houve espaço para debater questões sociais que alterariam às bases das condições de cidadania daquela sociedade, como por exemplo o problema do trabalho cativo. Como principal representante deste projeto temos José Bonifácio de Andrada, que entendia que uma nação que se pretendia civilizada deveria acabar gradualmente com algo tão pernicioso para a constituição de sua identidade. Para José Bonifácio a liberdade dos negros e a inserção social dos indígenas significaria um caminho de harmonizar a população. Esta concepção eliminaria às profundas desigualdades políticas e civis destas populações que deveriam compor a futura nacionalidade brasileira.

Em oposição a este modelo centralizador e cidadão defendido por Bonifácio havia o projeto da Monarquia Federativa, gestado pelos "liberais moderados" que de acordo com Miriam Dolhinikoff saiu vitorioso na definição dos rumos políticos

---

<sup>83</sup> *Ibidem*. 20/12/1860.

do Império, principalmente com a queda de D. Pedro I em 1831 e a aprovação do Ato Adicional de 1834.

A principal preocupação destes liberais se dava no ponto de como manter a unidade nacional e ao mesmo tempo respeitar a autonomia das elites provinciais. Este ponto foi fundamental para a queda de D. Pedro I em 1831, a quem estes liberais acusavam de exercer um governo despótico e centralizador.

A instalação da Regência foi resultado dessa vitória liberal que se mobilizaria neste momento na defesa do federalismo, entretanto sem alterar as configurações sociais da sociedade imperial. A luta por um projeto monárquico aliado a uma federação foi a saída encontrada por estes liberais, que buscavam principalmente manter seu espaço de poder e influência econômica nas províncias, inclusive com a manutenção da ordem escravista em ampla oposição ao projeto civilizador de José Bonifácio. A aprovação do Ato Adicional garantiu a unidade nacional a partir da cooptação das elites provinciais para o interior do Estado imperial e ao mesmo tempo manteve a ordem social com a preservação do trabalho escravo.<sup>84</sup> Entre os principais articuladores do Ato Adicional estavam os deputados Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e Diogo Antônio Feijó.<sup>85</sup>

Entretanto a partir de 1837 vários deputados se organizaram para revisão das reformas liberais que caracterizaram o Ato Adicional de 1834 e organizaram uma oposição para discutir os rumos da política imperial a partir dos desdobramentos do referido ato, em período que ficou conhecido como Regresso Conservador.

A oposição que se organizou após a vitória conservadora nas eleições de 1836 abriu espaço para a revisão do Ato Adicional de 1834. Não se tratava entretanto de regressar ao regime de extrema centralização nos moldes do Primeiro Reinado, muito menos de uma transformação de fundo no sistema político no sentido de ampliar os direitos políticos. Trata-se de uma espécie de correção de rumos para garantir o acordo federalista e o arranjo estabelecido entre as elites a partir de 1831, o que culminou com a revisão do Ato Adicional e aprovação da Lei de 1841 que reviu o Código de Processos de 1834, limitando na prática a autonomia provincial

---

<sup>84</sup>O Ato Adicional de 1834 foi uma emenda constitucional que na prática dividiu as competências dos governos central e provincial. Ao dividir o território nacional em províncias o Ato propiciou autonomia a estas partes em assuntos de grande importância como a tributação, empregos provinciais e municipais, obras públicas, força policial, e liberdade de decisão sobre os investimentos econômicos. In: DOLHNIKOFF, 2005, p.18.

<sup>85</sup>*Ibidem*, p.55

conquistada com o Ato Adicional.<sup>86</sup> Dentre outros desdobramentos do Regresso, podemos destacar a Revolta Liberal no ano de 1842 em Minas Gerais aonde a derrota liberal marcou um período de perecimento político dos liberais e um domínio quase total dos conservadores nas mais importantes funções do poder imperial.<sup>87</sup>

*O Jequitinhonha* ao debater o papel que as Câmaras deveriam ocupar estava dialogando diretamente com essa disputa política entre Liberais e Conservadores. Para esse período inicial do jornal podemos afirmar que Santos está propondo reformas que condizem com o projeto dos liberais responsáveis pelo Ato Adicional, principalmente a partir da defesa do constitucionalismo aliado ao federalismo.<sup>88</sup>

Em Santos há todo um esforço narrativo em construir um Estado centralizador que sufoca as províncias, tanto no aspecto econômico quanto político, ou seja, Santos percebe a existência de um pacto federativo no Império, porém como a tese Dolhnikoff destaca este é um acordo entre as elites do Império para a construção e fortalecimento deste poder central – elemento pernicioso da política imperial alvo de crítica em toda obra de Santos- a distribuição dos cargos eram feitas de acordo com os critérios do governo provincial, porém, sem desprezar as hierarquias locais, e assim podemos considerar a ideia de federação para Dolhnikoff distinta do que Santos concebia, trata-se de um arranjo de poder entre as elites conservadoras/monárquicas das diferentes localidades do vasto Império, se pensarmos no sentido formal foi realmente construída uma federação no Brasil, o problema para estes liberais são os moldes dessa federação que passava, sobretudo pelos critérios

---

<sup>86</sup>COSTA, 2007, p.157.

<sup>87</sup> Para os detalhes do partidarismo imperial e ocupação dos cargos nas casas representativas ver o capítulo "Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia. In: CARVALHO, 2011, p.199-228.

<sup>88</sup>Na seguinte passagem temos no texto inaugural d'*OJequitinhonha* o elogio às figuras de Feijó, Vasconcelos e Andradas indicando relação de admiração com às obras destes que seriam grandes patriotas: "O egoísmo, vil sentimento, destruidor dos mais nobres impulsos do coração humano, tende a aniquilar, na pátria dos Andradas, Vasconcellos, e Feijós esse sentimento irrefletido, desinteressado e indefinível, que liga o homem a terra em que nasceu, que levam ao promover seu engrandecimento, sua prosperidade, sua glória, e que, quando as circunstâncias o exigem, inspira-lhes esses ditos de sublime abnegação, e de heroísmo, tão comuns na história das nações. Ah! com pesar o dizemos; o patriotismo parece haver desertado d'este país!" In: *O Jequitinhonha*. Diamantina:20/12/1860. Interessante destacar Vasconcelos e Feijó, foram responsáveis sobretudo para a descentralização administrativa iniciada durante a Regência. Vasconcelos e Feijó também foram responsáveis diretos pela formulação Ato adicional. O interessante é que os Andradas e Feijó foram adversários e com perspectivas totalmente distintas acerca de um modelo nacional. Vasconcelos e Feijó, apesar do empenho na aprovação do Ato, que foi combatido pelos Andradas, guinaram para o lado conservador e, mesmo enquanto liberais, defendiam a manutenção da escravidão. Para os detalhes dos projetos e posicionamentos políticos dos nomes destacados ver o capítulo "Projetos Liberais". In: DOLHNIKOFF, 2005, p. 23-80.

e parâmetros políticos do governo central. A federação que estes liberais imaginavam tem como referência o modelo norte-americano, a ideia de representação é baseada no modelo liberal com aspirações democráticas, mesmo que limitada a certa concepção de elite da época.<sup>89</sup>

Acreditamos neste trabalho que neste período inicial (1860-1864), Santos não é decididamente um republicano. O que tratamos como republicano é a proposta de destituição da Monarquia do poder, com a formulação de um novo pacto constitucional, como por exemplo as propostas que vão ser gestadas pelo Clube Radical em 1868 e vão ser sistematizada com o Manifesto do Partido Republicano no ano de 1870. Santos se assume republicano neste outro contexto do final da referida década.

Na segunda fase do jornal que é iniciada a partir do ano de 1868, há inclusive mudança do cabeçalho do jornal no número do dia 31 de Outubro de 1869: "O JEQUITINHONHA" professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude, propugnando pelas reformas constitucionais radicais no sentido da DEMOCRACIA PURA."<sup>90</sup> Em 19 de Fevereiro de 1871 a inscrição no cabeçalho do jornal passa a ser simplesmente: "Órgão Republicano."<sup>91</sup>

Para o período da primeira fase do jornal (1860-1864), Santos pode ser no máximo enquadrado nos chamados "liberais exaltados", (se é que temos necessidade de enquadrá-lo ou marcar um rótulo no posicionamento de Santos - apesar de acreditarmos que qualquer forma de rotulação destes sujeitos históricos é uma forma de empobrecer seu conhecimento -), grupo daqueles que propunham reformas radicais nas bases do Império, porém com forte apreço a questão constitucional, o que na prática significava certo respeito às bases fundadoras do Império,

---

<sup>89</sup> Sobre esta questão do arranjo das elites provinciais em torno deste tipo de federalismo Dolhnikoff é bastante clara: "Contra o modelo que prevaleceu no Primeiro Reinado os defensores do federalismo batiam-se pela ampliação da representatividade do regime, mas apenas para as elites provinciais, o que era possível através da federação sem democracia e sem república. A inclusão dos diversos setores sociais deveria se dar, para aqueles que a defenderiam, sob um regime centralizado, por meio do qual a elite dirigente poderia manter o controle sobre tais grupos, ao passo que o projeto federalista, ao propor a ampliação da representatividade do Estado incorporando as elites provinciais, o fazia acompanhado de uma perspectiva de exclusão dos demais setores, de modo que a ampliação da representatividade não resultasse na perda da hegemonia desta mesma elite." In: *Ibidem*, 2005, p.77-78.

<sup>90</sup> *O Jequitinhonha*. Diamantina: 31/10/1869. As expressões em caixa alta seguem como estavam destacadas no jornal.

<sup>91</sup> *O Jequitinhonha*. Diamantina: 19/02/1871.

como por exemplo, a divisão dos poderes. Não vai ser aleatória que uma das principais reivindicações deste grupo liberal se dá contra o Poder Moderador. A formação jurídica de Santos também pode ser uma boa chave de explicação para o respeito à carta constitucional e as constantes exigências de seu cumprimento "fiel".

Também podemos pensar no papel importante do posicionamento do político liberal serrano Teófilo Ottoni, no qual sua famosa formulação da "democracia da gravata lavada" pode encontrar eco no posicionamento do partido liberal do norte de Minas. Ao temer uma revolução do gentil, da plebe, constrói-se um posicionamento antirrevolucionário das instituições do Império, há nesta formulação o temor da "anarquia" que seria consequência de uma mudança drástica do sistema político, a fala de Santos na segunda parte deste texto, quando descreve o lado político, dá indícios de similaridade com o posicionamento de Ottoni:

A feliz unanimidade com que toda a nação abraça o sistema de governo que adotou, é um fato incontestável, sua índole, seus costumes, e até mesmo seus prejuízos não poderiam comportar, na atualidade, outra forma de governo.<sup>92</sup>

De acordo com esta perspectiva a reforma a favor de um regime republicano deveria ser direcionada por uma elite política capaz, respeitando as regras do jogo político da época. As reformas e transformações deveriam ocorrer por etapas, à República em seu sentido pleno seria uma evolução da Monarquia, algo que somente deveria ocorrer quando os "povos" estivessem devidamente preparados, ou seja, pressupunha-se certo trabalho educacional para transformar os cidadãos. Esta república ideal não seria buscada via golpes ou revoluções, ela seria construída paulatinamente já que seria da natureza das instituições políticas caminharem para este fim.<sup>93</sup>

Passamos então para a segunda parte do texto de Santos, no qual ele adentra diretamente no "lado político" no qual "o quadro não é menos consternador".

Santos irá conjugar dois aspectos que agravam a "desanimadora situação", que são os problemas da dívida pública relacionados com a "desmoralização que invade todo o corpo social". Santos afirma que a situação da dívida é espantosa, ao

---

<sup>92</sup> *O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1860.

<sup>93</sup> Sobre o posicionamento político de Ottoni me baseio na tese de SILVA, Wlamir. op.cit e SILVA, Weder Ferreira. *Teófilo Benedito Ottoni: escrita de si e trajetória política (1807-1869)*. In: ARAÚJO, OLIVEIRA (Org.), 2012.

passo que está sempre crescente, o que inspira "sérios receios aos brasileiros que zela e estima como próprio o crédito de seu país", e como o tesouro nacional achasse exausto e com amplo déficit a consequência tomada pelo governo é "impor sobre o mísero povo, já tão sobrecarregado, novos e onerosos tributos!".

Ao associar a questão dos gastos públicos e a consequente dívida, Santos deixa evidente o posicionamento acerca do que seria o papel do homem público para com a coisa pública, ao utilizar "brasileiro" como aquele que zela pelo crédito do seu país, com clara preocupação com a reputação do Brasil perante os credores, não que Felício dos Santos esteja somente dotado de boas intenções com a reputação do país, para se obter mais capital e empréstimos é preciso ter reputação de bom pagador, Santos está acenando para a exigência de investimentos estrangeiros que fosse produtivos para a "indústria" em seu sentido amplo. Automaticamente é traçada uma oposição, sem se referir diretamente, àqueles que estão no governo e não estão utilizando o dinheiro público em benefício do povo, prova disto é o apontamento de que o "mísero povo, já tão sobrecarregado" seriam os responsáveis por equilibrar o déficit do tesouro nacional.

O próximo tópico em discussão é a questão da carta constitucional. Há claramente grande respeito pelo pacto constitucional, aonde as bases fundamentais da constituição política são vistas como "o paládio de nossas liberdades, como a condição essencial da independência, da ordem, e do progresso do país". O problema na visão de Santos são "alguns defeitos que subsistem nas leis do Império", aonde o principal seria "o criminoso falseamento do sistema representativo que a mesma constituição estabelece e consagra".

O autor aprofunda neste texto nas questões que geram este falseamento. Os principais problemas seriam as interferências do que chama de "governo pessoal esse resultado monstruoso da falta de patriotismo e independência de caráter de alguns ministérios que se tem sucedido no governo do país", e da oligarquia: "essa parasita eterna do Estado, ergue mais altiva que nunca seu colo e enroscando-se, qual venenosa serpente, em torno da majestosa árvore da constituição, suga-lhe a seiva, e danifica-lhe os frutos."

Na questão da divisão de poderes políticos, constata-se certo desequilíbrio que favoreceria o executivo, ferindo assim a premissa fundamental da Constituição da divisão e equilíbrio entre os poderes:

A divisão dos poderes políticos, princípio eminentemente conservador dos direitos do cidadão, esse penhor seguro da efetividade das garantias que a constituição nos outorga, não tem passado de uma divisão puramente nominal, tem sido de fato completamente iludida. O poder legislativo, [...], abdica suas mais preciosas atribuições em proveito do poder executivo, que com elas acumulando as que usurpa do judiciário, tem escravizado e sujeitado a seu livre arbítrio as nossas mais vitais garantias.<sup>94</sup>

Detalhe importante que dentro da crítica aos conservadores em suas atividades na Câmara dos Deputados, Santos faz uma ressalva a "despeito dos esforços de alguns homens, para que o patriotismo, o respeito ao dever a dignidade própria de representante da nação ainda não se tornaram uma perfeita quimera, olvidado de sua santa missão." O autor claramente está se referindo as atividades dos liberais na Câmara, este destaque aos seus pares partidários vai ser característico na narrativa de Santos, há certa construção maniqueísta dos personagens e conceitos em disputa tanto em sua atividade política quanto histórica.

Os partidos, posicionamentos ideológicos, sujeitos históricos, serão traçados em pares opostos, o exemplo liberal/conservadores é significativo para constatar-mos tal construção. As virtudes, sejam pessoais ou políticas, estão na construção narrativa de Felício sempre do lado dos liberais, agora os defeitos como a falta de patriotismo, corrupção são sempre associados aos conservadores. Na narrativa histórica podemos perceber tal questão na criação da oposição entre portugueses/brasileiros, agricultores/mineradores. Adentraremos detidamente nesta questão quando discutirmos a construção narrativa das *Memórias*.

O último tópico de crítica se refere à questão do direito eleitoral. A reforma da "lei dos círculos" proposta à Câmara pelo deputado Sérgio Teixeira de Macedo para a ampliação da representação de um para três deputados, e para redefinição dos espaços de cada círculo eleitoral, não agradou os Liberais de Diamantina:

A lei primitiva de eleição por círculos, que assegurou-nos indiretamente alguma liberdade de voto, tendo levado ao seio da representação nacional, inteiramente proscrito, durante o período de oito anos, de toda e qualquer intervenção na direção dos negócios públicos, não podia certamente convir aos dominadores do país. E pois, sob o pretexto de sanar defeitos que o tempo ainda não havia demonstrado, fazem por meio de nova reforma uma alteração tal nos círculos primitivos, liga-os por tal arte na formação

---

<sup>94</sup>O *Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1860.

dos atuais, que possam novamente excluir da representação nacional os perturbadores, e um domínio, que eles pretendem manter a todo o transe, como bons conservadores que são.<sup>95</sup>

A reforma é acusada de ampliar o poder das oligarquias nas localidades, uma tentativa de golpe ao crescimento que o partido Liberal vivenciou nas últimas eleições. Como aponta Iglesias o projeto foi combatido por alguns deputados como o Padre Miguel de Araújo nos debates do dia 12 de junho de 1860. Para o deputado o projeto tinha o intento de destruir a "obra magnífica e sublime da conciliação."<sup>96</sup> Podemos evidenciar que o ataque ao sistema eleitoral nas vésperas da eleição tem claramente a intenção de desmoralizar o pleito e justificar uma possível derrota do partido e também uma forma de se opor ao partido conservador:

Ei-lo finalmente, que, não obstante os protestos que fizeram, de abster-se de qualquer intervenção nas eleições, desenvolvem, em favor de seus sustentadores, de seus amigos e parentes a mais ativa cabala, com seu competente cortejo de demissões, e de todos esses meios que a constituição reprova, que a civilização condena; e que a opinião publica repele.<sup>97</sup>

Após esta análise e crítica da situação do Império, *O Jequitinhonha* se justifica perante a esta situação tão desoladora descrita e se assume alinhado ao partido Liberal de Diamantina:

No meio de todos esses males, que apenas deixamos esboçados, o partido liberal d'esta Cidade não podendo assistir a queda e indiferente o desmoronamento de nossa constituição política em suas mais solidas bases, a postergação dos mais sagrados direitos do cidadão, tomou a resolução de recorrer á imprensa, e de promover, por meio d'ela, a realização do seguinte programa.<sup>98</sup>

E assim propõe o seguinte programa em três curtos parágrafos que transcrevemos na íntegra:

Execução fiel da constituição política do Império, tornando-se efetiva a divisão dos poderes [estatuída] no art.9 e conseguintemente a reforma da lei de 3 de Dezembro de 1841.  
Pleno exercício do direito eleitoral, de maneira que a liberdade de voto seja uma realidade, e que possam ser representados todas as opiniões do país.

---

<sup>95</sup>*Ibidem*. 20/12/1860.

<sup>96</sup>IGLESIAS. In: HOLANDA, p.76.

<sup>97</sup>*O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1860.

<sup>98</sup>*O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1860.

Descentralização administrativa, quanto seja necessário ao desenvolvimento e prosperidade das províncias, sem prejuízo da unidade do supremo governo do país.<sup>99</sup>

No empenho da realização de tal programa, "pela justiça das causas que advoga, e pela pureza de suas intenções", *O Jequitinhonha* assume o compromisso que não "descerá de sua dignidade" e não "conspurcará suas páginas com a inconveniência de uma linguagem descomedida e virulenta, que possa ofender diretamente a suscetibilidade de nossos adversários." E finaliza como uma frase que resume bem este momento político de Joaquim Felício dos Santos de respeito às instituições vigentes: "As nossas armas serão as da ação: o nosso escudo - a constituição do Império."<sup>100</sup>

Para finalizar este editorial temos algo interessante para pensarmos a gênese da coluna *Distrito Diamantino*. *O Jequitinhonha* se declara que não é puramente político e que "admitirá em suas colunas artigos sobre os diversos ramos da literatura", visando "o progresso intelectual e moral da sociedade." Vemos, portanto, que *O Jequitinhonha* está visando um projeto educacional da sociedade, talvez buscando alcançar a reforma republicana da sociedade brasileira, como destacado acima. A transformação passa não somente pela política e pela literatura, e "bem assim quaisquer assuntos e notícias de reconhecido interesse público" questão fundamentais para o progresso da sociedade.

Podemos fazer outra suposição observando estas declarações de Santos. A sua empreitada como historiador e conseqüentemente a produção das *Memórias do distrito diamantino* é desdobramento deste projeto político defendida no *Jequitinhonha*. O trabalho de escrita da coluna *Distrito diamantino* veio a calhar com o trabalho de jornalista e político liberal que defende um programa bem definido. Por mais que Santos tente desenvolver seu trabalho historiográfico, observando os padrões epistemológicos da época, podemos perceber traços do Joaquim Felício dos Santos político na construção da obra.

A importância em analisar este primeiro texto do jornal se apresenta justamente para traçarmos de acordo com a metodologia proposta, o que o "autor estava

---

<sup>99</sup>*Ibidem*. 20/12/1860.

<sup>100</sup>*Ibidem*. 20/12/1860.

a fazer"<sup>101</sup> quando começou a escrever nosso objeto de análise e também para tentarmos reconstruir possíveis motivos e intenções dentro do contexto, que levaram Santos a se dedicar a este trabalho ao longo de dois anos semanalmente no *Jequitinhonha*. Podemos também compreender de maneira mais clara quais são as ideias que direcionam a visão de mundo de Santos, de qual maneira constrói suas interpretações sobre política que, como buscaremos demonstrar ao longo do trabalho, não é tão diferente da forma como raciocina historicamente.

#### 1.4.2- "*Infeliz Província de Minas*"

Os demais textos deste número inaugural são interessantes para adentrarmos no clima das eleições do dia 30 de dezembro de 1860. Analisar estes textos é importante para vermos como Joaquim Felício dos Santos age enquanto articulador e propagandista de um programa político. Após o longo editorial com o esclarecimento das demandas e causas a que o jornal serve, com os textos "Infeliz Província de Minas" e "Dezembro 30", *O Jequitinhonha* adentra claramente na contenda eleitoral. Ao longo destes dois textos os pontos do programa propostos no editorial são de certa forma explicitados com os exemplos relacionados da situação política local, o que funciona discursivamente como recomendação aos eleitores.

O próprio nome do primeiro texto é significativo para refletirmos sobre as críticas empregadas pelo grupo liberal de Diamantina. A intenção clara é de denunciar a situação da "Infeliz província de Minas" às vésperas da eleição.

Santos acusa, o que chama de "Consistório cardinelício",<sup>102</sup> de querer a todo custo "subjugar e anexar esta província ao seu rico patrimônio, não consentindo que se eleja um só deputado independente que possa inquietar na próxima legislatura os

---

<sup>101</sup>Se refere ao conceito de *efetuação* desenvolvido por Pocock para objetivar o que o autor estava fazendo ao escrever: "O que o autor 'estava fazendo', portanto, inclui suscitar em terceiros respostas que o autor não pode controlar nem prever, algumas das quais se efetuarão em contextos completamente diversos daqueles em que ele 'estava fazendo' aqui que talvez soubesse que estava fazendo." POCOCC, 2003, p.30.

<sup>102</sup> O uso da expressão estava presente nos jornais da época e se referia ao grupo conservador em torno do Ministério Ferraz. O *consistório dos cardeais* era composto por Caxias, Uruguay, Visconde de Abaeté, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Barão de Muritiba e Eusébio de Queiroz. A expressão é identificada neste momento no jornal *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro na data de 25 de novembro de 1860, na ocasião o jornal publicou a circular que os ditos *cardeais* dirigiram aos eleitores da Corte. In: BARBOSA, 2009, p. 297 e 322.

bem aventurados sanguessugas do Estado, os ministérios, instrumentos cego das oligarquias vão a tudo subscrever!"<sup>103</sup>

Na visão dos liberais os problemas iniciais são o domínio político dos Conservadores, a reforma eleitoral e a política centralizadora. É nítida a oposição tanto aos ministérios quanto aos Conservadores, que estariam conspirando contra qualquer forma de oposição na câmara. Na visão do redator, a relação entre os Conservadores com os ministérios se daria para evitar que um deputado "independente" seja eleito, portanto, os Liberais se viam como independentes.

Percebemos em seguida na argumentação do redator certo temor e graves acusações sobre os procedimentos adotados nas eleições, assim como algumas táticas utilizadas pelos partidos para construir sua base de apoio nas localidades, que se dá pela lógica clientelista. O uso do público para o benefício político se faz presente nas acusações, com a denúncia de pessoas que estariam sendo demitidas de suas funções públicas, por não se alinharem aos propósitos conservadores: "demissões ameaças e ignóbeis transações, tudo está se pondo em prática; eis-nos, quando menos esperávamos retrogradados as calamitosas épocas reacionárias."

Nota-se no discurso de Santos como o passado vai ser utilizado com fins políticos, percebemos nesta memória selecionada das "épocas reacionárias", a presença do passado colonial, sendo a região diamantífera - como o próprio Santos destaca em diversas passagens - portadora de determinadas particularidades. O passado e os traumas constantes em sua obra são únicos, o que permite o uso político desta concepção de passado, com o intuito de fazer com que estes malfadados tempos não retornem. O que faz com que as mais diversas ações dos partidos ao qual faz oposição, seja quase sempre interpretado pela lógica do despotismo, do retorno a condição do antigo estatuto colonial.

Podemos apontar que uma das intenções do empreendimento de Santos em escrever os textos da *Memórias* seja de propiciar o conhecimento aos leitores do jornal do que foram aquelas "calamitosas épocas reacionárias", tópico que será constante em sua argumentação política. Lembrando que antes do trabalho de Santos não existia nenhuma obra organizada e específica sobre o distritos dos diamantes. Como o próprio Santos destaca no decorrer das *Memórias*, o seu trabalho em sistematizar a cultura histórica oral, de resgatar a documentação oficial nos arquivos

---

<sup>103</sup>Infeliz Província de Minas. *O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1860.

da cidade, em recorrer à escritos de viajantes naturalistas, memorialistas é pioneiro e elemento caracterizador de sua operação historiográfica,

Podemos perceber que este trabalho é vivo nas páginas do *Jequitinhonha*, o que pode ter começado como aporte a sua argumentação política se transformou em um projeto histórico de grandes proporções, com vida própria, porém sem perder a ligação com estas demandas políticas iniciais. Como veremos, as *Memórias* tem pretensões de denúncia ao explicitar as históricas relações despóticas entre a Metrópole e o distrito diamantino, em paralelo com o que vem fazendo *O Jequitinhonha* na década de 1860, ao relacionar, por exemplo, as relações despóticas entre o Rio de Janeiro e Diamantina com o período colonial.

O temor de fraudes eleitorais é latente como acusa o autor: "ordens são expedidas ao seu Delegado para que de baixo das vistas e direção da comissão encarregue por eles nesta província da conquista eleitoral". Alguns detalhes são interessantes para compreendermos estas denúncias, porque o redator chama de "seu Delegado", a resposta é simples e condiz com o programa do jornal. A nomeação do delegado das localidades era realizado pelo presidente da Província de acordo com as atribuições contidas na lei de 3 de Fevereiro de 1841, que aparece no programa do *Jequitinhonha* com o imperativo de ser reformado.

A referida lei de 1841 se deu na conjuntura do chamado Regresso no final do período das regências. A partir de 1837 vários deputados se organizaram para revisão das reformas liberais que caracterizaram o Ato Adicional de 1834, que na prática estabeleceu uma espécie de Monarquia Federativa no Brasil, com a intenção de garantir a unidade nacional a partir da concessão de autonomia administrativa para às províncias.

A oposição que se organizou em 1837 estava preocupada em rever os desdobramentos políticos que ocorreram após o Ato de 1834, não se tratava, entretanto de regressar ao regime de extrema centralização nos moldes do Primeiro Reinado, muito menos de uma transformação de fundo no sistema político no sentido de ampliar os direitos políticos, trava-se de uma espécie de correção de rumos para garantir o acordo federalista e o arranjo estabelecido entre as elites a partir de 1831.<sup>104</sup>

A lei de 1841 criticada por Santos se encaixa nesta revisão do programa liberal do Ato Adicional pelo Regresso Conservador. A referida lei reviu, sobretudo

---

<sup>104</sup>DOLHNIKOFF, 2005, p.77.

o Código de Processos de 29 de novembro de 1832, que havia sido uma conquista dos liberais do período das Regências: por tornar a autoridade judiciária independente do poder administrativo, sujeitando-o à eleição; ampliou às competências dos juízes de paz para a jurisdição criminal, sendo estes também eleitos; os cargos de promotor, juiz municipal e juiz de órfãos passaram a não ser mais nomeados pelo governo central para serem escolhidos a partir de uma lista tríplice selecionada pela Câmara Municipal. Como vemos o Código como configurado em 1832 concedia para a localidade amplos poderes democráticos e certa autonomia local.<sup>105</sup>

A aprovação da lei de 1841 restringiu o poder dos juízes eletivos e principalmente ampliou o espaço de influência do executivo no poder judiciário e policial. Pela formação jurídica e liberal de Felício dos Santos fica claro seu posicionamento de oposição à esta lei. Além de ferir a autonomia provincial diminuindo o poder das Câmaras Municipais, a reforma sinaliza para uma supremacia do poder Executivo sobre os demais, o que certamente feria a Constituição e principalmente desequilibrava o arranjo eleitoral, lembrando que um dos principais pontos de crítica de Santos é a respeito da influência de burocratas e funcionários públicos nos pleitos. Os liberais viam às indicações e arranjos no âmbito provincial como uma forma do governo central interferir na autonomia provincial.

O decorrer do texto é significativo para buscarmos, entre os motivos e intenções do autor, os projetos e posições sociais que estes sujeitos da elite política imperial estão envolvidos. Passa-se a efusiva denúncia das demissões de sujeitos envolvidos na administração da cidade. De acordo com o *Jequitinhonha* foram demitidos os senhores: Venâncio Ribeiro Mourão, Coletor Municipal a mais de 24 anos, Francisco de Paulo Meireles, inspetor Geral dos terrenos diamantinos a mais de 30 anos, Felisberto Ferreira Brant, Procurador fiscal da administração diamantinense e Francisco Ferreira de Magalhães, secretário municipal. A justificativa do *Jequitinhonha* para tal ação é que: "precisavam (conservadores) destas fatias para irem acomodando os filhotinhos da feliz ninhada, que nos vão mandando da corte e Ouro Preto." De acordo com o jornal:

Todos estes honrados e probos empregados exerciam seus empregos com zelo e inteligências e aprazimento do público, e de todos os governos anteriores, tem sido conservados mesmo pelos

---

<sup>105</sup>COSTA, 2007, p.156.

mais sectores pois nunca prevalecerem-se da influência que resulta de tais empregos, pra hostilizarem este ou aquela política; adotarão a da conciliação e um d'eles o Sr. Brant já em épocas anteriores prestou serviços relevantes serviços ao partido conservador.<sup>106</sup>

Para o jornal as demissões são injustificadas devido à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários, que independente da posição política adotada eram funcionários competentes, - destaca-se o fato de um destes demitidos já ter feito parte dos quadros do Partido Conservador,- o tempo de serviço prestado por parte de cada funcionário é também elemento significativo para esta argumentação. Outro aspecto que chama a atenção é a evocação da Política de Conciliação em vigor no período, fruto do apaziguamento de ânimos entre Conservadores e Liberais pelo gabinete do Marquês de Paraná na década de 1850. Como vemos os próprios sujeitos envolvidos nesta política estão percebendo o ruir desta Conciliação, o que em parte justifica a gênese da crise política que o Império vai enfrentar ao longo da década de 1860.<sup>107</sup>

A respeito dos substitutos para os cargos recém abertos na administração de Diamantina vemos novamente a argumentação histórica como base para a recriminação de tal ato: "como se praticava nos antigos tempos coloniais de triste recordação, em que todos os empregados advinham de Lisboa. Ninguém aqui conhece um só dos tais senhores, que vem substituir os demitidos, como se no lugar não houvesse quem, com vantagem de serviço, pudesse ser nomeado."<sup>108</sup>

A conclusão do texto é emblemática para os propósitos deste trabalho, pois nos oferece elementos para apontarmos o porque da existência do próprio *Jequitinhonha*. No jornal que funciona como porta voz desta elite alijada do poder em Diamantina, e também sobre o próprio engajamento de Joaquim Felício dos Santos na causa política, ao defender uma organização política voltada para a localidade em oposição a política centralista desempenhada pelo Império, um projeto "bairrista"<sup>109</sup> para utilizar a própria terminologia de Santos:

Esta insólitas demissões, o modo com que o Consistório se arrogou do direito de designar quais os candidatos adotados pelos círculos da província, sem atenderem às legítimas pretensões das

---

<sup>106</sup>Infeliz Província de Minas. *O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1860.

<sup>107</sup>CARVALHO, 2009. p, 31.

<sup>108</sup> Infeliz Província de Minas. *O Jequitinhonha*: 20/12/1860.

<sup>109</sup>Prefácio a primeira edição de 1868. In:SANTOS, 1868.

localidades, preterindo os muitos de seus filhos dignos de aspirarem a honra de representa-las, tem no último grau revoltado os homens os mais pacatos, e é geral a indignação contra a oligarquia, e tais *marrecos* do norte, que mais se assemelham a um clube de 6 devoristas dirigido por vontade alheia, do que por ministros de uma monarquia Constitucional; Deus se amercie de nós!<sup>110</sup>

É significativo para um projeto de elite o fato do jornal surgir nas vésperas de uma eleição tão importante como a do dia 30 de Dezembro, sendo que a partir do primeiro texto editorial, (discutido no tópico anterior) temos um projeto formalizado por meio de um programa sistematizado e com uma plataforma política bem clara.

Já com este segundo texto é possível compreender as nuances por trás deste projeto político. Fica claro a forma como se dá a inserção política de Joaquim Felício dos Santos e seu conseqüente projeto de escrita, que vai tomando forma na reação as implicações políticas do momento.

Podemos então traçar outra hipótese: Santos só se insere na política neste momento, porque a acomodação política, iniciada com a conciliação do gabinete Paraná, tem suas bases abaladas, sendo que o fato de se alterar a ordem até então estável dos empregos públicos em Diamantina foi o estopim desta inserção. A partir deste fato Santos na função de principal redator do *Jequitinhonha* porta voz desta elite liberal do norte de Minas, amplia seu aparato crítico contra a política imperial, assim construindo paulatinamente seu posicionamento de oposição ao regime monárquico, que como observamos neste princípio é realizada de forma moderada, pregando acima de tudo o respeito a Constituição.

### 1.4.3- "Dezembro 30"

Temos enfim na terceira seção deste primeiro número o texto "Dezembro 30", destinado especificamente como o próprio nome indica a orientar os eleitores do sexto círculo. Fato é que o jornal segue certa trilha evolutiva, primeiro o programa, segundo a aplicação do programa com a situação local, terceiro a orientação,

---

<sup>110</sup>*Op. Cit.* 20/12/1860.

em um processo que visa gerar no eleitor o sentimento de indignação perante a situação exposta pelo *Jequitinhonha*.

Em *Dezembro 30* podemos nos familiarizar com Joaquim Felício dos Santos propagandista de suas ideias, e onde mais uma vez a leitura histórica é elemento que ampara sua peça política.

A introdução é expressiva para percebemos este ponto. Santos realiza um panorama macro histórico que remete aos "grandes fatos da história da civilização", de um tempo impreciso, aonde o povo aliado "ao carro do despotismo servia como escravo aos tiranos" que a partir de "luta inconstante e obstinada encarnizada durante séculos" conseguiu "readquirir direitos que lhe havia sido usurpados", culminando, em clara alusão a Revolução Francesa, por "finalmente o triunfo da liberdade surgido pura e radiante do meio da destruição e desmoronamento do edifício feudal" para assim ocorrer "a emancipação política dos povos pelo reconhecimento e proclamado o do princípio da soberania nacional em oposição nos velhos prejuízos da aristocracia do nascimento e do direito divino".

E conclui com uma questão central na sua argumentação, que é a questão do constitucionalismo, marco fundamental para o rompimento com o absolutismo: "O dia de hoje recorda especialmente aos brasileiros a história de sua emancipação política, a queda do despotismo; o estabelecimento do governo constitucional, representativo; fundado no princípio da soberania popular, cuja conquista tanto sangue havia custado a humanidade."<sup>111</sup>

Após esta breve introdução histórica, Santos em tom apologético exalta a importância da votação como "um grande dia que hoje desponta risonho no horizonte do Brasil" e em tom nacionalista decreta: "é que o povo soberano vai exercer seu direito de soberania, concorrendo para a eleição d'aqueles que tem de decidir dos destinos da pátria". É importante neste ponto ressaltar o funcionamento das eleições no período imperial. Santos está se dirigindo a uma pequena minoria que atende aos padrões exigidos pela política imperial. Não é uma democracia plena, pelo contrário, é restrita as elites, e como já destacamos, certamente o projeto de Santos e do *Jequitinhonha* é de elite, que visa acima de tudo retomar seu papel destacado na administração do município, e as eleições tem papel fundamental

---

<sup>111</sup>Dezembro 30. *O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/12/1861. Grifo e itálico de nossa autoria.

neste momento de quebra da conciliação, para certa reorganização de forças do partido liberal, alijado do poder desde a revolta liberal de 1842. É um momento crucial para a reinserção deste grupo liberal na direção política do norte de Minas.

Como apontamos Santos tem ampla dimensão das questões que estão em jogo no pleito do dia 30, ao dizer que: "mais do que nunca nas circunstâncias excepcionais, em que nos achamos [...]. O voto que vamos depositar na urna eleitoral significará ou a aprovação do atual sistema de governo, ou a estigmatização da direção, que se vai dando aos destinos da pátria." É este um momento de acirramento dos ânimos entre liberais e conservadores, e a ação dentro da ordem estabelecida, como o recurso as eleições, tem muita importância neste momento político de Joaquim Felício dos Santos.

Mesmo com as denúncias de golpe com a reforma da Lei dos Círculos, com o aparato eleitoral sendo controlado pelos conservadores a partir da figura do delegado, das seguidas denúncias de fraude no pleito, como veremos no decorrer dos números do jornal, há ainda crença no sistema eleitoral do Império, por isso é significativo a evocação do elemento constitucional na argumentação destes liberais, nesta visão os conservadores são os inimigos, donos do poder, os golpistas, os que não respeitam o sagrado texto da Constituição, como fica claro no procedimento da argumentação:

A constituição que impusemos aos nossos governantes, tem sido imprudentemente violada por caves que desviam seus guardas e zeladores. O regime despótico que eles adotarão acobertados com o manto da vontade irresponsável e irresponsáveis como ela tende a abafar a manifestação da opinião pública sobre a direção dos negócios do país.<sup>112</sup>

Ou seja, toda a rememoração histórica de antigos tempos marcados pelo despotismo e pela tirania tem aqui sua razão para ser evocada. Para os liberais o país neste período vive um retorno aos malfadados tempos coloniais marcado pelo despotismo, portanto, a principal bandeira discursiva assumida será de defesa da constituição, das liberdades individuais. A rememoração histórica funciona para esta argumentação política do presente como elemento normativo, fundamental para dar coerência a este projeto político.

---

<sup>112</sup>*Ibidem.* 20/12/1861

Esta questão fica nítida na crítica direta que executa ao ministério Ferraz: "vemos reaparecer o governo de uma oligarquia despótica, que da Côrte dirige os destinos do Brasil. Desaparecendo o governo da conciliação da paz e da concórdia."<sup>113</sup> Temos na argumentação do jornal, o retorno no presente dos tempos despóticos, isto devido aos oligarcas que fazem parte do governo, que assim destroem a obra de conciliação a partir de uma administração centralista, questões estas que já vimos no programa do *Jequitinhonha* e no *Infeliz Província de Minas*.

Em certo ponto a argumentação de Santos é repetitiva para marcar as demandas que o jornal advoga. O que muda em parte são os exemplos e a maneira como emprega a linguagem, o que depende da intenção de cada texto. Neste caso como é uma recomendação aos eleitores em forma direta de propaganda, Santos visa demonstrar a coerência do programa político do *Jequitinhonha* a partir do ataque direto a seus adversários.

Santos afirma que a conciliação de paz é que deveria "reinar entre os brasileiros". Lembrando da nossa argumentação sobre a inserção de Santos na política devido a mudança na distribuição dos cargos de poder na administração de Diamantina, que a alteração desta política de conciliação e da estabilidade que esta elite gozava foi o grande fato de desagrado que fez com que estes assumissem seu papel de oposição ao Império Brasileiro. Um detalhe importante e que deve ser destacado é que neste princípio a figura do Imperador é poupada, sendoas críticas direcionadas aos ministérios, senadores, deputados. Para *O Jequitinhonha* o problema neste princípio são as oligarquias conservadoras que com o retorno ao:

antigo e anacrônico sistema do despotismo: a reação feroz surda aos clamores dos desafeiçoados do poder, as prescrições insensatas o vil egoísmo, o desapiedado exclusivismo que só procura fanáticos partidários, sem atenção ao mérito, a honra e probidade, o nepotismo, e patronato escandaloso, o esbanjamento dos dinheiros públicos com a sustentação do luxo asiático com que se pretende deslumbrar os olhos do povo, para não ver a enormidade da chaga que corroí o país que empobrecerão, as violentas e injustas exações do fisco que tende a exaurir a seiva da sociedade, o estabelecimento vexatório de novos impostos lançados sobre a indústria e a classe pobre, a degradação das virtudes cívicas para mais livremente poderem governar espíritos destituídos de patriotismo e violação das instituições garantidoras de nossos direitos, o abandono dos interesses e propriedades dos Municípios e das províncias que definham e enfraquecem todos os dias, alimentando esse hediondo e insaciável vampiro, que se chama Corte, e

---

<sup>113</sup>*Ibidem*.20/12/1861

para enriquecer os oligarcas e seus protegidos a custa do nosso trabalho, quando no meio do luxo e abundancia com satânico sorriso escarnecem de nossa pobreza e miséria, como proscritos parias que somos: - tal é o programa do atual governo, tais são as vistas da oligarquia [...], que procura alçar no abismo da desmoralização e miséria nossa [mais amada] pátria.<sup>114</sup>

Além das questões que já estamos discutindo na *performance* política de Santos, vemos surgir, de certa forma raivosa, um sentimento anti-aristocrático muito forte em sua argumentação, e que conseqüentemente iremos perceber em sua narrativa histórica das *Memórias*. Destacamos o exemplo da leitura que realiza da corte do monarca português José I e de seu ministro Pombal.<sup>115</sup> Lembrando que na introdução deste texto, há amplo elogio ao significado da Revolução Francesa, principalmente por esta ter se oposto aos "velhos prejuízos da aristocracia do nascimento e do direito divino".

E uma das chaves para compreendermos esta oposição à sociedade de Corte é racionalismo do liberalismo econômico clássico. A crítica ao Estado forte e centralizado, calcado na figura sagrada do Imperador, e na preponderância do executivo devido ao Poder Moderador, é o cerne desta crítica econômica que culmina na sociedade de corte. Como está evidente na argumentação de Santos, a questão dos impostos tem um papel central quando aponta o esbanjamento do dinheiro público para sustentar o luxo dos "vampiros da corte" e dos constantes aumentos e novos impostos a que faz menção, atingindo, sobretudo as indústrias e a classe pobre.

A organização estatal, nesta visão liberal, deveria primeiramente não ser tão centralizada, os clamores pelo desenvolvimento da província, dos municípios são os sintomas desta percepção. O Estado não poderia ser a principal fonte de sustentação de uma parte privilegiada da população, é nisto que consiste o cerne da crítica à sociedade de corte, a atenção que Santos chama para o descaso "ao mérito, a honra e probidade, o nepotismo, e patronato escandaloso" se dá nesta relação direta entre o mau uso do dinheiro público, com uma carga tributária sufocante, e de um Estado que acima de tudo, dentro desta lógica paternalista, irradia suas mercês como forma de garantir e cativar sua base de apoio. Apontar os defeitos desta cultura monárquica é parte fundamental na organização de um pensamento de oposição com base na racionalidade econômica liberal.

---

<sup>114</sup>*Ibidem*. 20/12/1861

<sup>115</sup> Questão que será devidamente abordada no segundo capítulo.

Por fim, após mais este balanço temos a convocação por parte do *Jequitinhonha* para a votação do dia 30, incitação esta que ocorre de forma simplista e maniqueísta:

Quereis concorrer para a conciliação, quereis viver em harmonia como os vossos concidadãos, com paz e fraternidade no seio de vossa família, sem temor pelos vossos direitos e liberdade? Correi a urna eleitoral e daí um voto de desaprovação ao governo. Mas se vos apraz o sistema das perseguições e reações e tendes saudades do despotismo e dos mandões de aldeia se não vos doe ver escoar-lhe o vosso dinheiro dar a sustentação ao luxo da Corte e da Oligarquia, votas nos homens do governo.<sup>116</sup>

Temos por fim resumido o esforço argumentativo de Joaquim Felício dos Santos: com a evocação da política de conciliação, a causa da liberdade e defesa da constituição, o elemento histórico funcionando como peça coercitiva para a transformação do futuro, a crítica à sociedade de corte, e por último a oposição clara e direta aos conservadores, resumindo bem as intenções do *Jequitinhonha* neste número inaugural.

### **1.5- A repercussão das eleições de 1860 nas páginas d'*O Jequitinhonha***

O segundo número do *Jequitinhonha* ganhou às ruas de Diamantina no dia 9 de Janeiro de 1861, e como era de se esperar repercutindo sobre as eleições que ocorreram no dia 30 de Dezembro. O texto editorial "Soberania do Povo" traz uma reflexão do redator sobre a questão do sistema representativo e do papel fundamental das eleições para que tal soberania seja de fato exercida.

Ao expor de maneira bem didática os princípios do que chama de "sistema representativo", Santos valoriza o papel do povo para que a vontade popular seja de fato respeitada. Temos a porta de entrada para uma crítica ao sistema eleitoral e da forma como as indicações, para o Senado, por exemplo, que dependiam da vontade e do papel de censor da figura do Imperador.

Santos também está preocupado com o papel fundamental que a oposição executa para o equilíbrio deste sistema representativo, lembrando que uma das metas da política de conciliação do Marquês de Paraná era recolocar a oposição liberal

---

<sup>116</sup>*Ibidem.* 20/12/1861

no jogo político, pois temia-se a partir da total exclusão desta oposição o desenvolvimento de uma crítica ainda mais forte, capaz inclusive de colocar em cheque o próprio sistema imperial.

Há no teor do texto claro temor sobre os procedimentos que serão tomados a partir do resultado das eleições, deixando clara a oposição à forma como vem sendo feita a representação política do Império, abrindo espaço para as críticas ao Poder Moderador:

É verdade que para a sua eleição convocar-se-á o povo para exercer as suas mais nobres funções, para depor na urna um voto que tem de influir nos destinos do país, mas este voto já não é mais do povo, esse voto não é mais que uma vã ficção: porque a independência dos poderes apenas escrita (como acima dissemos) na lei fundamental torna-se igualmente uma quimera: o poder judiciário subordinado ao executivo, e este também servilmente submetido a outro poder vai extorquir o ao povo a adesão a um princípio, que detesta.<sup>117</sup>

Junta-se a isso o receio sobre o próprio procedimento eleitoral nas freguesias que compõe os círculos eleitorais. Há a desconfiança se o resultado das urnas será aceito pelo Partido Conservador, que era o hegemônico e em tese controlava o pleito:

Cumpre-nos pois revelar a nossa vontade, sustentar a sua dignidade e provar a nação que não há poder colocado mais alto que a soberania do povo, e que não mais se podem manter na direção dos negócios públicos aqueles, que já fizeram prova, senão de hedionda corrupção, ao menos da mais completa inaptidão.<sup>118</sup>

A relação entre a defesa perpetrada por Santos da soberania popular, e do cumprimento efetivo do resultado eleitoral, se mostra frutífera quando pensamos na articulação entre os textos publicados neste segundo número do *Jequitinhonha*.

Em correspondência anônima enviada da freguesia de Rio Manso no dia 5 de Janeiro, o autor dessa missiva procura o “Sr. Redator” para contar o “escândalo” que ocorreu na referida paróquia nas eleições do último dia 30.

Resumindo a questão, denuncia-se o sumiço da urna com os votos e da lista dos eleitores na madrugada do dia 30 para o dia 31, que na visão do autor foi obra dos conservadores da localidade, certos da derrota que sofreriam para os Liberais. A intenção de tal roubo seria convocar uma segunda eleição para o dia 2 de Janeiro,

---

<sup>117</sup>O *Jequitinhonha*. Diamantina: 9/01/1861.

<sup>118</sup>*Ibidem*.9/01/1861

de forma que os eleitores liberais se abstenham de votar, pois, explica, estes moram fora do distrito, muitos em distância superior a 9 léguas, enquanto que “quase todos os habitantes do arraial são saquaremas”.

A intenção do correspondente é divulgar a tentativa de golpe na localidade de forma que tal questão atinja as autoridades competentes, mesmo com a descrença do autor quanto a alguma providência para anular o golpe conservador: “Estes fatos denunciados no protesto do 1º Juiz de Paz, tem de ser levados ao conhecimento da Câmara. Serão eles legalizados? Os seus autores declaram que sim, porque a maioria da Câmara é saquarema. Desgraçado país em que vivemos!”<sup>119</sup>

Como percebemos há uma intrínseca relação na escolha dos textos pelo redator. O que podemos afirmar precisamente a partir deste segundo número do jornal é que há certo clima de desconfiança quanto aos procedimentos que serão tomados a partir do resultado das eleições, o que acentua para a nossa análise o caráter legalista das proposições de Joaquim Felício dos Santos. A princípio o clamor é somente que as leis eleitorais não sejam ainda mais deturpadas, que se respeite a soberania popular, soberania está que era limitada pelo sistema eleitoral censitário do Império, não podemos esquecer que esta era uma disputa de poder entre as elites, que a configuração da cena política era cerceada pelos limites de cidadania que o sistema imperial impunha.

Ainda no clima das eleições, o editorial do dia 20 de Janeiro dirigido “Aos Sñrs. Eleitores especiaes” temos a defesa por parte do *Jequitinhonha* da candidatura de Teófilo Ottoni para a vaga ao senado deixada pelo Senador Barbosa.

Santos destaca a importante trajetória trilhada por Ottoni o que de certa forma o credencia a pleitear tão importante vaga. Mesmo com a descrença de que o liberal serrano alcançará a indicação para a vaga que já tentara três vezes. Santos destaca a importância da candidatura de Ottoni para a causa liberal, que na sua visão é um princípio que visa o coletivo:

Não é pela causa de um homem, pelo interesse do indivíduo que ele propugna, é por uma ideia, por um princípio encarnado nesse homem, mas essa ideia, esse princípio quanto mais óbices encontra mais vigora e recrudescer. A torrente impetuosa encontra um obstáculo em sua passagem, como que hesita, e retrocede, mas

---

<sup>119</sup>Correspondência. *O Jequitinhonha*. Diamantina: 9/01/1861.

de instante em instante lhe engrossando as iras com mais vigoroso ímpeto investe a barreira, que se lhe opõe, e a leva de vencida deixando após de si só ruínas e destroços.<sup>120</sup>

Com esta conclusão sobre os princípios da causa liberal Santos encerra, ao menos por ora, as discussões em torno da situação política do presente e inicia no número seguinte, sob essas premissas liberais, a coluna *Districto Diamantino*. A construção narrativa destes textos é o principal alvo do próximo capítulo.

---

<sup>120</sup>Aos Sñrs. Eleitores especiaes. *O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/01/1861.

## Capítulo 2. A operação historiográfica de Joaquim Felício dos Santos nas *Memórias do Distrito Diamantino*: história e literatura sob a perspectiva liberal.

### 2.1- O descoberto de São João - Os primórdios do trabalho de Santos como historiador.

No segundo número do *Jequitinhonha* do dia 9 de Janeiro, Joaquim Felício dos Santos escreveu uma coluna considerável para demarcarmos o seu trabalho enquanto historiador. Trata-se da coluna *O Descoberto de S. João*, dividida em duas partes, sendo que a segunda é publicada no dia 20 de Janeiro e precede a coluna *Distrito diamantino*.

*O Descoberto de S. João* contém traços que caracterizam a escrita histórica de Santos. Partimos da hipótese que foi após a escrita deste texto, com a intenção de tratar do recente campo de mineração descoberto no distrito São João, que efetivamente se concretizou a ideia de Santos dedicar um texto exclusivo sobre a história do distrito diamantino.

O texto em questão narra como se deu a descoberta de diamantes na década de 1850 no referido Descoberto de S. João. Situada a quatro léguas e meia da cidade de Diamantina. Santos destaca a beleza natural do espaço dizendo que "ali não se via senão lindos campos cobertos de vivente vegetação e alcatifados de vivasses flores, como são os campos diamantinos em todas as estações." Realiza comparações com os demais espaços da província de forma a destacar sempre a primeira importância de sua terra:

O assento da povoação de S. João, na altura de cinco mil e setecentos pés, é o lugar mais elevado do Distrito Diamantino, e talvez de toda a Província. Dali avista-se um belo e sublime panorama: d' um lado vê-se erguer-se o alterosa Pico do Itambé, *que roubou ao Itacolomy a glória de ser o mais alto de Minas*: d' outro lado estendem-se os variados e verdejantes terrenos, onde se espreguiça o majestoso Jequitinhonha ha, rolando suas águas em um leito de ouro e de diamantes, e na distancia de mais de trinta léguas aparecem no horizonte as serras de Minas Novas, como em tênue vapor, quase a confundir-se com o azulado do firmamento.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> O Descoberto de São João. *O Jequitinhonha*. Diamantina: 9/01/1861. Itálico nossos.

Como vemos, para Santos, não há outro lugar em Minas e talvez em todo país que supere em potencialidades naturais e econômicas o distrito diamantífero, percebemos em seu esforço narrativo a tentativa de sempre destacar as peculiaridades da região dos diamantes.

Vale destacar que este enaltecimento obviamente não é inocente, ao sempre ressaltar as potencialidades naturais da região diamantina e contrastar com a situação presenciada, o que já vimos em sua visão ser uma lástima, há o fortalecimento de seu posicionamento político de oposição ao Império brasileiro. Como vemos e estamos tentando demonstrar, estas leituras que executa, tanto do passado, como de situação presentes no distrito dos diamantes sempre irão confluir com seu posicionamento político.

Após esta descrição da natureza exuberante da região diamantífera e de suas potencialidades, podemos perceber um ensaio do que irá caracterizar a narrativa dos textos da coluna *Distrito diamantino*, vejamos o seguinte exemplo:

Os córregos de S. João e Duro foram outrora riquíssimos de diamantes, e concorreram com importante tributo para o Erário Real, *quando Colonos d'uma metrópole ingrata, que só sabia tirar o proveito do nosso trabalho, e enriquecer-se a custa da miséria do povo d'esta comarca.*<sup>122</sup>

Temos uma espécie de prelúdio do que irá caracterizar os textos históricos de Joaquim Felício dos Santos. É o começo da tese ao qual fizemos referência da "colônia dentro da colônia", situação que marcou, e para Santos ainda marcava a peculiaridade histórica da região. A leitura histórica de Santos passará por este pressuposto, de certa oposição a um centro explorador, seja no passado com relação a Portugal ou no presente com Rio de Janeiro. Em meio a tanta riqueza que o distrito diamantífero produziu há sempre esta constante de um agente externo que explorou no passado que continua no presente ausurpar as riquezas que a localidade produz. Esta história é sempre narrada a partir de pares dicotômicos, onde um é sempre o opressor e o outro vítima, e no caso, a narrativa de Santos tenta dar voz e razão aos explorados povos do distrito diamantífero. Para dar ênfase nesta oposição centro/distrito Santos explora um evento traumático, que foi a crise alimentícia dos anos de 1832 e 1833, que foi "a mais horrível de que há memória." O autor realça as

---

<sup>122</sup>*Ibidem*. 9/01/1861. Itálicos nossos.

mortes, as privações, ou a procura por qualquer coisa que pudesse servir de alimento, como "as raízes bravas do campo", responsáveis muitas vezes por causar morte por envenenamento. Santos é irônico ao tratar de tal questão: como que em uma terra tão rica algo de tão trágica dimensão pode ter ocorrido, se "nós vivíamos sobre o solo mais rico do mundo!"<sup>123</sup>.

Mas por que Santos enfatiza estes aspectos negativos nesta história sobre o Descoberto de São João? É porque, analisa, o desimpedimento<sup>124</sup> da lavra de São João se deu somente após a população clamar ao intendente dos Diamantes João Pires Cardoso, que a área de Gouvêa e espaços circunvizinhos fosse liberada para que a população, que estava sofrendo os efeitos da crise alimentícia, tivesse meios para se sustentar através da mineração do ouro, o que foi prontamente atendido pela Real Extração.

O interessante é que Santos ironiza todo este processo de desimpedimento da lavra. O governo ao liberar somente os lugares que já haviam sido explorados pela Real Extração estaria somente cedendo migalhas à população, esta que seria por direito a verdadeira dona dos terrenos, deixando assim claro seu posicionamento sobre a forma como deveria ser realizada a exploração dos terrenos diamantinos, que deveria ser sobre o regime de total liberdade, sem concessões ou por contratos particulares.

Como deixará bem claro ao longo da narrativa das *Memórias*, ao descrever de forma pormenorizada cada detalhe de como foi realizada a exploração dos diamantes desde a sua descoberta até o fim da Real Extração. Santos deixa marcado este posicionamento de liberdade de exploração e condena a todo momento as formas que os governos, primeiro de Portugal depois do Rio de Janeiro, realizaram a exploração dos diamante ao longo dos séculos, formas estas que foram responsáveis pela peculiaridade histórica de Diamantina no espaço colonial, e que serão devidamente tratadas no decorrer do capítulo.

No decorrer do texto Santos demonstra grande conhecimento de técnica de mineração, explicando em seus detalhes como seu deu a exploração da lavra de São

---

<sup>123</sup>*Ibidem*. 9/01/1861.

<sup>124</sup>Na linguagem da mineração "desimpedir" uma área significava que a Real Extração estava liberando tal área para que a população comum a explorasse. Geralmente tal ação acontecia quando a área em questão já encontrava esgotada ou a sua exploração em grandes fluxos já não fosse mais possível, então liberava-se para os faiscadores, garimpeiros de bateia. Foi este o caso no distrito de São João.

João, narra também como o empreendimento de Felisberto Ferreira Brant em mecanizar a exploração nos terrenos da região a partir do uso de uma máquina a vapor, conseguiu ir além da exploração do ouro de leito de rio e encontrar diamantes em terrenos mais profundos, que como vimos havia sido dados como esgotados pela Real Extração.

Esta importante realização de Ferreira Brant é louvada por Felício dos Santos e motiva sua conclusão esperançosa sobre o futuro da mineração nos ricos terrenos da região. Fica evidente para Santos que o problema da mineração está na mão de obra, que o exemplo de Brant deve ser seguido pelos demais mineradores:

Mas ainda pisamos sobre muita riqueza, o ponto está em saber-mos extraí-la com economia de tempo, capital e trabalho; nisto é que consiste a arte da mineração. O trabalho aumenta-se, os braços desaparecem d'entre nós, as dificuldades da natureza externa multiplicam-se, é necessário irmos procurar a força da matéria para suprir a deficiência da força humana; são as máquinas, que como poderosos órgãos de que dispõe o homem, centuplicam suas forças.<sup>125</sup>

Esta questão da mecanização abre o precedente para que Santos se posicione na questão do uso do trabalho cativo. Santos é bastante coerente<sup>126</sup> no tocante a escravidão, e desde o princípio de seus escritos e no decorrer de toda a sua obra ele condenará a utilização do elemento servil como fica evidente na conclusão deste texto:

'Só deixará de existir a escravidão, diz Aristides, quando a lançadeira trabalhar sem a força de do homem.' O vapor nos tempos modernos fez a lançadeira trabalhar por si só, e a irônica previsão do filósofo Grego todos os dias vai se realizando. Tempo virá em que as máquinas substituirão os braços escravos, e a escravidão passará como uma dessas tristes recordações que a história transmite à posteridade.<sup>127</sup>

Como podemos perceber com a análise deste texto, fica evidente o que configurará anarratividade histórica de Joaquim Felício do Santos, que como vimos se valerá a todo momento da história e dos exemplos que está pode oferecer para empreender sua análise do presente e conseqüentemente seu posicionamento político.

---

<sup>125</sup>*Ibidem*. 20 de Janeiro de 1861.

<sup>126</sup> Para a questão da coerência utilizamos da definição de Quentin Skinner. Coerência está relacionada diretamente à ordem da razão do discurso, da forma como o autor constrói sua realidade discursiva, não têm relação direta com juízo de moral. Cf. *Significação e compreensão dos actos discursivos*. In: SKINNER, 2002.

<sup>127</sup>*Op. Cit.* 20 de Janeiro de 1861.

Podemos sugerir que a ideia de cometer uma coluna tratando da história do distrito diamantífero surgiu como consequência destes textos políticos e econômicos, que a todo momento dialogam com a perspectiva que Santos assume do passado.

Chegamos enfim a coluna *Distrito Diamantino* aonde podemos perceber claramente o aparecimento de Joaquim Felício dos Santos historiador, já que este é assumidamente o primeiro trabalho com pretensões históricas do nosso autor.

## 2.2- Coluna distrito diamantino: projeto político e historiográfico.

Para tentarmos compreender os motivos e intenções por parte de Joaquim Felício dos Santos para escrever os textos que deram origem as *Memórias* observemos esta espécie de prefácio da coluna *Districto diamantino*, datado do dia 20 de janeiro de 1861, onde Santos elucida os motivos para a publicação da coluna que será fixa n' *O Jequitinhonha* a partir do dia 29 de janeiro de 1861:

Com este título publicaremos alguns artigos sobre minerações, que foram feitas pela extinta Real Extração em diferente lugares do Distrito Diamantino, e alguns apontamentos que servirão para a história, que mais tarde pretendemos oferecer aos nossos patrícios, deste interessante conto do Brasil nos tempos coloniais.

As terras diamantinas existem hoje quase todas exploradas principalmente os leitos dos rios e córregos de mais fácil trabalho, por nossos antepassados seus descobridores, e pelos contratadores e pela Real Extração dès do principio do século passado; mas as alterações que tem sofrido o solo, proveniente de enchentes anuais dos rios, dos aluviões, desmoronamentos, escavações e outras causas naturais e artificiais, não deixam, muitas vezes conhecer os lugares que já foram minerados e os que ainda existem virgens, amenos de existir alguma tradição quase sempre vaga e incerta sobre antigas explorações.

Frequentemente sucede que o mineiro, depois de ter superado grandes dificuldades com insano trabalho e imenso dispêndio durante o ano, vê a final em um momento desvanecerem-se suas esperanças, por que acha o serviço lavrado. Com a publicação destes artigos talvez possamos orientar mais os mineiros em suas investigações, e evitar muitas despesas e trabalhos infrutíferos.<sup>128</sup>

Santos inicia o texto indicando a principal intenção dos artigos é falar sobre mineração, neste aspecto, mesmo escrevendo em 1861 há certa aproximação com

---

<sup>128</sup>*O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/01/1861. Grifos e itálicos nossos.

o gênero das memórias ilustradas, praticadas no final do século XVIII pelas academias portuguesas. Essas memórias tinham como principal função contribuir para o conhecimento do território ou de alguma potencialidade econômica a ser explorada nas distintas possessões do Império Português, poderiam variar desde a melhor forma de se explorar salitre na região dos diamantes, como a memória de Vieira Couto, até de bens consumíveis como o cultivo do cânhamo, cachaça. Em estudo clássico sobre os "aspectos da ilustração no Brasil", Maria Odila Dias apresenta as condições que fizeram com que este gênero ganhasse destaque na cultura letrada portuguesa:

A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover o renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do "quinto", os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira, e sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil em razão de desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas.<sup>129</sup>

Podemos perceber que Joaquim Felício dos Santos está dialogando com este gênero memorialístico tão recorrente na tradição literária portuguesa, neste caso Santos tenciona informar aos mineiros das explorações minerais que já haviam sido realizadas no passado de forma que estes não percam tempo e capital em empreitadas já esgotadas. Neste aspecto mesmo mudando o interlocutor, a intenção de ser um texto prático, com finalidades econômicas permanece.

Maria Beatriz Nizza da Silva vai além desta visão há muito enraizada e divulgada pela historiografia brasileira sobre os aspectos da ilustração portuguesa no Brasil, principalmente no que se refere a questão do patrocínio oficial como elemento motivador das empreitadas que geram estas memórias econômicas. Em artigo recente a autora particulariza e busca compreender como este gênero memorialístico português se configurou em Minas Gerais, buscando sobretudo apontar os aspectos que particularizam esta experiência ilustrada em um espaço tão importante economicamente para o Império português:

A ilustração mineira apresenta algumas características idênticas à baiana ou à carioca. O saber constituía agora a principal moeda

---

<sup>129</sup> DIAS, 2005,p.49

de troca entre a Coroa e os vassallos. Estes não valiam mais pelos seus pergaminhos aristocráticos, mas sim pelos conhecimentos e pelas informações úteis que forneciam para o aumento dos réditos reais. As "memórias" tornaram-se formas discursivas por excelência, capazes de abrir caminhos para um cargo ou função, e, talvez, por isso os ilustrados não se cansavam de insistir nas potencialidades da natureza brasileira.<sup>130</sup>

O patrocínio ou o incentivo da Coroa é acima de tudo um elemento posterior aos empreendimentos de pesquisa e conhecimento do território materializado e assim divulgado na forma de uma "Memória". Os vassallos aspiravam acima de tudo o reconhecimento por parte da Coroa portuguesa do serviço que julgava ser de importância para o conjunto do Império, então por isso a retórica<sup>131</sup> desta narrativa é marcada por um excessivo destaque ao elemento econômico que estes sujeitos abordam, como Silva aponta a insistência nas potencialidades da natureza brasileira serão uma constante nestes escritos, o que significava chamar a atenção das autoridades para a importância daquilo que retratavam com a intenção clara de angariar alguma benesse dentro do corpo burocrático do Império português. Como Silva destaca a ilustração nas Minas não teve aspectos políticos ou de revolucionários. Ela foi colaboradora da administração colonial, em uma relação de interesse mútuo, ao mesmo tempo que satisfazia a Coroa também atendia aos interesses dos vassallos.<sup>132</sup>

Joaquim Felício herdou deste gênero o destaque às potencialidades da natureza brasileira, entretanto alterando significativamente o propósito a que este gênero memorialístico atendia entre estes ilustrados do final do XVIII e início do XIX. Santos não angariava diretamente um cargo ou função dentro da administração pública, porém visava se firmar como liderança política no norte de Minas pelo Partido Liberal.<sup>133</sup> Em seu texto histórico destacar as potencialidades naturais e seu mal

---

<sup>130</sup>SILVA, In: ANDRADE, BOHRER, PIRES, 2013, p. 36.

<sup>131</sup> A ideia de retórica é utilizada neste trabalho no sentido que Paul Ricoeur entende do termo: "papel seletivo das figuras de estilo e de pensamento na escolha das intrigas - mobilização de argumentos prováveis na trama da narrativa -, preocupação do escritor de convencer persuadindo: esses são os recursos do momento retórico da composição narrativa. É a essas solicitações do narrador por meios retóricos que respondem as posturas específicas do leitor na recepção do texto." In: RICOEUR, 2007. p.249

<sup>132</sup> SILVA. *Op. cit.* p.39.

<sup>133</sup> Lembrando que Santos participou das eleições para deputado provincial entre os anos de 1860 e 1864, ano que finalmente conseguiu ser eleito, entretanto participou somente de uma reunião da Câmara, o que segundo Menezes, é associada à decepção política. Santos só iria ocupar outro cargo político na República, quando foi eleito Senador sendo eleito também o primeiro presidente desta casa. MENEZES, In: SANTOS, 1924, p. XII.

uso pelas políticas do governo é uma das principais características que compõe sua forma de fazer oposição política ao Segundo Reinado. A apropriação do gênero em um outro contexto para um uso bastante distinto do tradicional é o cerne da questão para compreender a presença deste gênero memorialístico em Joaquim Felício dos Santos. Se no final dos séculos XVIII e início do XIX não havia características políticas ou revolucionárias, em Santos ele adquire justamente esta faceta, as *Memórias do Distrito Diamantino* é arma política e representa importante projeto político liberal que posteriormente adquirirá cores republicanas.

Um outro aspecto que chama a atenção nesta primeira parte do prefácio à coluna *Districto Diamantino* é que estes apontamentos servirão para uma história futura, ou seja, mais um aspecto que comprova a nítida relação com a tradição da memória histórica praticada pela "pré-historiografia" luso-brasileira - utilizando a terminologia de Iris Kantor - do século XVIII nas academias letradas, tanto em território colonial, quanto na metrópole:

A composição de memórias históricas, porém, não deveria ser confundida com a escrita da História em si. Pelo contrário, as memórias - aparato crítico das fontes documentais e bibliográficas, tabuada cronológica, carta geográfica, corográfica, genealogia, catálogo de autoridades, etc. - constituíam uma pré-condição para a elaboração de uma história verossímil. Os historiadores eruditos tratam de distinguir entre o campo heurístico e o campo hermenêutico, de modo que a autoridade das interpretações ou "conjeturas" só tinha plausibilidade quando fundadas na pesquisa rigorosa. As regras da "boa crítica" pressupunham uma dimensão construtiva e cumulativa do conhecimento histórico, tornando possível a coletivização dos resultados no circuito acadêmico.<sup>134</sup>

O interessante é pensar no porquê da edição de 1868 das *Memórias do districto diamantino* não vem a ser publicada como história, já que como o próprio Santos indica, a edição em livro publicada seis anos após os artigos d'*O Jequitinhonha* pode ser considerada a conclusão destes "apontamentos". Além disso no próprio *Jequitinhonha*, a partir do número do dia 6 de maio de 1861, a coluna *Districto diamantino* passa a aparecer na sessão denominada *História*. Buscar elucidar os possíveis motivos desta mudança de nomenclatura pode nos oferecer elementos para definirmos ainda mais precisamente os detalhes deste gênero de escrita que Santos pretendia nestes textos.

---

<sup>134</sup> KANTOR, 2004, p77

Para esta questão Lúcia Guimarães trata em seu estudo clássico sobre o IHGB de forma bastante precisa o que significa esta categoria “memória histórica” neste contexto em que Santos está publicando seus textos. Na classificação metodológica da autora “memória histórica” é definida como: dissertação sobre *um* tema histórico.<sup>135</sup> O que significa neste momento que a história em si se diferencia da memória por tratar do geral/universal, a história seria dedicada a criar uma narrativa única sobre a nação, enquanto que para a “memória histórica” significava dissertar sobre um tema específico, limitado e recortado. Portanto, de acordo com a produção historiográfica da época é totalmente compreensível definir as *Memórias do Distrito Diamantino* como uma “memória histórica”.<sup>136</sup>

Guimarães demonstra de forma objetiva que as *Memórias históricas* ocuparam boa parte da revista nas décadas de 1860-70,<sup>137</sup> sendo que foram publicadas 22 entre 1860-70 e 29 entre 1870-80. Ou seja, era um gênero corrente e uma forma legítima de produção de conhecimento histórico, apesar da ambição da história geral perseguida por alguns de seus membros.<sup>138</sup> Podemos afirmar que apesar de ser reconhecidas as limitações do gênero em termos da cientificidade da época, era legítima a sua prática sendo que na principal revista dedicada a publicação do gênero histórico suas publicações eram correntes.

Interessante é perceber como esta construção de memória é feita em uma instituição como o IHGB, no caso a "Memória nacional", as seleções ocorrem dentro desta memória coletiva,<sup>139</sup> porém sendo operacionalizada (cientificidade da dis-

---

<sup>135</sup> GUIMARÃES, 1995,p.510. Itálico e grifos nossos.

<sup>136</sup> Importante destacar que mesmo que a produção histórica de Joaquim Felício dos Santos se diferencie do que era praticado no período nas questões políticas (inclusive criticando o que era produzido por esta historiografia oficial como tratamos neste capítulo na contenda entre Joaquim Felício e Varnhagen), no tocante ao gênero e diálogo com os pares (o que chamamos de comunidade discursiva) ela busca um espaço de divulgação e repercussão, prova disso é que a publicação da primeira edição das *Memórias do Distrito Diamantino* é noticiada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* no tomo XXXII Parte segunda do ano de 1869, sendo inclusive oferecida pelo próprio “Sr. Dr. J. Felício” como consta na página 355 do referido tomo.

<sup>137</sup> GUIMARÃES. *Op cit.* Tabela 3 página 511.

<sup>138</sup> Lembrando que o projeto vencedor do concurso realizado pelo IHGB de como se deveria escrever a História do Brasil vencido por Von Martius o objetivo principal era justamente definir as matizes para a confecção de uma História Geral do Brasil.

<sup>139</sup> Guimarães realiza uma interessante exposição das teorias de Halwachs e Phillipe Joutard para tratar da distinção entre a "memória coletiva" e a "memória historiográfica": "não se trata de um caso de antagonismo, embora ambas se apresentem sob formas diferentes. A primeira, caracterizada como oral e popular, enquanto que a segunda seria escrita e erudita. Joutard adverte que, se as lembranças se conservam graças a uma rede de sociabilidade dinâmica, esta malha não se restringe somente às chamadas "instituições de transferência", identificados pela sociologia.

ciplina) dentro de determinada ordem selecionada arbitrariamente, aonde as escolhas dos marcos, dos eventos, recorte cronológico, são os indícios desta seleção. Vemos na pesquisa de Guimarães que o IHGB irá buscar a origem da nação no descobrimento e se limitará ao período colonial, não adentrando no período imperial, e que estas escolhas dos temas atendem ao que a instituição, aliada ao projeto monárquico, determina como importantes para a construção da memória nacional.

Para concluir esta questão do gênero memorialístico podemos apontar importantes diferenças entre os textos de Joaquim Felício dos Santos na relação com a produção historiográfica incentivada pelo IHGB. O primeiro aspecto é referente às escolhas das origens temporais destas obras, os eventos que são definidos como marco inicial. Vemos que no IHGB olhar para a origem, pro passado mais remoto significa retirar do limbo do esquecimento fatos e principalmente personalidades,<sup>140</sup> a seleção da origem passa pela questão da glória, é este resgate histórico servindo para se fazer justiça com determinados sujeitos que fizeram parte do passado. A intenção deste resgate é evidenciar pessoas e eventos que de certa forma estão incluídos dentro dos critérios da formação da nacionalidade brasileira. É a partir deste resgate seletivo que a história tem sua função pedagógica no presente, ela contribui para a construção da identidade nacional, portanto, é uma seleção de memória que responde aos interesses do presente.<sup>141</sup>

Já em Felício dos Santos a escolha da origem atende a um critério distinto deste praticado pelo IHGB. O resgate da origem dos diamantes<sup>142</sup> (o romance *Acayaca* é o indício) tem função identitária totalmente distinta deste projeto de construção do Estado nacional, ela se dá pela oposição a excessiva centralização administrativa a que os liberais acusam o Segundo Reinado de praticar. O sentido dessa

---

Tanto quanto a família, os grupos de vizinhança e círculos afins, os "espaços eruditos" também transmitem Memória." In: GUIMARÃES, 1995. p.520.

<sup>140</sup> Sobre a escrita biográfica do IHGB. Cf: OLIVEIRA, 2007, p. 154-178.

<sup>141</sup> Guimarães é clara ao abordar este ponto: "Se, por um lado, a edição dessas fontes careceu de critérios técnicos, quanto à ordenação e classificação, por outro, verificamos que sua triagem obedeceu a uma lógica inquestionável. Em consonância com o projeto de memória desenvolvido, nada foi impresso que pudesse evidenciar quaisquer indícios de contestação ao sistema colonial. A publicidade que a *Revista* de à documentação do passado remoto do Império trazia as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade." In: GUIMARÃES, *op.cit.*p.552

<sup>142</sup> A principal diferença em termos de conteúdo entre os textos da coluna *Distrito Diamantino* e a edição em livro das *Memórias do Distrito Diamantino* se dá justamente no início. A coluna *Distrito Diamantino* não traz a lenda do Acayaca, capítulos 1 e 2 das *Memórias*, a coluna no *Jequitinhonha* se inicia objetivamente tratando da "descoberta dos diamantes", o equivalente ao capítulo 3 nas *Memórias*.

origem não é unificador. O autor não tem em seu horizonte a construção desta "memória nacional", pelo contrário, ele está atentando para a particularidade da região diamantífera dentro deste projeto nacional. Os males da centralização e consequentemente do regime monárquico são identificados desde a origem dos afamados diamantes, a opressão, a exploração econômica, a tirania política são elementos denunciados a favor da construção de uma identidade ideal de um mineiro que sempre flertou com a liberdade<sup>143</sup>, narrativa com claras aspirações românticas.<sup>144</sup>

A segunda parte deste prefácio para a coluna *Districto* Diamantino é interessante para percebermos a mescla deste gênero memorialístico com elementos da escrita da história do presente e as questões políticas já discutidas. Santos deixa bem clara sua visão sobre o passado colonial, que se dá pela tópica do despotismo, é a partir destes textos sobre a história do distrito dos diamantes que Santos amplifica a visão inaugurada por José Vieira Couto, divulgada por Robert Southey, e reproduzida por Saint-Hilaire, da "colônia dentro da colônia"<sup>145</sup>, aonde o distrito diamantífero é visto como um Estado de exceção dentro do espaço colonial marcada pelas práticas despóticas da coroa portuguesa, práticas estas perpetradas de forma ainda mais intensa que nos demais espaços coloniais:

Mas não é só aos mineiros que nos dirigimos. A história dos tempos coloniais do desgraçado povo que habitava este terreno diamantino, sujeito a autoridade com poder absoluto, e regido por

---

<sup>143</sup> Como breve exemplo sobre esta construção identitária do mineiro na relação com a liberdade e oposição à centralização a que os liberais acusam o governo Imperial de praticar: "Ainda hoje expiã os tristes mineiros as culpas de seus maiores. A Província de Minas, por ter sido a primeira, que tentou erguer o collo contra a tyrannia da Metropole, por ter sempre protestado contra os desmandos do poder, traz o Governo em perpetua desconfiança, e occupa entre suas irmãs o lugar de filha engeitada; os mesmos dons, com que prodigiosamente a brindara a natureza, são para o governo suspeitoso causas de serios receios; e por isso em vez de aproveitar-se as fontes de prosperidade, que encerra, procura-se faze-las seccar. Em quanto algumas são largamente dotadas com bellas instituições, ella lucta com os seus próprios recursos, e estes mesmos são muita vez peados no seu desenvolvimento." In: *O Jequitinhonha*. Diamantina: 01/01/1862.

<sup>144</sup> Lilia Scharwcz destaca como a narrativa romântica atende as premissas deste modelo de construção de identidade do jovem Estado Nacional, e chama a atenção para um aspecto importante, que esta narrativa romântica também era mobilizada para acentuar os particularismos como vemos, por exemplo, em Joaquim Felício dos Santos: "Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia. O romantismo aparecia como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade mas também o particularismo, e portanto a identidade, em contraste com a metrópole, mais associada nesse contexto à tradição clássica. O gênero vinha ao encontro, dessa maneira, do desejo de manifestar na literatura uma especificidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento." In: SCHWARCZ, 1998, p. 201.

<sup>145</sup> Esta visão ganhou ampla repercussão a partir da década de 1930 quando as *Memórias do Distrito Diamantino* começaram a ser utilizadas em trabalhos históricos, digamos que há certa aceitação da memória criada por Joaquim Felício dos Santos sobre a história da região diamantífera. Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Charles Boxer, utilizaram as *Memórias* como fonte em seus trabalhos.

leis peculiares, formando, por assim dizer uma colônia particular isolada no imenso território do Brasil, não deixará de ser interessante a todo brasileiro. Foi esta população, por isso mesmo que existia em solo rico, a que mais suportava os vexames e exações do governo da metrópole da ambição insaciável, que só procurou tirar todo proveito de nosso país pouco lhe importando sua prosperidade senão era para enriquecer o erário régio.

O que podemos afiançar aos nossos leitores, é a veracidade dos fatos que vamos publicar: a sua prova encontrarão em documentos existentes na secretaria da administração diamantina e quando recorremos na tradição procuraremos o testemunho de pessoas fidedignas.

Se este trabalho for de alguma utilidade nos nossos patrícios, será a nossa recompensa.<sup>146</sup>

Ainda sobre este trecho podemos perceber o esforço de Santos em "afiançar [...] a veracidade dos fatos", há a preocupação em deixar clara a importância da comprovação documental do que será apresentado. Mesmo afirmando que irá recorrer a tradição oral, Santos garante a veracidade dos fatos através da autoridade pessoal, a história da região é de certa forma afetiva, em nenhum momento o autor pretende deixar de lado sua relação com a localidade, pelo contrário o vínculo afetivo com a região é uma das garantias essenciais da legitimidade destes escritos.

Feita esta breve introdução passamos então a analisar alguns aspectos que são fundamentais para a operação historiográfica praticada por Joaquim Felício dos Santos. A partir de sua tese mais divulgada da "colônia dentro da colônia" buscaremos reconstruir a comunidade discursiva no qual esta ideia foi tecida, para tal será importante criticar alguns autores que Joaquim Felício utiliza como fonte, José Vieira Couto, Robert Southey e Saint-Hilaire são precursores e chaves de leitura fundamentais para a compreensão do universo discursivo de Felício. Para concluir o capítulo trataremos do diálogo que Joaquim Felício dos Santos desenvolve com o principal núcleo de produção historiográfica do Brasil naquele contexto que era o IHGB, principalmente com seu principal historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.

---

<sup>146</sup> *O Jequitinhonha*. Diamantina: 20/01/1861.

### **2.3 - A construção da tese da “Colônia dentro da colônia”: comunidade discursiva e tese política.**

O objetivo deste tópico é expor como Felício dos Santos constrói a sua famosa tese da "colônia dentro da colônia" como leitura do passado com fortes implicações políticas do presente.

O importante é demonstrar ao leitor que esta construção está na base da leitura histórica de Santos, cabe a nós esmiuçar como ocorre essa construção (motivos e intenções), e isto remete à política dos anos 1860 e da relação que Santos estabelece com as narrativas predecessoras sobre a história da região na qual utiliza como fonte. Como pretendemos demonstrar, Felício dos Santos utiliza da visão destes autores (Vieira Couto, Southey e Saint-Hilaire) porém resignificando esse passado para que tenha utilidade política no presente. Para atingir tal objetivo se faz necessário compreender como estes membros que fazem parte da comunidade discursiva de Felício dos Santos estão construindo suas narrativas, ou seja, cabe a nós compreender o contexto, motivos e intenções destes autores ao escreverem suas obras.

Quando falamos de "colônia dentro da colônia" falamos de: despotismo, exploração colonial, opressão administrativa, supressão do direito de ir e vir (liberalismo) falta de soberania política local, inexpressividade popular. É importante pensarmos como esta construção funciona no ideário liberal da década de 1860. Cabe a nós tentar traduzir essa construção histórica como camada de determinada cultura política.

Para tanto se faz necessário buscar compreender o percurso desta ideia, quem são seus autores e as diferentes intenções e apropriações que estes autores realizaram, cada um em seu contexto. Refazer o caminho desta construção historiográfica é importante para compreendermos a comunidade linguística de Joaquim Felício dos Santos, ou seja, com quem ele está dialogando quando enfatiza e sistematiza a tese da “colônia dentro da colônia” nas *Memórias do distrito diamantino* na década de 1860.

Três autores são fundamentais para buscarmos a genealogia da tese propagada por Felício dos Santos no contexto da década de 1860. São eles o tejuquense José Vieira Couto, autor de uma importante memória econômica no final do século XVIII, o inglês Robert Southey autor da primeira obra sistematizada sobre a história

do Brasil<sup>147</sup> e o naturalista francês Auguste de Saint-Hillaire que percorreu vasta parte do território da América portuguesa entre os anos de 1816-1821 realizando expedições de cunho científico e publicou posteriormente na Europa os relatos destas viagens, para nós especificamente interessa o relato de sua viagem ao distrito dos diamantes cuja primeira edição francesa é do ano de 1833.<sup>148</sup>

Ao tratar da obra de Joaquim Felício dos Santos e sua principal obra histórica é fundamental debater de sua tese mais conhecida e disseminada pela historiografia brasileira. A ideia de que o distrito diamantífero era uma “colônia dentro da colônia” regida por leis particulares e distintas dos demais espaços coloniais, aonde a população estava sujeita aos mandos e desmandos das autoridades destinadas à administração do espaço, que os habitantes locais foram impedidos de participar diretamente da exploração dos diamantes encontradas no rico terreno da região, é ponto central para a compreensão da forma com que Joaquim Felício dos Santos realiza sua operação historiográfica.

Antes de adentrarmos especificamente na forma com que Santos desenvolve e articula historiograficamente tal tese ao seu posicionamento político é fundamental esclarecermos as bases históricas de tal construção, que são a demarcação do distrito diamantino em 1745 e a implementação do Regimento Diamantino de 1771, sendo este segundo o evento primordial para a composição da narrativa normativa das *Memórias do distrito diamantino*.

No ano de 1731 houve a primeira demarcação do distrito, em que foi estabelecido um quadrilátero que circundava o Arraial do Tejuco, definido como centro administrativo, e incluía outros arraiais e povoações como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé de Morro. Também neste ano foram estabelecidas as primeiras taxas de capitação por número de escravos utilizados nos serviços. Entre os anos de 1734 e 1739 a exploração dos diamantes foi proibida devido a depreciação de seu preço no mercado mundial e foi criada a primeira administração própria para a região. Também a partir deste período os limites do Distrito foram constantemente alargados acoplando os novos achados de diamantes que apareciam cada vez mais ao norte de Minas.

Em 1739 houve a reabertura das lavras diamantíferas e foi estabelecido o sistema de monopólio a partir de contratos particulares, aonde a Coroa abria para

---

<sup>147</sup> SOUTHEY, 1862.

<sup>148</sup> SAINT-HILLAIRE, 1941.

concessão uma determinada área e um contratante ou um grupo arrematava o direito de explorar esta área. A Coroa partia do princípio que com este sistema teria uma série de vantagens como receber adiantado pela área explorada, maior controle sobre a produção e principalmente limitar as áreas exploradas de forma a sempre haver espaços para novas empreitadas.

Em 1745 para tentar controlar o grande fluxo de pessoas que se dirigiam para a região, a maioria sem ocupação definida e propícia a participar do garimpo e do contrabando, a Coroa impediu o livre acesso às terras diamantinas. A entrada passou a ser permitida somente pelos registros determinados aonde a Coroa tinha o controle sobre os bilhetes de entrada e também os produtos que ali circulavam eram taxados, este é um evento fundamental para a tese da “colônia dentro da colônia”, pois atenta contra um direito fundamental do ideário político liberal. Em 1771 a Coroa acabou com o sistema de contratos e assumiu para si a responsabilidade sobre a extração e comercialização dos diamantes, foi editado o já referido *Regimento Diamantino* e criada a Real Extração dos Diamantes.<sup>149</sup>

Apesar da demarcação do espaço diamantífero e a restrição à circulação de pessoas ser do ano de 1745, decisão tomada pela Coroa portuguesa para restringir e controlar a exploração das minas com o intuito de regular o preço dos diamantes no mercado europeu em queda desde a década de 1730, quando este fora inundado

---

<sup>149</sup> Para maiores detalhes sobre as ações da Coroa no Distrito Diamantino. Cf. FURTADO, 1996, p.25-26.

pelos novos diamantes advindos da região diamantina. Esta primeira restrição funciona como um importante marco<sup>150</sup> para a historiografia dos diamantes<sup>151</sup>.

Porém mais importante que esta restrição inicial de 1745 é o *Regimento Diamantino* de 1771, também conhecido como *Livro da Capa Verde*, isto devido ao seu exemplar original ser de marroquim verde e por ficar exposto na entrada do prédio da Intendência dos diamantes de forma a demonstrar a presença do Estado simbolizado na forma de um livro que continha este conjunto de leis, que na prática monopolizava na mão do Estado todo o processo da exploração da riqueza diamantífera.

O monopólio da exploração dos diamantes por parte da Coroa portuguesa se dava desde a contratação dos escravos para o trabalho nas minas, da logística dos trabalhos, com as escolhas dos espaços e técnicas a serem utilizadas nos serviços, além da coleta, segurança e transporte das pedras preciosas até Lisboa. Para tal foi organizado e implementado um novo modelo administrativo composto de um intendente, autoridade máxima dentro da demarcação subordinado exclusivamente a Lisboa, ou seja, Vila Rica não tinha autoridade para interferir nos negócios diamantíferos, e mais três caixas, subordinados diretamente a autoridade do intendente com

---

<sup>150</sup> Podemos dizer que este evento funciona como uma espécie de trauma para a memória coletiva da região diamantina. Jorn Russen nos apresenta duas classificações para pensarmos a memória que são proffcuas para delimitarmos a função desta tese na construção historiográfica de Joaquim Felício dos Santos. Russen aponta que em um sentido tipológico a memória pode ser classificada, no modo pelo qual o passado é representado, como *responsiva ou construtiva*: “A memória *responsiva* é acionada pela intensidade de uma experiência específica que grava a si mesma nas mentes das pessoas, por assim dizer. A memória fere e uma força quase autônoma compele as pessoas a reagir, a interpretá-la e a superá-la. Esse tipo de memória imprime-se no espírito trazendo o passado para o presente como uma imagem poderosa e persistente. O conceito dominante para analisar esse modo de experiência na memória histórica é o conceito de trauma. No modo *construtivo*, o passado rememorado é matéria de discursos, narrativas e uma comunicação contínua. Aqui, a memória moldou o passado em uma história significativa e aqueles que lembram parecem ser os mestres de seu passado na medida em que eles colocam a memória em uma perspectiva temporal com a qual podem articular suas expectativas, esperanças e medos.” In: RUSSEN, 2009, p. 167-168. Para o caso Joaquim Felício dos Santos acreditamos que a construção desta tese funciona de modo construtivo, pois vemos este passado da particularidade da região diamantífera ser articulado em discursos de diferentes naturezas, sejam literários, políticos ou históricos, para que estes sejam fruto de constante lembrança e empreenda alguma transformação de cunho político no presente.

<sup>151</sup> O que chamo de *historiografia dos diamantes* são as obras que compactuam com esta visão historiográfica de Joaquim Felício dos Santos, visto como pioneiro deste tema na historiografia nacional, sejam antecessores ou sucessores do escritor diamantinense. Como veremos neste tópico Viera Couto inaugura esta visão negativa da administração portuguesa na região diamantina, já o britânico Robert Southey é o primeiro a sistematizar a história da região diamantífera e a empreender a visão que será propagada do isolamento peculiar da região, Auguste de Saint-Hillaire irá utilizar a obra de Southey como referência, porém com algumas ressignificações importantes. Joaquim Felício será o primeiro escritor brasileiro a se dedicar a uma narrativa geral sobre a história dos diamantes na historiografia brasileira, e como pretendemos demonstrar neste tópico, Joaquim Felício utiliza estes autores como fonte com a intenção de construir uma narrativa com forte viés político em torno desta memória.

a função inicial de organizar as questões contábeis e também determinar anualmente quando e como os trabalhos de mineração deveriam ser realizados, com a intervenção e aprovação do Intendente.<sup>152</sup>

O *Regimento Diamantino* de 1771 foi uma das medidas tomadas pela Coroa portuguesa dentro do projeto reformista encabeçado pelo Marquês de Pombal, então primeiro ministro do rei José I. O *Regimento* alterava drasticamente o processo de exploração dos diamantes e se tratava de mais uma tentativa da Coroa portuguesa de buscar melhor aproveitamento econômico da riqueza mineral, a reforma visava concentrar nas mãos do Estado a produção e o comércio de forma a retirar da mão de particulares e intermediários a possibilidade de se envolver com o comércio das pedras preciosas, visava-se, sobretudo combater o garimpo e o contrabando dos diamantes.

Desde o anúncio oficial da descoberta dos diamantes feita pelo então governador da província de Minas Gerais, Bernardo da Fonseca Lobo no ano de 1729<sup>153</sup>, a Coroa portuguesa buscou algumas medidas administrativas para regular a produção e principalmente controlar o preço dos diamantes no mercado europeu.

Em suma, o *Regimento Diamantino* de 1771 acabava com o sistema de contratos particulares, pois foi constatado por parte da Coroa que estes estavam sendo prejudiciais aos interesses econômicos do Império, o não cumprimento das áreas de exploração destinadas nos contratos, a utilização de número superior de escravos permitidos nos trabalhos nas atividades, a participação dos contratadores nas redes de contrabando, a ocultação de diamantes nas declarações à Coroa, vários motivos foram apontados como responsáveis pela mudança administrativa por parte de Lisboa.

Entretanto, devemos compreender o *Regimento Diamantino* a partir da perspectiva atlântica no contexto das reformas que o primeiro ministro Marquês de Pombal realizou no âmbito imperial desde os anos finais da década de 1750, quando consolidou seu papel de proeminência na política do Império Português ao tomar

---

<sup>152</sup> SANTOS, 1924, p.143.

<sup>153</sup> Me refiro a este anúncio de 1729 como oficial porque há indícios de que os diamantes já eram explorados de na região diamantífera desde os últimos anos da década de 1720. De acordo com a lenda, popularizada pelo próprio Joaquim Felício dos Santos no romance *Acayaca*, publicado originalmente também n' *O Jequitinhonha* entre os anos de 1862-64, a descoberta oficial foi postergada pelo próprio governador Bernardo da Fonseca Lobo que já havia tido conhecimento da natureza das pedras e era um dos principais beneficiados pela então descoberta recente juntamente com um cúmplice frade, certo é que o pronunciamento oficial a Coroa por parte do governador só ocorreu no ano de 1729 porque já não havia como esconder tal fato. SANTOS, 2004, p 135-136

as rédeas e conduzir a reconstrução de Lisboa após o fatídico terremoto de Lisboa do ano de 1755.<sup>154</sup> Kenneth Maxwell destaca que foi a postura que Pombal tomou na condução dos eventos que procederam ao terremoto que o alçou a condição de ministro absoluto e proeminente nos assuntos políticos de todo o Reino, tornando assim secundária a atuação política do rei D. José I.<sup>155</sup>

Utilizando deste poderoso *status* político adquirido neste contexto, Pombal teve força e apoio para realizar uma série de reformas no Império Português, reformas que em sua essência buscavam modernizar e racionalizar a administração de todo o Império português, baseando-se nos princípios filosóficos do iluminismo e do cartesianismo.

As ideias ilustradas e racionais forneceram as bases para uma série de reformas administrativas e econômicas do Império Português: Pombal foi figura central no processo que culminou na expulsão da Companhia de Jesus (Jesuítas) de suas possessões na América portuguesa quando estes passaram a ser vistos como possíveis concorrentes à soberania do Estado português principalmente nas áreas de fronteira onde Portugal buscava se impor frente a seu principal concorrente regional, o Império Espanhol.

As ações da Companhia de Jesus especialmente na colônia de Sacramento principal fronteira com os vizinhos espanhóis, fizeram com que Pombal visse nos jesuítas um grupo capaz de se mobilizar e fazer frente, inclusive militar, ao Estado português; o rompimento com a Companhia de Jesus fez com que fosse alterada a relação com a educação escolástica, lembrando que os principais institutos de educação tanto em Portugal quanto nas demais áreas do Império eram de responsabilidade dos jesuítas, uma das principais consequências desta ação foi a reforma do sistema educacional que tem seu expoente máximo na reforma da Universidade de Coimbra sob os preceitos do iluminismo. A partir desta reforma foi possível formar uma geração, composta inclusive de sujeitos das mais distintas partes do Império

---

<sup>154</sup> Dentro deste complexo campo de estudo chamado “história atlântica” utilizamos da perspectiva *cis-atlântica* como cunhada por David Armitage: “A história “*cis-atlântica* estuda lugares particulares como localidades singulares dentro de um mundo Atlântico e busca definir essa singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações). [...] A história *cis-atlântica*, no sentido mais amplo aqui propostos, é a história de qualquer lugar particular – uma nação, um Estado, uma região e mesmo uma instituição específica – em relação ao mundo atlântico mais vasto.” ARMITAGE, 2014, p. 212-213.

<sup>155</sup> MAXWELL, 1996, p.24.

com destaque para uma grande parte de brasileiros, que atuariam anos depois diretamente na administração do Império Português, conhecidos habitualmente como reformistas ilustrados.<sup>156</sup>

No aspecto econômico Pombal buscou concentrar as atividades comerciais em torno de grandes monopólios e companhias, assim o fez com o principal produto de exportação de Portugal, o vinho da região do Douro, e também com o comércio colonial, com a criação das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, cujo principal objetivo era concentrar as atividades econômicas em um núcleo de poucos comerciantes, a chamada elite pombalina, de forma a excluir os pequenos comerciantes e atravessadores da rede comercial, Pombal acreditava que os comerciantes ingleses eram os principais beneficiados deste pequeno comércio, já que estes tinham um poder maior de capitalização e crédito do que os portugueses, o que fazia com que a balança comercial entre os dois reinos tendesse para o lado dos britânicos, Pombal com essa medida visava sobretudo minorar os desvios e equilibrar a balança comercial entre seu principal aliado bélico e paradoxalmente concorrente econômico, a soberania política de Portugal, na visão de Pombal, dependia deste equilíbrio.<sup>157</sup>

A implementação do *Regimento Diamantino* de 1771 faz parte deste complexo contexto da política imperial portuguesa. A monopolização das atividades que envolviam a exploração dos diamantes era importante para as finanças de Portugal como forma de equilibrar a balança comercial e minimizar os efeitos negativos que o declínio da produção do ouro, que vinha sendo observado desde a década de 1750 na região central das Minas Gerais, trouxe para as finanças do Império.<sup>158</sup>

Como já indicamos o *Regimento Diamantino* funciona na narrativa de Joaquim Felício dos Santos como evento fundamental na relação entre história e política. Santos é o primeiro autor brasileiro a tratar do tema de forma sistematizada, não somente na coluna *Districto Diamantino*, mas também nos demais textos do

---

<sup>156</sup>*Ibidem*, 2004, p. 104.

<sup>157</sup>*Ibidem*, 2004, p. 61.

<sup>158</sup> Para mais detalhes ver os capítulos *A Idade de Ouro e suas conseqüências* e *Interesse público e lucro privado*. In: *Ibidem*, 2004.

periódico de naturezas diversa, (políticos, literários, históricos) o tema é uma constante na narrativa e aparece sempre que é feita alguma alusão à história da demarcação diamantífera.<sup>159</sup>

A memória deste passado de exploração funciona como uma memória *constitutiva*, pois este evento passado é rememorado de forma que a narrativa seja um discurso contínuo acerca daquele passado que nunca deixa de ser parte do presente, a sua função normativa em nenhum momento é negligenciada. Este tipo de memória age moldando o passado em uma história significativa para determinada comunidade, cria-se a sensação de pertencimento/identidade a partir desta mobilização narrativa. Joaquim Felício dos Santos se torna neste caso mestre deste passado, pois nesta articulação narrativa coloca-se em jogo toda uma perspectiva temporal que é articulada de acordo com suas expectativas.<sup>160</sup>

Portanto, a constante lembrança do *Regimento* funciona como uma marca que identifica e particulariza a experiência histórica da região, esta, independentemente de sua temporalidade, é vista como o espaço sujeito aos arbítrios de um poder central que explora e oprime a população local. Esta constante presença do passado funciona na narrativa de Joaquim Felício dos Santos como elemento estruturante de sua crítica política na década de 1860, momento em que redige seu principal texto histórico.

---

<sup>159</sup> Como por exemplo no texto *Descoberto de São João* publicado no *Jequitinhonha* no dia 9 de Janeiro de 1861: “Os córregos de S. João e Duro forão outrora riquíssimos de diamantes, e comcorrerão com importante tributo para o Erário Real, quando Colonos d’uma metrópole ingrata, que só sabia tirar o proveito do nosso trabalho, e enriquecer-se a custa da miséria do povo d’esta comarca. Nos annos de 1832 e 1833 fomos flagelados com uma crise alimentícia a mais horrível de que há memória. Foi pungente e lastimoso o quadro da miséria geral: a pobreza balda de recursos, morria extenuada de fome ou envenenava-se procurando alimento nas raízes bravas do campo: e nós vivíamos sobre o solo mais rico do mundo! Nesta circunstâncias vários habitantes da Gôvea e lugares circunvisinhos fiserão uma representação ao então intendente dos Diamantes João Pires Cardoso, pedindo-lhe que *desempedisse*, isto é, franqueasse ao povo a mineração do córrego das Dattas. O caso era de urgência, e o Intendente prescindindo das instruções que havia recebido, e sem consultar a Junta dos Diamantes, mandou dividir pelo povo as lavras pedidas, e levou seu procedimento ao conhecimento do Governo Geral, fazendo-lhe a exposição da miséria pública. O Governo não só approvou o seu procedimento, visto que, *por essa forma poupava os sacrifícios que deverião fazer os cofres públicos*, como o autorisou a continuar a fazer outras concessões, *mas somente d’aquelles lugares que tivessem sido explorados pela Extração reservando* os terrenos ricos ou virgens. Tal é a caridade do Governo! O Intendente porem que bem conhecia as necessidades públicas, não [servipulisou] em seguir à risca as restrições da autorização que havia recebido; e graças as suas boas intenções forão essas migalhas, que só podia conceder-nos.” O itálico é do próprio texto do Felício. Quanto a ideia de pertencimento/identidade é interessante reparar na narrativa realizada em primeira pessoa, destacando justamente as oposições entre os locais com o governo central.

<sup>160</sup> Nos referimos novamente as definições acerca das funções da memória de Jorn Russen.

Articular este passado de opressão do período colonial, representado em sua máxima expressão pelo *Regimento*, com um dos principais pontos da oposição liberal ao governo Imperial, que era a questão da excessiva centralização, de forma a construir coerência para defender a adoção de certa reforma federalista nas bases do Império. Podemos afirmar que construir esta conexão histórica entre o passado e o presente é um dos objetivos construtivos que perpassam as expectativas políticas de Joaquim Felício dos Santos, busca-se sobretudo amparar discursivamente os elementos que compõe sua reforma de cunho federalista do Império.

### **2.3.1 - José Vieira Couto e a criação narrativa do isolamento da região diamantina.**

Trata-se de compreender as condições de produção da memória de José Vieira Couto. O objetivo é demonstrar Vieira Couto como pioneiro do que chamamos de *Historiografia do Diamantes* e como Joaquim Felício dos Santos utiliza de sua visão porém resignificando para atender suas intenções políticas do presente.

Natural do arraial do Tejuco, José Vieira Couto matriculou-se nas Faculdades de Filosofia e de Matemática de Coimbra em 1774, concluindo em 1778. Por recomendação da Coroa escreveu em 1799, durante o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a “Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas”. É uma publicação sobre “a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil, sobre o comércio e exportação dos metais e interesses régios, com um apêndice sobre os diamantes e nitro natural.”<sup>161</sup>

Como característica deste memorialismo ilustrado ressaltava que tornar rentável as produções naturais do Brasil convinha não só à Coroa mas também aos colonos. Citando Couto: “voei ao pico das serras, desci às profundezas das cavernas e recolhi-me das minhas peregrinações com as mostras de quase todos os metais, que neste cofre exponho ao pé do trono.”<sup>162</sup>

Estas memórias econômicastinham a intenção clara de colaborar com o Estado, mesmo a crítica a alguma aspecto desta administração, como faz Couto, é

---

<sup>161</sup> VIEIRA COUTO, 1994, p.26

<sup>162</sup> *Ibidem*, 1994, p.52.

realizada com a intenção de ser um bom vassalo, pois deseja-se, sobretudo, benesses.<sup>163</sup> Para além da crítica visa-se a superação do problema, ou seja, é procedimento mister destas memórias econômicas mapear o problema e propor soluções, por isso a importância das pesquisas de campo materializadas em forma de *Memória* como a que Couto realiza.<sup>164</sup>

Para compreendermos os motivos e intenções de Couto ao elaborar suas críticas ao *Regimento Diamantino* é importante situarmos o momento em que suas *Memórias* foram escritas.

Vieira Couto ao escrever a *Memória Sobre a Capitania de Minas Gerais: Seu Território, Clima e Produções Metálicas* (1798) tem o intuito de colaborar com a administração portuguesa, é uma típica memória econômica, que tem entre suas intenções buscar alternativas para superar a tão falada decadência do ouro do final do XVIII. A sua principal proposta geral é diversificar a produção mineral uma vez que a capitania de Minas não tinha vocação agricultora (parafraseando o autor), partindo para o investimento no ferro, nitro e salitre entre outros minérios citados em sua *Memória*. Aliada a esta diversificação na exploração mineral à instrução dos mineiros tinha caráter essencial, o projeto ilustrado reformista se faz presente no autor, Couto aponta como uma das principais causas desta decadência o desconhecimento de técnicas de mineração modernas por parte dos mineiros.

Entretanto para o nosso propósito é importante dedicarmos a atenção ao que Vieira Couto escreve sobre a região diamantina, mais precisamente sobre sua administração e a vida social. Couto é o primeiro crítico do *Regimento Diamantino*, em anexo as *Memórias* há um apêndice sobre a questão mineral na região diamantina chamado “Diamantes, Nitro Natural”.<sup>165</sup> Couto critica o *Regimento* em várias aspectos, o primeiro deles é na questão do comércio, porque como afirma, um dos seus principais efeitos negativos é repelir os comerciantes da região, devido as constantes suspeita de contrabando que envolvia esta atividade.<sup>166</sup>

---

<sup>163</sup> SILVA, In: PIRES, ANDRADE, BOHRER, 2013, p.39

<sup>164</sup> Sobre a questão da recompensa que se espera da Coroa em empreendimentos como o de Vieira Couto é muito elucidativa a fala do governador Bernardo José de Lorena em 1799: “É certamente o Dr. Couto um vassalo de Sua Majestade muito hábil, muito ativo, serve como maior gosto à mesma senhora, e por estes motivos merece muito a sua régia contemplação.” In: AHU, MG, caixa 147, doc.2. In: *Ibidem*, 2013, p.28

<sup>165</sup> VIEIRA COUTO, 1994, p. 83.

<sup>166</sup> “A terra se despovoa, o comércio se estanca, uns não se atrevem a fazer girar o seu cabedal, porque não sabem a hora em que se verão perdidos, ou eles próprios, ou os que lhes compraram

Um segundo ponto, no qual crítica o *Regimento* é devido ao excessivo poder dos intendentes, o que também está no cerne das leituras de Southey e Saint-Hilaire sobre a região, iremos tratar ao longo deste tópico como cada um destes autores reproduzem esta imagem de Couto sobre a região, isto dialogando e problematizando a leitura que Furtado faz desses autores como reprodutores da visão de Vieira Couto.<sup>167</sup>

Couto teve problemas pessoais com o Intendente João Ignácio Amaral da Silveira para executar sua expedição pela capitania de Minas Gerais com objetivos mineralógicos, apesar de portar permissão da Coroa. Houve suspeita por parte do Intendente de que objetivo de Couto era mapear a região de forma a colaborar com o extravio de diamantes<sup>168</sup>, este percalço para a expedição é um fator determinante para as ideias desenvolvidas por Couto nas *Memórias*, principalmente sobre a questão da administração diamantina.

Contrariando a acusação do Intendente a respeito de Couto, estudos do gênero memorialístico assim como das relações de poder neste contexto assinalam que a intenção de Couto era realmente contribuir para a administração da região por parte da Coroa portuguesa. Como apontam Júnia Furtado e Maria Beatriz Nizza da Silva ao se referirem ao Iluminismo português ressaltam que este foi devidamente utilizado a serviço do Estado, elemento chave na caracterização do Iluminismo português como reformista em contraposição ao francês com matrizes claramente revolucionárias. As contradições deste iluminismo português são fundamentais para compreendermos este gênero *Memória econômica* em sua configuração portuguesa. Buscava-se um conhecimento reformista, diferente de outros espaços como na França ou Estados Unidos, aonde o Iluminismo foi utilizado no sentido revolucionário. Em Portugal visava-se a reforma, e o reforço do pacto colonial.

Furtado vê na contenda entre Vieira Couto e João Ignácio um exemplo significativo pela disputa de poderes entre as elites coloniais. O confronto, teve início quando o novo Intendente chegou ao Tejuco. João Ignácio nomeou novos funcionários para os cargos de confiança da Administração em detrimento daqueles que ali estavam, o que obviamente causou oposição por parte da elite dominante local

---

fazendas. Os comerciantes do Rio de Janeiro, que fiam as suas fazendas às mãos cheias para qualquer das outras Comarcas, recusam ouvir até o nome do Serro do Frio.” *Ibidem*, 1994. p.89.

<sup>167</sup> FURTADO, 1993, p. 85-86.

<sup>168</sup> FURTADO. In: VIEIRA COUTO, 1994, p.26.

que usufruíam até então de diversos privilégios advindos das posições que ocupavam. O Intendente via nesta elite relação direta com as atividades ilegais praticadas na região, tais quais o extravio das pedras e a sonegação de impostos.

Um dos efeitos desta tática de João Inácio foi acirrar a oposição entre as esferas metropolitanas e colonial, a administração de João Inácio passou a sofrer forte oposição por parte da elite local, ao instigar interesses conflitantes das famílias poderosas do Tejuco, preferiu umas em detrimento de outras. As famílias que foram afastadas do poder passaram a lhe fazer forte oposição, chegando ao ápice de recorrer diretamente à Coroa. A família Viera Couto foi protagonista desta questão, ao ser fortemente perseguida, acabou se tornando símbolo da luta contra o Intendente. Com o afastamento de João Inácio em 1803, voltaram a ocupar cargos na administração, reivindicando patentes e soldos.<sup>169</sup>

O cume deste conflito se deu no ano de 1799, quando vários moradores da Demarcação, incluindo todos os Viera Couto, redigiram uma petição à Rainha solicitando o afastamento do Intendente, episódio amplamente explorado por Felício dos Santos.<sup>170</sup> Na petição os moradores acusavam João Inácio de ser parcial, injusto e tirânico e a pediam que a revogação do *Regimento* fosse feita em etapas. A questão chegou em ponto tão crítico que chegaram a enviar Joaquim José Vieira Couto à Lisboa, irmão de José Vieira Couto, como representante, para que junto ao Conselho Ultramarino, agilizasse o andamento do processo. Neste documento, o Intendente, entre outras coisas, foi acusado de perseguir seu irmão José Vieira Couto, na referida expedição mineralógica, despejando-o da Demarcação.<sup>171</sup>

Furtado recorre a um documento muito interessante para demonstrar sua tese, que são os autos do processo movido contra o intendente após a representação feita pela elite do Tejuco:

Os primeiros lugares desta Administração são tirados aos seus donos e dados a outros, como em recompensa de suas humildes escravidões e condescendências, administradores e feitores beneméritos são expulsos e em seus lugares admitidos gente nova, crianças e sem experiência.<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> FURTADO, 1996, p. 23

<sup>170</sup> SANTOS, 1924, Cap. XXII e XIII.

<sup>171</sup> FURTADO, In: VIEIRA COUTO, 1994, p.24-25.

<sup>172</sup> *Administração Diamantina: Traslado dos Autos da Inquirição, a que Mandou S. Ex.a proceder sobre as conductas do Intendente dos Diamantes João Ign.ço do Amaral Silvr.a e do Fiscal João da Cunha Sotto Maior, assim como sobre a import.e Administração, q.e lhe está encarregada.* Revista do Arquivo Público Mineiro, 1897, p.149

Na petição redigida por parte desta elite tejuquense a ideia de crise/decadência é amplamente acentuada, exacerbam a crise como forma de creditar às ações do Intendente os motivos pela ruína da região diamantina, o Intendente é visto como déspota, tirano, desigual no uso da justiça para com os moradores: “Tentava-se passar a idéia de que todos sofriam igualmente o risco da prisão, da expulsão e de outras penalidades, como se no conflito com a administração residisse todo o fundamento da exploração,”<sup>173</sup> o que claramente não passa de uma construção narrativa. Uma das intenções de Júnia Furtado no “Livro da Capa Verde” é justamente desconstruir essa visão sobre o *Regimento Diamantino* e demonstrar como estas construções de memória sobre o passado são frutos de interesses de poder dos sujeitos que habitavam o universo da região diamantina naquele momento em específico.

Em carta enviada para o ministro D.Rodrigo de Sousa Coutinho intitulada “Descrição dos metais contido neste cofre segundo os sistemas de Lineu e Walerio” Vieira Couto se queixava a D. Rodrigo das dificuldades que o intendente da Demarcação Diamantina realizou à sua missão: “declarou-se totalmente contra mim e principiou-me a fazer uma perseguição e guerra descoberta.” [...] Levou consigo ferramentas “para dar alguns buracos e arrancar ou quebrar algumas pedras”, e foi acompanhado por um soldado que lhe servia de testemunha contra as “aleivosias” do *intendente que o acusava de ir ele aproveitar “para tirar diamantes”*.<sup>174</sup>

Vieira Couto crítica, sobretudo o excessivo poder do intendente, acentuando os problemas que estas perseguições pessoais trazem pra região, assim como ele foi perseguido por fazer uma expedição mineral, uma série de pessoas também eram, principalmente os comerciantes, prejudicando profundamente a economia da região, (lembrando quem um dos objetivos de Viera Couto é animar a economia da região). A questão é: até que ponto esta contenda pessoal de Couto não é determinante para a formulação de sua visão sobre a administração diamantina? Podemos indicar que a acentuação da condição peculiar do região diamantífera em termos administrativos faz parte deste problema que Vieira Couto enfrentou com o Intendente. Ao acentuar o isolamento da região diamantina nas *Memórias*, Couto visava

---

<sup>173</sup> *Op. Cit.* 1994, p, 23.

<sup>174</sup> AHU, MG, caixa 147, doc 2. *Apud*: SILVA, In: PIRES, ANDRADE, BOHRER, 2013, p.27. Grifos nossos.

de maneira indireta atingir a autoridade de seu rival, por isso acentua o problema do excesso de poder demandada para a função de Intendente dos diamantes.

Neste aspecto, podemos avaliar que a cada troca de comando na Intendência haviam alterações significativas nas relações de poder na região. As mudanças eram realizadas à gosto da Coroa portuguesa, como bem destaca Felício dos Santos ao individualizar cada administração, cada intendente se relacionava de maneira distinta com as leis, o que se intensificou após o *Regimento Diamantino* de 1771. Os intendentes são vistos e julgados por Santos de acordo com a forma com que aplicam o conjunto de leis especiais ali imposta, ou seja, de acordo com a rigidez ou liberalidade em cumprir as determinações da Coroa. Neste aspecto por exemplo, o intendente Manoel Ferreira da Camara é elogiado, enquanto que outros como o “cabeça de ferro” José Antonio Meirelles Freire é condenado.

Furtado aponta que Vieira Couto crítica somente dois pontos do *Regimento Diamantino*, o primeiro a questão do acesso da população às lavras de ouro como forma de atenuar a pobreza dos mineiros e combater o extravio, o segundo trata da crítica ao excesso de poder do intendente. Nesta citação, em que a autora trata da forma literária que Vieira Couto utiliza para recorrer a Rainha, podemos ver claramente a intenção de Vieira Couto ao acentuar os aspectos negativos do *Regimento*:

O resultado de tanto privilégio e de tantos atos de exceção foi a ruína e a decadência. Vieira Couto, dramaticamente usando o jogo de luz e sombra, reforçava a visão da Demarcação que ele, juntamente com a camada dominante, tentava fazer chegar ao Trono e à sensibilidade da Rainha. Essa era a única maneira de influir na reformulação do sistema e de realizar as reformas segundo os princípios do reformismo ilustrado.<sup>175</sup>

Portanto devemos compreender estes dois documentos (Memórias e petição) como “parte de um discurso forjado naquele momento entre a camada dominante local e que fazia parte de um processo de memorização, tendo levado ao esquecimento a riqueza e a pluralidade da sociedade diamantina do período. Ao mesmo tempo, situou a Real Extração como o momento exemplar do despotismo e da arbitrariedade do regime colonial.”<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> FURTADO, In: VIEIRA COUTO, 1994, p. 39.

<sup>176</sup> *Ibidem*, 1994, p.40.

Na relação com Joaquim Felício podemos apontar que primeiro há certa proximidade afetiva com Vieira Couto por este ser Tejuquense e de importante linhagem familiar do norte de Minas.<sup>177</sup> Santos omite esta questão de Vieira Couto ter intenção de colaborar com a administração portuguesa, (que como estamos constantemente apontando é alvo de Santos em sua oposição política). Santos é seletivo e somente destaca as ações de Vieira Couto contra o *Regimento*, que como visamos demonstrar é fruto muito mais um problema pessoal com o Intendente do que uma crítica ao sistema colonial em si. Santos destaca nas *Memórias do Distrito Diamantino* a petição que Vieira Couto encabeça contra o intendente João Ignácio no período em que escreve e publica suas *Memórias da capitania de Minas Gerais*, assim como posteriormente cita o caso da contenda entre Vieira Couto e o intendente Camara (episódio do panfleto anônimo contra o empreendimento da fábrica de ferro de Gaspar Soares)<sup>178</sup>.

A questão que colocamos neste ponto é fundamental para entendermos as diferenças de projeto contidas na interpretação do caso Vieira Couto e João Ignácio. Vieira Couto é pioneiro na crítica ao *Regimento Diamantino* e acima buscamos mapear seus motivos e intenções ao realizar tal crítica. Entretanto, para o nosso trabalho é indispensável compreendermos como Joaquim Felício dos Santos se apropria desta crítica de José Vieira Couto. Entendemos que diferente de Saint-Hilaire e Southey, Santos não é mero reproduzidor da visão que Vieira Couto quer passar sobre o *Regimento*, e a partir da forma com que Santos realiza a análise desta mesma contenda entre João Ignácio e Vieira Couto temos condições de traçar as formas com que Santos ressignifica a tese da “colônia dentro da colônia” de acordo com seus propósitos políticos.

Partiremos do princípio que Felício dos Santos tem o cuidado de compreender que João Ignácio estava executando sua função como era esperado pela administração metropolitana. O Intendente era um bom funcionário da Coroa, ser déspota

---

<sup>177</sup> FURTADO descreve detalhadamente os integrantes da família Couto que fizeram parte direta ou indiretamente da administração diamantina. *Ibidem*, 1994, p. 22-23.

<sup>178</sup> Furtado afirma que Vieira Couto tinha pretensões de ser o primeiro responsável pela siderúrgica nacional. FURTADO, In: VIEIRA COUTO, 1994, p.34. A Segunda Parte das *Memórias* de Vieira Couto também evidenciam essa questão: “Estado atual e decadente da mineração do Brasil. Necessidade de uma Arte Nacional Metalúrgica. Animar a mineração, erigindo-se fundições de ferro e removendo alguns obstáculos”. Os obstáculos a remover seria a partir da flexibilização do pacto colonial, e Vieira Couto certamente se sentia o mais capacitado à tomar a dianteira do empreendimento siderúrgico no Brasil, que como defende teria o Estado como financiador. VIEIRA COUTO, 1994, p.61.

e autoritário era o que se esperava de um agente metropolitano no exercício de suas funções naquele contexto. Este ponto é central para que Joaquim Felício dos Santos não seja um mero reproduzidor da tese de Vieira Couto: João Ignácio agiu de acordo com o que o sistema colonial exigia, ou seja, Santos busca demonstrar de uma maneira generalizante como este sistema centralizador advindo da metrópole é maléfico para a população, ou seja, uma interpretação liberal, que serve, sobretudo, para atender a sua reivindicação política do presente de oposição ao Segundo Reinado.

Ao reverso, em relação à Vieira Couto, vemos que sua obra e crítica é uma mera briga para se arranjar dentro do sistema colonial, mesmo criticando incisivamente o *Regimento*, situando o problema nos Intendentes e funcionários responsáveis pela aplicação das leis, sendo que até a supressão sugerida do *Regimento* é realizada com extrema cautela, com o máximo de cuidado para não ofender a pessoa do Rei.

Para demonstrarmos tal ponto de vista com a intenção de traçarmos os pontos peculiares da tese da “colônia dentro da colônia” na escrita histórica de Joaquim Felício dos Santos passamos a analisar a referida contenda entre o Intendente e a elite do arraial do Tejuco sob a perspectiva de Santos. Acreditamos que ao expor a forma com Joaquim Felício dos Santos aborda o incidente seja possível demarcar os pontos que compõe a particularidade narrativa de Santos com relação aos demais autores da referida historiografia dos diamantes.

Joaquim Felício dedica alguns capítulos das *Memórias* para tratar da contenda entre o intendente João Ignácio e Vieira Couto, cuja participação do Governador Bernardo José de Lorena é determinante neste conflito uma vez que toma parte de Vieira Couto e conspira contra o Intendente. As movimentações da elite tejuquense também são expressivas para compreendermos a crítica construída em torno do *Regimento Diamantino*. O poder excessivo do Intendente como empecilho para os negócios desta elite, sejam obscuros ou não, (lembrando que os Rolim estiveram envolvidos na Inconfidência e tinham participação nas redes de contrabando de diamantes) fizeram com que esta elite se mobilizasse ao ponto do irmão de José Vieira Couto (José Joaquim Vieira Couto) ir a Portugal acompanhar o processo contra João Ignácio pessoalmente.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> José Joaquim Vieira Couto acabou sendo preso pela Inquisição em Portugal por suposto envolvimento com a maçonaria, Santos faz questão de deixar bem claro que sua prisão não tem relação com a contenda com o Intendente. SANTOS, 1924, p. 232.

Santos deixa claro o envolvimento familiar dos Ottoni com os Vieira Couto, José Eloy Ottoni (Poeta e tio de Teófilo Ottoni) era primo irmão de Couto.<sup>180</sup> Aqui temos mais uma evidência para comprovar as movimentações desta elite do Tejuco contra o *Regimento*, e neste processo está incluso a depreciação narrativa que é feita para defender seus próprios interesses, seja nas questões do poder ou econômicos.

Entretanto, nosso objetivo é entender como que Joaquim Felício dos Santos interpreta o evento de acordo com suas perspectivas políticas, observemos a descrição de Santos realiza sobre João Ignácio quando este tomou posse da intendência dos diamantes em 1795, deixando bem claro como sua principal função ali era colocar em prática e de forma dura o *Regimento Diamantino*.

Santos aponta que este não vinha sendo cumprido, demonstrando que esta elite havia encontrado formas de se arranjar no poder nas brechas do *Regimento*. O novo Intendente tinha como missão desmontar as redes de extravio de diamantes, sem dúvida havia recebido ordens reais para ser duro na perseguição aos traficantes, uma vez que a Coroa teria muitos indícios para suspeitar da relação entre os encastelados no poder com as redes de tráfico, entretanto o que chama a atenção é a constatação de Santos, que o simples fato de cumprir à risca o *Regimento* transformava o Intendente em um déspota, indicando que o problema não estava na pessoa do Intendente, como enfatiza demasiadamente Vieira Couto. Para Santos o fato de colocar em prática as leis da Coroa já se configura despotismo, Santos busca compreender a pessoa de João Ignácio como mero funcionário de um sistema que era opressor em sua origem:

Um só momento João Ignácio não se esquecia de que a sua principal missão no Tijuco era executar á risca o regimento diamantino, que havia muito se não observava como a religiosa exacção recomendada pela directoria. O seu governo foi uma continuada luta com os chamados traficantes. Os mais leves indícios tomavão vulto em seu espirito, a mais fraca suspeita levava-o muitas vezes a decretar numerosos extermínios. Inexoravel executor da lei, parecia ignorar que a pena podesse descer á atenuação, conforme as circunstancias. Pouco lhe importavão as formalidades, mesmo nos poucos casos em que ellas appareção no regimento como uma tênue sombra de garantia, como uma rápida scentelha do sentimento de humanidade. João Ignacio foi um verdadeiro déspota.<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup>*Ibidem*, 1924, p.232.

<sup>181</sup>*Ibidem*, 1924, p.213-214 grifos nossos.

Para tentar dismantelar as redes de extravio João Ignácio alterou brusca-mente as configurações do comércio local atingindo diretamente um acordo com senado da Vila do Príncipe, o que explica o desagrado da elite local com o poder do Intendente, principalmente por cumprir fielmente o *Regimento* e romper com o arranjo tanto de poder quanto econômico que a elite local tinha organizado às margens do *Regimento*, fica cada vez mais claro que a construção desta tese sobre o despotismo do Intendente passa por esta questão:

As lojas e principalmente as vendas forão em todos os tempos casas, que inspiravão mais suspeitas, pela facilidade de se fazer ahi o comércio de contrabando: erão os negociantes quem mais procuravão os diamantes, para remettel-os aos portos marítimos da Bahia e Rio de Janeiro, e com eles saldar seu débito pelos gêneros que importavão. Estas casa estiveram de contínuo sujeitas a uma vigilância especial, Já vimos o diminuto número, a que Luiz Beltrão por ordem da directoria reduzira as casas de negócio do Tijuco: *João Ignacio ainda as reduzio a menor número.* Na villa do Principe a última regulação fôra feita pelo intendente João da Rocha Dantas de Mendonça. Depois o senado da villa ficára autorizado a conceder licenças para abrirem-se novas casas de negócio, a tomar conhecimento das habitações dos que as impetravão e a mandar suprimir as que entendia desnecessarias, ou quando seus proprietários se tornavão suspeitos. Os sucessores do intendente Dantas sempre approvárão as deliberações do senado a este respeito; e assim, por um consentimento tácito, ha muitos anos estava o senado na posse do direito de regular o número das casas de negócio da villa. *Mas João Ignacio entendeu que esta prática era abusiva, e que um intendente não podia desistir dos direitos de sua jurisdicção. Demais conhecia por experiência que o senado sempre se constituía protector de seus municipes, e abraçava a defesa de seus interesses, quando em opposição ás ordens da administração diamantina: e assim o suspeitava de parcialidade e pouca vigilância na prevenção do contrabando.* E tinha razão, porque a villa do Principe abrigava ordinariamente grande número de contrabandistas, que commerciavão com mais liberdade residindo mais longe da acção do intendente.<sup>182</sup>

João Ignácio rompeu com um acordo tácito que seus antecessores na intendência não ousaram alterar, no qual a câmara da Vila do Príncipe era quem regulava as licenças para o comércio dentro da demarcação diamantina. Como Santos aponta existiam relações próximas entre estes comerciantes com os membros do senado da Vila do Príncipe e que a tendência é que as deliberações desta casa sejam a favor dos locais, ou seja, mais uma amostra das relações que a elite mantinha com as

---

<sup>182</sup>*Ibidem*, 1924, p.214-215. Itálico e grifos nossos.

instâncias de poder de forma a garantir seus privilégios. Santos ao dizer que na Vila do Príncipe existia um grande número de contrabandistas que agiam com mais liberdade longe do Intendente aponta para a existência de certa cumplicidade destes traficantes com as autoridades da Vila do Príncipe, sugerindo, claro, a participação, mesmo que indireta, desta elite com o contrabando.

Porém, o aspecto que mais chama atenção nesta narrativa é o fato de Santos concordar com João Ignácio pela iniciativa de interferir na configuração do comércio na localidade, uma vez que era fato que os comerciantes eram elementos indispensáveis para o extravio de diamantes. Santos evidencia que o Intendente está somente cumprindo as ordens que lhe são dadas, se as consequências são o declínio econômico ou a inflação causada pela escassez de produtos básicos, ou em seu extremo o desterro populacional, como Viera Couto enfatiza, estas questões são consequências naturais de uma legislação que é autoritária por natureza, o Intendente está somente executando as ordens de um governo centralizador e autoritário.

Como desdobramento da referida petição encaminhada pela elite do Tejuco para que fossem investigadas às ações do Intendente João Ignácio foi solicitada ao governador de Minas, Bernardo José de Lorena, a missão de levar pessoalmente uma carta do príncipe regente ao Tejuco que continham instruções de averiguar se as denúncias realizadas pelos moradores tinham procedência. As reações do Intendente João Ignácio ao episódio são fundamentais para compreendermos as movimentações do jogo de poder no Tejuco. Esta elite nomeou o Dr. José Soares Pereira da Silva seu procurador para apresentar as queixas ao governador, foi exposto um primeiro requerimento que continha oitenta e sete itens contra o Intendente e o fiscal para que fosse aberta devassa contra eles, no segundo requerimento era solicitado ao governador para que assegurasse tanto a vida quanto a fortuna daqueles que assinaram tal solicitação. Este último requerimento foi assinado por trinta pessoas, Joaquim Felício dos Santos aponta que o estilo de redação dos requerimentos pertencem ao Dr. José Vieira Couto.<sup>183</sup>

Sobre este episódio da visita do Governador ao Tejuco e a consequente instalação da devassa contra o Intendente, Santos mais uma vez elogia a disposição de João Ignácio em cumprir o *Regimento*, e sugere que o governador ao tentar por várias ocasiões dialogar com o Intendente buscava amenizar as animosidades entre

---

<sup>183</sup>*Ibidem*, 1924, p.237

ele e a elite do Arraial com o intuito de mantê-lo no cargo, porém como João Ignácio não se dispôs a negociar com o governador este se viu obrigado a atender as solicitações da elite do arraial:

A corte tinha tudo a ganhar com a conservação de João Ignácio, como empregado em Tijuco; nenhum outro havia de mais habilitações para o cargo de intendente: probo, econômico, zelador dos interesses da fazenda, acérrimo perseguidor dos contrabandistas. *Era na verdade inexorável executor de uma lei barbara, oppressora, mas isso tendia a bem do fisco.* Por estas considerações, muitos pensarão e com bastante fundamento, que a vinda do governador a Tijuco fôra ordenada como uma simples formalidade afim de conter a exaltação dos ânimos e que havia ordens secretas para não demitir o intendente: isto provô a moderação, que se usou o governador, e a insistencia para persuadil-o a ir á sua casa afim de se arranjamem as cousas sem o emprego da violência.<sup>184</sup>

O fim desta contenda é que o governador aceitou oitenta e sete itens da denúncia realizada pela elite do Tejuco e assim foi instaurada a devassa contra o Intendente e o fiscal culminando em uma portaria que os afastava do exercício de suas funções. Posteriormente as denúncias foram julgadas em Portugal e tanto o Intendente quanto o Fiscal foram absolvidos, o que enfatiza ainda mais a ideia de Santos que os funcionários somente cumpriam sua função e que o *Regimento Diamantino*, independente da sua execução era fruto do despotismo metropolitano.

A conclusão narrativa de Santos sobre a figura de João Ignácio é irônica e ao mesmo tempo elucidativo deste conturbado momento da região diamantina, que está na gênese da narrativa da “colônia dentro da colônia”: “João Ignácio foi absolvido dos crimes, que lhe imputarão. Na sentença que o absolveu se dizia, que *elle fôra victima do regimento diamantino.*”<sup>185</sup>

O dizer que João Ignácio fora vítima do regimento que tanto defendera já é por si só um paradoxo, de acordo com esta perspectiva, Ignácio fora vítima de si mesmo por ter aplicado rigidamente o *Regimento Diamantino* e assim desagradado a elite colonial se tornando então odiado no arraial, o que fez com que tenha sofrido forte oposição desta elite que fez o possível para destituí-lo do poder. Neste aspecto Joaquim Felício dos Santos é preciso ao compreender as movimentações e projetos que estavam no cerne deste conflito, é fato que a narrativa de Vieira Couto havia

---

<sup>184</sup>*Ibidem*, 1924, p.240-41. Itálico e grifos nossos.

<sup>185</sup> P.248

sido produzida no ápice de seu conflito com o Intendente, o que faz com que sua oposição ao *Regimento* seja carregada por seus interesses pessoais. Santos compreende Vieira Couto, sabe que sua narrativa não é desinteressada, o que não impede Santos de partilhar de sua concepção sobre o *Regimento*, porém com outras intenções, sobretudo políticas.

Santos também acredita que a região diamantina foi um espaço de exceção no espaço colonial e utiliza da ideia de Vieira Couto sobre o *Regimento* como ponto de partida para a construção de sua visão histórica, o que ele busca é ampliar o alcance desta crítica de forma com que ela sirva também para enquadrar as várias formas com que um Estado centralizador possa existir, por isso em sua visão histórica não há diferenças entre o Império português e o Império brasileiro, sendo a Independência de 1822 uma grande farsa. Santos não é um reformista como Vieira Couto, criticar o *Regimento Diamantino* e o Estado de exceção que se formou na região diamantina a partir deste, é sobretudo criticar um Governo centralizador que é autoritário com as regiões, que não respeita as autonomias locais e não oferece espaços para as oposições. Esta visão histórica está no cerne da oposição federalista que Santos realiza ao Segundo Reinado.

José Vieira Couto é de fato inaugurador dessa visão sobre a exclusividade do região diamantina na questão administrativa, os viajantes que percorreram a região tiveram contato com os membros dessa elite interessada e responsável direta por essa construção de memória. Joaquim Felício tinha conhecimento desta literatura e ao tratar desse período em que Vieira Couto publicou seu texto (passagem do XVIII para o XIX) o utiliza demasiadamente para amparar sua narrativa, Vieira Couto é citado na íntegra em diversas partes, tanto sobre assuntos políticos como mineralógicos.

Portanto, é importante destacar e contextualizar os motivos e intenções de Vieira Couto ao escrever sua *Memória* no contexto do final do XVIII relacionando com as apropriações que Joaquim Felício dos Santos faz da sua obra. Importante deixar bem claros quais aspectos Santos omite da narrativa de Vieira Couto, como por exemplo, o fato do naturalista ser um colaborador da administração portuguesa, supressões que obviamente não são inocentes. Devemos compreender Vieira Couto como peça fundamental para a visão construída acerca da região. É a partir de sua *Memória* que a questão do “isolamento” e das “leis especiais” serão apropriadas por outros autores, como é o caso de Robert Southey e Saint-Hilaire, culminando

claro em Joaquim Felício dos Santos, que como estamos constantemente apontando, utiliza esta leitura histórica para fortalecer sua tese política.

Feita esta ressalva dos motivos de Vieira Couto ao tratar da região como um espaço peculiar no âmbito colonial é fundamental destacar como os demais autores que tratam da região diamantina reproduzem e naturalizam esta perspectiva, obviamente cada um em seu contexto e com intenções distintas.

### **2.3.2. - O distrito diamantino na *História do Brasil* de Robert Southey.**

A intenção deste tópico é demonstrar como Joaquim Felício dos Santos se apropria da leitura de Southey sobre a história da demarcação diamantina e a adapta para atender a seus interesses. Southey é uma importante fonte de Joaquim Felício dos Santos para as questões que compreendem o período colonial das *Memórias*, isto porque na *História do Brasil*, Southey se restringe a descrever somente o *Regimento Diamantino* e as técnicas de exploração dos diamantes, e devido a seu recorte temporal e período de publicação da obra, obviamente não trata do século XIX.

O objetivo aqui é demonstrar como as intenções, tanto políticas quanto historiográficas, de Southey são totalmente distintas de Felício dos Santos. Se em Southey temos claramente a visão negativa do *Regimento* devido a Pombal e suas ações no século XVIII no contexto do comércio atlântico, em Felício está leitura negativa do *Regimento* (com a utilização de termos e ideias semelhantes) terá a função de apresentar o Estado português (e sua continuação no Império brasileiro que se formou a partir de 1822) como excessivamente centralizador e opressor que resulta na série de reivindicações e motivos que o Partido Liberal apresentam para fazer oposição ao governo de D. Pedro I. Temos aqui um importante caso para analisarmos como Felício dos Santos opera metodologicamente sua narrativa histórica.

No tocante a questão do *Regimento Diamantino*, a *História do Brasil* de Robert Southey é importante fonte de Joaquim Felício dos Santos. Southey é bem objetivo em sua narrativa histórica e tem como principal alvo o Marquês de Pombal na questão do *Regimento Diamantino*, já Felício coloca seu posicionamento e julga os fatos históricos sempre quando acha oportuno para demonstrar sua tese política, da qual já tratamos, os objetivos das obras certamente são muito distintos.

André Ramos é muito claro ao tratar dos objetivos e intenções de Southey e de sua obra. Southey é descrito como um literato erudito, sua obra tem como objetivos ilustrar e divertir seu leitor, Southey se aproveita que o Brasil “estava na moda” ao escrever sua obra, tanto que prioriza a publicação dos volumes referentes à história do Brasil deixando para um momento futuro os escritos da parte portuguesa desta grandiosa obra, lembrando que a *História do Brazil* seria a parte final de sua História de Portugal.<sup>186</sup>

*História do Brazil* aparece em um momento oportuno para os leitores do Velho Mundo, é pioneira em sistematizar e empreender uma narrativa de grandes dimensões sobre o Brasil, mesmo com certa recepção negativa, como Ramos demonstra nas resenhas escritas à época da publicação no Reino Unido, a obra apresenta para este público europeu aspectos inovadores e detalhados do empreendimento colonizador português, tanto que uma das principais críticas dirigidas a Southey pelos resenhistas é de sua falta de capacidade de síntese e por seu apego a minúcias, o que impedia a construção de uma imagem generalizadora sobre o Brasil.<sup>187</sup>

Para além da organização e qualidades literárias da obra, Ramos aborda as questões que permeiam as intenções de Southey ao escrever a obra, mais especificamente reflete sobre as possíveis aspirações em sua carreira enquanto literato podem aparecer em seu projeto historiográfico: “Apesar de reprovar a conduta dos portugueses no passado, avaliava positivamente e capacidade destes de promoverem a miscigenação dos povos e de, no presente, após a mudança da Corte para o Brasil, colocar um fim à opressão colonial.”<sup>188</sup> O projeto de história de Southey fica evidente quando se relaciona sua avaliação do passado com suas pretensões literárias do presente, ele denuncia os desvios e as práticas despóticas colonização portuguesa, porém com a intenção de demonstrar que o rompimento com essas práticas é capaz de unificar e reformar a administração do Império, garantindo assim a unidade das colônias:

Para Southey, os erros de Pombal e de toda política colonial foram superados com a instalação da Corte no Brasil, em 1808. A força do comércio à qual o letrado fazia menção se consolidaria

---

<sup>186</sup> RAMOS, 2013, p. 257.

<sup>187</sup> *Ibidem*, 2013, p.35. Cf. as críticas e resenhas da obra de Southey na Inglaterra.

<sup>188</sup> *Ibidem*, 2013, p.174.

definitivamente com a abertura dos portos, o que colocou um fim aos “anais coloniais do Brasil. [...]”

A ambivalência na avaliação filosófica geral da obra na conclusão fazia-se necessária, pois os erros empreendidos pelos portugueses no passado colonial eram passíveis de correção, mas não de uma negação completa ou esquecimento, tendo em vista a atuação decisiva deste povo para a miscigenação das populações e unidade presente das províncias na mesma totalidade Imperial. Com efeito, o estabelecimento da Corte do Brasil simbolizava o fim de um passado de opressão e a abertura para um futuro glorioso. Este futuro só poderia ser alcançado dentro de horizontes metanarrativos ambivalentes, que unia a necessidade de crítica da opressão colonial, a valorização da herança étnica portuguesa e a manutenção da unidade Imperial.<sup>189</sup>

No tocante ao posicionamento e a intenção de Southey ao publicar sua *História do Brasil* há uma busca pelo reconhecimento de seu trabalho, isso envolve também as autoridades portuguesas, Southey aconselhou seu editor (Koster) a editar os excessos da obra de forma a tratar de forma favorável a experiência colonizadora portuguesa. Ramos destaca que Southey já na versão original se preocupou em tratar de maneira positiva à atuação colonizadora dos portugueses:

Ora, mesmo sendo impossível nutrir simpatia pelas ações bárbaras perpetradas pelos portugueses no passado, muitos foram os acertos que se faziam dignos de serem narrados para servirem de exemplos para as nações dedicadas às empresas colonizadoras. Dessa forma, tendo em vista o caráter favorável da obra, Southey esperava ser reconhecido contemporaneamente pelos letrados membros da Academia Real de Ciências de Lisboa, assim como fora pela Academia de Madri.<sup>190</sup>

A crítica ao sistema colonial na obra de Southey é compreendida dentro do contexto a partir das propostas e ideias da regeneração do Império português, oonde o Brasil teria papel fundamental para tal. Narrar os abusos e a opressão colonial tinha um forte aspecto normativo, romper com o sistema colonial e desenvolver formas mais modernas de administração (no caso liberais) significava caminhar para a falada regeneração do Império tendo como alicerce o Brasil.<sup>191</sup>

Um paralelo interessante que podemos fazer da visão histórica de Southey é com o reformismo ilustrado português, no qual comumente se descrevia a situação

---

<sup>189</sup>*Ibidem*, 2013, p.176- 177.

<sup>190</sup>*Ibidem*, 2013, p.166.

<sup>191</sup>*Ibidem*, 2013, p.170-171.

atual e se propunha soluções para o elemento descrito, geralmente de cunho econômico, claro que as propostas reformistas não ofendiam ou incitavam o rompimento com o poder central, (José Vieira Couto dedica sua *Memória da capitania de Minas Gerais* a rainha Maria I), no momento em que Southey publicou sua *História do Brasil* muitas memórias de cunho reformistas estavam sendo apresentadas à Coroa portuguesa, o final do século XVIII e o começo do XIX temos talvez o ápice deste gênero.

Quanto a narrativa de Southey sobre a história do distrito diamantífero, podemos afirmar que a descrição é pormenorizada, o inglês descreve em detalhes, parágrafo por parágrafo o *Regimento Diamantino* de 1771. Sua preocupação é expor da maneira mais literal possível à forma como o conjunto de leis foi organizado, a princípio se isenta enquanto narrador de qualquer julgamento moral sobre o funcionamento do *Regimento*. Interessante é que Santos utiliza de alguns termos e formulações de Southey, como por exemplo nestes trechos:

Abriria o intendente devassa contra os que depois de promulgada esta lei se tornassem reos de tal crime. Ficaria esta *devassa sempre aberta* sem limitação de tempo, nem se exigiria numero determinado de testemunhas. E quando por este ou por outro qualquer meio legítimo se viesse no conhecimento por provas de direito natural haver pessoas culpadas na cadeia, e sumariamente sentenciadas pela juncta de justiça presidida pelo governador.<sup>192</sup>

Os habitantes da demarcação diamantina formavão como uma só família, regida por leis especiaes e governada despoticamente por autoridades particulares. Viviamos como se estivéssemos em um eterno bloqueio, isolados do resto da colonia, sendo-nos interdta toda a communicação com os povos de fóra. Ninguem podia julgar-se seguro em sua casa. O senhor via com desconfiança no escravo um inimigo oculto, que denunciando-o obtinha a liberdade e partilhava seus bens com a fazenda real. *A devassa geral, que se conservava sempre aberta*, era como uma têa imensa, inferna, sustentada pelas delações mysteriosas, que se urdia nas trevas, para envolver as victimas, que muitas vezes fazião a calumnia, a vingança particular, o interesse e ambição dos agentes do fisco.<sup>193</sup>

Esta formulação inicial de Santos a respeito da particularidade da região diamantífera no espaço colonial é quase uma reprodução literal da obra de Southey, o que vemos nesta passagem é Santos dando ênfase nesta ideia da devassa sempre

---

<sup>192</sup> SOUTHEY, 1862, p.237

<sup>193</sup> SANTOS, 1924, p.107. Itálico nossos.

aberta ao introduzir elementos subjetivos na análise, apela-se para o íntimo, para a relação pessoal. Podemos visualizar este recurso como uma forma de apelar para a intimidade do leitor.

Santos recorre a tradição oral para contar a história de um “pobre velho septuagenário, pai de numerosa família, que sustentava como que lhe rendia um modesto officio de ourives” no qual ao ser supostamente ser apreendido por “exacto do fisco” com um “diamante insignificante” foi preso e teve em sua casa rigorosa busca, foi então conduzido ao Tejuco aonde faleceu na cadeia após quatro meses sem que seu processo fosse terminado, a conclusão é expressiva para afirmarmos sobre esse efeito literário de chocar e comover o seu leitor, sem nenhuma precisão ou referência da onde retirara essa história afirma que “a miséria lançára na prostituição uma de suas filhas *ou* netas...”<sup>194</sup>

A principal diferença da narrativa de Southey para Santos é o julgamento do fato e o recurso a elementos da narrativa romântica com Santos utilizando do mesmos termos que Southey para denunciar os abusos que o *Regimento* impunha aos moradores do Distrito.

Trazem estes regimentos impresso o cunho do caracter peculiar de Pombal; forão feitos no espírito da legislação oriental do que da europea. Um único fim se propunha o ministro, e a esse fim sacrificava tudo sem escrúpulo sem hesitação, e talvez que tambem sem consideração. Saltava-se por cima das leis estabelecidas, violavão-se os direitos dos indivíduos, acarretava-se inevitável ruina sobre muitos dos moradores, e grandes inconvenientes sobre todos, privada a população inteira de toda a segurança tanto das pessoas como da propriedade. E com uma curiosa incongruência que sempre se encontra em toda legislação tyrannica, em quanto se presumia tão geral o delicto, e tão forte a tentação para commettel-o que tornavão necessárias estas medidas violentas, conferião-se atribuições tão amplas aos membros da administração e seus empregados, como se a mera posse do cargo implicasse em quem o exercia consumada prudência e probidade, que alias serião necessárias para impedil-os de abusar de tão ilimitados poderes e instrucções tão perigosas.<sup>195</sup>

Interessante comparar este veredito de Southey com a leitura que Santos realiza do *Regimento* nas memórias. Esta imagem paradoxal de Pombal é analisada por Kenneth Maxwell, que destaca que o Ministro ao mesmo tempo em que buscou reformar a estrutura administrativa do Império português a partir da implementação

---

<sup>194</sup> *Ibidem*, p.108.

<sup>195</sup> SOUTHEY, 1862, p.239.

de métodos “iluministas”, como o emprego do racionalismo e do cartesianismo, nos no exercício do poder se portou como um perfeito déspota, centralizando as ações do reinado de José I em torno de sua pessoa, fazendo uso de práticas autoritárias que contrastavam com os princípios do Iluminismo, por isso Maxwell se refere a Pombal como sendo o “paradoxo do iluminismo”.

Neste aspecto se enquadram as reformas empreendidas por Pombal no tocante a administração colonial, representado em seu projeto de modernizador e racionalizador do Estado português, visando resolver os problemas econômicos ocorridos, sobretudo após o terremoto de Lisboa no ano de 1755, agravado pela diminuição da produção do ouro brasileiro na segunda metade do século XVIII.<sup>196</sup>

Pombal buscou reformar a administração portuguesa com foco principal nas colônias. O *Regimento Diamantino* de 1771 se insere neste contexto, não podemos de forma alguma negligenciar a dimensão atlântica do Império português. Por mais que o *Regimento* tenha sido visto como opressor e prejudicial para a população local era parte importante deste projeto de reestruturação do Império português, sendo que os bens minerais (ouro e diamantes) eram elementos fundamentais para o equilíbrio financeiro da balança comercial portuguesa, em déficit principalmente na relação comercial com os ingleses que eram seus principais aliados e dependentes, aspecto que Pombal também buscou alterar.

Joaquim Felício dos Santos realiza esta ligação entre a política pombalina iniciada no começo da década de 1750 com o *Regimento* de 1771. A forma com que Pombal é retratado contém os traços do caráter despótico que aparecem na narrativa de Southey. A crítica aos monopólios comerciais, que visaram prejudicar os ingleses naquele contexto, também é tratado de forma negativa por Santos, demonstrando também neste aspecto a apropriação da narrativa de Southey em seu texto:

No governo d'este ministro tudo ia tomar uma nova face; agricultura, indústria, commercio, systema politico, princípios de administração, idéas religiosas. É uma época celebre na historia portuguesa, a do ministério de Pombal; mas, *despota sanguinario, violento reformador, orgulhoso, interesseiro, vingativo, todas as suas refôrmas resentirão-se de seu character, e o impulso salutar, que pretendeu dar á sua administração, só durou com o seu governo: teve a existencia efêmera das obras do despotismo.*<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> MAXWELL, 1996. p. 2.

<sup>197</sup> SANTOS, 1924, p. 75. Itálico e grifos nossos.

Para mais eficazmente prevenir o contrabando, foi publicada a lei de 11 de Agosto de 1753, em cujo preambulo promete el-rei tomar o contrato dos diamantes debaixo de sua imediata e real protecção. O povo tremia, e com razão, quando o governo, monopolizando um commercio, declarava que o ia tomar debaixo de sua protecção, *principalmente quando o ministro era um marquez de Pombal, sempre interessado, se diz, em todos os monopólios, que concedia ás companhias publicas.*<sup>198</sup>

Felício dos Santos não compreende (e talvez nem esteja em seu horizonte) o amplo processo das reformas pombalinas no âmbito imperial, sua análise é psicologizante, restrito ao pessoalismo e que concorda com a imagem propagada de Pombal como sendo um déspota. Santos identifica a política de monopólios empregada por Pombal, em sua reforma econômica do Império, porém, não se preocupa em entender ou explicar ao leitor porque essas medidas foram tomadas dentro da racionalidade da época.

Neste caso, um dos objetivos de Pombal ao criar as companhias monopolistas e oferecer o controle de certas áreas do comércio a uma pequena elite metropolitana é trazer para o interior do Estado estes comerciantes, oferecendo para esta elite condições de desfrutar de privilégios e cargos sendo assim elementos participantes do Estado como contribuintes de uma administração que combateria principalmente a corrupção/contrabando dos pequenos comerciantes e atravessadores. Em suma, buscava tornar estes comerciantes parceiros do Estado e não concorrentes.

Doravante um dos principais efeitos foi minar a atividade dos pequenos comerciantes locais, o que gerou por parte dos que viviam deste comércio forte oposição ao projeto pombalino. Pombal associava esse pequeno comércio ao contrabando, e conseqüentemente com ligações aos ingleses, ou seja, estes sujeitos que trabalhavam nestas redes alternativas de comércio eram vistos como intermediários e condizentes dos interesses ingleses, Pombal via nesta atividade uma das formas de desequilibrar a balança comercial portuguesa na relação com os ingleses.

Enfim, o que temos por parte dos historiadores que retratam Pombal e suas reformas é esta visão paradoxal, falta por parte destes historiadores, (no caso de Felício nós sabemos os motivos e intenções desta ausência) compreender a dimen-

---

<sup>198</sup> SANTOS, 1924. p.100. Itálico e grifos nossos.

são atlântica destas reformas, a ênfase de Santos se dá muito mais nos efeitos particulares que o *Regimento* gerou no Distrito, é o que engrossa sua tese, para ele é interessante à separação daquilo que lhe pertence (brasileiro/mineiro/diamantino) do que é o outro (português/colonizador/opressor). Separar as partes, particularizar a região é necessária em sua leitura de cunho liberal/federalista. Esta forma de entender a particularidade da região diamantífera é a mesma que irá operacionalizar na oposição ao Império brasileiro na década de 1860, é a destacada crítica ao projeto centralizador enraizado no Rio de Janeiro. Enfatizar a particularidade e a importância da região diamantífera na oposição ao governo central é defender de forma clara um projeto federalista para o Brasil daquele momento.

Southey realiza a análise dos efeitos das leis do *Regimento*, pois é desta leitura que é reforçada a tese da “colônia dentro da colônia”, sem utilizar este termo, Southey relata o isolamento do distrito, as arbitrariedades a que a população foi sujeita, do declínio da população, do comércio, em suma aspectos que serão desenvolvidos por Santos em sua tese:

O districto defezo dos diamantes, que no nome tem uma especie de interesse romântico, é na verdade um logar notável no globo tanto para o estadista como para o mineralogista; em outro nenhum se propoz jamaiz o governo fazer executar uma lei arbitrária sem sanção alguma moral, e em outro nenhum foi essa lei jamais contrariada por tantas e tão grandes tentações de illudila.<sup>199</sup>

A conclusão de Southey é significativa na relação entre a natureza dos diamantes, (um objeto de luxo capaz de despertar ambições do homem) com a forma que a administração portuguesa conduziu sua exploração, o resultado é a denúncia a um sistema corrupto, aonde a população local foi a mais prejudicada com o sistema de injustiças fruto das diferentes legislações destinadas à demarcação:

Mas antes tivessem estes diamantes ficado nos leitões das correntes das serras, ou continuado a ser pizados pelos pés do selvagens, e antes tivesse o governo portuguez levantado por outros meios essa parte da receita, ou prescindindo d’ella, do que estabelecer-se um systema que principia e termina em males, e que no governo tem produzido crueldade e injustiça, e fraude, falsidade e prevaricação no povo, traição, desconfiança, crimes, miséria, ruina.<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup>SOUTHEY, 1862, p.242.

<sup>200</sup>*Ibidem*, 1862, p.247.

Estes também são alguns aspectos negativos que serão destacados e desenvolvidos por Felício dos Santos em sua visão histórica. Esta reflexão que Southey realiza, com cores românticas, sobre a possibilidade dos diamantes nunca terem sido explorados pelos portugueses, da sugestão do respeito aos selvagens que habitavam a região antes das descobertas minerais e principalmente das terríveis consequências que a exploração dos diamantes produziu tanto no âmbito de governo quanto na vida da sociedade no distrito diamantífero é justamente o mote do romance histórico de Joaquim Felício dos Santos *Acayaca 1729 romance indígena*, que ocupou as páginas d' *O Jequitinhonha* após o fim da coluna *Districto Diamantino*.<sup>201</sup>

É justamente a lenda do *Acayaca* que irá compor os dois primeiros capítulos da primeira edição das *Memórias do Distrito Diamantino* de 1868,<sup>202</sup> a coluna *Districto Diamantino* não faz menção alguma à lenda, a narrativa se inicia tratando objetivamente do descoberto do diamante, o equivalente ao capítulo 3 das *Memórias*. Na edição das *Memórias do distrito diamantino* Santos relaciona diretamente os acontecimentos em torno da lenda do *Acayaca* com os que levaram a descoberta dos diamantes, alterando decisivamente o início de narrativa com relação ao que havia sido publicado no *Jequitinhonha* sete anos atrás.

No romance de Joaquim Felício dos Santos o mau agouro resultante da traição dos aventureiros portugueses aos índios, defensores da *Acayaca* (árvore mãe dos diamantes, do seu imenso tronco que saíam os diamantes que iriam recheiar as terras da região) seria o prelúdio de certa maldição que recairia sobre a população da região.<sup>203</sup> Esta metáfora é fundamental para compreendermos um aspecto interessante do raciocínio de Santos, a vitória mediante traição dos portugueses sobre

---

<sup>201</sup> A publicação do romance *Acayaca* se inicia no dia 16 de dezembro de 1862 e termina no dia 6 de Junho de 1863.

<sup>202</sup> Joaquim Felício dos Santos descreve de forma sucinta a lenda do *Acayaca* na edição do *Jequitinhonha* do dia 17 de agosto de 1861, período que ainda publicava periodicamente a coluna *Districto Diamantino* no jornal: “Consta-se que no ponto mais culminante desta planura existira outrora, no tempo do descobrimento do Tejuco, um magnífico e gigantesco coqueiro, que se avistava de longe, balançando sua soberba ramagem acima do horizonte. Os índios davam-lhe uma idade fabulosa, veneravam-no como uma árvore sagrada, e debaixo de sua sombra reuniam-se os chefes guerreiros, quando tinham que tomar alguma deliberação importante. Obrigado a fugir diante dos invasores de sua pátria, o sagrado coqueiro caiu no poder destes, que o cortaram como objeto de superstição e idolatria, e no lugar plantaram um cruzeiro que tem sido renovado até nossos dias. Era com o sagrado símbolo de redenção que o ávido português assinalava suas usurpações.”

<sup>203</sup> SANTOS, 2004, p. 79-105.

os índios é similar ao que os portugueses realizaram com os locais ao impor sua maneira administrativa, em toda obra de Santos (política, histórica e literária) vemos esta separação bem clara daquilo que é português do que é brasileiro

Temos, portanto realizada esta ligação histórica entre as práticas despóticas do regime colonial com as do período pós-independência se estendendo até o presente de Joaquim Felício dos Santos ao publicar seus textos históricos e políticos no *Jequitinhonha*. Fica evidente a utilização histórica da visão histórica propagada por Southey em sua *História do Brazil*, porém com o cuidado de adequar esta narrativa ao seu projeto político, no qual a narrativa histórica está devidamente envolvida. A utilização desta memória da “colônia dentro da colônia” faz parte de uma contínua lembrança onde, “o poder vital da memória repousa na manutenção viva do passado efetivamente experimentado por aqueles que lembram,” levando a confecção de um determinado tipo de consciência histórica típica das filosofias da história, que se relacionam diretamente com a ideia de progresso, sendo esta construção ponto nodal que referencia toda essa memória da história do distrito diamantífero com a oposição liberal ao governo de D. Pedro II na década de 1860.<sup>204</sup>

### **2.3.3 -Saint-Hilaire: narrativa de viagem e autoridade discursiva.**

Entretanto, tendo o govêrno reconhecido que a extração de diamantes por arrendadores era frequentemente acompanhada por fraudes e abusos, resolveu a explorar por sua própria contas terras diamantinas. Novos regulamentos foram elaborados; Pombal era então ministro; esses regulamentos foram elaborados, *diz Southey*, traziam a marca de seu caráter. O Distrito dos Diamantes ficou como que isolado do resto do Universo; situado em um país governado por um poder absoluto; os laços sociais foram rompidos ou pelo menos enfraquecidos; tudo foi sacrificado ao desejo de assegurar à coroa a propriedade exclusiva dos diamantes.<sup>205</sup>

Um terceiro autor também fundamental para a construção da tese da “colônia dentro da colônia” de Felício dos Santos é o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Saint-Hilaire empreendeu diversas viagens pelo Brasil entre os anos de 1816-1822 percorreu os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiaz, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com

---

<sup>204</sup> “O processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro.” In: RUSSEN, 2009, p.168.

<sup>205</sup> SAINT-HILAIRE, 1941, p.4. Itálico nosso.

o objetivo de coletor plantas e animais para o “*Muséum d’Histoire Naturelle*” de Paris.<sup>206</sup> Suas observações científicas e experiências de viagem foram publicadas em uma série de obras na Europa durante as décadas seguintes.<sup>207</sup>

A viagem ao distrito diamantífero, cuja primeira edição francesa é publicada em 1833,<sup>208</sup> é a obra de Saint-Hilaire que Joaquim Felício dos Santos utiliza como referência para reforçar sua tese da “colônia dentro da colônia”. Importante destacar que o naturalista francês é também citado em outros pontos das *Memórias*, como por exemplo, na contenda entre Varnhagen e Joaquim Felício dos Santos, assunto tratado no último tópico deste capítulo.

Auguste de Saint-Hilaire assim inicia sua narrativa da viagem ao distrito diamantífero. No primeiro capítulo que visa tratar de forma geral da “História do distrito dos diamantes e sua administração” a primeira constatação por parte do naturalista é que ainda no século XIX, às vésperas da Independência, o distrito estava submetido a uma administração particular onde a circulação tanto de estrangeiros como de brasileiros era vedada de forma que Distrito formava como que um “Estado à-parte”.

Submetido a uma administração particular, fechado não somente aos estrangeiros, mas ainda aos nacionais, o Distrito dos Diamantes *forma como que um estado à-parte*, no meio do vasto Império do Brasil. Esse distrito, um dos mais elevados da província de Minas, está encravado na comarca do Serro-Frio; êle fáz parte da grande cadeia ocidental e compreende uma área, quase circular, de cerca de 12 léguas de circunferência. Rochedos sobranceiros, altas montanhas, terrenos arenosos e estéreis, irrigados por um grande número de riachos, sítios os mais bucólicos, uma vegetação tão curiosa quão variada, eis o que se nos apresenta no Distrito dos Diamantes; e é nesses lugares selvagens que a natureza se contenta com esconder a preciosa pedra que constitue para Portugal a fonte de tantas riquezas.<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> Utilizo das breves informações biográficas presentes em *Dados biográficos e bibliográficos* realizado por Leonam Azeredo Pena In: SAINT-HILAIRE, 1941, p. VII

<sup>207</sup> *Aperçu d’un Voyage dans l’intérieur du Brésil, la province Cisplatine et les Missions dites du Paraguay*, em *Mém. Du Muséum d’Hist. Natur.* Paris. Vol. IX (1822) págs. 307-308; *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, 2 vol. Paris 1830; *Voyage dans le district des Diamans et sur le litoral du Brésil*, 2 vol. Paris 1833; *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la province de Goiaz*, 2 vol. Paris 1847-48; *Voyage dans le interieur du Brésil*, 2 vol. Bruxelas 1850; *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte Catharine*, 2 vol. Paris 1851; *Voyage à Rio Grande do Sul*, 1 vol. Orleans 1887. Levantamento bibliográfico presente em *Dados biográficos e bibliográficos* realizado por Leonam de Azeredo Pena In: *Ibidem*, 1941, p. IX e X.

<sup>208</sup> O prefácio à primeira edição é assinado em Montpellier no dia 21 de Março de 1830.

<sup>209</sup> SAINT-HILAIRE, 1941, p. 1 e 2. Itálico e grifos nossos.

Em um primeiro momento, para além da descrição histórica da região diamantífera, o principal diálogo que Saint-Hilaire traça em seu relato é com descrição do comerciante e mineralogista inglês John Mawe, que percorreu o Brasil entre os de 1809-1810 e foi pioneiro na publicação de um relato de viagem sobre a região.<sup>210</sup> É possível visualizar em Saint-Hilaire a intenção de legitimar a sua narrativa na comparação com a de Mawe, uma vez que busca corrigir e combater a narrativa do inglês em alguns pontos:

Não há, como disse Mawe, o guarda-chaves do cofre onde são depositados os diamantes. O cofre onde são depositados os diamantes. O cofre tem três chaves; uma fica em mãos do intendente, a outra nas do primeiro tesoureiro, ficando a terceira com o primeiro escrivão. [...]  
Cada administrador particular dirige um certo número de negros cujo agrupamento forma o que se chama uma tropa. O número de escravos, como adianta o Sr. Mawe, podendo variar segundo as circunstancias e necessidades do momento. Os ordenados desses administradores são de 200\$000.<sup>211</sup>

O que está em jogo aqui é o que Mary Louise Pratt chama de “consciência planetária”. De acordo com autora esta consciência é responsável por estabelecer uma percepção de mundo por meio da formação de um arquivo composto por textos, mapas, diagramas, pinturas, desenhos, coleções de objetos, entre outros tipos de descrições, produzidos e relacionados pelos mais diversos colaboradores. Os viajantes em geral, estão inseridos nesta tradição descritiva e colecionadora que tornou possível ao homem moderno “ver” o mundo ao folhear uma descrição de viagem ou ao vagar pelos corredores de um museu europeu.<sup>212</sup>

Para o caso da disputa entre Hilaire e Mawe, esta questão passa pela precisão narrativa, que ao mesmo tempo que estes sujeitos são consumidores destes relatos

---

<sup>210</sup> John Mawe teria sido o primeiro estrangeiro a conseguir autorização de D. João VI para visitar as minas auríferas e diamantíferas do Brasil, era conhecido colecionador e comerciante de pedras preciosas em Londres. Mawe percorreu o território da província de Minas Gerais pelo chamado caminho novo da Estrada Real, partindo do Rio de Janeiro até Mariana e Vila Rica e de lá para o arraial do Tejuco. In: HERING, 2010.

<sup>211</sup> Op. Cit, 1941, p.6-7.

<sup>212</sup> Pratt aponta duas fases distintas desta consciência planetária responsável por sistematizar e organizar o conhecimento que os europeus tinha então do mundo. A primeira fase consistiu no conhecimento a partir, principalmente dos relatos de viagem dos marinheiros que circunvagavam o mundo até então conhecido. Já o segundo momento que é o que mais nos interessa, pois se trata do contexto de Saint-Hilaire está inscrito: “The second planetary project, equally dependent on ink and paper, was the mapping of the world’s coastlines, a collective task that was still underway in the eighteenth century, but known to be completable. [...] his planetary consciousness is the product of his contact with print culture and infinitely more “completa” than the lived experiences of sailors.” PRATT, 2008, p.29-30

dentro desta “consciência planetária”,(ou seja, antes de realizar suas próprias viagens eles consultam estes arquivos, os relatos, mapas e afins disponíveis em suas localidades) estes são sujeitos construtores desta “consciência”, que funciona como uma espécie de dever desta ciência natural em ser preciso, e isto passa pelo aspecto narrativo. Certamente Saint-Hilaire pretendia com seu relato se tornar a principal referência sobre os espaços que visitou, ele buscou em seu relato ser o mais preciso e fidedigno possível ao que presenciou, afinal, assim como consultou Mawe antes de conhecer o espaço, viajantes posteriores consultariam seu relato, e assim como fez com Mawe possivelmente colocariam em xeque certos aspectos de sua narração.

Para ficar somente nestes dois exemplos e não ser repetitivo, o que vemos por parte de Saint-Hilaire é a tentativa de se firmar enquanto autoridade do discurso histórico a respeito do distrito diamantino. Saint-Hilaire teve a oportunidade de colocar a prova as afirmações que Mawe fez a respeito da região em seu relato, para assim se tornar a autoridade narrativa da região, simplesmente porque vivenciou e se tornou sujeito ativo capaz de colocar à prova as afirmações de seu predecessor.

A principal referência histórica para Saint-Hilaire é o inglês Robert Southey (nenhum dos dois obviamente tem acesso à *Memória de Vieira Couto*). Saint-Hilaire confronta tanto as referências históricas quanto o que vivenciou com o que Southey escreveu, como por exemplo faz nas duas primeiras notas sobre a descrição histórica da região:

**Nota 1:** PIZARRO diz que a primeira capitação data 18 de Março de 1732. Nesse ponto está de acordo com SOUTHEY. É contudo inconcebível que em sua própria obra tenha ele deixado imprimir, sem nenhuma observação, um trecho em que afirma que essa mesma capitação data de 22 de Abril de 1722, época em que os diamantes não tinham sido ainda descobertos.

**Nota 2:** Essa data é tomada de PIZARRO, e, como coincide de modo passável com as descrições de SOUTHEY, parece-me mais exata que a fornecida por LUIZ BELTRÃO DE GOUVEIA ALMEIDA, em sua “Memória”.<sup>213</sup>

Como observamos nas notas de Saint-Hilaire, as informações de Southey são as que contém a maior autoridade sobre a descrição histórica da região diamantífera, prova disto é que na primeira nota confronta a informação de Pizarro, sobre

---

<sup>213</sup>SAINT-HILAIRE, 1941, p.3. Os destaque aos autores em caixa alta são próprias da edição da obra.

a data da primeira captação dos diamantes, com a de Southey.<sup>214</sup> Saint-Hilaire fica espantado com um possível erro de revisão sobre a data da captação na obra de Pizarro. Já na segunda nota isto fica ainda mais evidente onde novamente a informação de Pizarro é cruzada com a de Southey, como novamente coincide com a do literato inglês ela é digna de confiança, o que não acontece com a memória de Gouveia Almeida, que é simplesmente desprezada devido a informação não estar de acordo com Southey.

A constatação é que Saint-Hilaire não afere metodologicamente as afirmações presentes nos autores, ele não consulta documentos ou confronta a narrativa do inglês, ao que parece ele simplesmente seleciona Southey como sendo o portador da narrativa verdadeira, mesmo que passível de contestação. Pizarro é confrontado com Southey e se suas informações confluem ele é considerado, o que não acontece com a *Memória* de Gouveia Almeida, certamente se a informação deste estivesse de acordo com a de Southey a obra de Pizarro seria desconsiderada, ou seja, Southey é o parâmetro, apesar do esforço de Saint-Hilaire em confrontá-lo com outros autores.

A nossa intenção é simplesmente demonstrar que Saint-Hilaire é reprodutor da visão de Southey, (inclusive o citando como vemos no trecho destacado no prólogo deste tópico), e Joaquim Felício dos Santos, (como também apontamos é leitor direto de Saint-Hilaire e indireto de Southey) também é reprodutor da visão histórica de Southey. O importante para o conjunto da trajetória desta ideia da “colônia dentro da colônia” é perceber como cada autor se apropria diferentemente desta visão, como que em cada contexto específico a visão histórica do isolamento da região diamantífera tem uma função, e cada autor faz uso distinto desta construção narrativa acerca da história do distrito diamantífero.

Saint-Hilaire reproduz a visão que Vieira Couto realiza do *Regimento* destacando o problema do excessivo poder dos Intendentes a partir de um elemento inovador, que é a convivência com o Intendente Camara durante sua viagem pelo Distrito, a auto referêcia que faz de seu próprio relato de viagem anterior é esclarecedora neste ponto:

---

<sup>214</sup> Saint-Hilare utiliza como referência o terceiro volume da edição inglesa da *History of Brazil* de Robert Southey como consta na nota.

O poder do intendente é quase absoluto. Ele regulamente à vontade tudo o que concerne ao trabalho das minas de diamantes, substitue ou suspende empregados, permite ou impede a entrada no Distrito (6), toma as medidas que julga convenientes para impedir o contrabando, dispõe da força militar etc. A autoridade do intendente não se limita apenas ao que diz respeito aos diamantes; é ainda o encarregado do policiamento do seu distrito; é ao mesmo tempo administrador e juiz, e é preciso que para esta última qualidade tenha ele estudado jurisprudência. Nas causas de valor inferior a 100\$000 ele pode pronunciar suas sentenças sem audiência e sem apelação (7). Quando aos delitos criminais mais graves, tais como assassinatos, compete-lhe apenas instruir os processos e em seguida enviar o acusado a Vila Rica. As funções do intendente considerado como juiz propriamente dito não se estendem além de seu distrito; mas, é a ele que compete o conhecimento dos delitos relativos ao contrabando de diamantes cometidos em toda a província de Minas e até mesmo do resto do Império. O ordenado dos intendentes é de 8000 cruzados; ao do Sr. DA CÂMARA acrescentaram-se 2.000 cruzados afim de indenizá-lo das despesas de viagens a que é obrigado como diretor das fundições reais em Gaspar Soares (8).

(6) Os próprios governadores da Província não podem entrar no Distrito sem sua permissão.

(7) O legislador, temendo sem dúvida a habilidade dos advogados e a influência que lhes dá o talento da oratória, tratou de interditar-lhes a entrada no Distrito dos Diamantes.

(8) Vide minha “Primeira Viagem”, vol.1.<sup>215</sup>

Este aspecto do poder absoluto do intendente será muito importante na composição das *Memórias do Distrito Diamantino*. Joaquim Felício dos Santos assume esta visão ao analisar todos os intendentes que administraram o distrito desde o período da criação da *Intendência dos Diamantes* em 1734 até o fim da *Real Extração* e com ela também o fim do cargo. Os intendentes são um marco temporal fundamental para a composição das *Memórias*, a passagem temporal da história da região diamantífera são determinadas por cada um destes sujeitos que ocupou o posto administrativo mais importante durante todos estes anos, a divisão em capítulos das *Memórias do distrito diamantino*<sup>216</sup> é ditada pelas sucessões no cargo de intendente dos diamantes, o começo e o fim da administração de cada intendente

---

<sup>215</sup> SAINT-HILAIRE, 1941, p.5. Selecionei as notas e coloquei em conjunto com a citação, pois elas são importantes para a análise.

<sup>216</sup> Lembrando que na coluna *Districto Diamantino* não havia divisão de capítulos, os textos eram contínuos e não havia nada que direcionasse a leitura como é o caso da edição em livro de 1868 que contém cabeçalhos que informam o leitor sobre o conteúdo de cada capítulo.

tem destaque especial nos cabeçalhos que indicam no início o conteúdo de cada capítulo<sup>217</sup>.

De modo geral a análise da administração de cada intendente por parte de Santos está direcionada por esta tópica do despotismo inaugurada por Viera Couto e vivenciada por Saint-Hilaire, ou seja, é a liberalidade ou arrocho no cumprimento do *Regimento Diamantino* que serão determinantes para a condenação ou salvação no juízo histórico de Santos, neste aspecto temos dois exemplos que ilustram bem esta questão, no caso da condenação histórica temos o intendente José Antonio de Meirelles Freire, popularmente conhecido como “cabeça de ferro” que é acusado por Santos de ser um tirano, principalmente por cumprir efusivamente o *Regimento*.<sup>218</sup> Na questão da salvação temos o próprio intendente Câmara, elogiado principalmente por sua liberalidade e alguns outros aspectos que são tratados no tópico sobre a contenda de Santos e Varnhagen presente neste capítulo.

Neste aspecto o que devemos levar em consideração é a forma como o Saint-Hilaire constrói sua narrativa sobre um território que conheceu, quais são seus filtros e lentes que definem sua visão de mundo. Um aspecto geral que devemos compreender é o papel periférico que o Império português ocupava no mundo neste

---

<sup>217</sup> Capítulo IV primeiro intendente *Raphael Pires Pardiniho* no ano de 1734; Capítulo VIII segundo intendente *Placido de Almeida Moutoso* no ano de 1741; Capítulo IX intendente interino *Francisco Moreira de Mattos* e terceiro intendente *Sancho de Andrada Castro e Lanções* ano de 1751; Capítulo XII quarto intendente *Thomaz Ruby de Barros Barreto* ano de 1753; Capítulo XIII *Francisco José Pinto de Mendonça*, quinto intendente ano de 1757; Capítulo XVII sexto intendente *João da Rocha Dantas de Mendonça* ano de 1773; Capítulo XVIII sétimo intendente *José Antonio Meirelles Freire* ano de 1782; Capítulo XIX oitavo intendente *Antonio Barroso Pereira* ano de 1786; Capítulo XX nono intendente *Luiz Beltrão de Govêa* ano de 1789; Capítulo XXI décimo intendente *João Ignacio do Amaral Silveira* ano de 1795; Capítulo XXV décima primeira intendência *Modesto Antonio Mayer* ano de 1803; Capítulo XXVII décimo segundo intendente *Manoel Ferreira da Camara Bittencourt* ano de 1807; Capítulo XXXIX décimo terceiro intendente *Manoel Caetano de Almeida Albuquerque* ano de 1823; Capítulo XL décimo quarto intendente *Caetano Ferraz Pinto* ano 1825 e décimo quinto e último intendente *João Pires Cardoso* ano de 1832.

<sup>218</sup> “José Antonio de Meirelles foi o intendente conhecido geralmente por *Cabeça de ferro*, appellido que lhe dera o povo pelo emperramento e obstinação de seu caracter. Dotado de gênio colérico não sofria a menor contradicção. Tomada uma resolução, não havia razões, que o levassem a mudar de vontade: se errava, não reconhecía a verdade demonstrada. [...] O intendente Meirelles foi o mais acérrimo perseguidor dos garimpeiros: durante todo o tempo de sua intendencia fez-lhes uma guerra encarnçada de extermínio. Quando as tropas da Extracção sahião á cata d’elles, levavão autorização para prendel-os a todo o transe; podião matal-os, quando procurassem fugir. Se cahião mortos, abria-se uma cova no lugar, e ahi enterravão-se seus cadáveres: era até onde chegava a caridade; a maior parte das vezes arrastavão-se seus cadáveres e lançavão-se nos rios mais próximos, quando não se deixavão insepultos no campo para servirem de pasto aos animaes. Contou-nos um respeitável velho, com que conversámos, que no governo d’este intendente uma vio dous cadáveres de garimpeiros, baleados pelas costas, e abandonados em pouca distancia um do outro nos campos, que margeão o corrego do Mendanha, e que ahi ficárão até serem devorados pelos corvos. Quem lhes dêsse sepultura, acrescentou ele, poderia ser suspeitado de cumplicidade.” In: SANTOS, 1924. p.168, 169.

período conturbado do início do século XIX<sup>219</sup>, sendo associado por seus opositores, ou demais nações como arcaica, levando em consideração neste caso o projeto civilizatório francês que se propunha hegemônica no modo de como enxergar os demais espaços de cultura.

Neste aspecto, Saint-Hilaire ao enxergar um excessivo controle da Coroa às áreas de mineração de Minas tem embutida em si uma crítica ao arcaísmo com que Portugal governava e administrava suas áreas de dominação.

É importante considerar como esta leitura de Saint-Hilaire sobre a organização do Estado português será instrumentalizada politicamente por Joaquim Felício na década de 1860 para formular sua grande tese histórica sobre a região diamantífera.

Santos ignora as condições de produção dos relatos de viagem do naturalista francês do início do século XIX, para ele são importantes suas formulações e vereditos. Santos parte da concepção de Saint-Hilaire do isolamento político e administrativo da região diamantífera para afirmar o caráter despótico da Coroa portuguesa sobre a região e assim embasar sua tese histórica. Há claramente uma escolha de narrativa em detrimento de outros aspectos que poderiam amenizar o exagero que esta concepção se o objetivo aqui fosse tratar da realidade histórica e não especificamente da produção narrativa de Santos.

Quanto às fontes do passado colonial a constatação é que há certo descaso de Portugal com a produção cultural dos primeiros séculos de colonização. Fato é que Portugal não publica ou divulga seus cronistas. As principais fontes são estrangeiras, advindas dos relatos de viagens, seja de expedições científicas ou de artistas que vieram “fazer a América” no Brasil.

Somente em meados do século XIX com a fundação do IHGB é que temos o resgate dessa literatura de viagem vai ser incorporada à produção historiográfica, empreendida pelos sujeitos que compõe a elite intelectual do Império e que estão embutidos em um processo de construção da nacionalidade brasileira. O que vemos é que a leitura destes relatos de viagem irá fazer parte da constituição da nacionali-

---

<sup>219</sup> O período da viagem de Saint-Hilaire ao Brasil é marcado pela Revolução Constitucional de 1820, que é um grande afronte ao poder da dinastia Bragança, é considerado um marco para o fim do Antigo Regime em Portugal, e também é o período em que as agitações em torno da Independência do Brasil se acentuam, ou seja, Portugal está às vésperas de perder sua principal colônia no âmbito imperial, o que é visto como parte do declínio do Império português neste período.

dade brasileira. Muitos aspectos contidos nestes relatos, como a questão da inferioridade racial, da crítica à miscigenação, a observação dos costumes, a forma com que estes estrangeiros estão enxergando e analisando a sociedade brasileira, serão tópicos presentes no imaginário e nas discussões sobre a identidade brasileira. É muito importante filtrarmos as influências que os historiadores do XIX brasileiro estão recebendo desta literatura.

Quando Santos diz que o *Regimento* não acrescentou nada de novo na legislação do Distrito e que este somente organizou e sistematizou em um conjunto (Livro da Capa Verde) as leis repressoras dedicadas especificamente a população da região. Indiretamente sua ideia é afirmar que o distrito, independente de uma época ou período específico, sempre foi governado por autoridades e leis despóticas, configurando assim este espaço de exceção, a tal “colônia dentro da colônia”, sendo que somente a Revolução Constitucionalista de 1820, com todo simbolismo liberal que emprega neste evento, irá romper com os tempos de despotismo do período colonial.

Entretanto, na visão histórica de Santos isto significa um pequeno avanço rumo a um governo efetivamente liberal onde a libertação da região diamantífera das obrigações do *Regimento* se converteria na luta pelo equilíbrio regional frente ao governo que se manteria excessivamente centralizador mesmo com a fundação do Império brasileiro. A leitura histórica de Felício dos Santos se concentra em seus pontos principais em apontar e reivindicar certo rearranjo do “pacto federativo” dentro do Império brasileiro - utilizando o termo de Dolhnikoff -, questão que está no cerne da oposição republicana que se formará no Brasil no final da década de 1860 e terá o próprio Felício dos Santos como membro ativo.

## 2.4- Joaquim Felício dos Santos e Francisco Adolfo de Varnhagen: projetos historiográficos e políticos.

Ha um livro publicado entre nós sobre o Districto Diamantino, que reune ao rigor da historia o encanto do romance, e que entre outro qualquer povo já contaria muitas edições. Neste livro reclama-se para Ferreira da Camara, e nega-se documentalmente a Frederico de Varnhagen, pae do historiador, a prioridade na fundição em grande de ferro. Pois Varnhagen finge que não conhece esse livro, e faz do assumpto dos diamantes, que é um dos mais curiosos da nossa historia, uma cousa pífia e que é inferior ao que qualquer calouro poderia tentar. Emfim, é possível que Varnhagen não conhecesse o livro; mas é tão difícil...<sup>220</sup>

O trecho destacado acima, do estudo de Capistrano de Abreu sobre Varnhagen para a terceira edição da *História Geral do Brasil* de 1882, é interessante para nos introduzir na polêmica que iremos tratar neste tópico. No trecho em questão Abreu noticia e valoriza a obra de Joaquim Felício dos Santos, pois destaca o rigor de Santos enquanto historiador, reconhece seu trabalho com as fontes - que analisaremos ao adentrarmos na referida contenda - elogiando por fim sua qualidade na escrita. A conclusão deste primeiro período é instigante para a nossa pesquisa, Abreu denuncia que a obra de Felício dos Santos, cuja primeira edição é de 1868, já teria mais edições se fosse publicada "entre outro qualquer povo."

O trecho de Abreu constata a parca recepção que as *Memórias do distrito diamantino* tiveram no século XIX imperial, Abreu chega a questionar sobre um possível desconhecimento por parte do principal historiador da nação sobre a obra de Santos. Fato é que a repercussão da obra de Santos ocorreu somente no século XX a partir do resgate realizado pela Revista do Arquivo Público Mineiro nos anos 1908-1909, as *Memórias* só foram ganhar uma segunda edição em livro no ano de 1924, e somente Capistrano de Abreu e Silvio Romero se dedicaram a comentar a obra de Santos, isto já no final do século XIX.

Cabe a nós nos perguntarmos porque a obra de Felício dos Santos foi em certa medida esquecida por parte desta historiografia oficial. Em termos científicos, como sinaliza Abreu, Santos não é inferior a Varnhagen em seus procedimentos. Pelo contrário, a confiança em sua pesquisa é evidente ao ponto de procurar o embate com o historiador considerado a maior autoridade do campo no período.

---

<sup>220</sup>ABREU, *Apud*: VARNHAGEN, 1928, p.442.

A resposta para esta questão virá ao longo do tópico, porém, adiantamos que para o período os fatos e obras que eram destacadas, passam acima de tudo pelo questionamento sobre qual projeto de nação este estudo atende, como já destacamos no primeiro capítulo. Santos, e consequentemente sua obra, é fruto de certa oposição liberal e federalista ao Império brasileiro, enquanto que Varnhagen atende, em sua vida e obra, ao projeto da monarquia centralizada.

O foco é compreendermos os procedimentos historiográficos de Joaquim Felício dos Santos. Analisaremos o capítulo XXVIII das *Memórias do distrito diamantino*, que trata da questão do ferro em Minas.<sup>221</sup> Este é o texto que traz a contenda entre Felício dos Santos e Francisco Adolfo de Varnhagen sobre quem seria o pioneiro na indústria do ferro no Brasil, questão introduzida na citação de Abreu acima.

Temístocles Cezar se refere rapidamente a esta polêmica em seu artigo sobre a imparcialidade em Varnhagen. Cezar destaca que a crítica que Santos realiza é importante para "identificar claramente a parcialidade de Varnhagen já no século XIX, mas também por mostrar a impossibilidade do debate no campo científico."<sup>222</sup>. A nossa abordagem visa, diferente de Cezar, ir além do problema da parcialidade. Considerando que a obra de Varnhagen é utilizada somente na contraposição ao nosso objeto, este embate entre os autores é rico, pois evidencia as formas como estes diferentes sujeitos pensavam e faziam história. A utilização de Varnhagen como contraponto se justifica pela abundância de estudos sobre sua vida e obra.<sup>223</sup>

O primeiro aspecto a destacar deste capítulo XXVIII das *Memórias do distrito diamantino* é o cabeçalho que descreve os tópicos presentes no capítulo, o que não ocorria no *Jequitinhonha* aonde o texto era corrente e não havia nenhuma indicação do que seria tratado no artigo daquela semana da coluna de *História* sobre o *Districto Diamantino*.<sup>224</sup>

Reproduzindo o cabeçalho das *Memórias* aonde o capítulo trata do:

---

<sup>221</sup>No *Jequitinhonha* os artigos que compõe este capítulo foram publicados nos dias 19 e 26 de abril 1862. No dia 19 o editorial é rico em termos políticos, pois neste Santos trata da polêmica em torno da estátua equestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro na qual Teófilo Ottoni é o grande pivô do caso.

<sup>222</sup>CEZAR, 2005, p.216.

<sup>223</sup>Para ficar em apenas alguns exemplos temos o estudo citado acima mais: CEZAR, 2007, p.159-207. GUIMARÃES, 1995. GUIMARÃES, 2011.

<sup>224</sup>Lembrando que a coluna *Districto Diamantino* no jornal *O Jequitinhonha* (1861-1862) vinha na seção denominada *História*, o termo *Memória* foi acoplado ao título para a edição conjunta de 1868.

Ferro em Minas. - Camara autorizado a estabelecer uma fábrica de fundição; escolha do morro do Pilar para seu local; em 1815 funde a primeira barra de ferro. - *Restabelece-se a verdade alterada em um longo capítulo da História do Brasil* de Varnhagen. - *Reivindica-se para o nosso patricio a glória de ter sido o primeiro fundidor de ferro no Brasil.* - Benefícios resultados da fábrica do Pilar; sua decadencia, e afinal completa ruína.<sup>225</sup>

O que chama a atenção neste cabeçalho é veemência com que Santos aborda o caso, trata-se uma resposta a ao que considera uma injustiça praticada por Varnhagen em sua *História Geral* (termo que foi suprimido) *do Brasil* cuja primeira edição é de 1857, há claramente uma disputa pelo passado com claras conotações no presente, lembrando que este texto original é de 1862. Joaquim Felício dos Santos estava atento ao que vinha sendo produzido no Brasil naquele momento, e não é somente nesta questão do ferro que entra em disputa com Varnhagen e contesta sua principal obra.

Antes, no capítulo XV das Memórias<sup>226</sup>, que trata da trajetória do grande contratador dos diamantes João Fernandes de Oliveira em meados do século XVIII, Santos contesta a narrativa de Varnhagen acerca do Conde de Valladares, que havia se dirigido ao Tejuco com a ordem real para que João Fernandes se apresentasse imediatamente a Portugal, para que fosse feita a apuração das contas e também a investigação de possíveis abusos praticados nos termos do contrato durante o período em que obteve o direito de explorar os diamantes no distrito.

Valladares é descrito por Santos como sendo de "caracter interesseiro [...] que calculadamente dissimulava o fim a que tinha vindo a Tijuco, no intuito de tirar algum proveito."<sup>227</sup> Em detalhes Santos descreve os esforços de João Fernandes em conseguir a proteção de Valladares, uma vez que desconfiava dos motivos com que o governador havia se dirigido ao Tejuco. Para conseguir a proteção do Conde, Santos conta que João Fernandes chegou inclusive a oferecer a Valladares uma quantia em dinheiro para resgatar uma propriedade de seus antepassados em Portugal, uma vez que o Governador confidenciou a João Fernandes que sua família em Portugal era pobre.<sup>228</sup>

---

<sup>225</sup> SANTOS, 1868, p. 295. Itálico nossos.

<sup>226</sup> *Districto DiamantinoXXX. OJequitinhonha*. Diamantina: 25/09/1861.

<sup>227</sup> SANTOS, 1868, p.148.

<sup>228</sup> *Ibidem*, 1868, p.149.

Independente da veracidade ou não da narrativa acerca da figura do Conde de Valladares o fundamental é percebermos como se procede à disputa pela "verdade" dos fatos.

A nota que Felício faz com a intenção de comprovar a veracidade de sua narrativa sobre o episódio da visita do Conde de Valadares ao distrito, e a consequente intimação do contratador a prestar contas em Lisboa é fundamental para percebermos a disputa historiográfica com a figura de Varnhagen. Santos cita a *História do Brasil* de Varnhagen com destaque aos elogios que este faz ao Conde de Valadares o que destoia totalmente de sua narrativa nas *Memórias*, que tem seus fundamentos na tradição oral da cidade destacando o relato de um sujeito vivo que confirma sua versão:

Podemos asseverar a autenticidade dos factos, que de proposito narramos com todas as suas circunstancias, e talvez demasiadamente. Nós os sabemos da tradição e testemunho de pessoas respeitáveis e fidedignas, que tivemos o trabalho de consultar, que os ouvirão dos contemporaneos de João Fernandes, que os conhecerão e forão testemunhas oculares. Ainda hoje existe um velho d'esse tempo, que confirma o que levamos dito. Fizemos esta nota por termos lido o seguinte na *Historia do Brasil* por Varnhagen:

«Em Minas o conde de Valladares (1768-1773) zelou pela fazenda publica, evitou roubos e extorsões e fez respeitar a autoridade publica, apesar dos regulos e mandões, que havião introduzido talrelaxação nos costumes, que a virtude era suffocada pela ambição, pela soberba e pelo orgulho; a riqueza fazia a honra e veneração popular; a vingança adquirio e restabeleceu o respeito, e a grandeza do fausto era o unico character da nobreza e fidalguia. O conde de Valladares tinha grande comprehensão e genio indagador, constante e inalteravel; foi prudentissimo, desinteressado, recto, zeloso e de exemplar proceder. »

É assim que se escreve a historia.<sup>229</sup>

Santos é mais claro quanto ao seu confronto histórico com Varnhagen no *Jequitinhonha* no qual depois de fazer a mesma nota que consta nas *Memórias* assim escreve: "Em vista do que ocorreu no Tejuco o leitor poderá julgar da exatidão do elogio, que Varnhagen faz do Conde de Valadares."<sup>230</sup> Já nas *Memórias* a conclusão é a seguinte: "É assim que se escreve a história." Na coluna *Districto Diamantino* o destaque é para o papel da autópsia como autoridade do discurso, delegando o papel de juiz ao leitor, já nas *Memórias* temos certa ironia com o gênero

---

<sup>229</sup>*Ibidem*, 1868, p.150.

<sup>230</sup>O *Jequitinhonha*. Diamantina: 25/09/1861.

histórico, principalmente com a autoridade de Varnhagen enquanto historiador sendo contestada.

Santos inicia o texto descrevendo sobre a história do ferro em Minas e para embasar sua explanação recorre às *Memórias sobre a capitania de Minas* de José Vieira Couto publicada no ano de 1799, ou seja, Santos utiliza de uma memória ilustrada<sup>231</sup> de autoria do "nosso distinto naturalista" para apontar, assim como faz Vieira Couto, a extrema importância de uma indústria de fundição, em uma região aonde o ferro era abundante e que era refém da necessidade de importação:

Porque razão uma nação de necessidade mineira, como a nossa, ha de esperar que lhe venha do fundo do norte, por um preço exorbitante, o ferro, afim de poder trabalhar em suas minas! Quanto estas cousas não devem retardar, e ainda quasi de todo impossibilitar o exercicio de muitas lavras![...] Porém a traça para havermos estes generos baratos e sempre á mão, não vejo outra senão lançarmos mão do mesmo ferro, que a natureza accumula junto ás bocas de nossas minas, estabelecendo nós no paiz fundições d'este metal.<sup>232</sup>

Portanto, de acordo com a leitura de Santos, após dez anos que estas recomendações de Vieira Couto foram escritas, o então intendente dos diamantes Manoel Ferreira da Camara dava início ao empreendimento da fábrica de ferro no distrito diamantino.

Santos descreve que Camara obteve autorização para dar início ao empreendimento através de carta régia datada de 10 de Outubro de 1808, na qual era autorizado a deduzir certa quantia anual dos trabalhos da Real Extração para investir na fundição. A principal finalidade deste empreendimento era fornecer os suprimentos necessários para os trabalhos da Real Extração nos serviços diamantinos.<sup>233</sup>

Após utilizar de documentação oficial para comprovar que Camara havia sido autorizado a criar a fábrica de ferro na região diamantífera, Santos realiza uma análise elogiosa do intendente Camara. Podemos destacar certa relação afetiva que Santos têm com a figura do intendente Câmara. O pressuposto básico desta afinidade está no fato dele ser o primeiro intendente nascido no Brasil, e também por

---

<sup>231</sup>Memórias estas que tinham como principal finalidade conhecer, informar e sugerir à Coroa portuguesa formas de melhor explorar as potencialidades econômicas de seu território. Ver. FURTADO. In: VIEIRA COUTO, 1994.

<sup>232</sup> Vieira Couto sendo citado por SANTOS, 1868. p.295-6.

<sup>233</sup>*Ibidem*, 1868, p.296.

este ser mais flexívelna execução do tão temido *Regimento Diamantino*.<sup>234</sup> Por esta afinidade, podemos compreender um dos motivos que levaram Santos a confrontar a versão de Varnhagen sobre a primazia do fabrico do ferro no Brasil:

Camara, emprehendedor de vontade firme, activo, intelligente, dotado de profundos conhecimentos theoreticos e praticos na metalurgia, e mais que tudo patriota animado de um ardente desejo de promover o engrandecimento e prosperidade de seu paiz, quando chegou a Tijuco, como intendente dos diamantes, que vira colherem-se na Europa do systema de machinas e fábricas, foi se mais firme propositito applical-as em sua patria. Attrahio-lhe logo a attenção a immensa, inexhaurivel riqueza de ferro que cobre o solo mineiro, riqueza que póde supprir de mineral ao mundo inteiro, mas inutilisada, porque não se sabia aproveitall-a convenientemente, sendo tão caro e difficil o ferro que nos vinha pelo Rio de Janeiro em razão das despezas do transporte. *Go-zando da inteira confiança da corôa, foi encarregado da direcção da primeira fábrica de ferro que o govêrno mandou estabelecer no Brasil.*<sup>235</sup>

Para Santos, portanto, fica claro quem seria o pioneiro da indústria de ferro no Brasil. De acordo com a descrição de Santos vemos que o intendente Camara obteve total confiança e recursos, mesmo que parcos, para colocar em prática tal empreendimento.

O passo seguinte de Santos para frisar a primazia de Camara foi descrever como se procedeu o funcionamento da fábrica neste momento inicial. O primeiro aspecto que Santos evidencia é o local escolhido para se estabelecer a fábrica, que foi o morro do Gaspar Soares que, em um segundo momento ficou conhecido como *morro do Pilar* por se localizar próxima a igreja de mesmo nome como explica Santos em nota.

Santos descreve em detalhes os procedimentos para a aquisição e ocupação do terreno, enfatizando que este espaço escolhido fora uma doação de Sancho Bernardo de Heredia, que além de ceder o terreno auxiliou o intendente nos primeiros trabalhos. De acordo com Santos as obras da fábrica se iniciaram no dia 5 de Abril de 1809, sendo que as primeiras barras de ferro foram fundidas no ano de 1815,<sup>236</sup>ou

---

<sup>234</sup> O capítulo XXVII das *Memórias* trata especificamente do mandato de Camara enquanto intendente, Camara é o único intendente que escapa do julgamento negativo de Joaquim Felício dos Santos. Pela descrição do cabeçalho do capítulo temos a ideia dos motivos desta "absolvição": "Manoel Ferreira da Camara Bittencourt, decimo segundo intendente. -Intendente *brasileiro*; sua vida, seu character; seu patriotismo; [...]". In: *Ibidem*, 1868, p.289.

<sup>235</sup>*Ibidem*, 1868, p.296-7. Itálico nossos

<sup>236</sup>*Ibidem*, 1868, p.298

seja, três anos antes da *fundição de Ipanema* em Sorocaba que começou a funcionar somente em novembro de 1818.<sup>237</sup>

Até então neste capítulo, Santos não havia se referido diretamente em nenhum momento a obra de Varnhagen e sua narrativa sobre a fábrica de Ipanema. Santos recorre a pesquisa com a utilização documental, a seleção dos testemunhos para evidenciar e provar a primazia do empreendimento de Camara. Somente após esta constatação que julga ser a verdade histórica, que Santos adentra na contenda com Varnhagen de forma a desconstruir o que fora então publicado em sua *História Geral do Brasil*.

Ironicamente para introduzir o debate com Varnhagen, Santos transcreve uma longa citação de Auguste de Saint-Hilaire, que em passagem pelo distrito no ano de 1816 visitou a fábrica e descreveu os procedimentos técnicos que Camara utilizou para organizar seu funcionamento.<sup>238</sup> Seria somente mais um relato que comprovasse seu argumento se Santos não estivesse recorrendo ao mesmo autor que Varnhagen utiliza em sua *História Geral do Brasil* para também confirmar a primazia da fábrica de Sorocaba. Ou seja, vemos neste princípio de debate historiográfico que a intenção de Santos é desmontar a argumentação de Varnhagen via método histórico, ou seja, temos os dois autores se valendo de procedimento de pesquisa e narrativos muito similares, sendo que os diferencia, a princípio, são seus motivos, intenções e os diferentes projetos de nação envolvidos em tais perspectivas de história.

Após utilizar o testemunho de Saint-Hilaire para afirmar que a fábrica do morro do Pilar fundiu suas primeiras barras de ferro no ano de 1815, Santos adentra de forma direta no combate ao texto de Varnhagen e sem mais delongas o acusa de ser passional em seu procedimento: "Varnhagen, que em sua *História do Brasil* dedicou um longo capítulo em historiar a fundição da fábrica de ferro do Ypanema, onde se revela talvez *bastante excesso de amor filial*, esforçando-se por deprimir os trabalhos de Camara para fazer sobressair o merito do fundador do Ypanema."<sup>239</sup>

Santos também têm a preocupação de transcrever dois trechos da argumentação de Varnhagen para em seguida refutá-lo, no primeiro Varnhagen afirma que a fábrica do Pilar não obteve êxito pois sua primeira fundição se reduziu a um pouco

---

<sup>237</sup>CEZAR, 2005, p.215.

<sup>238</sup> SANTOS, 1868, p.298.

<sup>239</sup>*Ibidem*, 1868, p.299. Itálico nossos.

de *massuca*,<sup>240</sup> e que todo empreendimento foi realizado a partir de "excessivos gastos, feitos sem proveito real."<sup>241</sup>

Santos é taxativo ao rebater esta afirmação de Varnhagen:

A intenção de Varnhagen, escrevendo estas linhas, foi realçar o nome de seu pai, que considera como o primeiro fundidor de ferro no Brasil, pela direcção que deu aos trabalhos da fábrica do Ypanema: - é pouca generosidade. A barra que por escarneo denomina *massuca*, pesava cento e setenta e cinco arrobas e seis libras, como consta do livros da entradas do ferro para a Extração diamantina. Quem escreve estas palavras ainda vio em 1863, no morro do Gaspar Soares, rodas de carro, e varios fragmentos de peças de ferro fundido ali.<sup>242</sup>

Santos, portanto, deixa ainda mais clara o que considera ser a intenção de Varnhagen ao escrever sobre a fábrica do Ypanema e desmerecer o empreendimento de Camara, porém ele vai além da mera acusação pessoal e utiliza de dois procedimentos metodológicos correntes da historiografia do XIX: o primeiro que é o recurso a documentação oficial (livro das entradas de ferro para a Extração diamantina) para afirmar com precisão o tamanho da barra de ferro que foi fundida na fábrica do Pilar, já o segundo procedimento é o papel da autópsia para o historiador, ou seja, o próprio narrador (Santos) é testemunha viva de que naquela fábrica se produziu ferro, ele presenciou, ele conhece com toda propriedade o espaço que está tratando, e isto basta para desmerecer a afirmação de Varnhagen.

No segundo trecho citado por Santos da *História Geral* é revelador para percebermos como estes autores avaliam e criticam suas fontes. Santos transcreve um outro trecho no qual Varnhagen desqualifica a fábrica do Pilar, neste o autor se refere a uma festa que ocorreu no Tejuco em 1815 para comemorar a inauguração da fábrica. De forma contundente, Varnhagen recorre ao testemunho de um folheto anônimo creditado a um morador do Tejuco, que negava abertamente que a fábrica do Pilar tivesse fundido algum ferro, o folheto *Proclamação ou Aviso ao povo do Tijuco* datado de Janeiro de 1821 havia sido impresso no Rio de Janeiro e afirmava claramente que o empreendimento de Camara só resultava em prejuízo: "Ha doze annos que v. s. (Camara) se acha occupado com este desencantamento (do ferro): a despeza tem montado acima de 120:000\$000 rs., quantia que podia fazer quatro

---

<sup>240</sup> Massuca, pelo dicionário Moraes é uma pequena barra de ferro ainda não purificada.

<sup>241</sup> Varnhagen sendo citado por SANTOS, 1868, p.299.

<sup>242</sup> *Ibidem*, 1868, p.299

fábricas; e continúa ainda com mais de 14:000\$000 rs. annuaes de despesas, e ferro nenhum."<sup>243</sup>

Para rebater Varnhagen e defender Camara, Santos recorre à crítica da fonte que o primeiro utiliza para assim desqualificar o seu trabalho enquanto historiador, e surpreendentemente traz a informação de quem seria o autor do folheto e o motivo de sua publicação:

Eis a grande autoridade em que parece só se fundar o historiador para deprimir a empresa de Camara: - é a do folheto impresso anonymo, que se attribue geralmente ao dr. José Viera Couto, inimigo particular de Camara! Este folheto, cujo autor não quiz dar a conhecer a sua paternidade por conter factos inexactos, narrados apaixonadamente, não ignorará Varnhagen que fôra escripto unicamente com o fim de ridicularisar uma proclamação que Camara, em 1821, dirigio ao povo do Tijuco, e de que a seu tempo fallaremos.<sup>244</sup>

No capítulo XXXV das *Memórias* Santos transcreve na íntegra e contextualiza a proclamação de Camara a que se refere no final do trecho citado acima. Este capítulo trata da euforia ocorrida no Tejuco devido à repercussão da *Revolução Constitucional do Porto de 1820*.

Como tratamos no primeiro capítulo, Santos vê este momento como de fundamental importância para a modernidade política do Império, o constitucionalismo é muito importante para a construção de sua oposição liberal às instituições monárquicas, então devemos fazer uma ressalva do quanto estes momentos da Revolução Constitucional de 1820 são romanceados em sua escrita histórica. Este destaque ocorre sem dúvidas para ressaltar o seu projeto político através da escrita histórica, ou seja, há um forte significado simbólico em ressaltar que a população do distrito foi a primeira a bradar os "vivas à constituição", em destacar a liberalidade e a crença que a revolução constitucional significaria acima de tudo o fim do despotismo, representado na localidade pelo tão temido *Regimento Diamantino*.

Portanto, é no capítulo que trata deste tema que Santos se refere a proclamação do intendente Camara, cuja repercussão (folheto) fora utilizada por Varnhagen para desqualificar o empreendimento da fábrica do Pilar. Santos tem o cuidado

---

<sup>243</sup>*Ibidem*, 1868, p.299.

<sup>244</sup>*Ibidem*, 1868, p.300.

de contextualizar e acima de tudo relevar o posicionamento do intendente frente às festividades que estavam ocorrendo no Arraial naquele momento.

Camara, para Santos neste contexto, representava a autoridade máxima na demarcação, era um súdito do Império Português, então era até óbvio que ele se portasse de maneira hostil a Revolução constitucional e a tudo que representava dentro da nova ordem de poder:

Camara era constitucional, amava a liberdade, *adoptava as novas theorias políticas da época*, reconhecia a soberania popular, e talvez pensasse muito mais livremente em materia de govêrno, do que muitos que o accusavão de retrogrado. Mas ainda mais apreciava o poder de que estava revestido, e em seu amor proprio entendia que nenhum outro govêrno haveria melhor, mais paternal do que o seu, embora absoluto: e a constituição ia destruir o absolutismo. *Deve-se por isso censural-o a ponto de duvidar de seu liberalismo?* Entendemos que não.<sup>245</sup>

Santos é também um historiador juiz, ele compreende para julgar, porém o seu parecer passa pela crivo do liberalismo, para Santos Camara era um absoluto porque sua função e época exigiam que fosse, mesmo que esta postura pareça contraditória ao liberalismo que Santos credita ao Intende.

É dentro desta contradição que Santos analisa a *Proclamação ou aviso ao povo da demarcação diamantina* de autoria do intendente Camara. Nela Camara intenciona acalmar a população do distrito da euforia inicial causada pela chegada da notícia da Revolução do Porto de 1820. A repercussão negativa de tal declaração (o folheto anônimo que Varnhagen utiliza em sua *História Geral do Brasil* é uma delas) se dá pelo tom de ameaça empregado por Camara para tentar conter a euforia da população diante da possibilidade de uma sublevação contra a administração portuguesa:

Povo da demarcação e habitantes do Tijuco! Vós me conheceis de longo tempo e a firmeza do meu character, assim como as minhas boas intenções para comvosco, e a pontualidade nas minhas promessas: não me obrigueis á excessos. Eu sou homem e não sou inspirado; se tiver ordem de vos obrigar por outro modo, de máo grado as cumprirei; mas vêde, que, respeitando-as, como devo, as cumprirei impreterivelmente. Entrai por tanto no vosso dever, o que espero façais depois de me ouvirdes, e depois de conhecerdes que nenhum sacrificio para vossa salvação e para vossa felicidade me será pesado. E dando provas tão públicas de terdes entrado no vosso dever, na ordem e na obediencia ás leis

---

<sup>245</sup>*Ibidem*, 1868, p.364. Itálico nossos.

e seus executores, como desgraçadamente tendes dado do contrário, gritarei comvosco: Viva nosso amado Soberano, nosso Senhor hontem, e hoje Supremo chefe constitucional de um povo livre! - Vivão as côrtes que nos hão dar leis sábias, precisas e previdentes, que nos fação felizes! - Viva o Principe Regente, que por ellas e só por ellas nos ha de governar! - E vivamos todos para gozarmos de tão grande beneficio.<sup>246</sup>

Para Santos nesta *Proclamação* de Camara ainda se notava traços claros das ideais absolutistas, que naquele momento a população do distrito refutava com grande euforia. A principal consequência destas palavras foi o aparecimento de várias respostas, que Santos não cita, ridicularizando justamente o caráter absolutista do Intendente.

É neste complexo contexto que Varnhagen irá buscar a fonte para desmerecer o empreendimento da indústria de ferro encabeçada por Camara no distrito diamantino. Para completar sua crítica a este documento Santos conclui a questão do folheto da seguinte forma:

Uma das respostas, de que fallamos, appareceu impressa no Rio de Janeiro em 1821, em um folheto notavel pela paixão e parcialidade com que foi escripto. O seu autor só tratou de apresentar, com excessiva exageração, os defeitos do intendente e nenhuma de suas virtudes excellentes qualidades; procurou até macular sua reputação, quando bem poucos homens se encontrarião tão probos, honrados, desinteressados e amantes de seu paiz.<sup>247</sup>

Vemos então concluída, por parte de Santos, à crítica ao principal documento que Varnhagen utiliza para comprovar o insucesso da fábrica do Pilar no distrito diamantino, porém Santos vai além deste fato no intuito de comprovar que a versão de Varnhagen não corresponde à realidade: pública um quadro extraído do livro de contas correntes da administração diamantina com a fábrica do Pilar. Com o quadro fica clara a sua intenção, demonstrar que entre os anos de 1815 a 1821 foram fundidas 4016 arrobas de ferro na fábrica do Pilar.<sup>248</sup>

Para esta discussão em torno da disputa de narrativas entre os dois autores, temos na conclusão deste capítulo das *Memórias* elementos que demonstram a diferença de projetos políticos no interior da escrita historiográfica de cada um, o que

---

<sup>246</sup>*Ibidem*, 1868, p.369-70.

<sup>247</sup>*Ibidem*, 1868, p.370.

<sup>248</sup>*Ibidem*, 1868, quadro na página 300.

pode explicar a motivação de Felício dos Santos em defender a primazia do Intendente Camara.

Após expor os resultados de sua análise do livro de contas da administração diamantina, Santos tenta se justificar sobre o que o motiva a empreender este grande esforço de defesa do intendente:

Também nós não queremos disputar os meritos do official Varnhagen, sobre que muito poderíamos dizer, se a questão aqui fosse pessoal; constestamos, porém, que elle tenha sido o primeiro fundidor de ferro no Brasil, e reivindicamos essa gloria para o nosso patricio Camara, que á ella tem melhores titulos, apesar de ter executado a sua obra em ponto menor, e não dispôr dos grandes recursos, que forão postos á disposição do director do Ypanema. [...] <sup>249</sup>

Mais uma vez vemos Santos se justificando que sua motivação não é pessoal, diferente de seu adversário, o que implica na contestação da parcialidade de Varnhagen e acima de tudo na integridade de seu trabalho enquanto historiador. Porém, o que chama a atenção nesta passagem é a reivindicação de caráter localista, como tratamos no primeiro capítulo, Santos realiza certa oposição federalista à política centralizadora do Império, onde vimos que em seu projeto político se encontra como uma das principais pautas a reivindicação de maior autonomia econômica e política das províncias, ou seja, esta colocação que Santos faz da desigualdade de tratamento entre os dois supostos pioneiros do ferro no Brasil se enquadra nesta leitura federalista da história:

Confrontando estas datas, as difficuldades e resultados das duas empresas, uma no Ypanema, para a qual abrirão-se com liberalidade os cofres publicos, e outra no Pilar, longe da côrte e sempre guerreada até pela junta da capitania, que parecia de proposito cercar-lhe os meios de prosperar, *pela unica razão de Camara ser brasileiro*, decidirá o leitor quem mais merecia um titulo, medalha, pyramide, estatua ou outra qualquer recompensa: - Camara ou Varnhagen? <sup>250</sup>

Temos nas entrelinhas desta indagação de Santos o que significava em termos de projeto de nação às figuras de Camara e do official Varnhagen. O segundo representava naquele contexto os privilégios de sua boa relação com a corte, o que significava forte apoio estatal para realizar tal empreendimento, o que não significa

---

<sup>249</sup>*Ibidem*, 1868, p.303

<sup>250</sup>*Ibidem*, 1868, p.304. Itálico nossos.

que Camara também não teve apoio financeiro já que parte dos rendimentos da Real Extração dos diamantes foram desviados para a realização da fábrica do Pilar.

Porém, o aspecto que mais chama a atenção na construção desta argumentação de Santos é esta oposição de nacionalidades ao justificar que o empreendimento de Camara foi minado pelo fato deste ser *brasileiro*. Durante a leitura das *Memórias* percebemos que há por parte de Santos certa oposição a quase tudo que é português, a própria defesa que executa de Camara nas atribuições de suas funções frente à Intendência dos Diamantes passa por este critério, suas ações são relativizadas pelo simples fato dele ser "nosso patriócio", ou seja, o que vemos por parte de Santos é certa apelação ao leitor para que este considere Camara mais digno das homenagens simplesmente pelo fato deste ser "brasileiro", ou seja, a construção da nacionalidade brasileira em Santos, neste caso, se dá simplesmente pela oposição à portuguesa e a exigência de reconhecimento também passa por este aspecto.

Para finalizar esta questão em torno do ferro no Brasil Santos realiza uma ressalva sobre o sucesso do empreendimento do Pilar. Santos admite pela primeira vez que a fábrica não foi lucrativa, porém mais uma vez tenta absolver Camara da culpa por este fato, para Santos mais importante que os próprios lucros do empreendimento foi o legado que a fábrica do Pilar deixou ao país, pois seu pioneirismo foi acima de tudo responsável pela queda do preço do ferro que a seu ver era o que elevava os preços da mineração:

É verdade que a fábrica do Pilar não deu os lucros que se esperavam, e pelo contrário a fazenda real teve prejuizos com o seu custeamento, pelas grandes despesas que exigia, principalmente depois que Camara deixou de ser o seu director; mas devemos levar em conta o immenso beneficio que prestou ao paiz. A exemplo d'ella logo estabelecerão-se muitas outras, pelo systema sueco, em differentes lugares da comarca, algumas das quaes ainda hoje existem em prosperidade. Consequencia: a barateza do ferro, que era o mais fazia avultarem as despesas da mineração e de todas as mais industrias. -Só por este beneficio o nome do nosso patriocio, Manoel Ferreira da Camara Bittencourt e Sá, nunca ha de ser esquecido pelos mineiros agradecidos..<sup>251</sup>

Vemos que mesmo que admitindo certo fracasso da empresa, Santos insiste em venerar e exigir um lugar de destaque na memória nacional para o Intendente, e

---

<sup>251</sup>*Ibidem*, 1868, p. 305.

caso esta homenagem não seja prestada a nível nacional, Santos não tem dúvidas que entre os mineiros seu nome nunca será esquecido e até certo ponto venerado.

Alguns adutores - e Camara tinha muitos e não desgostava da lisonja, - quando dizião que era preciso prohibir a construcção de outras fábricas de ferro na comarca, por serem, pela concorrência, prejudiciaes aos interesses da do Pilar, - e então elle o podia, ou antes devia fazer, sendo entre nós prohibida a indústria fabril para os mineiros não se distrahirem de suas occupações e augmentar-se o quinto do ouro. "Ellas hão de acabar por si mesmas, respondia Camara, quando eu puder vender o ferro a 1\$000 por arroba: beneficio para o público, benefício para a real fazenda." Mas desgraçadamente nunca pôde conseguir o seu *desideratum*, e uma das principaes causas de não prosperar a fábrica do Pilar foi a falta de trabalhadores e officiaes peritos e diligentes, que demais nunca são pagos com pontualidade, *como succede a todos os que tem de haver da fazenda.*<sup>252</sup>

Nesta pequena conclusão, temos alguns aspectos que endossam a crítica política de Santos no presente, assim podemos aproximar a importância de seu posicionamento político com a forma que realiza a análise dos fatos históricos. Santos em um primeiro momento cita e destaca a fala de Camara ao ser interpelado por "alguns adutores" sobre a possibilidade de se firmar monopólio sobre a produção de ferro nas Minas. A resposta de Camara, destacada em aspas nas *Memórias*, na qual Santos não menciona ou dá indícios da onde tirou tal fala do intendente, dá a entender que era um entusiasta do livre comércio, o que certamente é mais um dos elementos que contribuiu para que Santos realizasse uma leitura positiva do Intendente, já que este seria um sinal do liberalismo e da capacidade do intendente em pensar no bem comum.

Já na segunda parte da citação, para concluir sobre o fim da empresa do Pilar, Santos insinua sobre a dificuldade para se contar com o Estado em empreendimentos como a fábrica de ferro do Pilar, a falência segundo ele, teria sido causada pela falta de profissionais qualificados que não eram pagos assiduamente pela fazenda, sendo que sua frase final é uma generalização sobre a dificuldade de realizar qualquer empresa a partir da dependência do Estado.

Como fica evidente esta crítica não se restringe somente ao caso da fábrica de ferro de Camara, ela faz parte do rol de uma série de críticas ao Estado imperial que Santos realiza, neste caso vemos transparecer a denúncia à incapacidade deste

---

<sup>252</sup>*Ibidem*, 1868, p. 305. Itálico nossos.

mesmo Estado em realizar empreendimentos de infraestrutura no país, situação que Santos também diagnostica e critica para a década de 1860.

Temístocles Cezar em seu artigo sobre a parcialidade de Varnhagen aponta elementos que condicionam os critérios de seleção e fatos históricos pelo historiador da nação,<sup>253</sup> entre eles a defesa da memória do pai e a antipatia com a figura de José Bonifácio, o que o leva a retratar o patriarca da Independência de maneira negativa em sua *História Geral do Brasil*.

Destacamos também ao longo deste tópico que Joaquim Felício dos Santos, no embate com Varnhagen sobre a primazia da indústria do ferro no Brasil, também pode ser acusado de ser imparcial em sua defesa que faz da figura do intendente Camara. Como apontamos Santos enxerga em Camara elementos de um certo liberalismo, limitado de acordo com as circunstâncias de sua função, o que faz com que seu julgamento histórico seja positivo, sendo que toda a defesa que executa da primazia do intendente na indústria do ferro é realizada no sentido de resgatar e valorizar sua memória frente aos grandes homens da nação.

Entretanto, é inegável, e por mais que ambos os autores possam ser acusados de serem imparciais a partir da defesa de seus interesses políticos ou intelectuais, que Felício dos Santos procura o debate a partir dos critérios correntes à época da ciência histórica, buscando enfrentar a narrativa de Varnhagen a partir dos métodos possíveis e muito similares com que o próprio "pai da historiografia" brasileira utilizava: utilização de documentação primária e oficial, autópsia (recurso a história oral), viajantes e naturalistas como fontes de autoridade (Vieira Couto e Saint-Hilaire).

Varnhagen era o principal crítico da historiografia praticada no Brasil naquele momento, porém como o próprio Cezar destaca, suas construções históricas são carregadas de personalidades, mágoas, seleções que perpassam ao seu próprio gosto e critério. Varnhagen é um historiador que julga por que se sente dono da verdade histórica, julga por que pesquisa, e acima de tudo se sente no direito de ditar tais vereditos, principalmente pelo papel social que ocupa (e neste aspecto os trabalhos de Guimarães e Cezar são precisos ao ressaltar na trajetória de Varnhagen as escolhas e estratégias que executou para conseguir alcançar postos sociais e se

---

<sup>253</sup> CEZAR, 2005, p. 231.

firmar como autoridade máxima da historiografia da nação no séc. XIX), e sua história é construída no sentido de reforçar esta distinção social. A intenção de demarcar seu pai e conseqüentemente o nome de sua família através do caso da fábrica de ferro atende a este propósito de buscar reconhecimento, o julgamento de personagens como no caso de Bonifácio, que desagradaram ou interferiram no sucesso de sua família também atendem a este propósito de distinção e construção de autoridade.

Cezar afirma que "seria um duro golpe se Varnhagen levasse em consideração, minimante que fosse, a contestação de Feliciano<sup>254</sup> dos Santos. No entanto, Varnhagen despreza os críticos e as críticas, "tudo não passa de intrigas"<sup>255</sup>, por se cercar desta autoridade máxima do campo historiográfico ao qual se revestia era impossível o debate no campo científico. Nesta questão Cezar tem total razão, Santos tentou contestar e confrontar a principal obra de Varnhagen dentro do campo científico, e assim como para Capistrano de Abreu é espantoso o desconhecimento do "historiador da nação" de obra tão importante.

---

<sup>254</sup>Cezar em todo artigo se refere a Joaquim Felício dos Santos, como Joaquim Feliciano dos Santos. CEZAR, 2005, p. 216.

<sup>255</sup>*Ibidem*, 2005, p. 216.

## Capítulo 3- Fundamentos do projeto republicano: narrativa ficcional e memória.

### 3.1- Inconfidência e Tiradentes: identidade e memória republicana.

O objetivo deste tópico é analisar como a leitura de Felício dos Santos sobre o movimento da Inconfidência mineira é fundamental para o posicionamento político e conseqüentemente sua leitura histórica do passado colonial. Visamos observar como a memória da Inconfidência é importante para a escolha de certa identidade provinciana em Santos, e também como seus tópicos e símbolos, como Tiradentes, são articulados e utilizados na construção de uma linguagem política republicana na década de 1860. A Inconfidência funciona para Felício dos Santos como o marco da autonomia de Minas Gerais, porque está associada a uma forma federalista de compreender a história e atuar em seu presente. Para Santos o princípio da independência do Brasil veio com a Inconfidência, trata-se da articulação de seu projeto regional com o nacional, no qual Minas Gerais é protagonista.

#### 3.1.2- O resgate da Memória da Inconfidência no *Jequitinhonha*.

No dia 21 do corrente, septuagésimo aniversário da execução de Joaquim José da Silva Xavier o - Tiradentes, -- celebrar-se-ha pelas 8 horas na Igreja de S. Francisco, uma missa com [«libe a me»] pelo descanso eterno da alma do nosso primeiro martyr da independencia. São convidados a assisti-la todos os brasileiros amantes de seu paiz.<sup>256</sup>

O anúncio da celebração de uma missa em memória do septuagésimo aniversário da execução do famoso ícone da Inconfidência mineira, o Tiradentes, foi destaque d'*O Jequitinhonha* no dia 19 de abril de 1862. Sob a direção de Joaquim Felício dos Santos, o jornal declarado como alinhado ao Partido Liberal, convocava a "todos os *brazileiros* amantes de seu paiz" a participarem de um missa pela "alma do nosso primeiro martyr da independencia."

Este anúncio certamente parecerá comum ao leitor contemporâneo embutido na tradição política e simbólica que o regime republicano - instaurado no Brasil a partir de 1889- se empenhou em criar como forma de amparar a construção de certa legitimidade frente a uma série de símbolos e práticas herdadas da cultura

---

<sup>256</sup> Anuncios. *O Jequitinhonha*: Diamantina, 19/04/1862.

política imperial. Hoje, podemos de certa forma afirmar, que temos fundada na memória coletiva a imagem de uma Inconfidência Mineira heroica, símbolo de certa *mineiridade*,<sup>257</sup> consagrada com seus símbolos e líderes, cuja representação máxima da monumentalização desta memória é o *Museu da Inconfidência* em Ouro Preto com seu panteão contendo os restos mortais dos envolvidos no evento,<sup>258</sup> ou mesmo, a adoção da bandeira inconfidente como símbolo do Estado de Minas Gerais é uma boa amostra para traçar a presença simbólica da Inconfidência na memória coletiva contemporânea.<sup>259</sup>

Como José Murilo Carvalho aponta a memória da Inconfidência e o consequente resgate da figura de Tiradentes como herói foi obra da república instaurada no Brasil em 1889. Porém é notada anteriormente, principalmente entre os clubes republicanos desde a década de 1870 certas tentativas de resgatar a memória de Tiradentes ainda no período imperial. Carvalho aponta que em 1866 o então presidente da província de Minas, Saldanha Marinho, que viria ser o chefe do Partido Republicano do Rio de Janeiro na década seguinte, mandou erigir um monumento em Ouro Preto em homenagem a Tiradentes. Podemos também destacar a existência do Clube Tiradentes do Rio de Janeiro na década de 1880, e a primeira celebração do 21 de abril em 1881 no Rio de Janeiro.<sup>260</sup>

Os motivos para a ausência da Inconfidência e até mesmo o combate desta memória ao longo do Império é absolutamente compreensível em termos políticos. A Inconfidência estava associada diretamente ao ideal republicano de matriz norte-americana, e representava a possibilidade de rompimento com o regime centralizador, o que justifica certo temor por parte do Império. O cultivo desta memória e de

---

<sup>257</sup> Francisco Andrade define o que significa esta *mineiridade* como “ideologia de delimitação cultural e histórica do espaço de origem, confrontando-os com os outros lugares – paulistas, baianos e cariocas – conformadores da nacionalidade.” ANDRADE, In: PIRES, ANDRADE, BOHRER, 2013, p. 203

<sup>258</sup> Sobre os detalhes que culminaram na fundação do *Museu da Inconfidência*, a função dos lugares de memória e o papel destes em cristalizar certas imagens disputadas pela memória e historiografia. Para os projetos de poder e as disputas narrativas em torno da Inconfidência no século XX. Cf: *Ibidem*, 2013, p.183-198.

<sup>259</sup> A adoção oficial da bandeira Inconfidente pelo Estado de Minas Gerais ocorreu somente em 1963 a partir do decreto da lei estadual nº 2793 de 8 de Janeiro do dito ano.

<sup>260</sup> CARVALHO, 1990, p.57

sua instrumentalização em termos políticos, a partir da década de 1860, culminará com o acirramento da oposição liberal e com a eclosão do movimento republicano.<sup>261</sup>

Joaquim Felício dos Santos é um ótimo caso para analisarmos como se procede o resgate desta memória da Inconfidência neste momento crucial da história do Império que, é a década de 1860. Será fundamental percebermos como este evento é instrumentalizado em forma de oposição política ao Império. A leitura histórica de Santos sobre o evento da Inconfidência é rico para percebermos como a história é utilizada como arma de disputa política.

Até o ano de 1860 só haviam sido publicadas duas referências historiográficas no Brasil a respeito da Inconfidência Mineira.<sup>262</sup> A primeira publicação trata-se da tradução do capítulo sobre a Inconfidência da obra *História do Brasil*<sup>263</sup> do britânico Robert Southey, realizada pelo ex-inconfidente retornado do exílio, José de Resende Costa, e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* no ano de 1846.<sup>264</sup> A segunda publicação é de autoria de Charles Ribeyrolles no livro *Brasil pitoresco* publicado no Brasil no ano de 1859.<sup>265</sup>

Não nos cabe neste trabalho analisar se as versões destas narrativas destacadas acima são verídicas ou tendenciosas, para os nossos objetivos é fundamental

---

<sup>261</sup> "Embora fosse viva na memória popular, a Inconfidência era tema delicado para a elite culta do Segundo Reinado. Afinal, o proclamador da independência era neto de d. Maria I, contra quem se tinham rebelados os inconfidentes. O bisneto da rainha louca governava o país. O Brasil era uma monarquia governada pela casa de Bragança, ao passo que os inconfidentes tinham pregado uma república americana. Não era fácil exaltar os inconfidentes, e Tiradentes em particular, sem de alguma maneira condenar seus algozes e o sistema político vigente." In: *Ibidem*, 1990, p.59.

<sup>262</sup> Claro que não devemos resumir as impressões que os contemporâneos tinham da Inconfidência a somente estes dois trabalhos, certamente existia uma tradição oral em torno do evento que infelizmente não temos condições de reconstruir.

<sup>263</sup> A obra foi publicada em 1810 sendo que a primeira tradução em português só ocorreu em 1862, o que não significa obviamente que os brasileiros não tivessem tido acesso à obra antes em sua língua original.

<sup>264</sup> Lúcia Guimarães expõe o processo que envolveu a publicação na Revista do Instituto desta tradução de Robert Southey: "José de Resende Costa, por vias indiretas, até tentou trazer à baila o tema da Conjuração Mineira. Traduziu, em 1839, o capítulo do livro *História do Brasil*, de Robert Southey, dedicado àqueles episódios e ofertou-o ao Instituto. O texto ficaria engavetado por sete longos anos. A Comissão encarregada de avaliar o mérito da obra do autor inglês, apesar de reconhecer a relevância do trabalho e a fidedignidade das fontes utilizadas por Southey, confirmadas inclusive pelo antigo conjurado, tomou uma decisão inusitada. Simplesmente se recusou a acreditar no fato de que o enforcamento de Tiradentes ocorreria em meio a uma autêntica festa popular, promovida pelas autoridades coloniais, onde se cantou até um *Te deum laudamus*. Diante disso, Resende Costa não tocou mais no assunto." In: GUIMARÃES, 1998, p.515. O texto de Resende da Costa só foi publicado em 1846 pela Revista do IHGB.

<sup>265</sup> Carvalho no trabalho acima citado analisa um pouco mais detidamente às obras aqui referidas. A obra de Southey é vista como neutra no sentido político, enquanto que a obra de Ribeyrolles é fruto de certo republicanismo radical. Carvalho destaca que nesta obra Tiradentes é representado como herói cívico, o mártir que soube se sacrificar por uma ideia. Cf: *Op. Cit.* 1990, p.59-60.

destacar que, até a década de 1860, são poucas as referências sobre o tema da Inconfidência Mineira, e que, a partir desta década, com a eclosão de uma crítica republicana mais organizada, este evento será mobilizado como elemento para a oposição ao sistema monárquico então vigente no Brasil. O que vemos nestes trabalhos é que estão sendo travadas disputas em torno da formação do mito da Inconfidência, com as imagens de seus símbolos sendo formatadas para que atendam a determinados posicionamentos no debate político da época. Neste caso entendemos que Joaquim Felício dos Santos tem participação ativa para a formação e articulação da Inconfidência no simbolismo da oposição liberal e republicana no Brasil.

O evento chave que evidencia claramente como esta memória da Inconfidência é resgatada e utilizada politicamente se dá na polêmica em torno da inauguração da estátua equestre de D. Pedro I em 1862 no Rio de Janeiro, principalmente a partir da atuação do então deputado liberal Teófilo Benedito Ottoni.

Como já destacamos no primeiro capítulo, Joaquim Felício dos Santos é um grande admirador de Teófilo Ottoni. *O Jequitinhonha* em várias oportunidades se prestou a divulgar e a repercutir em suas páginas os projetos e discussões na qual o futuro senador se envolveu neste período, dentre estas se encontra a polêmica da estátua equestre. Nos números dos dias 19 e 26 de abril de 1862 o jornal diamantinense reproduz na íntegra o artigo de Ottoni, intitulado *A Estátua Equestre* que fora publicado originalmente na corte no dia 24 de março de 1862.

Este evento, de acordo com Valdeci Araújo, é o mais rico historicamente em consequências devido às inovações e articulações que os sujeitos envolvidos realizaram nos usos da linguagem política. Acreditamos que por Joaquim Felício dos Santos fazer parte da mesma comunidade discursiva de Ottoni podemos utilizar de algumas definições e categorias que Araújo sistematiza para compreender sua linguagem política.<sup>266</sup>

Um primeiro aspecto que chama a atenção na análise de Araújo é a delimitação do liberalismo de Ottoni. Para Araújo o político serrano se enquadra na definição do "*liberalismo republicano mineiro*", sendo este um discurso distinto dentro da realidade brasileira e da variedade dos discursos liberais que coexistiam à época:

A adoção do termo [liberal] de modo homogêneo não significava o desconhecimento das diferenças entres aqueles que se diziam

---

<sup>266</sup>ARAÚJO, 2008,p.57.

liberais. Para Ottoni, ser verdadeiramente liberal significava ser herdeiro de um conjunto de valores muito claramente identificáveis na história política brasileira. A esse conjunto de valores, ou temas discursivos, tal como aparece de forma exemplar em Ottoni, propomos chamar *liberalismo republicano mineiro*. Ou seja, acreditamos que Ottoni tinha um grau razoável de consciência de que estava articulando argumentos de uma tradição política que ele sabia distinta de outras existentes e disponíveis no contexto do início da década de 1860. Além disso, acreditamos que em seus textos ele procurou sistematizar essa tradição como projeto e propaganda política.<sup>267</sup>

Outra questão a ser destacada nesta passagem de Araújo sobre Ottoni e que podemos estender para a análise de Felício dos Santos se diz respeito à conceitualização do *mineiro* nesta formulação. Para o autor definir o liberalismo republicano de Ottoni como *mineiro* não ocorre somente por ele compartilhar de uma variedade de elementos da experiência política produzida em Minas Gerais desde o período colonial, ou simplesmente por suas origens mineiras. Esta diferenciação na conceitualização do *mineiro* ocorre, sobretudo, pela produção de uma linguagem passível de ser caracterizada pela instrumentalização de certo legado político particular de Minas Gerais, ou seja, na utilização de eventos que distinguem a tradição política de Minas das dos demais espaços e criam a possibilidade da articulação destes elementos em possível inovação discursiva. Neste aspecto a Inconfidência Mineira funciona para estes autores como elemento fundador deste liberalismo republicano tipicamente mineiro.<sup>268</sup>

A polêmica a respeito da estátua equestre de Pedro I em 1862 resgata definitivamente o evento da Inconfidência Mineira e de seu mártir Tiradentes na linguagem e no imaginário político da época. Como Araújo destaca, a ideia inicial era erigir um monumento à civilização para ocupar o lugar de um dos antigos pelourinhos do Rio de Janeiro, porém foi somente em 1862 que os recursos para viabilizar a obra foram adquiridos, as condições políticas para a execução do projeto também foram favoráveis, pois se tratava de uma obra comemorativa da Independência. A ideia vencedora tratava de uma reabilitação definitiva de Pedro I como o principal nome da Independência, como destaca Araújo: "A figura do monarca bélico e des-

---

<sup>267</sup>*Ibidem*, 2008, p.54. Grifos nossos.

<sup>268</sup>*Ibidem*, 2008, p.57.

pótico que a geração de 1831 havia produzido seria substituída pela do herói romântico - aquela capaz de realizar os desígnios da história, mesmo que tenha de ser devorado por ela."<sup>269</sup>

Como era de se esperar Ottoni não assiste a esta tentativa de reabilitação de forma passiva e coloca em prática uma voraz oposição que culmina com a publicação do já referido artigo *A Estátua Equestre* na véspera da inauguração da estátua que seria realizada no dia 25 de Março de 1862.

Como destaca Weder Silva, Ottoni era muito preocupado com a construção de sua imagem, em sua "escrita de si" representada com plenitude na famosa *Circular aos eleitores mineiros*, Ottoni procura acima de tudo construir uma imagem coerente sobre seus posicionamento e realizações políticas, sendo toda sua trajetória reconstruída de forma a sempre enfatizar seu compromisso com a causa do liberalismo. Neste aspecto os acontecimentos de 7 abril de 1831, que culminaram na deposição de D. Pedro I, são cruciais para a construção da coerência de sua trajetória política. O combate a este resgate da figura de D. Pedro I na polêmica da estátua equestre é uma forma de dar continuidade a esta escrita de si, ainda em curso, e de se firmar definitivamente no cenário nacional como principal nome da oposição liberal ao projeto conservador.<sup>270</sup>

De acordo com Ottoni em seu panfleto, a construção do monumento não era somente uma homenagem, mas a resposta conservadora a um conjunto de questões ainda em aberto no debate político do Império. A estátua significava, resumidamente, que a Independência fora uma simples doação de D. Pedro I, assim como a Constituição, que não passara de uma concessão do monarca e significava, grosso modo, apenas a sua adesão às ideias liberais. Sob essa ótica, o 7 de abril havia sido um crime de rebelião. Portanto, a inauguração da estátua representava um afronte a quase todas as bandeiras que os liberais haviam se engajado em combater desde a Independência.

Entretanto, para os nossos objetivos é importante ressaltar a forma com que Ottoni combate simbolicamente à figura de D. Pedro I como patriarca da Independência. Para Ottoni teria sido no Brasil o primeiro espaço onde repercutiu a independência das Treze Colônias americanas, e Minas Gerais teria sido a pioneira na luta pela liberdade e independência. A partir da análise dos *Autos da devassa* aponta

---

<sup>269</sup> *Ibidem*, 2008, p.59.

<sup>270</sup> SILVA, In: OLIVEIRA, ARAUJO, 2012, p. 5921.

que o próprio tribunal que condenou os inconfidentes determinaram quem deveria ser o herói da Independência: Tiradentes.<sup>271</sup>

A imprensa da época destaca a originalidade de Ottoni ao resgatar a figura de Tiradentes como precursor do processo de Independência, porém, como observamos Felício dos Santos já o fazia um ano antes, ou seja, dentro desta comunidade mineira já estava sendo gestada e articulada essa correlação da Inconfidência com a Independência. Também é interessante destacar que esta analogia é realizada primeiro pelo Cônego Marinho, estes liberais mineiros da década de 1860 estão recorrendo a leitura de um liberal histórico sobre a Revolução paulista e mineira de 1842, ou seja, podemos visualizar a existência do recurso a certa tradição de memória política mineira, a que Araújo se refere, e que dota esses liberais mineiros de certa singularidade no campo político do Império:

Em um contexto de confronto político, liberais e conservadores debateram exaustivamente pela imprensa o papel de Pedro I na história do Brasil, sempre tendo como ponto central a celebração ou condenação do golpe que em 1831 levou à Abdicação e à Regência. Um dos pontos que singularizam a posição de Ottoni frente aos demais liberais foi a *recuperação da figura de Tiradentes e dos inconfidentes*. O argumento central dos articulistas liberais tendia a valorizar a figura de José Bonifácio em detrimento de Pedro I e em resgatar a importância do 7 de abril como uma vitória dos cidadãos contra o despotismo. Assim como já explorado pelo Cônego Marinho em seu livro sobre a Revolução de 1842, também para Ottoni o processo de Independência havia iniciado na Inconfidência Mineira. A própria imprensa conservadora reconhecia a 'originalidade' de Ottoni ao recuperar o 'infeliz Tiradentes', uma figura que a historiografia, ao menos desde Southey, tendia a menosprezar.<sup>272</sup>

Como havíamos apontado Joaquim Felício dos Santos um ano antes já chamava a atenção no *O Jequitinhonha* para a memória e monumentalização da figura de Tiradentes, sendo que a situação é muito similar com a que viria ocorrer no Rio de Janeiro no início de 1862. Santos também está clamando para que sua imagem seja transformada em patrimônio na corte, está em jogo claramente a disputa de

---

<sup>271</sup> "Na lista dos proscritos, uma punição mais rigorosa, [ao] cabeça do crime de independência, que inconfidência se chamava. Esse chefe procurado com tamanho empenho, decidiu a alçada que era: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Foi assim que ficou juridicamente averiguado pelos magistrados portugueses quem era o patriarca da independência do Brasil. Em seguida foi a idéia generosa santificada pelo sacrifício do mártir." OTTONI, Benedito. A estátua equestre. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p.3. *Apud*: ARAÚJO, 2008, p.60.

<sup>272</sup>*Ibidem*, 2008, p. 59.

protagonismo na Independência do Brasil com uma figura consagrada pela historiografia do período, disputa esta que demonstra claramente a opção política de Felício dos Santos na escolha de seu protagonista:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovou unanimemente em sessão de 14 do mês passado uma proposta, afim de elevar-se no largo de S. Francisco de Paulo, na corte uma estatua a José Bonifácio de Andrade, no dia 13 de Junho de 1863 centésimo aniversário natalício do benemérito da independência, e igualmente um tumulo onde jaz sepultado o seu corpo.

As despesas para este fim, serão feitas por subscrições do povo. Não será tempo também de pagarmos dívida semelhante, a outro nosso patricio igualmente benemérito, e primeira vitima da liberdade e independência de seu paiz, Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes)!

Os ferros quebrados pelos Andradas em 7 de setembro já haviam sido limados por Tiradentes em 1792.<sup>273</sup>

No dia 20 de Junho de 1861 Santos publica esta notícia sobre a aprovação por parte do IHGB de uma estátua a José Bonifácio de Andrada a ser realizada em homenagem a seu centésimo aniversário de nascimento na cidade do Rio de Janeiro.

A primeira parte trata-se de uma descrição factual a fim de informar seus leitores sobre a homenagem que será prestada àquele que é considerado o "benemérito da independência."

Porém, o que realmente chama a atenção neste comunicado é o comentário que segue. No primeiro momento, Santos assinala que às custas de tal obra serão pagas com dinheiro público, e sendo esta uma obra de caráter popular clama por homenagem semelhante à Tiradentes. Nota-se que Santos iguala Joaquim José da Silva Xavier à figura de José Bonifácio como benemérito da Independência, e ainda afirma que a morte de Tiradentes em 1792 foi o prelúdio para o processo de Independência, que se realizaria 30 anos depois.

O que vemos aqui é uma inovação na linguagem política da época, - fato que a própria imprensa conservadora chama a atenção quando Ottoni realiza manobra discursiva semelhante na polêmica da estátua - na leitura conservadora tão importante quanto os Andradas para processo de Independência havia sido o papel do então príncipe regente D. Pedro I. Santos, em sua leitura histórica liberal diminui o papel de D. Pedro I neste processo. Em sua visão, o processo de Independência já

---

<sup>273</sup>O *Jequitinhonha*: Diamantina, 20/06/1861.

estava em curso e a ação do príncipe seria insignificante para os desdobramentos do evento. Nos anos de 1861 e 1862 *O Jequitinhonha* cometeu editoriais discutindo o significado do 7 de Setembro e em ambos esta visão de inevitabilidade do processo independente da vontade de D. Pedro I é ressaltada:

Não queremos ser ingratos para com a memória de D. Pedro I, não negamos a generosidade ao heróe do cerco do Porto, acreditamos mesmo que o pondo-se a frente da independencia do Brasil não foi guiado senão por um sentimento generoso; acreditamos que, como a aguia fita a luz do sol, elle não fitou o imenso resplendor da coroa de tão vasto império. Não, a glória da empresa era um incentivo mais que poderoso para um coração, como o seu. Mas ainda assim não lhe devemos mais que o esforço do jardineiro para fazer desabrochar a flor, que cedo ou tarde independente d'elle teria de desabrochar. O homem então não é mais do que instrumento providencial, e a Providência poderia também ter escolhido o heróe do Porto, como escolhera o rustico libertador da Elvécia. Um facto insignificante, como a irreverencia ao bonet do Governador, ou como o que motivou a batalha de Lexington nos Estados Unidos, é sufficiente pretexto para a independencia de uma nação, quando na ampulheta do tempo tem corrido o último grã de arêa, que contava as horar à tyrannia.<sup>274</sup>

Foi pois o 7 de setembro um acto de mais importancia pessoal para D.Pedro e seus descendentes do que para o Brazil, cuja condição todo o poder de Portugal não conseguiria mais mudar. E se D.Pedro acovardando-se perante as exigências da côrte, se retirasse para Portugal, nem por isso o Brazil deixaria de ser independente. Não faltaria um aventureiro (como dizia D. João VI) que aproveitando-se da direcção, que as coisas havião tomado, continuasse a dar-lhe impulso debaixo de uma ou outra forma de governo. Eis como na fraqueza de nossa intelligência definimos o dia 7 de Setembro.<sup>275</sup>

Nesta leitura liberal da história, mais importante que o Sete de Setembro 1822 é o Sete de Abril de 1831, em que Teófilo Ottoni se descreve como um dos principais protagonistas e um marco crucial para sua trajetória política. A deposição de D. Pedro I representa acima de tudo o fim da tirania e despotismo, bandeiras que estão sendo novamente articuladas por estes liberais na década de 1860:

Apenas desponta o dia sete de setembro nos longes pardacentos do horizonte, echôa por toda a parte - o hosanna, por toda parte o

---

<sup>274</sup> O dia 7 de Setembro. *O Jequitinhonha*: Diamantina: 07/09/1861.

<sup>275</sup> Sete de Setembro. *O Jequitinhonha*: 07/09/1861.

- vivat! bandas de músicos percorrendo todas as ruas festejão o grande dia nacional.

Entretanto o dia sete de abril nasce humildemente envolto em névoas, e humildemente cresce até que envergonhado, e magoado por tanta ingratidão se occulta no seio da noite, donde sahira! e Deus sabe qual dos dous é mais credor ao nosso reconhecimento. Será uma blasphemia, mas é nossa convicção, o dia sete de setembro não é mais glorioso para o Brasil, do que o dia sete de abril.

Não, no dia, em que uma nação conquista a sua independência não cinge a fronte de mais virentes louros de que no dia, em que sacode a tyrannia.<sup>276</sup>

É fundamental percebermos que além da oposição política está em jogo a construção de uma linguagem ligada a certa tradição política mineira, no mesmo sentido a que Araújo se refere ao definir o liberalismo republicano de Ottoni. O recurso e a construção de determinada narrativa dos fatos políticos que dotam a província de Minas de certa excepcionalidade histórica dentro do espaço do Império - como a Inconfidência Mineira - é o que permite a esta comunidade política gestar uma variável do discurso liberal e instrumentalizá-la de forma a tornar este grupo político distinto dentro da oposição liberal.

Este grupo mineiro têm suas raízes na luta contra a opressão e o despotismo que supostamente o governo central exercia sobre as províncias (temas chaves na argumentação política de Santos ao qual tratamos no primeiro capítulo) que teria sua origem na própria Inconfidência. Em outra passagem d'*O Jequitinhonha* do dia 16 de Novembro de 1861- também com alusão a Inconfidência - é possível compreender a construção deste liberalismo *mineiro* em Felício dos Santos, característica que seria atemporal e que dotaria os mineiros de certas qualidades como o desejo de liberdade e o espírito de independência:

Será a influencia do clima, ou do aspecto do paiz? ignoramos, mas observamos esta diversidade de pensamento até entra as mesmas Provincias do Brasil. A Provincia de Minas sempre elevou mais alto o seu pensamento, e sempre procedeu com mais independência.

Nos tempos coloniaes quando um pensamento de liberdade era o mais atroz delicto, que se podia conceber, quando se podia dizer com o poeta:

Aqui solta um ai do peito é crime ella primeiro alçou o brado da independência, foi ella quem teve a glória de primeiro sacrificar á liberdade o sangue de seus filhos; nella nascêrão os martyres da

---

<sup>276</sup> O dia 7 de Setembro. *O Jequitinhonha*: Diamantina. 07/09/1861.

Inconfidência: ella, qual sentinella da liberdade, tem sempre oposto uma heróica resistência aos desmandos do poder. Attesta o a expulsão das urnas do ministro Maia, quando por elle se empenhava a mesma corôa, quando para conseguir a sua reeleição, Pedro I transpondo os nossos andurriaes, se dignou visitar as nossas rusticas montanhas.

Também em nossos tempos á despeito de uma alta vontade escandalosamente manifestada, a despeito da cruzada olygarchica, foi o Gracho mineiro, foi o snr. Ottoni por duas vezes escolhido para representar a nossa província no senado. Mas que importa é província de Minas a vontade de quem quer que seja, se ella conhece os seus direitos, se tem consciencia de sua dignidade?<sup>277</sup>

Feita esta discussão sobre as bases do republicanismo mineiro a partir das figuras de Teófilo Ottoni e Joaquim Felício dos Santos, passamos a tratar as especificidades da radicalização republicana do segundo, a ideia é definir aspectos que particularizam a construção teórica e a ação política de Santos, acreditamos que assim oferecemos elementos para aprofundarmos os conhecimentos acerca da oposição republicana mineira neste momento crucial da história do Segundo Reinado.

Como estamos destacando em todo o trabalho, Joaquim Felício dos Santos transita em seu posicionamento político entre os campos do liberalismo e do republicanismo. Vimos que o jornal fundado e dirigido por Santos, *O Jequitinhonha*, desde o seu primeiro número com a publicação do manifesto se declara órgão do Partido Liberal e se propõe a fazer oposição ao Governo imperial instalado no Rio de Janeiro. Como destacamos no primeiro capítulo a crítica de Joaquim Felício dos Santos ao Segundo Reinado é voltada a ações específicas realizadas, sobretudo pelos ministérios, entre as principais questões abordadas neste momento inicial se destacam a crítica a centralização em torno do Rio de Janeiro, a reforma eleitoral e a política econômica colocada em prática pelo então ministro Ferraz.

Como apontamos apesar da oposição com relação ao governo, *O Jequitinhonha* desde seu primeiro número faz questão de destacar o seu respeito à Constituição do Império, o que fica evidente quando tratamos do cabeçalho que o jornal ostenta em sua primeira fase entre os anos 1860-1864. O respeito a Constituição está no pilar do pensamento libérale faz parte dos movimentos inaugurados pelas

---

<sup>277</sup>O Jequitinhonha 9 de Novembro de 1861.

revoluções constitucionais que a Península Ibérica passou no início do século XIX, como retratamos ao citar o exemplo de Cádiz em 1812 e do Porto em 1820.<sup>278</sup>

Neste momento inicial do *Jequitinhonha* percebemos um Joaquim Felício dos Santos liberal muito próximo dos chamados “liberais históricos” do Império, cujo principal ícone e referência para Santos seria o serrano Teófilo Ottoni. Apesar de alguns destes liberais serem vistos como republicanos, Ottoni como destacamos no tópico anterior seria um legítimo representante do republicanismo mineiro, a república de acordo com a concepção destes sujeitos seria um estágio superior na evolução política dos Estados, onde as bases civilizacionais deveriam ser alcançadas para se almejar uma configuração política de certa magnitude, a república, portanto, não seria possível no Brasil daquele momento, com uma sociedade majoritária agrária e analfabeta marcada pelo cancro da escravidão.

Esta república ideal pregada por esses liberais deveria ser alcançada em estágios, dirigida claro pela elite capacitada do país, temia-se acima de tudo uma convulsão na sociedade brasileira, o temor da desordem e do anarquismo, a ação política destes liberais com tendências republicanas se definia a partir de projetos de reforma, de corrigir as distorções do sistema monárquico a partir de ajustes nas políticas firmadas nas instâncias de poder no império. É significativa a atuação destes liberais, principalmente na câmara dos deputados em prol dessas reformas (considerada na teoria da divisão dos poderes de Montesquieu o espaço democrático), já que para ocupar uma cadeira nesta casa dependia-se de um desempenho satisfatório nas eleições, diferente do Senado, aonde era necessário o escrutínio do Imperador para ocupar o cargo vitalício. A imprensa liberal também ocupa um espaço muito importante na confecção e divulgação de propostas de cunho reformista do Império.<sup>279</sup>

Como vimos no primeiro capítulo ao analisar as ideias fundadoras d’*O Jequitinhonha*, os pontos destacados pelo programa são de caráter reformista. Entretanto neste segundo momento de atuação de Joaquim Felício dos Santos passaremos

---

<sup>278</sup> Como bem destaca José Guilherme Merquior: “Na raiz da posição liberal se encontra sempre uma dose inata de desconfiança ante o poder e sua inerente propensão à violência. Por isso, o primeiro princípio liberal é o *constitucionalismo*, isto é, o reconhecimento da constante necessidade de limitar o fenômeno do poder. O mundo liberal é uma ordem monocrática – uma sociedade colocada sob o império da lei, onde todo o poder possa ser experimentado como *autoridade* e não como violência.” In: MERQUIOR, 1983. p. 87.

<sup>279</sup> SILVA, 2006, p. 214-227.

a discutir o que chamamos de radicalização de seu projeto a favor do republica-  
nismo, ou seja, Santos deixa de ser um reformista para ir aos poucos propondo uma  
agenda revolucionária de transformação da forma de governo, a diferença portanto  
está na proposta, Santos não abandona o liberalismo a favor do republicanismo, não  
existe uma ordem de evolução política, a base de seu republicanismo é liberal. Al-  
guns textos desta primeira fase indicam a gênese desta transformação, que será con-  
cretizada na segunda fase do jornal (1868-1871), com *Aspáginas da história do  
Brasil nos anos 2000*, e com o projeto de Código Civil desenvolvido ao longo dos  
anos 1870-1880.

### **3.2- A toda opressão uma reacção e a história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias: apologia de uma Revolução republicana<sup>280</sup>:**

Ha muitos annos que vivemos opprimidos, á ponto de não po-  
dermos respirar, sob o peso de um despotismo esmagador. Cada dia cresce mais de ponto essa oppressão terrível: cada  
vez a olygarchia estende mais suas negras azas, e, semelhante  
á ave de rapina, lança as garras sobre tudo quanto está ao seu  
alcance. Tudo ella tem monopolizado, e os seus representa-  
ntes estão cheios de honras, de grandezas e de dinheiro. [...]Ad-  
mira como em um paiz civilizado, e sobretudo em uma capi-  
tal, que se pode collocar ao lado de importantes cidades da  
Europa, tenha se constituido com tanta força uma potencial  
política d'essa natureza, que n'este seculo de luzes pode ser  
considerada como um anachronismo. Mas a reacção não pode  
tardar á apparecer contra ella. *Temos esperanças bem legíti-  
mas, que hade cahir por terra esse castello feudal mais cedo  
do que pensão os que n'elle habitão.*<sup>281</sup>

---

<sup>280</sup> Hannah Arendt destaca que “o conceito moderno de revolução, inextricavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar, era desconhecido antes de duas grandes revoluções no final do século XVIII.” Neste sentido quando utilizamos a expressão “revolução republicana” destacamos que Joaquim Felício dos Santos raciocina a partir deste conceito de revolução, o seu horizonte de expectativa está voltado para a construção de uma nova ordem republicana então inédita no Brasil. O seu trabalho em um novo Código Civil para a república do porvir demonstra bem esta acepção moderna do termo revolução. Felício dos Santos ao realizar tal trabalho está tentando controlar o novo, que como Hannah Arendt aponta, por mais que estes sujeitos imaginem o futuro “antes que engajassem naquilo que resultou em uma revolução, nenhum dos autores teve o mais leve pressentimento de qual iria ser o enredo do novo drama.” A frustração de Felício dos Santos com a república instaurada em 1889 exemplifica bem a conceitualização desenvolvida por Arendt. In: ARENDT, 1988, p.23. Portanto, tratamos de uma matriz específica da ideia de Revolução para Santos, para um visão geral da ideia de Revolução ao longo do Império cf. MAR-SON, 2009, p. 129-147.

<sup>281</sup> A toda opressão uma reacção. *O Jequitinhonha*: Diamantina, 10/09/1861. Itálico nosso.

O trecho destacado acima é a introdução do texto chamado *A toda opressão uma reação* publicado n' *O Jequitinhonha* no dia 10 de outubro de 1861. Neste percebemos a primeira manifestação direta de Joaquim Felício dos Santos contra o governo com ameaça direta ao sistema político que é praticado pelo Segundo Reinado. Os termos da crítica são muito fortes e diretos: opressão, despotismo, sufocamento proporcionados por uma oligarquia que, de acordo com sua visão, dominou a máquina estatal. As acusações por parte do jornal são graves, ao afirmar que esta oligarquia monopolizou todas as ações e que seus membros estão enriquecidos, Santos ironiza este domínio político dos conservadores como sendo anacrônico em um país civilizado em pleno século das luzes, cuja capital Rio de Janeiro se equipararia com as principais capitais europeias. A conclusão desta breve introdução é fundamental para demonstrarmos como a radicalização do projeto republicano de Santos começa a ser gestada, com o nítido surgimento de uma ameaça ao sistema monárquico ao se desejar, com profunda esperança, a queda do sistema que chama de “castelo feudal”.

A princípio vemos que Santos, que até então em cada texto editorial de abertura do jornal tratava de vários temas da política atual do Império, pela primeira vez em quase um ano de jornal escreve um texto tão agressivo. Até então a maioria dos seus textos traziam as críticas, como já analisamos alguns no decorrer da dissertação, porém propondo possíveis soluções. Buscava-se, sobretudo, reformas no interior do sistema monárquico vigente, e até mesmo no ataque aos conservadores - que Santos se refere como oligarcas - há certo grau de respeito. Como já destacamos, a oposição liberal do período buscava na moderação e na conciliação resolver os assuntos de interesse nacional.

Em suma, o Partido Progressista neste início dos anos 1860, após o fim da política de conciliação do ministério Paraná, representa justamente uma tentativa de levar adiante o projeto conciliador de forma a unificar a elite política imperial, mesmo que divergentes em vários pontos, dentro de um projeto comum. Portanto este começo dos anos 1860 é um momento crucial para a história política do Império.

Como José Murilo de Carvalho aponta, a década de 1860 foi um período muito rico para o debate político. As discussões em torno da organização do Estado e a interpretação da Constituição dominaram o debate público. A presença de várias

obras de parlamentares sobre estes temas, sejam liberais ou conservadores, demonstram como foi intensa a disputa política, principalmente no tocante a organização do Império. Podemos pensar que é em momentos de crise - e pensamos a década de 1860 como momento crucial para a história do Império, a partir da intensa movimentação política que culmina na fundação do Partido Republicano no final da referida década - que a reflexão sobre os temas latentes do sistema político brasileiro aparecem de maneira intensa.<sup>282</sup>

Antes de adentrarmos especificamente no republicanismo de Joaquim Felício dos Santos é importante fazermos algumas ressalvas. É perfeitamente possível um liberal ser mais progressista que um Republicano, assim como a radicalização republicana não significa avanço em questões sociais por exemplo, Carvalho destaca o fato que nenhum dos clubes radicais e posteriormente republicanos incluíram em sua agenda a questão da abolição, temia-se sobretudo desagradar os proprietários que possivelmente fariam parte dos quadros do partido. O primeiro jornal a fazer a inclusão de tão conturbado tema foi o *Opinião Liberal* em 1866 que foi incorporado ao programa do *Correio Nacional* de 1870. O autor em questão constata que o período pós 1870 (com a fundação do Partido Republicano) apresentou retrocesso nas questões sociais que vinham sendo discutidas por conservadores e liberais nas décadas passadas,<sup>283</sup> destacando como as propostas reformistas, após 1870, se reduziram às discussões sobre a forma de governo (república/monarquia), deixando em segundo plano algumas lutas por reformas sociais.<sup>284</sup>

Mesmo alguns opositores do regime, como Teófilo Ottoni, não apoiavam abertamente o fim deste, a revolução era associada ao anarquismo e a desordem social que poderia acarretar, colocando em risco a própria nova ordem almejada

---

<sup>282</sup> Carvalho aponta uma longa lista das obras políticas publicadas no período. In: CARVALHO, 2009, p. 31.

<sup>283</sup> O congresso republicano de Itu, realizado em 1873, contava entre os participantes com maioria de (78 em 133) fazendeiros e proprietários de escravos. In: CARVALHO, 2011, p.145.

<sup>284</sup> “Foram relegadas a segundo plano na agenda republicana quase todas as propostas de reforma dos radicais que diziam respeito à garantia dos direitos civis, como a independência do judiciário e a eletividade da polícia. A extinção da Guarda Nacional, um dos principais instrumentos de corrupção eleitoral, também ficou fora. Sobretudo, foi excluída qualquer indicação concreta de abolição da escravidão. Tal indicação fora incorporada, em caráter pioneiro, ao programa liberal-radical ainda antes da lei do Ventre Livre. Até 1887, o Partido Republicano nacional e o de São Paulo evitaram por todos os modos assumir compromisso em relação ao tema.” *Ibidem*, p.143.

pelos revolucionários, podemos identificar a existência de certa limitação entre as ideologias destes sujeitos e a prática política, manter a ordem era condição imprescindível para esta elite governante.<sup>285</sup>

Porém, o que observamos em alguns textos de Joaquim Felício dos Santos, como este que inicialmente estamos analisando, é certa inclinação para a propaganda revolucionária, a apologia direta para a transformação do regime político. Na construção desta narrativa, temos outra vez Santos recorrendo a história para embasar sua argumentação, a história vista como mestra que na simbiose com a política conduz à ação uma vez que o futuro está em aberto, mesmo que a ideia de progresso esteja em jogo enquanto filosofia da história:

A exterminação da olygarchia está mais próxima do que as apparencias o fazem acreditar. Os amigos da liberdade e do governo representativo podem pois consolar-se do presente pela perspectiva do futuro.

Não queremos dizer com isto que se dava cruzar os braços diante da irresistível fatalidade do progresso em uma soberba indiferença do bem e do mal, e em uma absoluta confiança na chegada da nova ordem de coizas, no dia marcado pelo dedo da Providência. A política não é a philosophia da história. Se uma contempla sobretudo a acção das causas geraes que dominão a vontade humana, a outra só conta com o homem para a execução de seus planos. A cada um sua obra.<sup>286</sup>

O principal exemplo histórico revolucionário para Santos é a Revolução Francesa de 1789, e a recorrência ao evento está diretamente relacionada com a questão da liberdade. O sentido, a meta (esperança) é caminhar no sentido desta libertação, e ela ocorre somente quando é identificado os obstáculos para este impedimento, no caso de Santos, vemos como a tópica do despotismo ocupa papel fundamental em sua construção histórica e política. A Revolução Francesa é evocada como exemplo na luta contra o despotismo com o rompimento do Antigo Regime, a equação para Santos é simples, a existência de qualquer forma de opressão ocasionará o desejo de liberdade, como o próprio título do editorial sugere, existindo uma espécie de lei para as ações dos homens que legitima a pretensão de romper com a ordem então vigente:

---

<sup>285</sup> Ver a definição de democracia da gravata lavada e a defesa da transformação gradativa do regime político para Ottoni. In: SILVA, 2006, p. 214-227.

<sup>286</sup> A toda opressão uma reacção. *O Jequitinhonha*: Diamantina: 10/09/1861. Itálico nosso.

Um simples golpe de vista lançado sobre as páginas da história, principalmente a da França, bastaria para fazer conceber esperanças tão legítimas como as nossas aos amigos da liberdade.

Todos nos dizem que não pode deixar de haver uma mudança de coisas.

Mas como se operará essa mudança? Ninguém o sabe. No desenvolvimento progressivo da civilização humana os meios são tão obscuros, quanto o fim é visível. É que o fim é necessário, em quanto que os meios são contingentes. A lei do progresso aproveita-se de tudo, dos méritos e das faltas, das virtudes e dos vícios, dos bons e dos máos governos. O bem supremo sae do excesso do mal; o sublime entusiasmo rompe de repente, como relampago, do meio da mais degradante objecção. *Um despotismo qualquer, que parecia ter curvado todas as cabeças, provocará em um certo dia um magnífico impulso de liberdade.* - Na França sem o montão de misérias do antigo regimen, a revolução de 1789 não teria tido sua força irresistível, nem seu heróico valor.<sup>287</sup>

Este é sem dúvidas um texto inaugurador na inclinação republicana de Joaquim Felício dos Santos. A analogia histórica que podemos realizar de forma indireta é com o documento da declaração de Independência dos Estados Unidos, onde a lógica consiste no direito de se desvencilhar de uma situação de opressão é justificativa para se almejar a liberdade, o que em termos práticos significa romper com as bases políticas que sustentam esta relação.

Santos ao dizer que “as reacções são precisas, e entrão na ordem natural das coisas: é verdade que ellas fazem parar por um momento o progresso das sociedades, mas é para depois precipital-o ao seu fim”, sem dúvidas está dialogando com esta tradição revolucionária inaugurada pela Independência dos Estados Unidos e que tem relações conceituais diretas com a francesa.<sup>288</sup> Como já apontamos Santos é um profundo admirador da experiência histórica dos norte-americanos, nas *Memórias* chega inclusive a se referir de forma elogiosa a Thomas Jefferson. Evocar este direito à rebelião sem dúvidas faz parte da construção do imaginário e do discurso da república independente norte-americana, o que leva Santos a pensar uma espécie de lei que aonde toda opressão gera automaticamente uma reacção, aonde a principal garantia que ampara esta espécie de lei é o papel normativo da história: “o

---

<sup>287</sup>*Ibidem*, 10/09/1861. Itálico nossos.

<sup>288</sup> Neste aspecto partilhamos da perspectiva de Hannah Arendt em pensar que o conceito de Revolução está diretamente relacionado com estes dois eventos significativos da História Moderna.

que, porém, ousamos afirmar com a história na mão é que toda a opressão é seguida de uma reacção que e quanto maior e mais feroz for aquella, tanto mais rápida e mais decisiva será esta.”<sup>289</sup>

Toda esta construção teórica que Santos discute neste texto é feita sem dúvidas para amparar a contundente conclusão deste editorial d’*O Jequitinhonha*:

A exterminação da olygarchia está mais próxima do que as apparencias o fazem accreditar. Os amigos da liberdade e do governo representativo podem pois consolar-se do presente pela perspectiva do futuro. [...]

Liguem-se pois a imprensa, a tribuna e a opinião pública, fação uma poderosa cruzada, e ataquem com toda energia essa olygarchia soberba, que nos opprime, e verão que ella infalivelmente terá de desaparecer.<sup>290</sup>

Santos continua incisivo na linguagem que utiliza para atacar a oposição conservadora. Ao propor o extermínio do que chama de oligarquia, está claramente rompendo com a ideia de conciliação que imperava então nas casas legislativas do país representada pelo surgimento dos Progressistas, Santos está pregando uma nova ordem e está progressivamente abrindo mão do diálogo com as reformas. É a concretização do projeto de liberdade aliado com um governo representativo que, de forma velada, pode ser uma alusão a uma organização republicana. Terminar o editorial convocando a “imprensa, a tribuna e a opinião pública” é clamar para que os demais veículos de comunicação radicalizem suas posições assim como *O Jequitinhonha* vinha fazendo de forma moderada e que partir de então passa a intensificar à crítica direta ao Império brasileiro.

### **3.2.1-A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862 como rompimento do projeto reformista do Império.**

No dia 20 de Novembro de 1862 começava a ser publicada n’*O Jequitinhonha*, uma seção emblemática e fundamental para compreendermos a radicalização do projeto republicano de Joaquim Felício dos Santos: *A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*. Trata-se de um texto peculiar, irônico do princípio ao fim que tem como principal intenção de ridicularizar o reinado de D. Pedro II. Importante ressaltar que este é o primeiro texto de Santos que atenta diretamente

---

<sup>289</sup>*Op. Cit*, 10/09/1861.

<sup>290</sup>*Ibidem*, 10/09/1861.

contra a pessoa do Imperador. Até então as críticas e oposições eram direcionadas a seus ministros e figuras do partido conservador.

Neste texto vemos mais uma vez a abrangência do projeto político de Santos e a sua relação com os diversos campos narrativos disponíveis no período. O autor, como já apontamos, transita nos campos da história e da literatura sem maiores dificuldades, Santos utiliza destes gêneros como ferramentas para a exposição de seu projeto político.

Havia dois meses que a coluna de história *Districto Diamantino* tinha se encerrado no *Jequitinhonha* abrindo espaço para novas publicações. A princípio esta lacuna foi ocupada pela publicação na íntegra do *Regimento Diamantino* de 1771, o que reforçava um dos aspectos mais importantes tratados pela coluna *Districto Diamantino* que havia se encerrado na semana anterior, ressaltando o papel da memória do isolamento da região - representado pelo *Regimento* - como elemento condicional para a situação excepcional vivenciada pelos seus habitantes, questão devidamente tratada no segundo capítulo.

Findada a publicação do *Regimento* o jornal que sempre publicou texto das mais diversas naturezas, lembrando as intenções do *Jequitinhonha* de ser uma folha “política, literária e noticiosa” como apresentava em seu cabeçalho, passa a publicar diversos textos avulsos.<sup>291</sup> Santos mais uma vez recorre à história utilizando de um artifício literário para ressaltar o seu projeto político, que paulatinamente se converte de um liberalismo exaltado para um republicanismo explícito.

Este texto de 1862 é, sem dúvidas, o prelúdio da *História do Brasil nos anos 2000*, publicado no *Jequitinhonha* já na fase abertamente republicana entre 1868 e 1871. É a partir desta relação entre estes dois textos que pretendemos demarcar as configurações do republicanismo de Joaquim Felício dos Santos ressaltando as diferenças e aproximações entre estes dois momentos distintos de seu pensamento

---

<sup>291</sup> Importante destacar que no decorrer da pesquisa percebemos que algumas destas publicações literárias não chegavam a se encerrar, como *Os Invisíveis*, *Scenas da Vida do Garimpeiro João Costa*, *O capitão Mendonça*, uma possível hipótese para tal fenômeno seria o pouco sucesso que estas experiências literárias tinham com o público, uma vez que certamente os redatores tinham contato com boa parte deste devido a pequena dimensão de Diamantina. Santos não se importava em começar um novo projeto, talvez também faltasse habilidade literária para concluir estas experiências literárias, uma vez que como era prática na época, o folhetim era escrito em conjunto com a publicação do jornal, a coluna *Districto Diamantino* também foi escrita desta forma, se arrastando ao longo de quase dois anos na coluna de história do jornal.

político. Santos está na gênese do movimento republicano em Minas e é na articulação com a situação nacional que constrói sua visão particular de pensar a configuração do novo Estado sob a forma republicana:

São Francisco, 20 de Novembro de 2862.

Aqui cheguei ontem pelo caminho de ferro. São Francisco é uma cidade secundária dos Estados Unidos Brasileiros. Só tem quatro léguas de comprimento e três de largura. Sua população, conforme o recenseamento feito ontem ao meio-dia, é de 3.964.632 habitantes; o de hoje, porém, talvez de menos por causa de uma epidemia que começou a desenvolver-se esta noite.

São Francisco está edificada sôbre as rochas graníticas por cima das quais quebrava-se outrora a célebre cachoeira denominada Paulo Afonso. Para facilitar a navegação a eletricidade - a navegação a vapor há muitos séculos foi abandonada por sua morosidade - deu-se ao rio um outro leito, e, ficando a cachoeira a sêco, entulharam-se os seus pregos e profundos abismos para formar-se o assento da cidade.<sup>292</sup>

Assim se inicia *A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*. A datação do texto se dá a exatamente 1000 anos no futuro, demarcando bem o caráter ficcional do texto e o exercício de imaginação que se segue. Santos visa apresentar de forma sucinta a tal história do Dr. Jeremias, porém não se limita somente a isto, para seus objetivos é tão ou mais importante contextualizar a obra no universo imaginativo em que está inserida. Arquitetar um novo Brasil, totalmente distinto da visão que tinha no presente, é uma forma evidente de projetar suas expectativas com relação ao futuro e, ao mesmo tempo, criticar o presente, imaginando o futuro com o olhar do passado.

A introdução do texto já é uma crítica ao atual estado de "modernização" do Império, atentando justamente para os projetos de infraestrutura. Os EUA na época viviam a expansão pro Oeste, sendo que a estrada de ferro significava a chegada do Estado às localidades mais longínquas, em uma alusão clara aos problemas de comunicação entre o centro e as demais partes do Império, o que se configura em um dos principais argumentos que sustentam o federalismo de Santos. O importante é que neste caso o trem significava a modernidade, e acima de tudo eficiência administrativa, saber investir. Trazer o nome de uma cidade do oeste norte americano

---

<sup>292</sup>*A história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862. O Jequitinhonha: Diamantina: 22/11/1862.*

em plena expansão no período é significativo para traçarmos o papel do republicano e do federalismo norte americano no horizonte político de Santos, que assim como Ottoni que pensou em uma Philadelphia mineira para ser o centro de seu empreendimento, a *Companhia do Mucuri*. Com essa mesma construção narrativa, Santos imagina para esteseu futuro uma cidade “secundária” com o nome de São Francisco.

A São Francisco imaginada por Santos é uma gigante demográfica se comparado com qualquer espaço do Império na década de 1860, imaginar uma cidade com uma área de apenas 12 léguas quadradas - o equivalente aproximadamente a 84 quilômetros quadrados -, com uma população de quase 4 milhões de pessoas é certamente um grande exagero, porém devemos compreender a intenção de Santos ao criar este modelo urbano. Santos está enfatizando um futuro onde o espaço urbano é bem organizado, assim como os mecanismos governamentais, por isso o destaque nos números que garantem a precisão do recenseamento da população e sua repetição cotidiana, ou seja, nenhuma atividade é morosa em um espaço organizado pela modernidade e pelo progresso, mesmo uma epidemia, que poderia representar uma grande desgraça em termos do contingente populacional não representa grande risco a ordem, uma vez que seu controle já está previsto por esta modernização e racionalização do Estado.

A própria localização que escolhe para São Francisco é profícua para compreendermos a crítica de Santos com relação a organização do Império no presente. A cidade fica localizada onde se localizava cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia e faz parte do complexo do Rio São Francisco. Importante é notar o deslocamento geográfico dos polos de população e poder. A área próspera deste futuro é a região da Bahia com norte de Minas, ou seja, os locais que no presente são acusados de ser esquecidos devido ao projeto centralizador do Império. É simbólico e importante esta mudança na hierarquia espacial para o projeto federalista.

Por fim, Santos faz alusão às companhias de navegação à vapor então existentes no Império, especificamente em relação ao exemplo mais próximo e de seu conhecimento, que é a Companhia do Mucuri, dirigida por Teófilo Ottoni, que naquele momento já se encontrava em pleno declínio.<sup>293</sup> O modelo do futuro é a utilização de força motriz elétrica, em detrimento da máquina a vapor, aqui classificada

---

<sup>293</sup> A Companhia do Mucuri entrou em declínio devido a uma série de complexos problemas, os principais foram as dificuldades de financiamento das atividades e a problema em desbravar a região

como morosa, revelando-se extremamente interessante o entusiasmo de Santos com as potencialidades desta matriz energética.

Feita esta breve introdução sobre o contexto do ano de 2862, Santos adentra especificamente na obra do Dr. Jeremias:

Neste momento, quatro horas da tarde, chego da casa dos livreiros Dracon, Braga & Cia., que acabam de expor à venda uma obra de suma importância: - a *História do Brasil* pelo Dr. Jeremias. O autógrafo foi à tipografia esta manhã e já se acha composto, impresso, encadernado e publicado. É portanto a história mais moderna que existe publicada até o presente. Comprei um exemplar por 648 réis. Compõe-se de 162 grossos volumes *in-folio*, impressos em tipos finos, sem margens, sem fôlhas ou espaços em branco, a fim de economizar o material e não suceder como faziam os editôres da antiguidade que vendiam mais papel limpo do que livros. Os editôres da obra de que falo são homens de consciência.<sup>294</sup>

Santos a princípio descreve as condições de produção e materialidade da obra, exaltando os avanços das técnicas e obviamente comparado com as formas que esta produção era feita em sua época. A matriz da obra do Dr. Jeremias havia sido entregue de manhã para a impressão e a tarde já se encontrava pronta, o que garantiria confiabilidade desta história por ser recentemente publicada e portanto a mais moderna. Espanta também a dimensão da obra, são 162 volumes grossos, sem nenhum espaço em branco para evitar desperdícios, que na visão de Santos ocorria com as publicações de seu tempo. Podemos identificar certo racionalismo econômico liberal nesta ideia de Santos, que também podemos alargar para outras áreas, como quando sempre aponta para o desperdício de dinheiro público na administração do Império.

Exposta as condições de produção, o narrador finalmente adentra nas especificidades da obra, destacando quem seria o autor Dr. Jeremias e como organizou seu método para confeccionar obra tão grandiosa:

É um trabalho monumental. Dr. Jeremias gastou dois meses e quatro dias na sua composição! Ocupado constantemente com a empresa, não poupou sacrifícios. Viajou o mundo inteiro colhendo documentos históricos; revolveu as ruínas de Londres, de Paris, de Hamburgo, de Bruxelas, de Lisboa e de outras cidades

---

habitada pelos índios botocudos. Para maiores detalhes da empresa, sua trajetória e percalços conferir a dissertação de SILVA, 2009.

<sup>294</sup>A *história do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862. O Jequitinhonha*: Diamantina, 22/11/1862.

tão florescentes nos tempos antigos; em uma palavra: todo o lugar onde supunha encontrar algum esclarecimento foi visitado. Graças aos progressos da civilização, hoje são tão fáceis essas investigações! A eletricidade: tal é a grande alavanca do século.

O Dr. Jeremias é um escritor de vasta erudição. Fala perfeitamente um milhão de línguas, sabe, cabalmente, dois milhões de artes e ofícios. Sua *História do Brasil* é completa, imparcial e minuciosa, compreendendo o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos, isto é, começa no descobrimento do Brasil e termina-se no momento em que ele deixara a pena de historiador. Todos os fatos importantes ocorridos nesse espaço de tempo aí são relatados com toda a imparcialidade. Digo "importantes" porque o Dr. Jeremias, para não fatigar o leitor, não desce a minúcias que nenhum influxo tiveram nos progressos da civilização brasileira.<sup>295</sup>

A História do Brasil do Dr. Jeremias é uma aberração em termos de produção, foi feita em apenas dois meses e quatro dias com respeito aos meios mais “modernos” da produção historiográfica. Ironicamente estes meios são muito similares aos procedimentos de pesquisa do século XIX, o Dr. Jeremias recolhe documentos nas mais diversas partes do mundo e também é um historiador viajante, cujo papel de autópsia é fundamental para a credibilidade da sua narrativa, ou seja, ele conhece os lugares que descreve, assim como Santos ao escrever suas *Memórias* é exímio conhecedor do espaço que descreve, Dr. Jeremias também o é, e parte da autoridade de seu discurso vem deste procedimento. O trato com a documentação é fundamental para Santos enquanto historiador como já notamos em sua composição das *Memórias*.<sup>296</sup>

Um detalhe muito interessante é que os grandes centros europeus (Londres, Bruxelas, Lisboa, Paris e Hamburgo) estão em ruínas neste futuro, Santos também ironiza os padrões de conhecimento do presente e mais uma vez enaltece os “progressos da civilização” e da eletricidade que permitem ao pesquisador ter a possibilidade de visitar os lugares mais distantes facilitando assim a investigação.

A erudição do Dr. Jeremias é espantosa na descrição de Santos, é um sujeito que sabe um milhão de línguas e dois milhões de artes e ofícios, o que certamente o torna a pessoa mais capacitada para escrever uma história desta magnitude. O narrador desta história é acima de tudo imparcial e minucioso, ao ponto de seu re-

---

<sup>295</sup>*Ibidem*, 22/11/1862.

<sup>296</sup> Para a relação de Santos com a documentação e seu procedimento historiográfico ver o tópico da disputa com Varnhagen no segundo capítulo.

corde temporal ser descrito com precisão na casa dos minutos. Sem dúvidas podemos entender esta passagem como mais uma crítica a Varnhagen (a escolha do nome da obra também pode ser vista por este viés), principalmente na questão da imparcialidade. A imparcialidade para Felício dos Santos remete a uma leitura liberal desta história, com claras implicações políticas, não é somente pelo fato de consultar os documentos que o historiador está isento de posicionamento, mas é a partir da leitura e interpretação que realiza destes é que define o posicionamento do historiador.

Outra questão são os limites desta história, Santos alude a seu método nas *Memórias* onde é escolhido um momento de fundação, determinada origem romântica, cuja história se estende até o presente. Não vemos em Santos uma preocupação ou receio com a "história do tempo presente", tudo é história, do longínquo ao ontem, ambos tem o mesmo valor, portanto a obra do Dr. Jeremias trata desde o descobrimento do Brasil em 1500 se alongando até o presente, ou seja, momentos antes da publicação na manhã daquele dia 22 de novembro de 1862.

Feita toda esta discussão em torno do universo que cerca a história do Dr. Jeremias, Santos enfim adentra ao texto e sua escolha é claramente muito irônica e atende obviamente ao seu projeto revolucionário republicano:

Para dar uma idéia desta obra, vou abrir ao acaso um de seus volumes, e transcrever algum trecho. Deparei com o volume 94o, abri à pág. 2680. Eis um capítulo; é o MMMMDXCVI; tem por título - "O Segundo Reinado de Bragança - Pedro II".

Transcrevemos êsse capítulo. É pouco extenso: o menor da obra. "Depois da abdicação de Pedro I em 1831, sucedeu-lhe Pedro II, que só tomou as rédeas do governo em 1840, quando foi julgado maior por um ato inconstitucional da Assembléa Legislativa, não tendo êle ainda a idade legal. Pedro II subira ao trono pisando a Constituição: os homens políticos enxergaram neste fato um mau agouro para o futuro; previram que ela não havia de ser respeitada, e, desgraçadamente, seus pressentimentos não falharam. "Êste reinado nada oferece de importante. A civilização se não retrogradou, também não deu um passo para adiante por impulso do Govêrno. E na vida dos povos, quando uma nação fica estacionária parece retrogradar."

"Misérias e corrupção"; deverá ser a epígrafe dêste capítulo.<sup>297</sup>

---

<sup>297</sup>*Ibidem*, 22/11/1862.

“Aleatoriamente” o autor abre no volume que se refere ao Segundo Reinado. A escolha é irônica com clara intenção de diminuir e ridicularizar o reinado de Pedro II. Aqui temos pela primeira vez *n’OJequitinhonha* a crítica sendo direcionada de maneira direta à figura do Imperador e ao sistema de governo em si, a importância do governo de D. Pedro II é literalmente diminuída: “é o menor da obra”.

Feita esta ressalva sobre a escolha do capítulo a ser exposto para o leitor, o autor passa a transcrever na íntegra o capítulo sobre o Segundo Reinado da obra do Dr. Jeremias.

A leitura que realiza sobre este Reinado é direcionada pela perspectiva liberal, o processo que levou D. Pedro II ao trono é visto pela ótica do “golpe da maioria”. Para o historiador “imparcial” Dr. Jeremias, o jovem Imperador subiu ao trono “pisando a Constituição”. Lembrando que o efetivo cumprimento da carta constitucional estava entre as principais reivindicações dos liberais desde a fundação do Império, Santos enxerga neste fato um presságio de que a Constituição não seria mais respeitada ao longo de todo o reinado de D. Pedro II. Uma das principais reivindicações do *Jequitinhonha* era que a Constituição deixasse de ser “falseada”.

Santos é muito duro com o governo de D. Pedro II, ele afirma categoricamente que este não teve nada de importante para oferecer. Resumir todo um reinado em miséria e corrupção é um forte sinal da radicalização de seu posicionamento, na relação com sua postura anterior de respeito à Constituição e de poupar à figura do Imperador, até então atacando somente os que estavam a sua volta.

E assim continua a descrição do Segundo Reinado destacando as reivindicações que estavam no ideário liberal desde o princípio do Império:

"Segundo Reinado significa um ensaio infrutífero que fizeram os brasileiros do sistema representativo. A constituição jurada pelo povo em 1825, com suas reformas e interpretações posteriores, nunca foi respeitada. A separação e dependências dos poderes foi sempre burlada. O Executivo absorvera todos os outros. Era o Governo despótico e tanto mais intolerável quanto êle sabia encobrir-se com o manto da constitucionalidade. Os brasileiros aplaudiam, embasbacados com as palavras sonoras, pomposas, sesquipedais do regíme representativo.

"A Câmara dos Deputados, que devia elevar-se à altura da honrosa missão de que se achava encarregada pelo povo, curvava-se submissa ao menor aceno do Gôverno. O Senado, composto em geral de homens ineptos que aí tomavam assento não por serviços prestados ao País, mas por intrigas e influxo de reposteiros e criados áulicos, era inimigo de todo o progresso, descuidado, negligente, sem patriotismo; era êsse o caráter dominante dos corpos

vitalícios que existiram na antiguidade. Felizmente hoje só há um senado vitalício em Tomboctu, e aí mesmo já apareceu um projeto, que se discute, para torná-lo temporário.

".....iné-  
cia.....sensuali-  
dade.....  
dividir para rei-  
nar.....(\*1).....”

\*1 Não pude ler este trecho da obra do Dr. Jeremias por ter falhado a tinta. Só a muito custo pude decifrar as palavras que ficaram transcritas. É pena, há de ser interessante.<sup>298</sup>

Para o nosso historiador “imparcial” o Segundo Reinado foi um arremedo de sistema representativo, inicialmente devido ao desrespeito à Constituição, assunto recorrente em Felício dos Santos lembrando que o constitucionalismo é uma conquista apropriada pelo imaginário liberal, a experiência norte americana e posteriormente às revoluções constitucionais ibéricas têm forte influência na construção desta apropriação do constitucionalismo pelos liberais. Defender a constituição é acusar o outro de não o fazer, e portanto demarcar seu posicionamento liberal em torno deste debate.

Quando Dr. Jeremias diz que o Executivo absorveu os demais poderes ele está se referindo ao papel que o Poder Moderador tinha no equilíbrio dos poderes. Para os críticos do Poder Moderador, a existência deste “quarto poder” como pensado por Benjamin Constant, falseava a Constituição ao dotar o executivo de um controle de veto sob os demais poderes, o que, na visão do narrador, tornava o governo despótico sem que o povo percebesse tal subterfúgio.

A composição da Câmara dos Deputados e do Senado também é atacada, enquanto que a primeira, dominada por conservadores, é vista como submissa ao Poder Executivo, o segundo é criticado por ser composta por seres que conseguiram o acesso ao cargo por se submeterem ao jogo político necessário ao ponto de atingirem a indicação. Este é um claro ataque à composição do Senado, dominado por escolhidos diretos de Pedro II através do sistema da lista tríplice, que era majoritariamente conservador. A crítica é principalmente contra a vitaliciedade do Senado, bandeira clássica dos liberais, ao dizer que neste futuro o único senado vitalício que

---

<sup>298</sup>*Ibidem*, 22/11/1862. As aspas fazem parte do texto, é o narrador transcrevendo a história do Dr. Jeremias.

ainda existe é na longínqua Tomboctu o autor está ironizando a necessidade da existência de tal instituição.

O último parágrafo deste trecho talvez seja o mais interessante para percebermos a ironia de Santos nesta descrição do Segundo Reinado. Ao alegar que o trecho é ilegível pelo fato da tinta ter falhado (podemos apontar esta suposta falha como uma contradição perante a modernidade que Santos enaltece deste futuro na publicação da obra. Já que ele elogia as condições modernas de publicação no princípio do texto, como que é possível que esta tenha falhado?) ele destaca algumas palavras que ridicularizam o Segundo Reinado, mencionando a “inépcia”, se referindo a falta da capacidade administrativa do governo e a “sensualidade”, em referência à luxúria da corte. Por seu turno, “dividir para reinar” faz alusão à forma como Pedro II dava espaço aos liberais para fazerem parte do governo, de maneira a não criar um monopólio absoluto dos conservadores, o que geraria uma cisão no regime.

Estas concepções estão claras nos editoriais que publica ao longo destes dois anos de *Jequitinhonha*, sendo que a diferença é que neste texto estas noções estão expostas de forma a ridicularizar o governo de D. Pedro II, Santos abandona a linguagem séria e embasada em situações e fatos a favor da sátira, e é inegável o papel deste gênero enquanto elemento pedagógico e de combate, uma das principais funções da imprensa, como destaca ao convocar os demais jornais para assumirem o papel de oposição, como tratamos no tópico anterior.

Em seguida Dr. Jeremias expõe como era a situação da disputa política entre os principais grupos políticos do Império e estende a crítica também para o Judiciário:

"Em consequência o Império estava sempre dividido em dois partidos rivais, constantemente em luta renhida e porfiada; divergente em idéias e princípios? não; divergentes no sistema de govêrno? não; disputavam sôbre o poder? não. Disputavam o poder.

"Nos altos empregos da Justiça dominava a mais escandalosa venalidade. Muitos magistrados recebiam dinheiro das partes litigantes para darem seu voto a favor da que melhor pagava.<sup>299</sup>

Importante ressaltar que a crítica se estende até ao Partido Liberal, órgão que o *Jequitinhonha* afirma ser membro, ou seja, acentuando ainda mais a radicalização a favor de um projeto alternativo ao dos liberais. O autor afirma que os dois

---

<sup>299</sup>*Ibidem*, 22/11/1862.

partidos só estavam interessados no poder e não estavam preocupados com ideias e muitos menos no sistema de governo. Podemos ver dois traços novos na argumentação de Santos, onde primeiro ele se coloca como um liberal de ideias e princípios, portanto, independente de uma organização partidária. No segundo aspecto ele cogita a divergência no sistema de governo, ou seja, a contestação da forma monárquica de organização do Estado, o que neste contexto é elemento inovador em sua linguagem política. O autor cobra, sobretudo o debate a respeito desta organização, o que a seu ver não acontece devido aos homens da política buscarem somente ao poder e não visarem o bem comum.

Acentuando sua formação liberal, o autor ainda encontra fôlego para tratar da questão dos impostos e do problema de comunicação das mais longínquas partes do Império:

"O povo gemia sobrecarregado de imensos impostos, que tomavam diferentes denominações para encobrir-se sua odiosidade, como tarifas, taxas, selos, direitos, lotação e outras. As povoações, disseminadas em um vasto território, separadas umas das outras, isoladas por falta de vias de comunicação, empobrecidas pelo vampiro do fisco que sugava-lhes tôda a vitalidade, oprimidas pelos mandões que lhes enviava o gôverno central para governá-las, definhavam à míngua, dormindo, indolentes, o sono da escravidão, sôbre imensas riquezas alastradas no abençoado solo brasileiro, e que não podiam explorar por não terem meios de exportação de seus produtos.<sup>300</sup>

A carga tributária é atacada, a base para esta crítica lembra uma das principais bandeiras revolucionárias da Revolução americana, da “taxação sem representação”, ao ponto de questionar como que um governo legítimo sobrecarrega seu povo sem lhe oferecer em contrapartida serviços que compensem estes impostos. Esta formulação está diretamente relacionada com o problema da centralização do Império, tão criticada pelos liberais e que no *Jequitinhonha* ocupou amplo espaço. A centralização é reprovada por retirar das províncias e localidades sua riqueza, chamar o fisco de “vampiro” está diretamente relacionada à ideia que as localidades serviam somente para sustentar as luxúrias da corte e do governo central. Temos neste ataque à centralização clara alusão a organização federalista do Estado, para estes liberais era necessário estimular e não sufocar as potencialidades econômicas das províncias.

---

<sup>300</sup>*Ibidem*, 22/11/1862.

A parte final deste texto do Dr. Jeremias é relevante para os objetivos deste tópico, sobretudo se verificarmos que temos, enfim, a apologia explícita à revolução republicana, com as instituições monárquicas sendo ridicularizadas, chegando mesmo a atingir um símbolo importante da Monarquia brasileira, que é sua capital, o Rio de Janeiro. Há, assim, a nítida demarcação da oposição entre as localidades e o centro, nesta concepção federalista de história:

"E por que não havia de ser assim? A maior parte das rendas públicas eram despendidas com a sustentação da Côrte, com sinecuras ruinosas, em obras puramente de luxo, que só serviam para embelezar a capital. E na verdade o Rio de Janeiro tornara-se para aquela época uma cidade importantíssima, como ainda demonstram as suas ruínas. Vêm-se ainda restos da Casa de Correção e Moeda, da Casa da Misericórdia, do Hospício de Pedro II e das estátuas equestres, cujo bronze em 2462 foi vendido à Companhia Progresso-Elétrico, organizada para a abertura do Istmo do Paraná.<sup>301</sup>

Para o autor as excessivas taxações do fisco serviam somente para a sustentação da corte e para o luxo monárquico, explicitando que o que aqui está em jogo é a forma como a sociedade é organizada, Santos está claramente visando uma nova forma de organização e racionalização das políticas públicas. Vemos claramente a radicalização de um pensamento no sentido antimonárquico e antiaristocrático. Isto se torna evidente ao afirmar que o Rio de Janeiro estava em ruínas neste futuro, o que é muito forte simbolicamente para o projeto político do republicanismo. A cidade era o símbolo do Império, era toda organizada em torno da estrutura monárquica, anunciar seu fim é apontar para a falência do modelo monárquico de forma definitiva.

Por fim nesta passagem temos dois elementos irônicos que acentuam a radicalização do projeto republicano de Santos. Falar de um hospício com o nome de Pedro II chega a ser hilário, configurando-se como verdadeiro ultraje a própria figura do Imperador, registrando-se que nunca Santos tinha ido tão longe em seus ataques. Dizer que às estátuas equestres foram vendidas para uma companhia "progresso-elétrico" é outra ironia imensa, certamente Santos está se referindo a polêmica em torno das estátuas de Pedro I e de José Bonifácio, ambas localizadas no Rio de Janeiro, desenvolvendo o raciocínio de que se estátuas não tem valor algum

---

<sup>301</sup>*Ibidem*, 22/11/1862.

para estas gerações futuras, o melhor seria transformá-las em algo útil. Acentua-se o total desprezo pelos considerados “patriarcas da Independência” pela perspectiva conservadora.

A conclusão do Dr. Jeremias é emblemática e explícita a ideia de Revolução Republicana:

Assim ia o Brasil, quando em 1863 um partido político, desgostoso de ter sido arreadado do poder de que estava de posse a 14 anos, excitou uma revolução em todo Império, e então... Não posso continuar a transcrição por falta de espaço; mas por êste trecho já se pode avaliar o mérito da história do Dr. Jeremias.<sup>302</sup>

O autor marca a “revolução” organizado pelos Liberais que estariam aliados do poder para o ano seguinte (1863) da publicação deste texto. Isto é muito significativo para traçarmos o exato momento da radicalização do projeto político de Santos, pois temos pela primeira vez a menção a um levante contra o Governo. Definitivamente este texto representa a radicalização do seu projeto político em prol do republicano já no ano de 1862. A mudança de forma de governo passa a fazer parte definitivamente do horizonte político de Santos.

Santos neste momento não dá continuidade a este trabalho de imaginar o Brasil em uma perspectiva futura, sendo este o único texto que pública nesta primeira fase do jornal (1860-1864). Entre os anos de 1863-64 ele volta a se dedicar a alguns romances e peças teatrais, é inclusive deste período o seu principal romance o já citado *Acayaca*. O desenvolvimento desta ideia de imaginar um futuro para o Brasil sobre a ordem republicana será retomada somente em 1868 com *As páginas do Brasil nos anos 2000*, agora com *O Jequitinhonha* se declarando abertamente republicano. Expor ao leitor alguns elementos deste futuro imaginado por Santos contribuirá para definirmos os elementos que irão compor seu ideário republicano.

---

<sup>302</sup>*Ibidem*, 22/11/1862. Grifo e itálico nossos.

### **3.3- *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000* como concretização da projeto republicano de Joaquim Felício dos Santos.**

As *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000* fazem parte da segunda fase d'*O Jequitinhonha* que abrange os anos de 1868-1871. Após ficar quatro anos desativado o jornal retoma suas atividades sob a inscrição de ser abertamente um “órgão republicano” exposto em seu cabeçalho. As *Páginas* começaram a ser publicadas no dia 23 de agosto de 1868 e se encerram juntamente com o jornal no dia 15 de setembro de 1872. Sua periodicidade não era tão assídua quanto eram, por exemplo, as publicações da primeira fase, como a coluna *Districto Diamantino* e o romance *Acayaca*, sendo comum intervalos de semanas para que os textos voltassem a habitar as páginas do periódico diamantinense. Este andamento nada linear se dava possivelmente devido as sátiras das *Páginas* repercutirem os acontecimentos políticos deste momento conturbado da política imperial, o que de certa forma explica a recorrência de certos assuntos neste texto que representa a concretização do pensamento republicano de Joaquim Felício dos Santos.

A composição e organização do texto das *Páginas* é confusa o que sustenta nossa ideia de que as partes do texto repercutem o momento presente em forma de sátira. Podemos perceber nitidamente duas partes da publicação que representam momentos distintos da política Imperial.

O primeiro se inicia em 23 de agosto de 1868 e se estende até dezembro de 1869. Nesta primeira fase da sátira o principal mote é a queda do Ministério liberal liderado por Zacarias de Góes e Vasconcelos e o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai.<sup>303</sup> Apesar do nome da coluna fazer menção aos anos 2000 é na segunda fase, que se inicia em dezembro de 1869 e termina em setembro de 1872, que a ficção se torna mais evidente, sendo nesta parte que ocorre a viagem do Imperador D. Pedro II ao futuro para vivenciar o Brasil nos anos 2000 cuja forma de governo era republicana.

A primeira fase das *Páginas* simula de forma cômica, a reunião inaugural do gabinete conservador liderado por Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), em que Santos ridiculariza os desdobramentos da queda do referido ministério liberal e as ações do governo na condução da Guerra do Paraguai.

---

<sup>303</sup> Para a análise do posicionamento do jornal *O Jequitinhonha* sobre a Guerra do Paraguai ver o trabalho de REIS, 2003.

Questões como o domínio político dos conservadores, a centralização, o falseamento da Constituição, a crítica ao Poder Moderador e ao senado vitalício também fazem parte do leque de críticas das *Páginas*. O contexto das dissoluções dos vários ministérios neste período turbulento da história do Império é exposto.<sup>304</sup> Há a afirmação que os liberais são maioria, porém o sistema centralizador que domina todas as esferas de poder é empecilho para que os conservadores percam seu domínio, sendo assim a organização jurídica e policial do Império principalmente a Guarda Nacional, as nomeações dos Presidentes de Província e as consequentes indicações que são de sua responsabilidade, como as de delegado e subdelegados, são temas duramente criticados.

A introdução do texto alude aos antigos editoriais da primeira fase d'*O Jequitinhonha*, onde um narrador que não se identifica, expõe de forma totalmente parcial a situação do Império, ou seja, do ponto de vista liberal com aspirações republicanas, as instituições monárquicas são achincalhadas com Guerra do Paraguai sendo o principal alvo.

O jornal se coloca na oposição ao conflito e ridiculariza as supostas intenções do governo brasileiro ao promover o confronto. O ponto central do argumento é que o Imperador pretendia desestabilizar as repúblicas vizinhas de forma a difundir monarquias pela América como se este fosse o modelo ideal e mais estável de governo.

Planos tenebrosos ocultava esta intervenção, indevida nos negócios internos das repúblicas americanas: visava o descrédito que se promovia das formas republicanas para que os povos cansados de dissensões intestinas, não conhecendo verdadeira causa, que lhes vinha de fora, aspirassem mudanças no sentido de um sistema de estabilidade, e como tal se inculcava a monarquia.<sup>305</sup>

Após a contextualização, feita pelo narrador anônimo, se inicia um diálogo entre o Imperador e Visconde Itaboraí que reproduz de forma irônica como que o Imperador o nomeia chefe do gabinete ministerial, onde os diálogos imaginados expõe os personagens em situações no mínimo imorais, como se estes sujeitos tivessem interessados na manipulação política somente para manterem os seus cargos e privilégios que o sistema monárquico garantiam para si, o maniqueísmo impera

---

<sup>304</sup> Carvalho aponta os vários ministérios que foram dissolvidos neste período, o que comprova como este foi um período conturbado da política imperial, que culmina com o surgimento do Partido Republicano no final deste período. CARVALHO, 2011, p. 407. Quadro 15.

<sup>305</sup> SANTOS, 1957, p.115.

nesta prática discursiva, fica explícita a radicalização da oposição realizada pelo jornal.

O diálogo visa desmoralizar o governo e conseqüentemente atacar a pessoa do Imperador, a intenção é passar a ideia de que fazer um mal governo ou dominar o poder fosse uma veleidade intencional, como se a situação do país naquele momento fosse o desejo dos monarquistas com a finalidade de somente se perpetuarem no poder. É uma narrativa oposicionista que transborda maniqueísmos, o diálogo sobre a questão da opinião pública entre os dois personagens exemplifica bem esta construção narrativa:

-E a opinião pública, Visconde, que nos é adversa? disse o Imperador. O Ministério, apesar da grande cisão do Partido Liberal, conta numerosa maioria na Câmara dos Deputados.  
-A opinião pública! Respondeu o Visconde com um sorriso sardônico. Há no Brasil opinião? No Brasil o povo não tem opinião própria, pensa conforme o pensamento do Gôverno: hoje por uma maneira, amanhã por outra, segundo as conveniências do momento. No Brasil, Senhor, com a hábil política que V.M. tem adotado, todas as camadas sociais estão podres de corrupção e imoralidade; não há sentimentos de um verdadeiro patriotismo; o vício é virtude, a honra é desonra, a verdade é mentira, o pudor é impudência e vice-versa. E assim deve ser, para o Gôverno poder fazer sentir a sua ação e conter a anarquia. É preciso obediência cega a obediência passiva dos *vivos cadáveres*, na bela expressão do Sr. Ferreira Viana. De outra forma não se compreende um govêrno regular.”<sup>306</sup>

Após o Imperador nomear Itaboraí novo chefe do gabinete conservador, se inicia um diálogo fictício com a presença dos demais conselheiros e ministros, concomitantemente à realização da primeira reunião do novo gabinete. Estão presentes o Imperador, o chefe Visconde de Itaboraí, e os demais ministros Barão de Muritiba, Cotergipe, Antão, Alencar e Paranhos. O principal objetivo da reunião ministerial é discutir propostas para arrecadar fundos para a deficitária Guerra do Paraguai,

Os diálogos são jocosos, posto que cada figura presente é caricaturada com características que os denigrem: Itaboraí é retratado como um sujeito que se acha o mais ilustrado do Império, Cotergipe como um escravista ferrenho, Alencar como um menino que arremessa uma bola de papel em Antão, que por sua vez é visto

---

<sup>306</sup>*Ibidem*, 1957, p.117.

como bajulador, Paranhos é enfadonho e suas falas prolixas, Muritiba é descrito como sanguinário e por fim o Imperador é visto como um déspota anacrônico em suas funções e ideias:

**Imperador** – Senhores, preciso de mais dinheiro, de muito dinheiro para continuar a guerra contra o sanguinário déspota do Paraguai. Reuni-vos para deliberarmos sobre o melhor meio de arranjar-mos dinheiro. O último expediente adotado foi ineficaz. Emitimos quarenta mil contos em papel-moeda...

**Uma voz** - Inconstitucionalmente.

**Imperador**- Quem fala-me aí em constituição? (*Profundo silêncio*). Ninguém responde-me? Senhores, lembrai-vos de que sou descendente do D. João V: meu ilustre avoengo costumava fazer calar ministros por meio de bastonadas...<sup>307</sup>

Logo de início duas bandeiras recorrentes dos liberais na oposição à Monarquia brasileira são resgatadas: o problema do desrespeito à Constituição e da administração das finanças públicas. Esta fala inicial do Imperador e seu aborrecimento com o sujeito anônimo que o confronta oferece a brecha para que os ministros disertem abertamente sobre os projetos mais absurdos para se resolver o problema proposto, ficando evidente que, nestes planos, a Constituição não precisa ser respeitada, muito menos qualquer valor moral ou ético para os padrões do período.

A primeira proposta é feita pelo Barão de Cotergipe que abertamente se diz partidário da escravatura no Brasil, pois entende que “foram os africanos que colonizaram o Império de Santa Cruz” e afirma que por ser grade escravagista e possuidor de muitos escravos combateu a ideia do ministério passado (liberal) de abolir a escravidão pois compreende que não “convém que estes desapareçam.”<sup>308</sup> E assim expõe sua extravagante ideia:

Para arranjar-mos dinheiro, proponho que o Gôverno mande construir e armar grande número de navios negreiros, como todos os cômodos e seguranças necessárias, que sigam imediatamente para as costas da África, e importem-nos o maior número de escravos que fôr possível. Êstes serão vendidos aos fazendeiros a quinhentos mil réis cada uma. Posso responsabilizar-me pela venda de quatro mil escravos, e eis já dois mil contos que entram de pronto para os cofres públicos.<sup>309</sup>

---

<sup>307</sup>*Ibidem*, 1957, p.119. Negritos nossos para destacar melhor nas citações o início de uma nova fala.

<sup>308</sup>*Ibidem*, 1957, p.119.

<sup>309</sup>*Ibidem*, 1957, p.120

A proposta de Cotergipe é recusada pelo Imperador que mesmo considerando a “ideia boa” argumenta que os ingleses impediriam este comércio utilizando inclusive o poderio de sua marinha, mas o principal argumento troça com sua predileção pelas letras e pelo caráter imparcial da historiografia do Segundo Reinado. De acordo com a fala do próprio Imperador ele havia se comprometido “a pedido de uma sociedade de sábios e literatos de Paris, a abolir a escravatura no Brasil, e já tendo eu o nome conhecido nas ciências, na poesia e nas armas, não posso desaver-me com literatos que têm de escrever a história do meu reinado”.<sup>310</sup>

Santos já em 1862 se coloca a favor da abolição da escravatura, é interessante percebermos sua mudança de posição ao longo do tempo. No ano de 1861 Santos não se coloca totalmente a favor da abolição, ele reconhece a nobreza da causa, porém teme a anarquia e o abalo social que tal medida traria, a transição para o trabalho livre deveria ser gradual e direcionada pelo governo, há a preocupação com o futuro dos ex-cativos.<sup>311</sup> Já neste segundo momento republicano prega-se a abolição direta, sendo que a ideia de gradualismo desaparece e critica-se abertamente o sistema escravagista, Santos inclusive se torna dos fundadores da Sociedade Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês, instituição destinada a auxiliar a emancipação de escravos criada em Diamantina no dia 11 de junho de 1870.<sup>312</sup>

O leque de propostas esdrúxulas prossegue com o Barão de Muritiba se colocando como um homem autoritário e adepto da força, chegando a recomendar que se coloque a cabeça da oposição liberal a prêmio assim como fez em Pernambuco, sugere ainda que o governo ordene aos delegados e subdelegados o confisco de bens da população para atender as atuais necessidades.

O objetivo do narrador aqui é claro em demonstrar como estes distintos sujeitos, que foram escolhidos para compor o novo ministério são inaptos para a função, ressaltando que estes não tem a mínima capacidade de pensar no bem comum. Antão não consegue formular sucintamente sua proposta, sua fala consiste em recitar um poema de bajulação ao Imperador, que comicamente se encanta e exige que os demais presentes respeitem o momento, até que “faceiro Alencar” interrompe Antão arremessando uma bolinha de papel certa em seu nariz.<sup>313</sup>

---

<sup>310</sup>*Ibidem*, 1957, p.120.

<sup>311</sup>A *escravidão no Brasil. O Jequitinhonha: Diamantina*, 30/11/1861.

<sup>312</sup>MENEZES, In: SANTOS, 1924, p. XII.

<sup>313</sup>SANTOS, 1957, p.121.

Por fim, temos a proposta de Alencar encerrando essa primeira parte das *Páginas*. Alencar, que fora contemporâneo de Felício dos Santos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, é ridicularizado pelo seu papel de literato. Propõe, entretanto, um sistema denominado “drama-moeda” aonde o:

o governo estabelecerá a circulação forçada. Quem, por exemplo, tiver de pagar uma dívida de cem mil-réis, pagará com dez exemplares de meus dramas, e o credor será obrigado a recebê-los como moeda corrente. Quando o Sr. Muritiba quiser comprar escravos que mandar vir da África poderá pagá-los com essa mesma moeda, e o vendedor será obrigado a aceitá-la. [...] Êsses exemplares, que constituem o que chamarei drama-moeda, têm valor legal, que é o taxado pelo governo, e o valor intrínseco, o mérito da obra, porque todos quererão ler as minhas produções [...] Ainda há uma outra vantagem, e é de infiltrar-se no espírito do povo o amor da literatura e a moralidade que transuda de meus dramas.<sup>314</sup>

E assim de forma abrupta se encerra a primeira fase das *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000*, para então ter início a segunda fase no dia 12 de dezembro de 1869, que certamente será mais interessante para definirmos o pensamento e modelo de república de Joaquim Felício dos Santos. Neste universo ficcional criado por Santos, o Imperador D. Pedro II é levado ao ano 2000 por um médium espiritista russo chamado Dr. Tsherepanoff. O Imperador é instado pelo médium a descobrir o que os homens do futuro pensavam sobre seu reinado e assim, em um impulso de vaidade aceita a viagem que o leva diretamente para Guaicuí no ano 2000.

Guaicuí é a capital da “Confederação dos Estados Unidos do Brasil” e fica localizada na confluência entre o Rio das Velhas e o São Francisco. Vemos aqui, assim como na história do Dr. Jeremias, o deslocamento geográfico do polo de poder neste futuro imaginado. Desta vez, o norte de Minas é o centro desta nova confederação regida por constituições republicanas, enquanto que, no referido texto de 1862, o centro de poder se localizava na região da cachoeira de Paulo Afonso no interior da Bahia.

Ao acordar neste futuro temos uma longa descrição desta capital aonde a ideia de progresso, modernidade e organização salta aos olhos do viajante do passado:

---

<sup>314</sup>*Ibidem*, 1957, p.125.

Já ia o sol alto no horizonte quando D. Pedro acordou. Ergueu-se na cama. O leito, o quarto, os móveis apresentavam o mesmo luxo e riquezas, mas não era o aposento imperial do Palácio de São Cristóvão. Levantou-se e abriu uma janela: dava para um jardim, os pássaros chilravam nos arvoredos, as flores embalsamava os ares com seus perfumes. Abriu outra janela: dava para a praça de uma cidade. Dois rios caudais, confluindo no centro, dividiam a cidade em três partes; suas águas rolavam plácidas, sulcadas em todos os sentidos por milhares de barcos a vapor. Soberbos edifícios, templos majestoso, caís, docas, vastas alfândegas, espaçosas oficinas, possantes máquinas, largas praças sombreadas de arvoredos, e sobretudo o extraordinário movimento comercial indicavam uma cidade rica, florescente. Mas não era o Rio de Janeiro. Atroavam os ares o sibilo das locomotivas, o ruído das fábricas, as vozes dos mercadores, os gritos dos animais, o barulho dos carros: era como a harmonia do trabalho, o *fervet opus* das grandes cidades laboriosas. As ruas, as praças se apinhavam de transeuntes, de trabalhadores, de mercadores que se empurravam, se esbarravam, se acotovelavam. Ao longe, nos trilhos de ferro, apareciam e desapareciam as locomotivas, como os dragões da fábula vomitando espesso fumo. Não era o Rio de Janeiro. O Imperador admirado, flutuava em mar de conjunturas: será Londres, New York, Paris, Lião, Manchester?...<sup>315</sup>

Vemos a capital desta república futura comparada com os principais centros industriais do século XIX, sendo que a modernidade dos transportes fluvial e ferroviário, a organização urbana, a eficiência tributária, o movimento comercial, são elementos ricamente descritos na passagem. É possível visualizar na descrição uma cidade pujante, que na comparação com o Rio de Janeiro, sobressai o desprezo na com relação a antiga capital do Império.

Após ser informado de sua localização e da organização política deste Brasil no ano de 2000, D. Pedro II procura se informar com o médium os desdobramentos de seu governo e dinastia. De prontidão Dr. Tsherepanoff o informa que “os ingratos brasileiros tiveram a ousadia de um dia sublevarem-se e dispensarem a dinastia de V.M. adotando a forma de govêrno republicano.”<sup>316</sup>Esta simples afirmação evidencia que no horizonte político de Santos a revolução republicana era uma possibilidade real.

Sobre o destino de seus descendentes, D. Pedro II fica encolerizado ao ser informado que se retiraram para a Itália onde são “honrados e honestos e laboriosos agricultores” produtores do afamado vinho “*Lacrimae Christi*”. Sobre o fim do

---

<sup>315</sup>*Ibidem*, 1957, p.128.

<sup>316</sup>*Ibidem*, 1957, p.129.

próprio Imperador, que obviamente já estava morto neste futuro, o médium informa que após a queda da monarquia retirou-se com sua família para a Sicília onde comprou terras e se dedicou a uma próspera criação de perus até o fim de seus dias no ano de 1915. Seus restos mortais se encontram em um modesto túmulo, para a indignação do Imperador, no qual consta a seguinte inscrição: “- Aqui jaz D. Pedro II, ex-Imperador do Brasil, Viajor, Passa Além, e Respeita o Infortúnio.”<sup>317</sup>

Nos diálogos seguintes entre os dois personagens podemos ver nitidamente o modelo utópico de república que Joaquim Felício dos Santos projeta. Ao ser tratado por “tu” por um cidadão o Imperador se exalta, o chamando inclusive de insolente, o que causa certa censura do Dr. Tsherepanoff que explica:

- Digne-se V.M desculpar as descortesias e incivildades deste século; hoje no Brasil não se conhecem as genuflexões, os beija-mãos, os tratamentos, as velhas usanças dos tempos da passada monarquia, não há mais senhorias, excelências, altezas ou majestades: todos tratam-se por tu. A república, nivelou as classes, aboliu a aristocracia, os privilégios, as isenções, a nobreza, a fidalguia; barões, condes, viscondes, marqueses, duques, todos os títulos e honras de outros tempos são antigualhas, palavras que não mais se conhecem. Liberdade, igualdade e fraternidade, é a base da constituição moderna.

- Barbarizam-se os brasileiros! Interrompeu D. Pedro.

- O que distingue um cidadão, continuou o médium, o que o eleva acima de seus iguais, são as qualidades pessoais, a virtude, a ilustração, o patriotismo, a dedicação, a filantropia, os serviços prestados ao país ou a humanidade. A opinião pública o vai procurar na sua obscuridade, o exalta e faz conhecido, respeitado de seus concidadãos; mas não se lhe muda o nome para barão, conde, ou marquês. O Governo não pode conferir honras ou condecorações.<sup>318</sup>

A organização social desta sociedade republicana futura é baseada sobretudo no mérito e na igualdade de condições, as hierarquias nobiliárquicas, seja de nascimento ou de indicação são combatidas assim como os tratamentos de distinção praticados no período monárquico, sendo que não cabia ao governo ou a uma figura específica de autoridade conceder honras ou títulos. Os princípios dos revolucionários franceses são os que direcionam a organização social e jurídica desta nova sociedade.

---

<sup>317</sup>*Ibidem*, 1957, p.129.

<sup>318</sup>*Ibidem*, 1957, p.129-130

Quanto ao sistema de centralização praticado pelo antigo sistema monárquico, Dr. Tsherepanoff é irônico ao explicar o seu funcionamento, sendo que este era visto como um Estado gigante, paternal, que sufocava a vida de seus cidadãos e dificultava qualquer espécie de livre iniciativa:

Êstes republicanos são sofistas, disse êle. Sustentam que uma monarquia, como a antiga do Brasil, para poder subsistir, precisa de um governo forte, enérgico, centralizado: deve lançar mão de tudo, acudir a tudo, providenciar sôbre tudo. O sistema monárquico é uma máquina complicadíssima, que, para bem funcionar, cumpre que o Govêrno não descuide um só momento; é preciso todos os dias, tôdas as horas, todos os instantes expedir avisos, portarias, ordens, regulamentos; dar despachos, explicações, revogar, alterar as leis; intervir em tudo, descer aos mais insignificantes detalhes; interrogar a consciência pública; penetrar no íntimo das famílias; escrutar os pensamentos individuais; fazer desandar oportunamente o pesado carro da administração, quando algum tropêço possa impedir-lhe a marcha; usar de todos os recursos; ter o país debaixo de um rigorosa tutela, pra que nada se faça, nada respire, nada se mova sem o impulso e inspiração superior; ter uma imprensa própria para fazer calar no espírito público que tudo vai regularmente, que um bem-estar geral domina o país, que os governadores devem esquecer suas misérias, seus sofrimentos, e procurar dormir tranquilos debaixo da tutela do melhor dos governos; cumpre descer à linguagem do insulto para injuriar, caluniar seus adversários, os que procuram abrir os olhos do povo e mostrar-lhe o abismo a que leva-o uma administração desregrada. Em uma palavra, se o Gôverno afrouxar, ou descuidar um momento, desmantela-se a complicadíssima máquina da monarquia.<sup>319</sup>

Em seguida, na comparação com sistema governo republicano do presente, fica claro o elogio ao Estado mínimo, a livre organização, a defesa do direito individual das pessoas, bandeiras clássicas do liberalismo convertidas em forma utópica de governo:

No sistema republicano, pelo contrário, dizem esses sofistas, tudo é simplicíssimo, a existência do gôverno não depende da centralização; a máquina, uma vez montada, como que vai por si só funcionando sem um impulso externo; cada uma de suas partes trabalha por uma força própria, apenas ligada ao movimento geral, sem que de ponto algum se ofereça obstáculo ao seu livre desenvolvimento.<sup>320</sup>

---

<sup>319</sup>*Ibidem*, 1957, p.132-133

<sup>320</sup>*Ibidem*, 1957, p.133

Para concluirmos a respeito do republicanismo de Joaquim Felício dos Santos e não nos alongarmos demasiadamente na análise das *Páginas* uma vez que os temas tratados aqui são recorrentes, pois o autor retorna a questões que já foram descritas de acordo com seu interesse, uma vez que como ressaltamos no início deste tópico, não há um roteiro bem definido e planejado para estes textos. Portanto, será interessante para os nossos objetivos visualizar a representação de Santos do futuro do Rio de Janeiro e das monarquias, o que ressalta a transformação de sua posição de reformista liberal para de revolucionário republicano, concluindo assim nossa pesquisa por ora com o objetivo de demonstrar como o projeto político de Santos está atrelado a sua construção histórica do passado e ao seu universo literário ficcional, organizando assim um amplo leque narrativo que nos permite oferecer excelentes contribuições para a compreensão desse personagem tão pouco estudado pela historiografia e para a história política do Império.

Nesta narrativa ficcional, assim que o Segundo Reinado foi deposto a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser a capital do Império e assim se iniciou sua franca decadência decorrente de dois fatores preponderantes: o primeiro devido a sua localização frente aos demais centros econômicos do Brasil, o seu porto ficava em desvantagem com relação aos localizados mais ao norte para a realização do comércio com a Europa, já segunda seria a improdutividade econômica da cidade no período imperial, cujas rendas eram advindas somente da exploração das províncias e serviam somente para sustentar o luxo da corte.

A visão antimonárquica e antiaristocrática atinge seu ápice nesta argumentação e na inexistência de monarquias neste mundo futuro, sendo estas associadas ao atraso e despotismo definem a posição política de Santos com relação a monarquia brasileira de seu tempo:

Damos parabéns à civilização do século XXI, que teve um feliz princípio. Chegaram-nos importantes telegramas do Oriente. O único país do mundo, que pelo fanatismo e espírito de imobilidade que caracterizava seus habitantes ainda se conservava aferado ao regimen monárquico, dando assim o triste espetáculo de uma imensa mancha negra no mapa das nações cultas, a China, dizemos nós, acaba de entrar na verdadeira senda do progresso, proclamando a república. Triunfou, como se esperava, a revolução sustentada pelo mandarim Con-fo-kieu. Pequim caiu em poder dos republicanos. O Imperador foi deposto e fugiu para Sandwsk. Pequim caiu em poder dos republicanos. Organizou-se

um governo provisório de três membros, que são os mandarins...<sup>321</sup>

E assim fechamos a ideia republicana de Joaquim Felício dos Santos, em 1871 quando *O Jequitinhonha* encerra suas atividades, era este o tom do jornal, era apologético a favor de uma revolução republicana nas bases do Império brasileiro.

---

<sup>321</sup>*Ibidem*, 1957, p.134.

## 4 - Considerações finais

É neste complexo universo que buscamos compreender Joaquim Felício dos Santos: como um sujeito advindo de uma importante família do norte de Minas, que se forma em São Paulo, retorna para seu local de origem com uma ampla bagagem política liberal. Forte admirador de uma das figuras mais importantes do Império, Teófilo Ottoni, funda um jornal semanal no qual se diz porta voz do Partido Liberal da região, cuja propositura seria discutir os temas mais importantes do momento a partir deste ponto de vista político, que em um segundo momento constrói um projeto político radical em torno dessa causa, cuja propagação deste projeto inclui tanto a discussão direta dos temas políticos como também a utilização da história e da literatura. Esta causa se radicaliza ao ponto de se declarar abertamente a favor da revolução republicana em um momento que mesmo os políticos mais exaltados tinham receio para assumir tais posições.

Personagem complexo que ficou em segundo plano no aspecto político por se mostrar radical demais em uma cultura política que tende a moderar o pragmatismo domina as formas como são feitas as políticas públicas.

Fato é que em 1862 já podemos ver traços radicais em Joaquim Felício dos Santos com o elogio ao sistema federativo norte-americano, a defesa de certa abolição da escravatura, a desconfiança da capacidade do Estado centralizador em prover o bem comum, quando somente a partir de 1868 se inicia no Brasil as organizações - instituições, partidos, clubes - em torno da causa republicana.

Uma contradição interessante para esse período pós-1870 é o acréscimo no debate da liberdade de propriedade justamente em um momento em que a questão abolicionista ganhava destaque em âmbito nacional, onde temos estes republicanos não se pronunciando oficialmente a respeito da causa abolicionista.

A leitura que o manifesto republicano de 1870 realiza do processo histórico brasileiro é muito similar ao que os liberais vinham fazendo na década de 1860. Joaquim Felício é um dos sujeitos ativos deste processo. O Manifesto de 1870 não diferenciava república e democracia, as leituras históricas dos eventos passados que compõe essa memória republicana associavam intrinsecamente os dois conceitos, a começar pela Inconfidência Mineira de 1789. De acordo com esta perspectiva, a “democracia pura” já estaria presente nos eventos inauguradores que culminaram

na Independência em 1822, quando o despotismo dos Braganças havia sido derrotado. O Sete de Abril de 1831 seria a nova derrota da dinastia imperial, mesmo que nessa ocasião da abdicação de D. Pedro I os moderados se apoderaram do governo excluindo os radicais. A discussão democracia/república teria voltado ao espaço político na década de 1860, com o retorno dos liberais históricos e o surgimento dos radicais.<sup>322</sup>

Para definirmos o republicanismo de Felício dos Santos neste período, observamos que os princípios defendidos por toda a década de 1860 são destacados no texto do manifesto republicano de 1870, que traz um capítulo dedicado a questão da descentralização de primeira importância para os republicanos, no qual a ideia era exposta de forma simples e resumida na frase que encerra o manifesto: “Centralização – desmembramento; descentralização – unidade.” Como estamos apontando, desde 1860 Joaquim Felício é crítico da centralização, quando defendia maior autonomia dos municípios e elogiava a organização política norte americana.

Exigir autonomia das Câmaras significava descentralizar o poder legislativo, o correlato com a experiência americana é claro. As Câmaras locais trariam o poder para as periferias e descentralizar significava romper com a possibilidade de poder absoluto, é o princípio federalista/republicano sendo cobrado. Felício dos Santos, no primeiro momento, propôs várias reformas de caráter republicana de matriz americana no seio do Império, é o princípio da republicanização da monarquia, independente da forma como se organizava o executivo, se este fosse uma monarquia, presidencialismo ou parlamentarismo, é uma saída intelectual sagaz.

Uma forma clara de não parecer sedicioso era praticando a defesa da carta Constitucional, pois esta em seu ideário representava uma conquista liberal na qual as monarquias tiveram que ceder, não o tornando assim contraditório frente ao posicionamento republicano, acentuando o diálogo com a tradição republicana mineira, que permitiram no segundo momento a radicalização do projeto liberal em abertamente republicano.<sup>323</sup>

Interessante como o federalismo casa com o discurso regional, as revoltas, - Inconfidência, Sete de Abril, Revolução de 1842 - são vistas dentro desta chave da autonomia provincial, da federação. A região é valorizada pelo argumento federativo. Os fatos regionais passam a ser evocados e reinterpretados na defesa destes

---

<sup>322</sup> CARVALHO, 2011, p.145.

<sup>323</sup> FURTADO, STARLING. In: MAWELL, 2013, p. 126.

argumentos, e este é o caso de Santos e sua releitura histórica da região diamantina. Observamos o esforço de sua parte em coletar argumentos que condizem com sua visão liberal de forma a construir sua visão peculiar do passado diamantino.

A dedicação ao novo Código Civil, nas décadas seguintes ao fim do *Jequitinhonha*, com a finalidade de servir a república que se instalaria, representa claramente o projeto de Santos no sentido de uma nova sociedade. Significa, sobretudo pensar no pós-revolução, é planejar a troca do regime, porém sem o risco de cair no que estes sujeitos entendiam como anarquia, ou trazer uma convulsão social. A mudança deveria ser controlada por parte destes sujeitos qualificados que assumiram a dianteira deste processo republicano no Brasil.

A partir do momento que o *Jequitinhonha* acaba, Santos vai atuar em um mecanismo essencial para a legitimação da nova ordem, ou seja, na construção da nova ordem jurídica. Devido a sua formação, é fundamental que o novo sistema seja amparado pela lei, a formulação de um novo Estado de direito republicano com uma ordem democrática direta está na base da sua nova ordem jurídica, era dessa forma que Santos imaginava a república e a assim trabalhou durante anos para organizar sob a forma de código essa nova ordem.

Por esse aspecto se diz que Santos foi o primeiro frustrado da República, já que ela não representou em nada o que planejara durante longos anos.<sup>324</sup> A República não foi democrática, não foi popular e principalmente não rompeu com a ordem oligárquica que Santos dedicou por toda uma vida a combater.

O trabalho que por ora aqui se encerra, teve como seu intuito principal visitar um personagem importante da política imperial, porém pouco estudado. A abordagem aqui proposta é apenas uma forma de tentar compreender a complexidade narrativa criada por Santos, espera-se, sobretudo gerar o debate e estimular novos estudos sobre os problemas levantados nesta pesquisa.

---

<sup>324</sup> Seu sobrinho e cunhado, Antonio Felício dos Santos assim descreve a experiência republicana de Joaquim Felício dos Santos: “Vindo a Republica, como se sabe, e não como a queria Joaquim Felício, viram-se os *paredos* do governo provisório vexados, como estiveram os antigos chefes liberaes, ante esse vulto, incommodados por sua sinceridade e honestidade antiquada. Sufragando seu nome, fôra a bandeira já victoriosa nas urnas antes do 15 de Novembro, não podiam preteril-o sem desgostar seus comprovincianos, convidaram-no a organizar uma lei eleitoral... [...] Dispensaram-no e mandaram fazer a eleição conforme o celebre Regulamento, cujo espirito fraudulento ainda domina, apesar das refôrmas platônicas por que tem passado. Como ficha de consolação, e para contentar os republicanos mineiros, ao velho patriota, empobrecido no trabalho gratuito do Codigo Civil, deram uma cadeira de senador, que, bem sabiam, ele ocuparia por pouco tempo, visto o seu estado valetudinário.” SANTOS, 1937, p.89-90.

## 5- Referências bibliográficas

### Jornais e Periódicos.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional- Brasil: Divisão de Periódicos: “O Jequitinhonha” PR-SOR 05920;

### Livros na íntegra

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília. Editora Ática e Editora da Universidade de Brasília, 1988,

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 6a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viottida. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8a ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: AN-NABLUME, 1996.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999

HESPANHA, Antonio Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- JOSÉ, Oíliam. *Historiografia Mineira*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1959.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- LYNCH, Christian Edward Cyril Lynch. *O pensamento conservador Ibero-Americano na era das independências*. Lua Nova, São Paulo, 74: 59-92, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- PIMENTA, Evaristo Caixeta. *As urnas sagradas do Império do Brasil: governo representativo e práticas eleitorais em Minas Gerais (1846-1881)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, 2012
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. New York: Routledge, 2008.
- RAMOS, André da Silva Ramos. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. 2013.
- REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha e a Guerra do Paraguai"*. Belo Horizonte, Cutiara, 2003.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 7ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980.
- SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. São Paulo – Rio – Recife – Porto Alegre. Companhia Editora Nacional, 1941.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Acayaca 1729*. Belo Horizonte – Traquitana e Puc Minas: 2004.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio: Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio: Província de Minas Geraes*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio: Província de Minas Geraes*. Brasília: Petrópolis Vozes, 1978.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Weder Ferreira da. *Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. 2009
- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2009.
- SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*. Lisboa: Difel, 2002.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2006.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil (Volume 6)*. 1. Ed. Brasileira. Rio de Janeiro: B. I. Garnier, 1862

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*, 3.ed. e 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1928

VIEIRA COUTO, José. *Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas. Estudo crítico, transcrições e pesquisa histórica por Júnia Ferreira Furtado*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

### **Capítulos de livro**

ABREU, J. Capistrano de. *Sobre o Visconde de Porto Seguro (1882)* In: VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*, 3.ed. e 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Augusto de Lima Júnior entre o mito e a verdade histórica: Aleijadinho e Tiradentes*. In: *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX*. Organizadores Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

BARBOSA, Silvana Mota. *A política progressista: Parlamento, sistema representativo*. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAMPOS, Pedro Moacyr. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo, DIFEL, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e Republicanismo*. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FURTADO, Junia Ferreira. STARLING, Heloísa Murgel. *República e sedição na Inconfidência Mineira: leituras do Recueil por uma sociedade de pensamento*. In: MAXWELL, Kenneth (coord.). *O Livro de Tiradentes: Transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

IGLESIAS, Francisco. *A vida política, 1848/1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira v.II*. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

MARTINS, Marcos Lobato. *Grandes nomes da história intelectual*. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). São Paulo: Contexto, 2003

MENEZES, Nazareth. *Joaquim Felício dos Santos e sua obra*. In: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

POCOCK, J.G.A. Introdução: o estado da Arte. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALES, Herberto. *Nota Introdutória*. IN: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio: Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A ilustração em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e início do século XIX: a Coroa e as potencialidades da capitania*. In: *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX*. Organizadores Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

SANTOS, Antônio Felício dos. *A bela morte de Joaquim Felício dos Santos*. In: *Casos Reaes a Registrar*. Rio de Janeiro, Editora A B C Limitada, 1937.

SILVA, Weder Ferreira. *Teófilo Benedito Ottoni: escrita de si e trajetória política (1807-1869)*. In: & OLIVEIRA, Maria da Glória de, ARAÚJO, Valdeiorg. *Disputas pelo Passado Histórico e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

SKINNER, Quentin. *Intellectual History, Liberty and Republicanism: An interview with Quentin Skinner. Contributions to the History of Concepts 3*. 2007.

### **Artigos de Periódicos**

*Administração Diamantina: Traslado dos Autos da Inquirição, a que Mandou S. Ex.a proceder sobre as conductas do Intendente dos Diamantes João Ign.ço do*

*Amaral Silveira e do Fiscal João da Cunha Sotto Maior, assim como sobre a importação e Administração, que lhe está encarregada.* Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial. 1897.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A instrumentalização da linguagem.* Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Vol. 44, 2008, p. 50-61.

ARMITAGE, David. *Três conceitos de história atlântica.* História Unisinos. Vol.18 Nº 2 – maio/agosto de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891.* VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.141-157, jan/jun 2011.

CEZAR, Temístocles. *Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen.* HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n.2, p.207-240, 2005.

\_\_\_\_\_. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência.* TOPOI, v.8, n.15, jul.-dez. 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Distrito Diamantino: O avesso da memória.* VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, nº 12, Dezembro/93, p. 80-94.

GUIMARÃES, Lúcia. *Debaixo da imediata proteção do imperador.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

HERING, Fábio Adriano. *Os viajantes ingleses e a representação do Brasil: a cartografia do Ouro das Minas Gerais (1809-1867).* In: história e-história. Grupo de pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp. 25 de Maio de 2010.

MARINHO, Artur de Sousa. *O sentido das Constituições.* Revista Forense nº109, janeiro de 1947.

MARSON, Izabel Andrade. *Do Império das “Revoluções” ao Império da “Escravidão”:* temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 125-173, jan/jun. 2009. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850).* História, São Paul, v. 26, n.1, p. 154-178, 2007.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos srs. eleitores de Senadores pela província de Minas Gerais no quatrienio atual e especialmente dirigidas aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a*

*próxima legislatura pelo ex-deputado Teófilo Benedicto Ottoni*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, 1915, parte 2.

RUSSEN, Jorn. Como dar sentido ao passado... In: História da historiografia. N.2. Março 2009. P. 167-168.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio: Provincia de Minas Gerais*. Revista do Arquivo Público Mineiro v.14-15. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais.. 1909-1910.

\_\_\_\_\_. *Páginas da História do Brasil Escrita no ano de 2000*. Revista do Livro. Rio de Janeiro, Ano II – Junho, 1957.

SILVA, Wlamir. *Esmagando a Hydra da discórdia: o enquadramento do pensamento exaltado pela moderação mineira*. História, São Paulo, v.25, n.2 p.214-227, 2006.

SENNÁ, Nelson Coelho de. *Ephemerides mineiras: terceiro e quarto trimestres (1696-1896)*. Revista do Arquivo Público Mineiro v.3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais.. 1898

\_\_\_\_\_. *Traços biographicos de serranos illustres, já fallecidos: precedidos de um bosquejo historico sobre a fundação da cidade do Serro (Minas Geraes)*. Revista do Arquivo Público Mineiro v.10. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1905.